

Cronos

REVISTA DO
PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIAS
SOCIAIS DA UFRN
ISSN 1518-0689

NATAL/RN

VOLUME 9

NÚMERO 1

JAN/JUN

2008



UTOPIAS URBANAS



Cronos

NATAL/RN

VOLUME 9

NÚMERO 1

JAN/JUN

2008

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRN

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: José Ivonildo do Rêgo

Vice-Reitor: Ângela Maria Paiva Cruz

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Márcio Moraes Valença

Vice-Diretora: Maria da Conceição Fraga

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: Edmilson Lopes Júnior

Vice-Coordenador: Orivaldo Pimentel Lopes Júnior

CRONOS - REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Editores: Alexsandro Galeno Araújo Dantas

Homero de Oliveira Costa

COMISSÃO EDITORIAL

Alexsandro Galeno Araújo Dantas

Edmilson Lopes Júnior

Homero de Oliveira Costa

José Antônio Spinelli Lindoso

José Willington Germano

Lore Fortes

Norma Missae Takeuti

Vânia de Vasconcelos Gico

CONSELHO EDITORIAL

Boaventura de Sousa Santos - Univ. de Coimbra

Brasília Carlos Ferreira - UFRN

Carlos Nelson Coutinho - UFRJ

Celso Frederico - USP

César Barreira - UFC

Edgard de Assis Carvalho - PUC/SP

Evaldo Vieira - USP

Gilberto Vasconcellos - Univ. Federal Juiz de Fora

João Emanuel Evangelista - UFRN

João Gabriel Teixeira - UnB

John Lemons - New England - USA

Maria da Conceição Almeida - UFRN

Mauro Koury - UFPB

Michel Zaidan Filho - UFPE

Robert Austin - La Trobe University - Austrália

Teresa Sales - UNICAMP

Vincent de Gaulejac - Université Paris 7 - França

CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Universidade Federal do Rio Grande do Norte | UFRN

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes | CCHLA

Av. Senador Salgado Filho, 3000 | Lagoa Nova | CEP 59.078-970

E-mail cronos@cchla.ufrn.br

Natal | RN | Brasil | 2008

Organização do Dossiê: Inaê Elias Magno da Silva e Laurent Vidal

Diretor da EDUFRN: Herculano Ricardo Campos

Editor de Imagens: Alex Galeno

Gravuras e Desenhos da Capa e do Miolo: Marc Chagall – Acima da Cidade (arte da capa) – *O Livro da Arte*. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

Capa: Mariz Comunicação Integrada

Editoreção Eletrônica: Marcus Vinícius Devito Martines

Normalização: M. L. L. de Sales Cabral – Normalize

Auxiliar de Editoria: Lucas Castilho

A **Revista CRONOS, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN**, é publicada em Natal – Rio Grande do Norte, com periodicidade semestral. Sua proposta é difundir a pesquisa e a reflexão acadêmicas, relevantes em Ciências Sociais, oriundas de centros de investigação qualificados do Brasil e do exterior, procurando contribuir para o processo de reflexão e debate teórico sobre as transformações fundamentais e os desafios que se processam nas sociedades contemporâneas, na ordem, tanto internacional quanto nacional, regional ou local. A cada número da revista, um dossiê temático anunciará a problemática em discussão, seguido de seções de artigos inéditos de autores inscritos num movimento pluridisciplinar e de entrevista realizada com um pensador social da atualidade.

Catálogo na fonte
Maria Lúcia Lagreca de S. Cabral

Cronos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN, v. 1, n. 1 (jan./jun. 2000) – Natal (RN): EDUFRN – Editora da UFRN, 2000 - .

Semestral

Descrição baseada em: v. 9, n. 1 (jan./jun. 2008).

ISSN 1518-0689

1. Ciências Sociais – Periódico. 2. Utopias urbanas – Periódico.

CDU 301(05)
CDD 300.05

CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN
Natal-RN volume 9 número 1 janeiro/junho 2008

ISSN 1518-0689

Sumário

Summary

EDITORIAL	11	EDITORIAL
DOSSIÊ UTOPIAS URBANAS		URBAN UTOPIAS DOSSIER
<i>Laurent Vidal (Université de La Rochelle, França)</i> Utopias urbanas no Brasil contemporâneo dos equívocos do nome à multiplicidade das experiências	15	<i>Laurent Vidal (Université de La Rochelle, France)</i> Urban utopias in contemporary Brazil of the misconceptions of the name to the multiplicity of the experiences
<i>Maria da Conceição Coelho Ferreira (Université de La Rochelle e Université Paris 3, França)</i> O sertanejo e a cidade, uma imagem utópica	19	<i>Maria da Conceição Coelho Ferreira (Université de La Rochelle e Université Paris 3, France)</i> The backwoodsman and the city, an utopian image
<i>Remy Lucas (Université de La Rochelle, França)</i> O ano em que Zumbi tomou o Rio ou a utopia revolucionária das favelas	27	<i>Remy Lucas (Université de La Rochelle, France)</i> The year in that Zumbi took Rio or the revolutionary utopia of the shanty towns
<i>Inaê Elias Magno da Silva (Câmara dos Deputados - CAM, Brasília)</i> Utopia e silêncio: vida pedestre, imagem e emoção em Brasília	35	<i>Inaê Elias Magno da Silva (Câmara dos Deputados - CAM, Brasília)</i> Utopia and silence: pedestrian life, image and emotion in Brasilia
<i>Christiane Machado Coelho (CIES-ISCTE, Lisboa, Portugal)</i> Utopias urbanas: o caso de Brasília e Vila Planalto	65	<i>Christiane Machado Coelho (CIES-ISCTE, Lisboa, Portugal)</i> Urban Utopias: the case of Brasília and Vila Planalto
<i>Daniella de Castro Rocha (Universidade de Evry, França)</i> Da utopia brasileira à realidade do Distrito Federal: a emergência e a difícil estabilização de um espaço político específico em Brasília	77	<i>Daniella de Castro Rocha (University of Evry, France)</i> Of the Utopia from Brasília to the reality of the Federal District: the emergency and to difficult stabilization of a specific political space in Brasília

<p><i>Maria Isabel de Jesus Chrysostomo</i> (<i>Universidade Federal de Viçosa, MG</i>) Um projeto de cidade-indústria no Brasil moderno: o caso de Ipatinga (1950-1964)</p>	<p>109</p>	<p><i>Maria Isabel de Jesus Chrysostomo</i> (<i>Universidade Federal de Viçosa, MG</i>) A project of city-industry in modern Brazil: the case of Ipatinga (1950-1964)</p>
<p>ARTIGOS</p>		
<p><i>Ricardo Luiz de Souza (UNIFEMM)</i> A ordem e a síntese: aspectos da sociologia de Auguste Comte</p>	<p>137</p>	<p><i>Ricardo Luiz de Souza (UNIFEMM)</i> The order and the synthesis: aspects of Auguste Comte's sociology</p>
<p><i>Edgard de Assis Carvalho (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)</i> Ética complexa e democracia política</p>	<p>157</p>	<p><i>Edgard de Assis Carvalho (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)</i> Complex ethics and political democracy</p>
<p><i>Patrick Le Guirriec – Université François Rabelais à Tours (France)</i> A sociabilidade nos condomínios horizontais: ensaio de tipologia</p>	<p>167</p>	<p><i>Patrick Le Guirriec – Université François Rabelais à Tours (France)</i> The sociability in the horizontal condominiums: essay of typology</p>
<p><i>Joana El-Jaick Andrade (USP)</i> O ocaso da sociedade do trabalho? reflexões sobre a crise do paradigma do trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas</p>	<p>179</p>	<p><i>Joana El-Jaick Andrade (USP)</i> The sunset of the society of the work? reflections about the crisis of the paradigm of the work in the contemporary capitalists societies</p>
<p><i>Márcio Luiz do Nascimento (UNICAMP)</i> Desencantamento do mundo: acréscimos-explicativos de Max Weber à “versão final” de “A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo”</p>	<p>207</p>	<p><i>Márcio Luiz do Nascimento (UNICAMP)</i> Disenchantment of the world: additions-explanatory of Max Weber to the “final version” of “The Protestant Ethics and the ‘Spirit’ of the Capitalism”</p>
<p>ENTREVISTA</p>		
<p><i>Patrick Le Guirriec – Université François Rabelais à Tours (França)</i> <i>Edmilson Lopes Júnior (UFRN)</i> <i>Márcio Moraes Valença (UFRN)</i> <i>Entrevistados por Alex Galeno (UFRN)</i> Cidade, Utopia e Medo</p>	<p>231</p>	<p><i>Patrick Le Guirriec – Université François Rabelais à Tours (France)</i> <i>Edmilson Lopes Júnior (UFRN)</i> <i>Márcio Moraes Valença (UFRN)</i> <i>Interviewed by Alex Galeno (UFRN)</i> City, Utopia and Fear</p>

	POEMAS		POEMS
	<i>Sanderson Negreiros</i>	241	<i>Sanderson Negreiros</i>
	“50 poemas escolhidos pelo autor:		“50 chosen poems by the author:
	Sanderson Negreiros (2008)		Sanderson Negreiros (2008)
	A Rimbaud, o amálgama		A Rimbaud, o amálgama
	À Tarde	242	À Tarde
	Não é casa de infância		Não é casa de infância
	RESENHAS		REVIEWS
	<i>Gilcerlândia Pinheiro de Almeida Nunes (UFRN)</i>	247	<i>Gilcerlândia Pinheiro de Almeida Nunes (UFRN)</i>
	“A integração do negro na sociedade de classes”:		“The integration of the black person in
	uma difícil via crucis ainda a caminho da redenção		the society of classes”: a difficult “via
			crucis” still to road of the redemption
	<i>Anaxsuell Fernando da Silva (UNICAMP)</i>	255	<i>Anaxsuell Fernando da Silva (UNICAMP)</i>
	O oculto e o inculto na poesia de Fernando Pessoa		The hidden one and the uncultured one
			in the Fernando Pessoa’s poetry
	DOSSIÊ DOS AUTORES	261	AUTHOR’S DOSSIER
	NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS	269	PUBLISHING RULES
	SUMÁRIOS ANTERIORES	271	PREVIOUS SUMMARIES

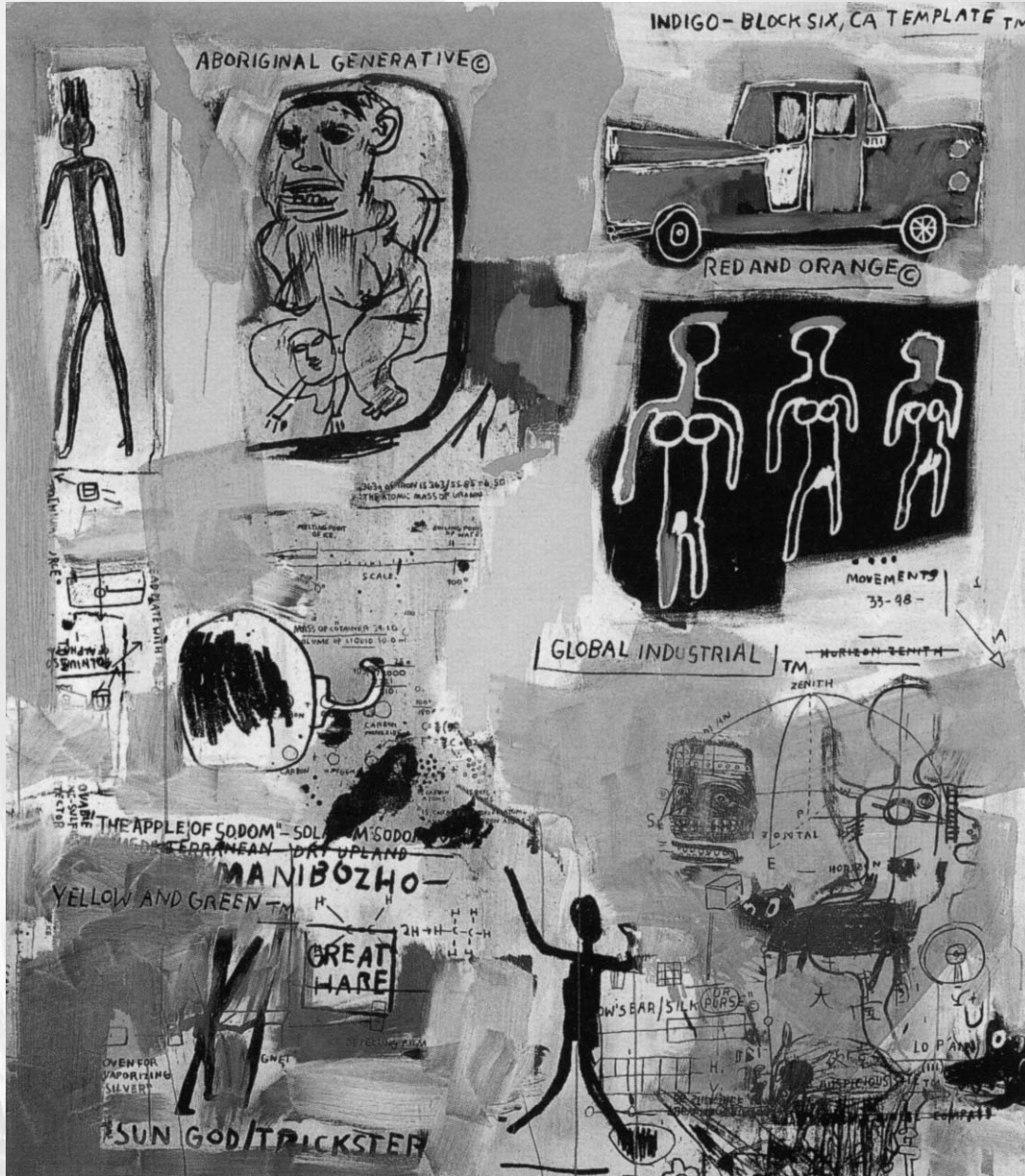


Editorial

Adentrar cidades esplêndidas desejou o poeta Arthur Rimbaud (1854-1891) em seu poema de antecipação utópica, *Une Saison en Enfer*. Mesmo que não deixemos de ficar atentos aos conselhos do poeta de que somos seres que constroem e desejam cidades ideais ou imaginárias como são aquelas próprias das utopias, há outras cidades que se impõem ao nosso cotidiano. São as cidades movimentadas pelo desenfreado consumo, pela miséria dos *Homo Sacer* que nada possuem e não são nada perante a lei nem muito menos perante outros sujeitos que lhes são indiferentes. Na cidade também há fluxos de acontecimentos que, muitas vezes, passam despercebidos aos transeuntes. Estamos nos referindo àquelas vividos pela ebulição e adrenalina dos amantes. Aos das cafetinas e cafetões, que negociam sexo de prostitutas nas avenidas e nos bordéis; dos assaltantes que surgem como bichos-soltos para afugentarem a população; do pacto silencioso entre traficantes e usuários de drogas ilícitas; das sirenes tardias dos policiais; dos corruptos que fazem falcatruas com os bens públicos; daqueles que perambulam pelos bares e entoam solidões; dos enfermos que sofrem no interior dos hospitais, especialmente, os públicos; das crianças abandonadas nas ruas das grandes metrópoles, que paradoxalmente, apelam pela conservação de suas tradições e por um ambiente ecologicamente sustentável. Além desses fluxos, destacam-se ainda os da juventude criativa que se insurge a partir de acontecimentos periféricos na cidade. Basta que notemos as *tribos urbanas* advindas de movimentos musicais – destacadamente o *Hip Hop* – e da inserção no mundo das novas tecnologias. São os amantes das infovias e construtores de vínculos virtuais. Se com a mundialização de 1492 operada por Cristóvão Colombo, a humanidade estreitou laços entre nações e povos distintos, nas cibercidades da atualidade aproximamos distâncias e nos transportamos para continentes os mais diversos. Tornamo-nos simuladores de existência, o que não significa que vivamos na irrealidade, pois atualizamos fluxos de comunicação nos acontecimentos da imensa esfera conectada, que é a *WEB*.

A cidade é esse terreno, simultaneamente, fixo e móvel de nossas ações. Nela habitamos e configuramos formas. Estamos em meio a dilemas civilizatórios e não há garantias ou receitas de curto prazo para resolvê-los. Mas devemos ser otimistas, pois como diria Guimarães Rosa em *Grande Sertão Veredas*, o desafio não se coloca nem na partida nem na chegada, mas na travessia. E é para essa travessia que convidamos a você leitor, pois pensar cenários utópicos sobre as cidades no século XXI e no futuro, é o objetivo primordial do dossiê *Utopias Urbanas* desse número de *CRONOS*.

Alex Galeno e Homero Costa
Editores



Dossiê Utopias Urbanas

Utopias urbanas no Brasil contemporâneo dos equívocos do nome à multiplicidade das experiências

Laurent Vidal – Université de La Rochelle – França

Utopia é o nome de uma ilha. Um nome inventado por Tomas More em 1516 – o lugar de lugar nenhum. Nesse “lugar” vive uma sociedade ideal. Com esse neologismo, More convidava os leitores para um mergulho no imaginário dos homens e das formas. E aqui podemos ampliar o leque histórico: voltam à memória as descrições da Atlântida e da Arcadia na Antiguidade, da Cidade do Sol de Campanella ou do Eldorado de Walter Raleigh no Século XVII, da cidade de Genebra de Jean-Jacques Rousseau no Século XVIII. A utopia é assim a tentativa de dar uma forma espacial ao velho sonho humano da harmonia social. Este espaço, claramente delimitado, tem a forma de uma ilha escondida no mar ou na floresta, um lugar fechado e de difícil acesso. Na literatura europeia se impõem as visões de Francis Bacon (*La nouvelle Atlantide*) ou Daniel Defoe (*Robinson Crusoe*); na América Latina, as tentativas de Alejo Carpentier (*Os passos perdidos*) ou Gabriel Garcia Marquez (*Cem anos de solidão*): como muitos outros tentaram dar uma tradução literária a esse desejo social.

Articulado a esse projeto de nova ordem social, a utopia é também o nome dado a uma corrente da arquitetura que nasce no Século XVI e se desenvolve no final do Século XVIII (nas trilhas de Revolução Francesa), sobretudo, na segunda metade do Século XIX. Alguns arquitetos tentam dar forma ao espaço da harmonia social: Fourier e o falanstério; de Guise e o familistério; mais tarde a cidade jardim de Ebenezer Howard; as propostas dos arquitetos russos dos primeiros anos da revolução; ou as propostas dos Congressos Internacionais de Arte Moderna.

Mas o nome “utopia” traduz também, ao nível individual, uma esperança: o desejo de outra coisa, de alhures, de grandes espaços. O filósofo marxista Ernst Bloch definia a utopia como uma projeção para “o ainda-não-vivido”, “o ainda-não-acontecido”, “o ainda-não-consciente”, essas esperanças que ocupam

o espírito dos homens e o horizonte da sua existência, mas que ainda não foram formuladas, nem traduzidas num conceito (BLOCH, 1959). A utopia é a transformação desta “consciência antecipadora” em esperança, mas essa esperança não tem necessariamente uma tradução espacial.

Passando de uma reflexão a partir do nome a uma reflexão a partir do adjetivo (“utópico”), uma outra realidade surge. Se é verdade que nosso conhecimento do mundo tem mais a ver com o adjetivo do que com o substantivo (Gaston Bachelard), é importante reconhecer que o uso do adjetivo “utópico” é essencialmente pejorativo. Quando Engels tentou distinguir o socialismo novo – organizado em torno das idéias de Marx – das outras versões do socialismo, nasceu a distinção entre socialismo científico e socialismo utópico. A partir desse momento, para muitos marxistas como para a burguesia industrial, as propostas utópicas passaram a ser consideradas como simples frutos da imaginação fértil de alguns sonhadores. As falhas das comunidades utópicas na Europa como nas Américas reforçam esse sentimento de descrédito da utopia. Mais tarde, a utopia vai se transformar em ideologia e a ideologia em terror, a exemplo do stalinismo. O adjetivo, então, leva com ele o descrédito – o pensamento utópico desde os meados do Século XIX sofreu desse descrédito.

Já neste rápido levantamento da genealogia da utopia¹ podemos perceber uma distância entre a intencionalidade dos planejadores de sociedades ideais e o que mobiliza concretamente os indivíduos, abertos à possibilidade de uma nova vida. Além disso, as formas planejadas, tanto espaciais como sociais, por serem tão perfeitas, não se concebem dentro do curso normal da história e por isso não admitem mudanças. Ora, é exatamente o desejo (às vezes confuso) de mudança que mobiliza os homens em torno da utopia. Essa distância cria assim uma tensão, e essa tensão faz história, introduzindo as experiências utópicas na realidade concreta das sociedades. O que foi chamado de falha das utopias esconde geralmente a entrada na história dessas comunidades utópicas.

Hoje a utopia parece renascer, notadamente em torno de propostas de utopia concreta. Desse ponto de vista, a utopia residiria mais no *laço* (social) do que no *lugar* (espacial): por exemplo, o prefeito da cidade de Altinópolis (Estado de São Paulo, 15.000 habitantes) tenta, desde o ano 2000, impor como modo de governo a harmonia, a paz e a não violência. Foram introduzidos programas de educação à paz nos currículos escolares, como aulas de religião, cujo programa foi estabelecido pelos representantes das

1 Ver, por exemplo, o catálogo da exposição: UTOPIE, la quête de la société idéale en Occident (2000); e o artigo de Touraine (2000) “La société comme utopie”.

principais correntes religiosas da cidade. E todas as tardes a prefeitura oferece aulas artísticas, esportivas. Mesmo a polícia trocou o revólver pela matraca.

Quando a utopia ainda está projetada numa forma espacial é mais o medo que lhe dá a vida, o desejo de exclusão, de distinção social: é o exemplo da cidade fechada ou do condomínio fechado, reservados a uma camada social específica. A “harmonia” está assim baseada em um processo de desprezo pelo resto da sociedade. Se no Século XVI a ilha de Utopia era localizada em lugar nenhum, hoje a utopia está querendo se impor no meio da cidade real: no Rio de Janeiro, um muro foi construído para separar a cidade legal da Rocinha. Por isso a utopia contemporânea traz uma forma de violência social. Outro exemplo seria o de Ecópolis, projeto de cidade ecologicamente sustentável. Desta vez é o medo de faltar recursos, energia, que dá nascimento a esta forma nova. Na Argentina, na província de San Luis, a milionária chinesa Su Lin tentou construir uma cidade modelo do futuro – Lin City – para instalar 6.500 famílias de 3 pessoas cada uma, ou seja 20.000 pessoas.

Hoje estamos então assistindo a uma ruptura entre a esperança e a forma. Até o Século XIX caminhavam juntas e a distância entre elas criava uma tensão geradora de história, enquanto atualmente ou temos a forma sem a utopia social (e coletiva) ou temos a utopia coletiva (mas sem a forma). As utopias contemporâneas têm um caráter trágico, dramático que devemos levar em conta².

Tendo chegado a esta constatação um pouco pessimista – que tem a ver com as formas planificadas e constrangedoras – não podemos deixar de pensar que o desejo, a esperança, o sonho dos alhures desapareceram. Temos que oferecer-lhes um lugar para que possam se exprimir. É por isso que este número da revista *Cronos* convida a uma reavaliação das utopias urbanas e sociais na história contemporânea do Brasil, dos anos 1950, que abriram grande as portas da utopia no Brasil, quando surgiu, entre o sonho e o concreto, Brasília, até hoje².

Diversos olhares disciplinares foram convocados para esta leitura: o olhar da literatura que planeja sempre no coração das sociedades a semente da utopia; o olhar da geografia que tenta um balanço das propostas espaciais das utopias; o olhar da sociologia que analisa a vertente social dos projetos utópicos, cruzando as perspectivas macro e micro-social. A literatura abre grande o leque das significações da utopia: ela pode começar com o sonho da cidade do sertanejo, que deposita suas esperanças nessas formas fascinantes porque longínquas e quase inacessíveis (Conceição Coelho) ou assumir a forma revolucionária de uma contra-sociedade dentro da cidade real (Rémy Lucas). Três análises serão voltadas

2 Ver, por exemplo, o artigo de Choay (2000).

para o caso de Brasília, a maior utopia urbana concretizada na América Latina do Século XX. Cada uma oferece uma releitura dessa utopia a partir de olhares “marginais”: o do pedestre, nessa cidade pensada para o carro (Inê Elias Magno da Silva), o dos moradores de Vila Planalto, única cidade satélite tombada pela Unesco com o Plano Piloto (Christiane Coelho), e o das práticas políticas do Partido dos Trabalhadores (Daniella Rocha). Contemporânea de Brasília, surge em Minas Gerais a cidade industrial de Ipatinga, *Company Town* cuja proposta urbanística se inscreve na longa história das cidades industriais e dos bairros operários, e oferece um contraponto à visão de Brasília (Maria Isabel de Jesus Chrysostomo).

REFERÊNCIAS

Bloch, Ernst. **Le principe espérance**. Paris: Gallimard, 1959 (ed. original: 1938-1947).

CHOAY, Françoise. L'utopie et le statut philosophique de l'espace édifié. In: UTOPIE : la quête de la société idéale en Occident. Paris: Bibliothèque Nationale de France/Fayard, 2000. p. 337-343.

UTOPIE: la quête de la société idéale en Occident. Paris: Bibliothèque Nationale de France/Fayard, 2000.

TOURAINÉ, Alain. La société comme utopie. In: BOUTROS-GHALLI, Boutros et al. **Les utopies moteurs de l'histoire? Les rendez-vous de l'histoire, Blois 2000**. Nantes: Éditions Pleins Feux, 2000. p. 28-38.

O sertanejo e a cidade, uma imagem utópica

Maria da Conceição Coelho Ferreira
Université de La Rochelle e Université Paris 3 – França

GRANDE SERTÃO: VEREDAS, UTOPIA, CIDADE, SERTÃO, AMBIGÜIDADE

Falar da obra de Guimarães Rosa sem abordar o que a tornou tão significativa no que concerne a renovação literária no Brasil seria não reconhecer a sua maior riqueza: o autor parte de uma perspectiva até então virgem nas letras brasileiras – não o fato de trabalhar com temas como coronelismo e jagunçagem como cerne de seu único romance – mas o fato de propor um olhar novo sobre esses fenômenos: não é o mundo urbanizado do litoral que estuda o sertão, mas o sertão que se estuda a si mesmo, sua realidade e o contexto no qual ele se insere. *Grande Sertão: Veredas*¹ será o ponto de partida do presente trabalho. No romance rosiano, por meio de uma retrospectiva que o protagonista faz de sua vida de jagunço, ele nos oferece uma leitura bem particular do universo urbano. Entre dúvidas, questionamentos e confissões, um certo pesar emana de suas palavras, um sentimento intangível mas presente. É aí que entra o tema de nosso estudo, ou seja, a visão utópica da cidade pelos sertanejos. Seu pesar Riobaldo tenta ludibriá-lo se escondendo atrás de uma imagem exponencial das cidades, numa apologia desse espaço que o livraria de seus demônios. Pois o jagunço parece estar profundamente ligado ao espaço físico que o contém².

O texto que nos propomos trabalhar nos dá um retrato bastante fiel da idéia um tanto utópica que os sertanejos podiam ter do espaço de tessitura urbana. No seu imaginário, cidade significa ordem,

1 Rosa (1986).

2 Com *Os Sertões*, Euclides da Cunha já mostrara que o sertão havia se tornado com o tempo uma realidade autônoma em relação ao litoral em todos os setores, inclusive na área lingüística, o que ultrapassa o âmbito do presente trabalho, e com *Grande Sertão: Veredas*, Guimarães Rosa projeta sobre a região uma luz nova, conferindo-lhe independência e vida própria.

limites num espaço ele mesmo limitado, civilização, com leis reguladoras de direitos e deveres, lugar por excelência de instrução, de progresso. A trama fictiva da obra rosiana se desenrola numa parte do sertão que vai de Minas Gerais até a Bahia e toma uma parte do sertão de Goiás. O romance é narrado em primeira pessoa, o que confere à obra uma unificação problemática. Mas Riobaldo, detentor da palavra do início ao fim, é o único que pode nos dar uma idéia do que a cidade representa para um sertanejo. É verdade, Riobaldo é um sertanejo – e jagunço! Mas ele é atípico. Ele tem certo grau de instrução e aprendeu a gostar de ler! No entanto, sua natureza ambígua o traz sempre de volta às origens.

O livro começa com uma digressão sobre o sertão pelo jagunço Riobaldo, que o descreve como um lugar imune a toda espécie de autoridade, espaço sem fim, “sem fechos”, onde tudo é tolerado. “O sertão esta em toda a parte”, afirma Riobaldo, o que parece ser uma confissão de sua parte da dificuldade que ele, como sertanejo, encontra de se livrar das garras desse espaço invasivo. Mas ele quer realmente se livrar?

É interessante notar que essa longa digressão é marcada por uma necessidade quase vital para o jagunço de se assegurar da não-existência do diabo. Levando em conta esse dado importante de seu suposto diálogo com o doutor, seu interlocutor, não poderíamos negligenciar o lugar que credices como essas ocupam no imaginário sertanejo, certamente influenciando a visão de mundo do protagonista. O que vem a dizer que a idéia que o mesmo (Riobaldo) faz do espaço citadino é também contaminada por sua “obsessão” de salvar sua alma. O olhar que o jagunço projeta sobre o mundo é saturado de questões metafísicas sobre a natureza, o cosmos, a demanda religiosa. O homem viveria às voltas com o perigo, como ele pode constatar na sua vida atribulada de jagunço, e cairia em tentação antes mesmo de se dar conta do perigo que o persegue. Seu leitmotiv revela sua posição perante a vida; o próprio ato de “viver é muito dificultoso”. O simples fato de pensar “a cidade” suscita no personagem um misto de inveja e de admiração respeitosa, isso porque o mundo ‘ordenado’ que ele conhece de ouvir dizer é todo o contrário de seu *locus vivendi*. Há admiração e impotência em suas palavras quando aborda a questão do homem na sociedade:

Uma coisa é pôr idéias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias... Tanta gente – dá susto de saber – e nenhum se sossega: todos nascendo, crescendo, se casando, querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons [...] (ROSA, 1986, p. 15).

Para melhor compreender essas palavras de Riobaldo, é preciso atentar na definição de “cidade”. Entre as muitas definições adotadas por historiadores ou geógrafos, a que usamos aqui foi escolhida de modo a demonstrar a validade da asserção defendida pelo presente trabalho, sem deixar de levar em conta que a definição do termo cidade só pode dar conta do fenômeno se ela se constrói a partir de um modelo dado, delimitando o conceito. Cidade seria então um lugar com um grande número de moradores e com uma alta densidade populacional na qual o espaço natural sofreu uma profunda transformação, lugar esse dotado de um mercado e de uma estrutura política autônoma, com leis e regras que regem a conduta de seus habitantes (DA MATA, 2002). O que nós podemos deduzir da definição acima é que em todo caso a cidade não é o lugar onde se encontra Riobaldo. Ele a vê de longe, ele a teoriza, toma-a como abstração. Em todo caso, articular um espaço não significa conhecê-lo como de fato ele é, mas apropriar-se de uma reminiscência como ela se apresenta num momento crítico. O retrato que Riobaldo faz dela não corresponde forçosamente à realidade da cidade a que se refere, mas ele é de certa forma arranjado de maneira a corresponder a suas necessidades, ou seja, daquele ideal de que o protagonista precisa para fugir da obsessão que o persegue. Para ele só é concreto o sertão, região onde nasceu, cresceu e onde consquistou seu espaço a duras penas. A urbe é o reflexo invertido, o lado positivo da realidade única que o jagunço conhece e por isso nela se encontra tudo o que falta ao sertão: civilização, gente instruída, leis que regem sua vida...

De um ponto de vista social, a ação do romance é circunscrita a um tipo de gente modesta que constitui a base da pirâmide social. Com exceção de alguns chefes de bando – fazendeiros abastados dos quais se fala num misto de reverência e respeito – e alguns poucos agentes de polícia encontrados aqui e ali, com os quais os jagunços cruzam de quando em quando, a população sertaneja é constituída de jagunços e da massa de pobres que habitam o sertão. Os jagunços são na verdade homens que nada têm a perder fora a família, que deixam de lado para trabalhar para um fazendeiro a quem se dedicam de corpo e alma, obedecendo a uma hierarquia, e sem a menor preocupação moral em relação aos “trabalhos” que devem executar (FERREIRA, 2005).

O discurso de Riobaldo constrói um ideal utópico do espaço urbano. Ele nos dá um rascunho de uma cidade desejada, tantas vezes sonhada, um esboço de idéia, vaga e nostálgica, de uma realidade desconhecida e certamente nunca experimentada. A imagem que a cidade passa é a de um mundo governado por regras de comportamento e civilização tais que ela se torna, por um processo de inversão, *locus amoenus*. Assim, a cidade, espaço delimitado por definição, torna-se um espaço aberto, de liberdade e de direitos, em suma, e o sertão, dialeticamente, espaço aberto e sem leis preestabelecidas, – fora as de cada grupo dominante – se tornaria espaço fechado, hermético, sem saída. Um exemplo disso sai da boca de Riobaldo:

[...] jagunço sai do bando quando quer – só tem que definir a ida e devolver o que ao chefe ou ao patrão pertence. As armas, eles não devolviam, porque eram deles; mas, como tinham de primeiro vindo a pé, largavam bem agora os cavalos. Pegavam era um tanto de matula – trivial de farinha e carne-seca, e rapadura, para uns três dias, mal (ROSA, 1986, p. 376), mas:

De certo nadas e noves – iam como o costume – sertanejos tão sofridos. Jagunço é homem já meio desistido por si... (p. 42).

Podemos deduzir que só entravam para o jaguncismo homens que não tinham nada a perder, cuja última esperança de uma vida melhor se encontrava ali, fazer parte do bando e lutar nem se sabe por quê: “Aí mesmo, no momento, fui escogitando: que a função do jagunço não tem seu que, nem p’ra que. Assaz a gente vive, assaz alguma vez raciocina. Sonhar, só, não” (1986, p. 321), pois o importante é que eles não sucumbiam à fome – embora pudessem morrer a qualquer momento em tempos de guerra. Deparamo-nos então com uma visão cândida e ao mesmo tempo lúcida do mundo exterior ao universo sertanejo, aqui, no contexto que nos interessa, a “cidade grande”. Insistimos no termo “cidade grande” porque Riobaldo várias vezes faz alusão à sua vontade de morar em ou perto de cidade, mas não qualquer uma. Cidade grande para os seus parâmetros de comparação seria, por exemplo, Januária, citada inúmeras vezes no texto. Nessa época, Januária era um ponto de referência importante já que ela contava no mínimo um século de existência e desfrutava de certo prestígio. No que concerne os parâmetros urbanos no Brasil do interior de Minas Gerais, fora as vilas nascidas com a expedição em busca do ouro, Januária é uma cidade antiga, representando a força, lugar de poder, onde é bom de se viver:

E, desde, naquela hora, a minha idéia se avançou por lá, na grande cidade de Januária, onde eu queria comparecer, mas sem glórias de guerra nenhuma, nem acompanhamentos. Alembado de que no hotel e nas casas de família, na Januária, se usa toalha pequena de se enxugar os pés; e se conversa bem. Desejei foi conhecer o pessoal sensato, eu no meio, uns em seus pagáveis trabalhos, outros em descanso comedido, o povo morador. A passeata das bonitas moças morenas, tão socialmente, alguma delas com os cabelos mais pretos rebrilhados, cheirando a óleo de umbuzeiro, uma flor airada enfeitando o espírito daqueles cabelos certos (1986, p. 256).

Ajunta-se ao lugar de poder o lugar de prazer, tão escasso pelas brenhas sertanejas. É preciso ir até a Aroeirinha para encontrar Nhorinhá, prostitutriz que lhe deixou lembranças indeléveis de uma ternura quase maternal, ou até o Verde-Alecrim onde Hortência e Maria-da-Luz, estavam sempre à espera de quem aparecesse: “Bom, quando há leal, é amor de militriz [...]. Que guardam prazer e alegria para o passante; e, gostar exato das pessoas, a gente só gosta, mesmo, puro, é sem se conhecer demais socialmente [...]” (1986, p. 397).

Ao mesmo tempo material e abstrato, o ideal de cidade construído por Riobaldo, viajante que percorre espaços selvagens e infinitos, se fundamenta numa forma de dicotomia com o espaço sertão, indomado e indomável. Fundamenta-se também em interesse ideológico onde se fecunda a idéia de excelência. A cidade torna-se assim tributária de um imaginário ambíguo de proteção e de perdição, de plenitude e de falta, pois se ela é tão bem imaginada e suscita tantos sonhos, ela certamente não estaria à altura do interesse despertado. A cidade é por definição espaço construído, limitado, mas aberto (no sentido de se poder ainda estender seus limites). Embora as cidades brasileiras nessa época ainda necessitassem adquirir uma autonomia e uma maturidade própria, elas eram, aos olhos do sertanejo, um espaço completamente acabado, sem a rusticidade e as irregularidades de toda espécie que caracterizam o sertão. Em contrapartida, o sertão, lugar que carece de fechos como salienta Riobaldo, seria espaço a ser construído, múltiplo, escondido, vasto, onde inventar ainda é possível. Poderíamos mesmo dizer lugar passível de ser inventado, já que tudo está por vir a ser.

Um outro dado importante que não podemos negligenciar é que Riobaldo é jagunço, homem nômade – “jagunço nunca dilata”; “alegria de jagunço é movimento galopado...” – viajante por natureza, e por conseguinte seu olhar é mutante. Essa é mais uma das dialéticas que o caracterizam e a não menos importante, quer dizer, o seu movimento incessante, que acaba por criar o desejo contrário, ou seja, o de criar raízes.

Se tomarmos a noção de tempo, vemos que a idéia de tempo para um sertanejo não é a mesma que para um homem da cidade. Se Riobaldo serve de exemplo, tem-se já idéia desse tempo dilatado, que não se pode cronometrar. A história que ele conta ao doutor não dura nada mais nada menos que três dias, e a julgar pelo relato (a história é contada na primeira pessoa), ininterruptos! Não se sabe o que o “doutor” foi fazer nas paragens onde Riobaldo reside, mas se pode inferir, quando o protagonista pede à seu interlocutor para demorar-se mais em sua casa, que o visitante letrado é instado a ficar na fazenda de Riobaldo por pelo menos três dias:

É, que se vai? Jàjá? É que não. Hoje, não. Amanhã, não. Não consinto. O senhor me desculpe, mas em empenho de minha amizade aceite: o senhor

fica. Depois, quinta de-manhã-cedo, o senhor querendo ir, então vai, mesmo me deixa sentindo sua falta. Mas, hoje ou amanhã, não. Visita, aqui em casa, comigo, é por três dias! (1986, p. 22).

Ao tempo esquivo sertanejo, num espaço ilimitado, opõe-sem o espaço confinado da urbe e um tempo cronometrado, mas que se pode prolongar. Apesar disso, a cidade passa uma imagem de uma nova sociedade que exhibe os sinais de sua prosperidade. De um lado do pêndulo, a cidade, natureza perdida, vencida, dominada, “tornada em alto grau habitável”, do outro, o sertão, natureza indomada, selvagem, o coração e o sal da terra. A noção de cidade toma um lugar privilegiado no discurso de Riobaoldo porque ela subentende uma noção ideológica: ela é também espaço de cultura, de aprendizado da virtude, onde se pode enriquecer sob vários aspectos. Isso equivale a dizer que a *pólis* está intrinsecamente ligada ao *lógos*, e esse sertanejo letrado se considera herdeiro dessa riqueza a que ele aspira tão profundamente e de que fala com tanta nostalgia: “Inveja minha pura é de uns conforme o senhor, com toda leitura e suma doutoração. Não é que eu esteja analfabeto. Soletrei, anos e meio, meante cartilha, memória e palmatoria” (1986, p. 14).

Não menos importante é o fato que leva o protagonista a contar sua história com tanta eloquência. A perda daquele que foi sua neblina, sua obsessão, seu amigo, tudo, o fez oscilar entre razão e demência. Depois de muito caminho andado, de muitas rezas e muitos “trabalhos” feitos a seu favor, Riobaldo alcança uma certa serenidade. Mas uma idéia não para de lhe correr atrás. A maneira que Riobaldo encontrou para conjurar o demônio foi pensar num espaço onde este não teria influência, e esse espaço é a cidade:

Olhe: o que devia de haver, era de se reunirem-se os sábios, políticos, constituições gradas, fecharem o definitivo a noção – proclamar por uma vez, artes assembléias, que não tem diabo nenhum, não existe, não pode. Valor de lei! Só assim, davam tranqüilidade boa à gente. Por que o Governo não cuida? (1986, p. 15).

No entanto, a ambiguidade que caracteriza o personagem anula a possibilidade de ele ser verossímil. Pode-se perguntar se ele é sincero ou se todo esse desejo de mudança esconde um outro, o de

continuar como sempre foi³. O Rio São Francisco “partiu minha vida em duas partes”, afirma Riobaldo, e essa dicotomia encontra todo seu sentido na dualidade do personagem, baldando qualquer possibilidade de mudança – Rio-baldo. Porque o desejo íntimo do herói é de formar uma cidade no sertão, – cidade de religião, às margens do rio Ururucuia, rio dual, que desemboca no São Francisco, rio capital, aquele que fez sua vida bifurcar...

O personagem de Riobaldo reflete de maneira exemplar a dualidade que constitui a relação entre sertão e cidade no Brasil nos fins do Século XIX e início do Século XX. Uma realidade de contrários que se repelem e se atraem. Seu destino perpetua-se preso a certezas incompatíveis, fruto do horror a mudanças e sobretudo da vontade de se construir o novo com ruínas do passado. O aparato do belo e do ideal tomam o lugar do concreto e do prático. A cidade se constrói, em suma, em oposição ao sertão, que é uma espécie de geografia do excesso – “o sertão está por toda parte” é o que afirma Riobaldo. Mas um excesso que se traduz em falta – de limites, de liberdade, de poder, de instrução. Pode-se concluir que a cidade ganha uma nova densidade no imaginário do sertanejo Riobaldo para enfim se tornar concreta. O jagunço se perde nesse ideal para melhor reinventá-lo, mas à sua maneira...

REFERÊNCIAS

Da Mata, Sérgio. **Chão de Deus**: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2002.

Ferreira, Maria da Conceição Coelho. **Croyances politiques et religieuses dans Grande Sertão: Veredas de João Guimarães Rosa**. Thèse de doctorat (en co-tutelle avec l'Université de São Paulo) – Université Sorbonne Nouvelle, Paris, 2005.

PASTA JR., José Antonio. O romance de Rosa: temas do *Grande Sertão* e do Brasil. **Cahier n. 4 – La ville: exaltation et distantiatiion. Etudes de Littérature portugaise et brésilienne**, Paris: Presse de la Sorbonne Nouvelle, p. 159-170, 1997.

ROSA, Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. (1956).

3 Para o tema da dicotomia sobre o personagem rosiano, ver Pasta Jr. (1997, p. 159-170).

O ano em que Zumbi tomou o Rio ou a utopia revolucionária das favelas

Remy Lucas – Université de La Rochelle – França

RESUMO

O artigo propõe analisar o romance do escritor angolano José Eduardo Agualusa, *O Ano em que Zumbi tomou o Rio*, através da perspectiva utopia *vs* heterotopia (criada por Michel Foucault). Utopia dos favelados negros que querem se libertar do jugo da cidade branca, e heterotopia, pois a favela é o contraponto da cidade do asfalto, justapondo em um só lugar vários espaços que são incompatíveis. O romance questiona *in fine* a marginalidade multifacetada do Rio, não a de outrora, onde o boêmio e o malandro eram os representantes duma marginalidade, no fim de contas, simpática e exótica, mas sim a de hoje que abrange uma população cada vez mais numerosa e cujos aspectos se declinam em várias formas: marginalidade social, habitacional, política e até sexual.

Palavras-chave: Literatura africana de língua portuguesa. Favela na literatura. Negros na literatura. Marginalidade.

ABSTRACT

This article sets out to analyze *O Ano em que Zumbi tomou o Rio*, novel by the Angolese writer José Eduardo Agualusa, within the framework Utopia vs Heterotopia, developed by Michel Foucault, that is, Utopia as conceived by the black residents of the favelas of Rio, who seek to be liberated from the stronghold of the surrounding white city; and Heterotopia, because the favela represents the polar opposite of the asphalt city and juxtaposes in a single environment a certain number of apparently incompatible spaces. This novel questions more specifically the multifaceted marginality of Rio, no longer the cliché, “Bohemian” images of the city when the *malandro* prefigured an “exotic” and attractive kind of marginality, but rather the present and very real marginality experienced by an ever-increasing population and that touches upon the social, economic and even sexual spheres.

Keywords: African literature of Portuguese expression. The favela in literature. Blacks in literature. Marginality.

As favelas brasileiras são, desde algumas décadas, objeto de estudos das Ciências Sociais. Inúmeros relatórios, pesquisas, ensaios foram produzidos por sociólogos, etnólogos, arquitetos, urbanistas, geógrafos e historiadores, particularmente sobre as favelas do Rio e São Paulo (VALLADARES;

MEDEIROS, 2003). A literatura, em proporção menor, também acompanhou a transformação da cidade, testemunhando o processo de favelização das metrópoles. Já no século XIX, *O Cortiço* de Aluísio Azevedo, dava uma representação, numa perspectiva naturalista, do conglomerado habitacional popular do Rio. A espinha dorsal da obra opunha o cortiço ao sobrado, ou seja, retomava o antagonismo arquitetônico que governava as relações sociais e raciais da colônia e do império através da oposição casa grande/senzala. Com o tempo e com o desenvolvimento das cidades em metrópoles, com o fluxo cada vez mais importante de migrantes pobres para as cidades procurando trabalho, esse antagonismo cultural e vivencial se transformou em uma outra oposição, em uma fronteira entre a cidade do asfalto e a dos morros. Esse confronto da cidade dentro da cidade, do rico e do pobre, dos prédios da cidade do litoral e dos barracos precários de veredas íngremes dos morros será a ótica com a qual analisarei um romance do escritor angolano Agualusa (2002), *O Ano em que Zumbi tomou o Rio*. Esse autor, que se define como um afro-luso-brasileiro, residiu no Brasil entre 1998 e 2000 e foi a leitura de um artigo de imprensa onde se mencionava a presença de angolanos nos morros da capital fluminense ao lado dos traficantes de droga que lhe inspirou esse romance. Romance de tese que quer tirar o véu de uma realidade urbana do Rio que escondeu, até hoje, o lugar do negro na sociedade brasileira a partir de uma visão lusot(r)ópica: os espaços e os tempos da história do Brasil e de Angola se misturam, se interpenetram para questionar os problemas sociais e raciais dessas duas antigas colônias portuguesas.

CARTOGRAFIA DO RIO ROMANCEADO

O Rio do romance não coincide exatamente com a capital fluminense que conhecemos. Mais do que uma cartografia romanceada se trata, na verdade, de um romance “cartografiado”, mapeado. Com indicações de lugar e de tempo que têm valor de título¹, os quarenta e cinco capítulos do romance dividem a cidade, traçando a delimitação narrativa, ancorando a narração da cidade em dois territórios específicos, separados e, no entanto, interligados pela permeabilidade da fronteira social e habitacional. Na zona sul, lugar de residência de alguns protagonistas, os bairros de Ipanema, Flamengo e Jardim Botânico são enfocados. Ipanema e o apartamento de Jorge Velho, chefe da polícia civil do Rio e de sua

1 Por exemplo: “Rio de Janeiro, Hotel Glória, noite fechada”, “Rio de Janeiro, morro da Barriga, vinte de novembro, quatro horas da tarde”...

mulher Bárbara, socióloga, membro do Movimento Negro. O apartamento fica perto do morro do Pavão, lugar favelado, e a própria Bárbara nos dá uma nova perspectiva do bairro, abandonando as tradicionais indicações de caminho, atualizando outra realidade, outro sinal de referência: “rua Barão da Torre, sétimo tiroteio à esquerda” (AGUALUSA, 2002, p. 125). Apesar de uma proximidade com o morro, com os traficantes armados, o casal e as filhas conseguem viver normalmente, habituados com essa vizinhança dita perigosa. O Hotel Glória no Flamengo, símbolo de uma ucronia com seu aspecto antiquado, acolhe Francisco Palmares, 37 anos, ex-coronel do Ministério da Segurança do Estado de Angola. Depois de vários anos ao serviço da revolução angolana, ele teve que fugir por razões políticas. Encontrou no Rio seu lugar predileto onde ele tenta esquecer os fantasmas que o perseguem e organizar uma revolução que não fracassará como aconteceu em Angola. Ele se tornou um vendedor de armas que compra em Angola e revende aos narcotraficantes. Ele é o negativo, como se diz em fotografia, da imagem do angolano que chega ao Brasil para comprar mercadorias baratas que são depois vendidas nas cidades angolanas (SANTIL, 2003). “Fugindo da memória” Francisco Palmares não vende armas pelo lucro, mas sim por motivações ligadas a sua história pessoal e também à história política de Angola: “Estou a dar a esta gente os instrumentos para que se revoltem, para que organizem uma revolução” (AGUALUSA, 2002, p. 48). O terceiro lugar da zonal sul que tem relevo no romance é o Jardim Botânico onde mora a artista plástica Anastácia Hadok Lobo, mulher burguesa que vive numa solidão social e amorosa. Essa solidão vai ser rompida pela chegada imprevista de Jararaca, o chefe dos traficantes do morro que vai se tornar seu amante, rompendo assim a fronteira entre os dois espaços. Há portanto nesses lugares uma ligação de proximidade até mesmo de intercâmbio entre os bairros nobres da cidade e o morro. Os personagens, através de suas interações com a favela, vão baralhar a topografia da cidade dando-lhe novo relevo.

A esses três lugares vai se opor, de uma certa maneira, outro espaço, desta vez indefinido, mas numericamente importante, representado pelo Morro da Barriga, metonímia de todas as favelas dos morros do Rio. Esse espaço é dirigido por Jararaca, líder carismático assistido de Jacaré “*soldado do morro*” e cantor de rap que acabou de lançar um disco com um título reivindicativo “Preto de nascença”. O morro da Barriga vai ser o lugar de acontecimentos violentos (massacre de seis crianças pela polícia durante a procissão de São Sebastião, guerra contra a cidade do asfalto). Nesse morro também age e vive outro angolano, o ex-general Catiavala que dá formação militar aos “maninhos” do morro para a guerra final que deve acabar com a supremacia da cidade asfaltada.

Entre esses personagens ideológicos (ex-revolucionários angolanos, líderes do morro e do Comando Negro – duplo ficcional do Comando Vermelho –, chefe da polícia com valores humanistas, socióloga do Movimento Negro, artista que transgride os tabus) devemos acrescentar outro que não tem espaço próprio. É o jornalista angolano Euclides Matoso da Câmara que trabalha para um jornal

português e que tem três “identidades” que o definem e que remetem a três categorias marginalizadas: ele é negro, anão e homossexual. Esse “freak”, com suas diferenças, é o elo dos espaços narrativos que vai permitir o cruzamento deles, a interligação entre os personagens. O cimento ideológico dessa construção literária se apoia em várias utopias que norteiam a narrativa. A partir de uma mesma experiência da violência (guerra civil em Angola, guerra do tráfico nos morros cariocas) e a partir da relação conflituosa entre negros e brancos (época pós-colonial em Angola e guetização social e racial no Brasil) o autor nos dá uma visão transnacional da lusotopia: “Distanciando-se, em termos históricos e políticos do projeto utópico salazarista, autores como Agualusa ressignificam a utopia de um espaço transnacional e intercultural de interação entre os países advindos da experiência colonial portuguesa” (SCHMIDT, 2006).

DA HETEROTOPIA À UTOPIA

Dessa “cidade partida”, como chama Ventura (1974) a metrópole dividida entre os ricos e os pobres, o Morro da Barriga é o lugar central de um outro poder e pode ser encarado a partir do conceito de “heterotopia” como o definiu Michel Foucault em 1967 numa conferência que fez no Cercle d’Etudes Architecturales. Esse conceito é muito ligado à utopia, mas ele se distingue dela pelo fato de a heterotopia existir enquanto a utopia é irreal:

Existem igualmente, e provavelmente em qualquer cultura, em qualquer civilização, lugares reais, lugares efetivos [...] e que são espécies de contra-lugares, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os lugares reais, todos os outros lugares reais que se podem encontrar no seio da cultura são ao mesmo tempo representados, contestados e inversos, espécies de lugares que são fora de todos os lugares embora eles, no entanto, sejam localizáveis. Estes lugares [...] eu os chamo, em oposição às utopias, de heterotopias (FOUCAULT, 1984, p. 46-49)².

2 Texto original: “Il y a également, et ceci probablement dans toute culture, dans toute civilisation, des lieux réels, des lieux effectifs [...] et qui sont des sortes de contre-emplacements, sortes d’utopies effectivement réalisées dans lesquelles les emplacements réels, tous les autres emplacements réels que l’on peut trouver à l’intérieur de la culture sont à

E para concretizar esse conceito, ele faz referência ao espelho que é ao mesmo tempo uma utopia, pois o lugar que ele reflete não existe em si, mas só através desse ponto virtual que é o espelho, e uma heterotopia, pois o espelho existe realmente e dá uma imagem em contato com o espaço que o cerca. A partir dessa noção de imagem em espelho vamos mostrar que a favela no romance tem estas duas vertentes: uma heterotopia, na medida em que a favela é o contraponto da cidade do asfalto, justapondo em um só lugar vários espaços que são incompatíveis; e uma utopia, por ela querer se libertar do jugo da cidade branca sabendo que isso não vai resultar.

A favela não aparece em pormenores no romance, poucas descrições do hábitat a não ser a casinha de Jararaca. Só temos uma visão geral do morro da Barriga como se ele abrangesse tudo o que não é a cidade do asfalto:

Barracos de tijolo exposto. Placas de betão. Depósitos de água. Antenas parabólicas. Bolsões de verde. Ruelas que caem bruscas, quase a pique, zigzagando entre o casario. A humidade que se enrosca ao corpo como um cachorro triste. O rumor duro, permanente, de milhares de pessoas acossadas (AGUALUSA, 2002, p. 87).

A justaposição de frases curtas, a sucessão de ângulos de vista como se o morro fosse visto com uma máquina fotográfica, dão à favela uma estrutura inacabada. No entanto, a comunidade existe pelos atos dos que nela vivem: o tráfico de drogas, a música, as escolas comunitárias. Ela se constrói através dos personagens contra a outra cidade, a do litoral. Até poderíamos dizer que ela só existe porque a outra existe. Neste sentido, ela cabe na definição do conceito de “antimundo”: “Parte do mundo mal conhecida e que quer não ser conhecida, que se apresenta ao mesmo tempo como o negativo do mundo e como seu duplo indispensável” (BRUNET, 1992, p. 35)³. Há um movimento quase antagonista entre os dois espaços que se atraem, que não podem viver sem o outro, mas no final das contas cada um retorna ao seu lugar:

la fois représentés, contestés et inversés, des sortes de lieux qui sont hors de tous les lieux, bien que pourtant ils soient effectivement localisables. Ces lieux [...] je les appellerai, par opposition aux utopies, les hétérotopies” (FOUCAULT, 1984, p. 46-49).

3 “Partie du monde mal connue et qui tient à le rester, qui se présente à la fois comme le négatif du monde et comme son double indispensable” (BRUNET, 1992, p. 35).

os clientes da zona sul que integram o morro e as bocas de fumo para comprar sacolés ou saquinhos, os angolanos que vendem armas, a artista plástica que dá aulas de arte às crianças do morro.

Se por utopia entendemos “qualquer descrição imaginativa de uma sociedade ideal, fundamentada em leis justas e em instituições político-econômicas verdadeiramente comprometidas com o bem estar da coletividade” (HOUAISS, 2000, p. 2817) não poderemos aplicar essa definição à situação conflitual do romance, tendo as duas sociedades em presença uma vivência totalmente oposta e de desigualdade. Na sua acepção mais ampla na língua comum, a palavra tem o sentido de quimera, ilusão, sonho, miragem... Nesse aspecto, o projeto do Comando Negro (duplo fictício do Comando Vermelho) do Morro da Barriga de invadir e tomar conta da cidade asfaltada pelas armas a fim de acabar com a nova escravidão que representa a vida nos morros é uma quimera que, desenvolvida até aos extremos, vai gerir uma guerra fratricida deixando os favelados numa situação desesperada. O projeto de Jararaca, traficante transformado em líder social e político que quer libertar seu povo escravizado, não passa de um sonho irrealista devido às condições de vida dramáticas no morro. A utopia primitiva, que materializa o desejo de uma sociedade mais justa, mais fraternal, mais igualitária, falhou por ter protagonistas que não têm nada a perder, quer seja Jararaca, traficante procurado pela polícia, quer sejam os angolanos nostálgicos da revolução no seu país. Esses personagens são, desde muito tempo, mortos em sursis.

A utopia também está presente na própria construção do romance: “Ao refletir fatos específicos da nação angolana em uma realidade brasileira, Agualusa busca a transitoriedade do “não lugar” para tecer ma narrativa em que se concatenam fatos verídicos” (DUTRA, 2006).

Esse “não lugar”, como o define a etimologia da palavra utopia e o caráter transitório, *i.e.* que dá passagem, que serve de passagem, é uma constante da obra do autor. Os tempos e os espaços se cruzam, se interpenetram, o Brasil do século XX comunica com o do século XVII numa mesma vontade de se afastar da sociedade dominante. Zumbi, o líder dos quilombos dos Palmares, apesar de só estar presente no título é sempre lembrado através da escolha dos nomes dos protagonistas como na toponímia dos lugares: Francisco Palmares e o morro da Barriga remetem à organização social e econômica dos escravos fugidos que, durante um século (até a morte de Zumbi a 20 de Novembro de 1695), resistiram ao poder escravocrata; Jorge Velho, o chefe da polícia civil remete a Domingos Jorge Velho, o caçador de quilombolas, o bandeirante paulista que acabou com Palmares e seu rei. Esse diálogo com um Brasil distante no tempo e no espaço só tem uma finalidade no pensamento do autor: mostrar que o Brasil ainda não foi descolonizado da potência dos brancos: “Negro e pobre são condições que se confundem no Brasil. Não se criou aqui, como em Angola, uma elite negra [...]. Enquanto não enfrentar o problema e não der maior participação aos negros, o Brasil não terá se descolonizado” (AGUALUSA, 2004).

Quilombolas e favelados são, portanto, no pensamento do autor as duas caras de uma realidade colonial que minora e até despreza o lugar do negro. Essa ucrônia narrativa percorre o romance inteiro intervertendo as focalizações. Os quilombolas tentaram se afastar da sociedade branca fugindo no meio do mato, organizando uma sociedade quase auto-suficiente. As guerras contra os Palmares foram organizadas pela sociedade escravocrata para acabar com essas verrugas que manchavam o sistema colonial. Os revolucionários do morro da Barriga, quanto a eles, vivem ao lado da cidade asfaltada, fazendo parte da cidade geográfica e têm com ela muitas relações econômicas e sociais: mulheres empregadas nas casas das “madames” do litoral, venda de drogas aos “playboys” da zona sul. Os negros que vivem no morro são “negros de todas as cores” e a favela conta africanos fugitivos de um passado de guerra civil. Analisando a situação catastrófica que vive a cidade maravilha, o novo Jorge Velho do século XX se tornou humanista e tenta refletir sobre o que levou a essa revolução: “Podíamos ser todos de uma única raça. Um povo da raça Brasil [...] Alguns de entre nós se descobriram negros porque não os deixam ser brasileiros” (AGUALUSA, 2002, p. 251-252). Quando ele se dará conta que não tem outra alternativa a não ser a guerra aberta contra os poderosos, acabará por escolher o campo dos favelados ao contrário de seu homônimo do século XVII.

Estamos aqui em presença do nó do romance e da tese do romancista. Esse jogo de espelho de que falou Foucault, essa visão utópica e ucrônica, que mistura espaços e tempos, organiza uma reflexão, em todos os sentidos da palavra (a favela como reflexo da crise da sociedade; reflexão sobre o lugar do negro no Brasil, país conhecido como paraíso multiracial; Angola e o Brasil se refletindo no espelho do outro). O romance questiona *in fine* a marginalidade multifacetada do Rio, não a de outrora, onde o boêmio e o malandro eram os representantes de uma marginalidade, no fim de contas, simpática e exótica, mas sim a de hoje, que abrange uma população cada vez mais numerosa e cujos aspectos se declinam em várias formas: marginalidade social, habitacional, política e até sexual. Os marginais da cidade se encontraram para constituir a nova resistência ao poder dos que decidem por eles. Essa população pode cantar com Martinho da Vila a música que encerra o romance: “Rei Zumbi, Rei Zumbi/e então surgiram aos milhares por esses brasis/quilombos, mocambos, palmares, novos zumbis/que até hoje norteiam/cabeças pensantes/pregando a miscigenação/de um povo que dança, que canta e proclama/ Zumbi: eis a tua nação” (AGUALUSA, 2002, p. 282).

REFERÊNCIAS

- AGUALUSA, José Eduardo. **O Ano em que Zumbi tomou o Rio**. Lisboa: Ed. Dom Quixote, 2002.
- _____. O Brasil é colônia. **Época**, set. 2004.
- BRUNET, Roger et al. **Les mots de la Géographie**. Dictionnaire critique. Montpellier: Paris: Reclus/La Documentation Française, 1992.
- DUTRA, M. A. Robson Lacerda. O Dia em que um angolano viu o Rio. **Unigranrio, Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, v. 4, n. 16, jan./mar. 2006.
- FOUCAULT, Michel. Des espaces autres. **Architecture, Mouvements, Continuité**, n. 5, p.46-49, out. 1984.
- HOUAISS, Antonio. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- SANTIL, Juliana. Hotel XXI. **Lusotopie**, p. 153-159, 2003.
- SCHMIDT, Simone Pereira. Navegando no Atlântico pardo ou a lusofonia reinventada. **Crítica Cultural**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2006.
- VALLADARES, Lícia do Prado; MEDEIROS, Lídia. **Pensando as favelas do Rio de Janeiro 1906-2000**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Reluma Dumará, 2003.
- VENTURA, Zuenir. **Cidade partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1974.

Utopia e silêncio: vida pedestre, imagem e emoção em Brasília

Inaê Elias Magno da Silva – Câmara dos Deputados – CAM, Brasília

RESUMO

Este artigo busca compreender como determinadas escolhas feitas pelos planejadores do espaço urbano de Brasília influenciam a vida pedestre na cidade e, em conseqüência, atuam, também, sobre a produção das imagens e dos sentimentos que orientam uma representação social corrente da capital brasileira como uma cidade fria, vazia e solitária. O estudo da experiência pedestre em Brasília e seus reflexos nos campos emocional e representacional aponta a relevância de investigações sobre os resultados imateriais produzidos pela arquitetura e pelo urbanismo racionalista – de base modernista ou não.

Palavras-chave: Brasília. Pedestre. Silêncio social. Emoções. Utopia modernista.

ABSTRACT

This article aims to understand the influence of both some Brasília's urbanistic and architectural structures to the production of its social representation as an empty, cold and lonely city. The analyses focus at two different but related issues: the pedestrian experiences and both the images and feelings produced by dwellers about the city. The study of pedestrian experiences and its reflection on both emotional and representational fields shows the relevance of studies about rationalist's both architecture and urbanism immaterial results.

Keywords: Brasilia. Pedestrian. Social silence. Emotions. Modern utopia.

As reflexões aqui apresentadas constituem fragmento do trabalho intitulado *Brasília, a cidade do silêncio*, tese de doutoramento defendida em 2003 junto ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília com o objetivo de apresentar uma explicação sociológica para a representação social de Brasília como uma cidade fria, vazia, solitária, dentre outros atributos. O estudo partiu da premissa de que essa é uma representação presente – e não pretérita – da cidade, mas não se ocupou em quantificar sua prevalência.

A cidade estudada sob o título *Brasília* foi intencionalmente delimitada entre quatro Regiões Administrativas do Distrito Federal¹: Plano Piloto, Lago Norte, Lago Sul e Cruzeiro². As razões para essa delimitação registram-se na própria natureza do problema de pesquisa, bem como na conceituação de espaço utilizada: “Um produto material em relação a outros produtos materiais – inclusive as pessoas – as quais se envolvem em relações sociais [historicamente] determinadas que dão ao espaço uma forma, uma função e um sentido social” (CASTELLS, 1999, p. 500).

Partindo da conceituação de espaço oferecida por Castells (1999), o estudo do qual este texto constitui fragmento delimitou a cidade de Brasília, no corpo do Distrito Federal, com base em três conjuntos de indicadores unificadores do espaço investigado: o tipo de representação social dirigido ao Plano Piloto e às três áreas adjacentes – Lago Norte, Lago Sul e Cruzeiro –, marcado pela presença das imagens de vazio, solidão e frieza; a composição socioeconômica dessas áreas, com notório predomínio dos estratos superiores da pirâmide social local; e a integridade de seu texto urbanístico-arquitetônico harmonizado em torno do projeto modernista de cidade e de sociedade pensado para a nova capital brasileira.

O texto que ora se apresenta constitui estrato modificado do quinto capítulo da tese anteriormente referida e busca compreender como determinadas escolhas feitas pelos planejadores do espaço de Brasília – em particular, a segregação espacial das funções urbanas e a conseqüente extinção do centro; a eliminação da rua-corredor e a segregação das vias de circulação automotiva e pedestre por meio

- 1 O Distrito Federal é constituído por um único município, Brasília, dividido, à época de confecção do presente estudo, em 19 Regiões Administrativas (RAs): Brasília, Ceilândia, Taguatinga, Guará, Cruzeiro, Gama, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho, Recanto das Emas, Lago Sul, Riacho Fundo, Lago Norte, Candangolândia, Brazlândia. Algumas dessas RAs, por possuírem força e atributos de cidade, são chamadas de cidades-satélites, à exceção da RA Brasília, entendida como a cidade central, e das RAs Lago Norte, Lago Sul e Cruzeiro, que dada a contiguidade geográfica com o Plano Piloto são representadas localmente mais como bairros de Brasília que propriamente como cidades em si.
- 2 Algumas das RAs foram desmembradas para fins administrativos, havendo atualmente no Distrito Federal 29 RAs. Para os fins do presente estudo, o desmembramento mais importante ocorreu na RA Cruzeiro, com a criação da RA XXII, formada pelos setores Sudoeste e Octogonal. Para os objetivos expressos no estudo de que é fragmento este artigo, bastaria que fossem investigados os setores Sudoeste e Octogonal e não a totalidade da RA Cruzeiro. A ausência de dados específicos sobre esses dois setores na ocasião, todavia, determinou a inclusão de toda a RA Cruzeiro na delimitação da cidade investigada.

de amplas áreas não edificadas; e a padronização estética das construções – influenciam a vida pedestre na cidade e, em conseqüência, atuam, também, sobre a produção das imagens e das emoções que orientam a representação social estudada.

A categoria *silêncio social*, que adjetiva, no transcorrer do texto, ora a arquitetura, ora a sociedade, ora o conjunto socioespacial que constitui a cidade de Brasília, pretende, por meio de uma metáfora da exclusão social, o silêncio, reunir e resumir os efeitos societários – e seus reflexos nos planos emocional e imaginário – produzidos pela combinação entre as escolhas arquitetônico-urbanísticas e o tipo de estratificação social que constituíram e conformam Brasília como cidade. Esses efeitos *silenciosos* – que são reflexos da morfologia espacial tanto quanto da morfologia social de Brasília –, a estas não se restringem, mas podem ser claramente notados nas quatro seguintes manifestações urbanas presentes na capital federal: insulamento social; segregação espacial das classes subalternas; fragilidade de identidade e identificação socioespacial; e carência de efervescência social.

O Brasil que se mostra em Brasília – e que o presente texto pretende retratar por meio da experiência pedestre – é aquele que o planejamento contemporâneo, em menor escala, tem reproduzido a braços largos nas demais cidades brasileiras sob a fórmula dos bairros novos destinados ao consumo dos estratos superiores da classe média e às elites. Esses bairros, que em geral caracterizam-se por reunir edifícios ou condomínios residenciais luxuosos e cercados, *shopping centers*, áreas de lazer e trabalho, costumam ser entrecortados por amplas vias de circulação de automóveis, caracterizando-se, ademais, pela repetição das paisagens e da natureza artificialmente implantadas. Comparativamente ao que ocorre no centro das cidades ou em bairros tradicionais que também misturam residência, consumo, lazer e trabalho, mas o fazem de modo orgânico, com pouca ou nenhuma ação do planejamento de tipo acadêmico³, a paisagem pedestre, nos “bairros novos” – por efeito da mesma combinatória socioespacial que caracteriza Brasília, qual seja, a de um espaço racionalizado e de uma sociedade segregada das classes populares – tende a ser esvaziada e mormente funcionalizada nas formas do *cooper*, da caminhada ou de seus congêneres.

3 O que chamo de planejamento acadêmico são as obras de arquitetura, urbanismo e engenharia elaboradas e produzidas por profissionais formados em instituições de ensino técnico ou superior. A autoconstrução, em particular aquela projetada e efetuada pelos próprios moradores, também contém um tipo de planejamento não propriamente acadêmico: prático, empirista, com preocupações e resultados distintos daqueles próprios ao tipo acadêmico.

A presente discussão, ao adentrar nas respostas emocionais⁴ e imaginárias que o homem comum apresenta à experiência de vida em uma cidade cujo espaço edificado é resultado direto da utopia racionalista de cidade, de sociedade e de nação, pretende questionar os limites desse modelo, bem assim o próprio conceito de “qualidade de vida” que se costuma associar às iniciativas contemporâneas de racionalização espacial, tais como as que se observam nos bairros ou condomínios de classe média-alta Brasil afora. A *flânerie* – essa poesia do urbano, como diria Balzac (2006) – é aqui utilizada como imagem-símbolo de um tipo de consumo pedestre fragilizado pelas transformações modernas orgânicas da cidade e pelos excessos totalitários expressos pela utopia modernista no campo de ação da arquitetura e do urbanismo.

FLÂNERIE, UMA ALEGORIA PEDESTRE

No luminoso século XIX, flunar por Paris era uma prática social cultivada com zelo. Andar lentamente, sem nada em mente, sem paradeiro, observar sem ser observado, perder-se anônimo em meio à multidão, vagar a ermo por entre as vitrines iluminadas das grandes galerias. Perambular e observar eram, então, as ordens correntes do *flâneur*. Alguns se deixavam acompanhar por tartarugas, diz-nos Benjamin (1989), para assim saberem-se sempre em um ritmo em conformidade com o locomover-se sem qualquer função. Mesmo os que passeavam a sós podiam fazê-lo em subversão aos relógios e seus imperativos rítmicos. Flunar por Paris era um dos muitos prazeres que a capital do século XIX proporcionava a seus praticantes.

Como diz-nos Baudelaire (1985), todavia, Paris mudou! O tempo moderno e suas transformações resultaram em profundas alterações no modo de viver Paris e, claro, também no modo de flunar por seu espaço. A *flânerie* descomprometida, sem pressa, teve que se submeter ao tempo alucinado da vida moderna e à razão instrumental capitalista. Flunar hoje?! Apenas quando nada mais há para se fazer, apenas no tempo reservado ao lazer – tempo do ócio legitimado –, apenas por um tempo delimitado. Mas

4 Utilizo os termos *emoção* e seus derivados não exatamente como “os surtos espasmódicos de sentimento que surgem em respostas a estímulos externos” (WALTON, 2007, p. 20), mas como o fenômeno sentimental em si, seja ele expresso em resposta imediata a um estímulo exterior ou não. Assim, para os fins da presente análise, sentimentos e emoções são tratados indistintamente, sendo utilizados ambos os termos analogamente.

Paris, a despeito das exigências modernas, ainda convida ao caminhar. Seus bulevares arborizados, as vitrines da Champs Elysées, o interior das grandes galerias, os pequenos comércios que se misturam aos estúdios residenciais, os jardins, os monumentos e sua história, os bistrôs com seus aromas peculiares e suas cadeiras voltadas para a rua, as ruas estreitas e aconchegantes, com calçadas, esquinas e movimento, e, sobretudo, as pessoas que nelas se acumulam, com seus interesses, seus atrasos, seus trajes, seus charmes individuais, sua sonoridade cosmopolita, seu colorido particular, sua efervescência. Tudo isso é ainda vivo em Paris e mantém válido o convite da cidade ao perambular curioso. Evidentemente, só pode responder ao convite quem tem o tempo a seu favor. Assim é que os turistas, *flâneurs* por opção e oportunidade⁵, ainda se permitem ao prazer de vagar pela Cidade Luz, juntamente com aqueles que encontram chances para tal em suas vidas atribuladas.

Essa mesma cidade, hoje nervosa, ruidosa, frenética, que no século XIX antecipava sua forma atual e que viveu conturbadamente os primeiros anos do século XX em função de um fluxo populacional gigantesco, foi severamente criticada pela arquitetura modernista por simbolizar um mundo caótico, síntese de um tempo social em decomposição. Diante do anarquismo espacial parisiense, da sobreposição de variados tempos arquitetônicos em um único sítio, das construções geminadas que não permitiam a entrada do sol nos meses de inverno, das ruas estreitas, sem saneamento e dotadas de uma geometria confusa que inviabilizava o trânsito seguro de pedestres e veículos e acumulava as pessoas em multidões, das casas postadas vizinhas a fábricas e oficinas, da sonoridade exaustiva de sirenes e buzinas, e dos supostos perigos que uma tal situação poderia trazer à própria vida parisiense, Le Corbusier (1992) sugere reerguer Paris, reconstruí-la de acordo com as exigências da moderna sociedade capitalista que se consolidava a olhos vistos na Europa. Era anseio do arquiteto suíço que Paris – símbolo urbano da modernidade emergente – se tornasse uma cidade mais racional e funcional, conseqüentemente, em sua leitura, mais saudável. Paris e tantas quantas fossem as cidades que trouxessem as marcas de uma espacialidade pré-moderna como ferida a ser sanada em seus corpos e suas almas. Esta era, então, a certeza funcionalista: “a de que a cidade é uma gigantesca fábrica de homens modernos” (GORELIK, 1999, p.

- 5 Bauman (1998) utiliza o binômio turistas/vagabundos para, por meio de uma metáfora da vida contemporânea, discutir aquele que considera o mais essencial entre os fatores de estratificação social da pós-modernidade: a liberdade de escolha. O turista, em um extremo, e o vagabundo, em outro, representam a bipolaridade respectiva das condições de inclusão e exclusão social no capitalismo contemporâneo. O direito de flunar do turista é, precisamente, a expressão de sua condição de inclusão em um mundo onde estar incluído corresponde a ter liberdade para fazer escolhas, dentre elas, a escolha de partir e de, havendo partido, fazer o uso que se queira do tempo-espço estrangeiro.

68) e que a ação de um planejamento racional seria capaz de moldá-la às exigências do mundo que então emergia com voracidade, um mundo da razão, da ordem e do progresso. O cerne da utopia modernista residia, pois, no sonho de uma cidade ordenada – a-histórica –, antagonista à espontaneidade caótica que tipificava a cidade pré-moderna – histórica. A cidade utópica, emergida da vitória da razão sobre o mito e a barbárie, seria a sede de uma nova sociedade, sábia, íntegra, harmônica e funcional, e relegaria ao outrora as mazelas que até então haviam tipificado o mundo dos homens.

Outros arquitetos e urbanistas, estudiosos da espacialidade das cidades e adeptos da racionalização da arquitetura, somavam-se a Le Corbusier em defesa de reformas estruturais nas cidades pré-modernas. Era preciso, defendiam eles, fundar as condições espaciais – e em decorrência destas, também sociais e culturais – apropriadas à justa consolidação da modernidade emergente. A Carta de Atenas, possivelmente o mais importante documento redigido por esses estudiosos, delimita estes que são os mais significativos pressupostos da chamada escola Funcionalista de urbanismo:

A obrigatoriedade do planejamento regional e intra-urbano, a submissão da propriedade privada do solo urbano aos interesses coletivos, a industrialização dos componentes e a padronização das construções, a limitação do tamanho e da densidade das cidades, a edificação concentrada porém adequadamente relacionada com amplas áreas de vegetação [...], o zoneamento funcional, a separação da circulação de veículos e pedestres, a eliminação da rua-corredor e uma estética geometrizar (SCHERER, 1993, n. p).

Alguns dos pressupostos acima são de fundamental importância para a investigação de uma *arquitetura do silêncio* na cidade de Brasília, na medida em que se apresentaram como premissas mais ou menos ortodoxas para as opções dos planejadores do Plano Piloto. A combinação destes elementos – padronização das construções e separação por meio de amplas áreas verdes; zoneamento funcional, com conseqüente extinção do centro urbano; segregação entre pedestres e veículos; eliminação da rua-corredor; e limitação da densidade e do tamanho das cidades –, paralelamente às propriedades inerentes à cultura moderna em sua expressão metropolitana, tais como, individualismo, impessoalidade e consumismo, resultou, não involuntariamente, em forte comprometimento à possibilidade da *flânerie* tradicional em Brasília, com sua substituição, se possível for, por uma variante “modernizada” dessa prática, qual seja, a contemplação do mundo urbano através das janelas dos carros ou, o que mais se

coaduna ao componente mercadológico da *flânerie*⁶, a contemplação da mercadoria no anonimato dos *shopping centers* ou das feiras.

Não foi Brasília, de certo, com sua espacialidade maquinal, que decretou o fim do caminhar urbano ocioso. A própria modernidade, com seus passos nervosos, para a qual a arquitetura racional preparou cidades modernas – Brasília, em particular – dá a tônica de um mundo econômico instrumentalizado, que circunscreve a vida social em um tal universo de compromissos e preocupações individualistas, mormente centrado no trabalho – ele próprio maquinal e alienado –, que termina por racionalizar o ócio, circunscrevendo suas práticas a um tempo-espaço específico. A Londres de Allan Poe, na visão de Benjamin (1989), já havia decretado a morte da *flânerie* por sua multidão alucinada de trabalhadores, gigantesca demais até mesmo para o *flâneur*, que depende do anonimato produzido pelas aglomerações humanas para exercer sua ociosidade observadora de caminhante. A própria multidão que autoriza a *flânerie* parece, assim, aniquilá-la por seus excessos.

Não é, todavia, a multidão, assim como não é a cidade de Brasília, quem extingue, de fato, a *flânerie* tradicional e a joga para as ruas interiorizadas das galerias e, posteriormente, para os interiores “urbanizados” dos grandes magazines, dos *shopping centers* ou dos *malls*. Não é, também, propriamente na multidão que reside a essência do anonimato urbano, do individualismo dos olhares que não se cruzam, dos corpos que se agregam sem se notarem como pessoas, da esquizofrenia da *solidão acompanhada*. A multidão é um símbolo: o símbolo da massificação capitalista, da mercadorização do ser humano; uma forma: a forma da concentração espacial capitalista de força de trabalho e de resíduos; uma imagem mais facilmente apreensível, por sua obviedade: a imagem da “massificação dos indivíduos por meio do acaso de seus interesses privados” (BENJAMIN, 1989, p. 58). Não mais que isso. Assim como as formas do ambiente construído podem ser utilizadas como códigos para se ler as estruturas básicas dos valores dominantes de uma sociedade (CASTELLS, 1999), também as práticas desse ambiente são parte dessa codificação, sendo a multidão, de um lado, e o vazio demográfico, sua antítese, de outro, expressões materiais e simbólicas de uma sociedade mercantilizada, massificada, instrumentalizada e individualizada.

Residissem na multidão o anonimato, o individualismo e o isolamento humano modernos, Brasília seria, então, a mais humanizada das cidades, visto a raridade dos grandes aglomerados. O

6 Segundo Benjamin (1989), o *flâneur* é um ser enebriado pela multidão que o refugia no anonimato e, de fato, pela mercadoria com sua “alma” empática, atraente, promissora.

anti-social, ao qual Poe (1993) joga na multidão para proteger a si mesmo justamente por meio do anonimato que ela autoriza, não é, essencialmente, o homem da multidão, mas o homem da modernidade posto em meio a tantos outros de si, todos, como ele próprio, incógnitos para os demais e temerosos de qualquer manifestação de intimidade.

SER PEDESTRE EM UMA CIDADE SEM CENTRO

As cidades brasileiras que assistiram ao nascer e ao avançar da modernidade sobre uma urbanidade pré-moderna são dotadas de um tipo de experiência urbana que Brasília jamais teve. Elas guardam em seu imaginário social reminiscências de um passado próximo, compostas por alguns elementos figurativos essenciais para a formação das imagens da cidade no Brasil: os bairros residenciais, distintos em novos e tradicionais, de elite ou populares, com suas feiras itinerantes, paróquias, festas, escolas, residências típicas; certos passeios públicos e praças, abrigando as sociabilidades específicas do *footing*, dos flertes ou namoros, das festas; certos sítios de sociabilidade boêmia, tais como bares, cafés, restaurantes, bilhares (GAMA, 1998). Ao lado disso tudo, ou antes, figura obrigatoriamente o centro comercial, político e de negócios, espaço maior de convergência social da cidade, imagem-síntese da própria vida urbana. Não há cidade no Brasil de passado pré-moderno que não traga em seu imaginário as marcas contundentes do centro urbano.

No centro, como indicam Vogel, Vogel e Leitão (1995, p. 35-36):

Os dias são regidos pelo movimento e pela multidão. Há densidade e burburinho em todos os lugares. Um ritmo, constante e rápido. Vaivém de carros e pessoas. Agitação e anonimato. Parece um formigueiro. [...] O motivo é simples: na cidade, todos são escravos do tempo, de uma ou outra maneira. Ricos e pobres são comandados pelo relógio. [...] Muitas pessoas eventuais, preocupadas, apressadas. Não são dali. Não têm compromisso com o lugar. Passageiros da cidade, trabalhando, comprando e vendendo, visitando, percorrendo. [...] No Centro da cidade, as pessoas se transformam em indivíduos. Perdem sua identidade de pessoas, pois esta só existe quando reconhecida. E para reconhecer é preciso conhecer. Na cidade, no meio da multidão, não há conhecidos, e, portanto, não há pessoas. Só indivíduos igualmente anônimos uns para os outros. Este discurso confunde Centro e cidade, e não é à toa. Se a

cidade é mistura de gente e atividades, o Centro é o lugar onde essa mistura é maior. Se a cidade é agitada (em comparação com o campo), em nenhum lugar é tão agitada como na sua área central. [...] O Centro é a hipérbole da cidade.

As investigações que deram origem à presente análise demonstraram que, mesmo entre as pessoas que nasceram e se criaram em Brasília, uma cidade notadamente sem centro, o centro figura no coração das representações sobre a cidade, mais especificamente, sobre a *cidade grande*, a cidade da modernidade. As imagens associadas à *cidade grande*⁷ tenderam a girar em torno de elementos urbanos que são, em geral, melhor sintetizados pelo centro do que pelos bairros. Observando o conjunto das imagens associadas pelos entrevistados à *cidade grande*⁸ é possível perceber que esta é notada mais em função de sua temporalidade alucinante, seu ritmo frenético e descontrolado, sua propriedade de impessoalização dos sujeitos sociais, sua aparência insegura e suja, sua sonoridade caótica, sua relação com o capital e com amplas oportunidades de trabalho, diversão, cultura e realizações pessoais do

- 7 Este texto encontra fundamento empírico em dados coletados por meio de um conjunto metodológico composto por uma etnografia da vida cotidiana em Brasília, conversas informais com pessoas selecionadas aleatoriamente e entrevistas semi-estruturadas. As falas citadas e analisadas no texto pertencem às pessoas formalmente entrevistadas entre julho e dezembro de 2002, sendo fictícios os nomes atribuídos aos entrevistados. Foi solicitado a cada entrevistado que apresentasse as três primeiras imagens que lhe vinham à cabeça quando pensava em “cidade grande”. O objetivo da questão era captar as imagens que predominam na representação da “cidade grande”, cruzando-as com as imagens predominantes a respeito de “cidade”, “cidade pequena” e “Brasília”, a fim de saber quais as imagens predominantes em cada caso, e qual a relação imaginária de cada tipo de cidade entre si e dessas com Brasília. Em alguns casos, as imagens relativas à “cidade” foram muito próximas – ou as mesmas – que aquelas associadas à “cidade grande”, o que permite constatar uma certa intercambialidade entre esses termos no universo imaginário dos entrevistados. Por outro lado, as imagens associadas à “cidade pequena” tenderam a se diferenciar em muito daquelas que se relacionavam tanto à “cidade” quanto à “cidade grande”. Por fim, as imagens relativas a Brasília variaram entre elementos que se relacionavam a algum dos três tipos de cidade ou elementos totalmente novos, como o cerrado, o céu ou o Poder.
- 8 As imagens associadas a “cidade grande” pelos entrevistados foram: “*anonimato de gente correndo o tempo todo para todo lugar, em uma busca insaciável não se sabe do quê*”, “*poluição*”, “*negócios*”, “*comércio*”, “*trânsito*”, “*violência*”, “*edifícios*”, “*agitação*”, “*concertos de música*”, “*insegurança*”, “*mais individualidade*”, “*caos urbano*”, “*céu cinza*”, “*multidão*”, “*correria de pedestres todos atrasados*”, “*formigueiro humano*”, “*capital*”, “*lugar onde mora muita gente*”, “*impessoalidade*”, “*desorganização*”, “*engarrafamento*”, “*barulho*”, “*assalto*”, “*individualismo*”, “*estresse*”, “*loucura*”, “*anonimato*”, “*cultura*”, “*possibilidades*”, “*vida completa*”.

que, propriamente, em função de um tipo específico de espacialidade. A cidade é grande não por possuir amplas dimensões espaciais, mas por sua densidade, por concentrar um número impressionante de pessoas que se misturam em uma massa de anônimos, com seus interesses particulares – de trabalho, estudos, consumo, diversão; pessoas sempre atrasadas, movendo-se alucinadamente a pé, de ônibus, metrô ou carro, em um ambiente cinzento, barulhento, inseguro, desconfortável. Mesmo quando a grande cidade é vista em seus aspectos positivos, todos relacionados a trabalho, consumo, cultura ou diversão, a ambientação é a acima descrita, a qual se refere, ainda que inconscientemente, sem sombra de dúvida, ao centro urbano. É no centro que as pessoas se aglutinam, movem-se na massa impessoal da multidão, correm como loucas contra o relógio, sem se notarem umas às outras. É no centro onde, tradicionalmente, pode-se encontrar trabalho, comércio, cultura, lazer. O centro é inseguro, sujo, barulhento. O centro é, enfim, o coração da cidade, o local de todos os contatos, todas as misturas, o ponto máximo da efervescência social urbana, o lugar mais urbano da cidade.

Mesmo em cidades que vivenciam alterações significativas em sua centralidade, como é o caso de São Paulo (CALDEIRA, 2000; RIBEIRO, 2000; GAMA, 1998), onde o centro histórico tem passado a conviver com uma múltipla centralidade comercial, financeira, cultural e de entretenimento, situada em outros “centros” – os centros de bairros outrora exclusiva ou predominantemente residenciais – ou em “centros artificiais”, tais como os enclaves fortificados comerciais e empresariais, o centro urbano – centro da cidade propriamente dito – ainda figura no plano imaginário como a marca mais própria da cidade, em especial, da cidade grande brasileira.

A questão do centro urbano, todavia, não se restringe ao plano superestrutural da cidade brasileira. Não é uma questão ideal, presente apenas na memória ou no imaginário dos cidadãos. O centro é um fato. Mesmo que, no passado, os centros urbanos possam ter possuído maior importância simbólica e real, eles são, ainda hoje, elementos materiais presentes e relevantes nas cidades brasileiras, vivos em seu espaço e não somente em sua memória. Mesmo naquelas cidades hoje multacentradas é possível ir ao centro, ver os grandes prédios de outrora e outros mais recentes, comprar nas distintas lojas que se aglomeram, a despeito da concorrência com os *shopping centers*, ver a multidão, perder-se em meio a ela, respirar um ar mais carregado de gente, mistura, aromas e sons do que aquele que existe nos bairros. O centro pode ter perdido sua exclusividade, mas, seguramente, não perdeu sua hegemonia como espaço-síntese e principal referência simbólica da cidade.

Se muitas cidades brasileiras, cuja história remete a uma urbanidade pré-moderna que se viu alterada pelas exigências de um capitalismo de desenvolvimento tardio e voraz, não perderam, de fato, o espaço material e simbólico do centro como referencial urbano, ainda que este tenha sofrido significativas alterações, o caso de Brasília é, todavia, muito diferente. Brasília é uma cidade nascida adiante

de qualquer experiência pré-moderna. Seu espaço edificado, voluntariamente planejado para impossibilitar a centralidade típica da espacialidade urbana brasileira – espacialidade urbana pré-moderna –, suprimiu-lhe ambos os elementos de reconhecimento do centro como referencial de urbanidade: o centro como fato e como reminiscência. Essa dupla ausência é fator relevante na determinação de uma particularidade da cidade: a de ser dotada de uma urbanidade atomizada em pequenos círculos sociais e espaciais de convivência, os quais não possuem qualquer referência material ou simbólica em uma urbanidade centralizada (SILVA, 2003).

A ausência de um centro urbano como tal em Brasília não foi identificada espontaneamente pelos entrevistados como um elemento diretamente relacionado a qualquer aspecto de seu *silêncio social*, a saber, seu vazio, sua frieza. Todavia, vários entrevistados, em um momento ou outro afirmaram que a setorização da cidade – o que, implicitamente corresponde, também, à ausência de um centro urbano como o que se vê em outras cidades brasileiras – teria responsabilidade direta, ainda que não exclusiva, pela ausência de pontos de convergência social, onde fosse possível ver-se regularmente mistura e multidões aglomeradas. A ausência desse tipo de espaço liminar responderia, assim, por parte da imagem de vazio que se atribui ao espaço de Brasília. O vazio de uma cidade onde não se vê gente concentrada, sobretudo pessoas de distintas origens sociais, tampouco gente ocupando as ruas na condição de pedestre, como discutido mais adiante.

Por outro lado, a setorização da cidade e a inexistência de espaços liminares de convergência concorreriam, também, segundo os entrevistados, para o insulamento das relações sociais locais em grupos fechados, formados, em geral, no interior das instituições de trabalho, estudo, esporte, religião. Sendo uma cidade setorizada – que extingue o centro urbano, segrega os locais de trabalho, moradia, lazer e consumo, e substitui os bairros por unidades de vizinhança auto-suficientes (SILVA, 2003) – Brasília teria conformado um padrão muito particular de urbanidade: uma urbanidade atomizada em círculos fechados, grupos de pares, “guetos”⁹.

9 Essa análise espontânea – dada a inexistência de uma questão que investigasse diretamente esse aspecto – apareceu em alguns depoimentos. Todavia, não houve nenhum depoimento em que tenha surgido a leitura contrária – a de que a urbanidade de Brasília é caracterizada pelas misturas, pelos contatos entre indivíduos de origem social diferente, ou pela multidão, por exemplo. Mesmo quando as pessoas negavam que Brasília fosse uma cidade fria, vazia ou solitária, os argumentos jamais indicavam uma cidade de misturas e grandes contatos sociais, mas sim experiências pessoais de inserção que não permitiam aos entrevistados visualizarem aqueles elementos como característicos da cidade.

Brasília não tem e nunca teve, de fato, um centro. Aqui, uma intersecção viária marca o espaço mais central da cidade, nada mais. Nela situam-se dois centros comerciais verticalizados – o Conjunto Nacional e o CONIC –, uma rodoviária central, para onde converge boa parte dos ônibus que circulam na cidade, além do Teatro Nacional.

A intersecção viária mencionada anteriormente não é realmente uma intersecção, visto que o eixo que cruzaria perpendicularmente aquele acima descrito localiza-se em um plano inferior, de modo que ambos não se cruzam a não ser imaginariamente. Ela, tampouco, é um centro comercial, tendo sido planejada para ser o centro de diversões da cidade ou, nas palavras do próprio Lúcio Costa, urbanista responsável pelo planejamento do Plano Piloto, uma “mistura, em termos adequados de Picadilly Circus, Times Square e Champs Elysées” (COSTA, s.d, n.p). Hoje em dia, todavia, pouco há naquela intersecção imaginária que lembre a mistura descrita por Lúcio Costa, a não ser o Teatro Nacional, com suas três salas de espetáculo, mais foyer para exposições e outros tipos de reuniões, e as duas edificações mais recentes da Esplanada dos Ministérios: a Biblioteca Nacional e o Museu da República, ambos inaugurados em dezembro de 2006.

A rodoviária, evidentemente, é apenas uma rodoviária: um ponto para o qual convergem pessoas de passagem, um espaço de transição ou, como diria Augé (1994), um não-lugar. Possui algumas casas comerciais, bancas de jornais, lanchonetes, vendedores ambulantes, lambe-lambes, mas nada que a possa qualificar como parte componente de um centro de diversões. O Conjunto Nacional é um *shopping center* e o CONIC, um centro misto, que abriga atividades diversas, desde escritórios comerciais até faculdade, teatro, sedes de partidos políticos, lanchonetes, restaurantes, comércio em geral, casas de prostituição e igrejas evangélicas, substitutas recentes de tradicionais cinemas da cidade.

A presença da rodoviária e dos dois centros comerciais – Conjunto Nacional e CONIC – na área planejada para ser o centro de diversões da cidade faz com que a mesma, a exemplo do que ocorre no centro de outras cidades brasileiras (VOGEL; VOGEL; LEITÃO, 1995), aglutine, em certos horários e dias da semana, uma importante quantidade de pessoas transitando de um lado a outro – no espaço restrito às três edificações mencionadas –, o que, de um modo geral em Brasília, costuma ser uma imagem atípica. Esse movimento de pedestres, bem como a centralidade espacial da área, permitem a algumas pessoas localizarem ali – no eixo rodoviária-Conjunto Nacional-CONIC – o centro de Brasília¹⁰.

10 Quando perguntados “onde fica o centro de Brasília em sua opinião?” os entrevistados não foram consensuais. Vários locais distintos foram apontados como sendo o centro de Brasília: o eixo rodoviária – CONIC – Conjunto Nacional;

Outras pessoas, por sua vez, atentas, talvez, menos à centralidade espacial do centro e mais às suas características socioambientais – dinamismo, polifonia, densidade, efervescência social – enxergam o centro de Brasília nos Setores Comerciais Norte e Sul, este mais evidenciado que aquele. Esses setores, em especial aquele localizado na Asa Sul, reúnem em edifícios comerciais um número importante de trabalhadores dedicados às tarefas burocráticas e comerciais. No Setor Comercial Sul é sempre possível ver muitas pessoas caminhando, fazendo compras nas barracas de camelôs ou nas lojas populares, comendo em quiosques ou nos restaurantes comerciais, esperando a condução na parada, dirigindo-se aos *shopping centers* que se localizam em sua proximidade¹¹, enfim, locomovendo-se – em geral, a pé – e realizando seus afazeres pessoais cotidianos ou eventuais. Essa paisagem é algo diferente no caso do Setor Comercial Norte, onde o fluxo de pedestres é menor e, em geral, dirige-se diretamente dos poucos edifícios comerciais ali situados para os três *shopping centers* próximos¹², ou para a rodoviária, que também está próxima.

Por fim, notando a importância social, econômica, cultural e espacial da cidade de Brasília em relação ao Distrito Federal, logo, às demais cidades nele situadas, algumas pessoas julgam que as Asas Norte e Sul – o Plano Piloto – é que constituem o centro de Brasília. Note-se, nesses casos, a ambigüidade territorial de Brasília: a cidade é seu próprio centro.

A forma como as pessoas pensam e delimitam a centralidade de Brasília indica que se o centro não existe, de fato, como realidade material presente ou pretérita, ele não há de existir, igualmente, como referência simbólica ou imaginária coletiva coerente. Em Brasília, as pessoas simulam um centro – a exemplo do que fazem com relação aos bairros –, quando a isso são solicitadas, e o fazem a partir das distintas referências que possuem a respeito do que possa ser um centro. Algumas pessoas, vindas de outras experiências urbanas, trazem consigo certas reminiscências da centralidade em outros contextos. Outras, nem isso. Se, como afirma Pesavento (1999), é a memória coletiva quem informa o imaginário, é de se supor que, na ausência de uma forma propriamente comum de memória, esse imaginário torne-se carente de referências unificadas. Quando as pessoas se recordam do centro, recordam-se,

o Plano Piloto (Asas Norte e Sul); o eixo Setor Comercial Sul-Setor Comercial Norte; o eixo Setor Comercial Sul-Setor Comercial Norte-Setor Bancário-Setor de Autarquias; o eixo rodoviária-Setor Comercial Sul; as quadras 304/305 Sul; e toda a Asa Sul.

11 Os referidos *shoppings* são: Pátio Brasil e Venâncio 2000.

12 Os referidos *shoppings* são: Conjunto Nacional, Liberty Mall e Brasília Shopping.

cada qual, do centro das cidades onde viveram ou, quando menos, de um centro visto, lido ou informado em filmes, revistas, imagens de televisão, fotografias, conversas de terceiros. Jamais se recordam do centro de Brasília, porque este, de fato, nunca existiu. Não há um conteúdo comum na memória local que possa consubstanciar um imaginário coletivo a respeito da centralidade urbana. Assim é que o centro – quando faz-se necessário pensar a cidade por meio dessa categoria – ora se localiza no marco zero, ora nas áreas de maiores movimento e efervescência, ora mistura-se com a própria cidade, a qual é dotada de um estatuto territorial evidentemente ambíguo relativamente às demais formações urbanas do Distrito Federal.

O centro só existe na vida social brasiliense como simulacro e, assim mesmo, quando solicita-se do praticante da cidade que a pense em termos de sua centralidade. Não é absolutamente comum em Brasília as pessoas dizerem que vão “ao centro”, ou “à cidade” – como ocorre em muitas outras realidades urbanas brasileiras – quando dizem que vão àquelas localidades que, quando solicitado, representam o centro para si. O que se diz, simplesmente, é: “vamos nos encontrar no Conjunto Nacional”, “vou ao Setor Comercial Sul resolver algo”, “estou indo para a rodoviária”. Nenhuma referência ao centro.

Um dos entrevistados, quando perguntado se em sua adolescência – passada na cidade do Rio de Janeiro – costumava freqüentar o centro, fornece-me uma resposta que indica com clareza a intercambialidade imaginária existente, em outros contextos, entre o centro e a cidade, apontando, ademais, a importância simbólica e material do centro na vida urbana brasileira: *“Eu freqüentava a cidade. Porque é o seguinte, é um traçado completamente diferente, né? Então, por exemplo, aqui você vai ali no centro, que eu considero que é o Setor Comercial Sul ou Norte, se você quiser ir de bermuda e de camiseta, você vai. Na cidade, lá no Rio, você não poderia ir desse jeito. Eu não sei se hoje em dia já vão, mas você tinha que botar uma roupa melhor pra ir à cidade. No bairro onde você morava, você andava de chinelo, bermuda, camiseta, mas na cidade você não ia assim, você tinha que botar uma roupa caprichada, né? Então, o centro, ou seja, a cidade da cidade do Rio de Janeiro, eu, na minha adolescência, eu freqüentava” (Marcelo, nascido no Rio de Janeiro-RJ, morador do DF há 39 anos, grifos nossos).*

SER PEDESTRE EM UMA CIDADE SEM RUA

A supressão voluntária do centro por meio do planejamento urbanístico é algo de vital importância para a compreensão de alguns aspectos próprios à vida social de Brasília – em especial a impressão de vazio humano que a cidade parece transmitir a determinadas pessoas em boa parte de suas áreas internas –, assim como o é, igualmente, a supressão voluntária da rua e sua substituição por vias de circulação.

Em Brasília, o espaço urbano pensado para ser moderno buscou aniquilar a cultura urbana pré-moderna do perambular desprovido de objetividade, tencionando substituí-la por algo mais condizente com a era da máquina, da velocidade, da razão instrumental: o circular objetivo de um ponto a outro, por meio de veículos a motor. Daí o título brasiliense de “capital do automóvel” e, paralela a ele, a conclusão generalista – presente na opinião de vários entrevistados – de que é impossível andar a pé em Brasília.

De fato, ao combinar zoneamento funcional – segregação espacial das funções urbanas de habitação, lazer, trabalho e circulação –, segregação espacial de veículos e pedestres, eliminação da rua-corredor e separação dos conjuntos de edificações por meio de áreas verdes projetadas em escala monumental, o espaço de Brasília resultou amplamente restritivo às formas de circulação não motorizadas para além dos estreitos limites das unidades de vizinhança ou dos centros de atividades específicas, tais como o eixo rodoviária-Conjunto Nacional-CONIC e os setores comerciais Sul e Norte.

Com exceção, evidentemente, da zona central do Plano Piloto que é entrecortada por amplas vias de circulação de veículos e canteiros centrais monumentais, ambas estruturas urbanísticas comprometedoras de qualquer modalidade da atividade pedestre, parece evidente não haver maiores dificuldades em se caminhar nas outras áreas da cidade, seja nas alamedas arborizadas, calçadas, planas e segregadas dos automóveis que predominam nas superquadras residenciais, ou nos passeios planos que abundam na maior parte das áreas destinadas ao trabalho, a exemplo dos Setores Comercial, Bancário e de Autarquias Norte e Sul, da Esplanada dos Ministérios e dos comércios locais.

De onde viria, então, sabendo-se das boas condições estruturais para o caminhar, a crítica corrente de que o espaço de Brasília inviabiliza as locomoções a pé? Qual a base factual da brincadeira, comum nos primeiros anos de vida da cidade, de que o corpo humano, em Brasília, divide-se em três partes: “*cabeça, tronco e rodas*”¹³?

A resposta àquelas indagações encontra-se, segundo Holston (1993), na própria orientação conceitual da arquitetura racionalista, que substitui o caminhar pelo circular, ou seja, um ato de sociabilidade por uma variante objetiva e instrumentalizada do movimento humano, submetida, por concepção, a uma forma maquinal e individualista de transporte: a circulação em automóvel particular. Negando a rua – não apenas em sua dimensão espacial, mas, igualmente, em suas dimensões sociais, culturais, simbólicas e emocionais (DO RIO, 1995) –, o planejamento modernista em Brasília restringiu,

13 Depoimento do entrevistado Marcelo, falando a respeito de um dito popular comum nos anos iniciais de Brasília, relativo ao hábito de se andar sempre de carro na cidade.

por conseguinte, as diversas artes de viver a rua (CERTEAU, 1994), dentre elas, inúmeras variantes do caminhar.

É possível caminhar por Brasília, sem dúvida. Mas por que caminhar ociosamente em um espaço que convida tão explicitamente à objetividade? Caminha-se em Brasília, seguramente, mas talvez não se flane por ela, a não ser sob o encantamento da mercadoria que, nesta cidade, não se expõe a olhos vistos em todos os cantos. Em Brasília, até o espetáculo da mercadoria – aquele que, como afirma Simmel (1979), marca a paisagem metropolitana em geral, seus ritmos, sua sonoridade e faz da grande cidade um espetáculo em si – encontra-se limitado a uma razão espacial segregacionista, que dá a cada coisa o direito de existir, quase que exclusivamente, em seu espaço determinado. Houve um tempo em que as pessoas costumavam caminhar pela via W3, um dos eixos que cortam horizontalmente a cidade de uma Asa a outra. Paravam seus carros em um dos extremos e seguiam a pé até o final, motivados pela mercadoria que se expunha nas vitrines das casas comerciais. Gradativamente, o comércio da W3 foi cedendo espaço – como ocorre em muitas outras cidades brasileiras – ao comércio centralizado nos *shopping centers* e nas feiras. Aos poucos, o caminhar pela W3 viu-se morto e a *flânerie* moderna – companheira inseparável da mercadoria – aprisionada àqueles “setores”, por assim dizer, reservados à mercadoria e à sua contemplação.

CIDADE, ESPAÇOS, LUGARES, NÃO-LUGARES

Falando a respeito de Belleville, bairro parisiense onde viveu quando de sua chegada à cidade, Castells (1999, p. 512-513) afirma:

O bairro de Belleville em Paris é um lugar. [...] Sua paisagem física tradicional de subúrbio pobre, mas harmonioso e histórico, foi misturada com pós-modernismo plástico, modernismo barato e jardins saneados em meio a casas ainda de certa forma em ruínas. E assim mesmo, Belleville em 1999 é um lugar claramente identificável, tanto na aparência quanto no conteúdo.

Assim como Belleville e outras localidades parisienses, o Rio de Janeiro descrito por João do Rio (1995) acolhia em suas ruas uma vida social e espacial pulsante nos contrastes, nas misturas, nas opções estéticas atraentes ao olhar, na polifonia dos estudantes, dos caminhantes, das pessoas dispostas nos grandes salões de chá, dos mascates com seus alaridos, dos comerciantes de tecidos e vinhos e remédios

e tudo o mais que se pudesse vender a granel, dos motores das oficinas e dos automóveis, conformando, por tudo isso e muito mais, não apenas um, mas diversos lugares urbanos. Esses lugares, vivos, plurais, efervescentes, identificáveis, únicos, convidavam à flânerie, posto que convidavam à rua, ao público, ao aberto, ao social.

Brasília, de sua parte, silencia-se em alguns pontos – ordenando espacialmente o som e sua ausência –, homogeneiza-se em outros, organiza as misturas, padroniza as estéticas e faz da efervescência social e da pluralidade plástica reminiscências que habitam a memória do migrante e do turista, não seus cotidianos contemporâneos. Se a *flânerie* é uma prática pedestre com vistas à experimentação da cidade, cumpre questionar quais suas possibilidades de sobrevivência, como prática social, em um espaço urbano mais tendente à homogeneidade que à multiplicidade¹⁴. Por que flunar, afinal, quando se tem a impressão de que, a despeito da locomoção, a paisagem atual é exatamente igual à que passou? quando as pessoas parecem ser, elas próprias, tipos indistintos entre si? Em que espécie de sentido estético, ritual e social pode residir o prazer de descortinar um espaço artificial, carente de efervescência, repetitivo, vazio de diversidade, vazio de pessoas, vazio de alternativas? Um não-lugar, como, sem fazer uso explícito do termo, descrevem alguns entrevistados:

“Rua, aqui não existe. Todo mundo que vem de fora: ‘oh, meu Deus, como a gente se localiza aqui?’ Você fica perdido porque tudo é igual. [...] Pra quem mora aqui não é. Mas [...] vai parecer igual, porque sempre tem uma árvore, a entrada das quadras são ligeiramente parecidas, toda entrada de quadra tem uma banca, tem quase sempre o mesmo número de prédios, os prédios das 100¹⁵ [...] todos

14 Cumpre notar que, a despeito das aceleradas e incessantes transformações que a cidade de Brasília vem sofrendo nos últimos anos, algumas das quais respondem, por exemplo, pela aglomeração de carros e pessoas em certos comércios locais ou áreas específicas, seja em virtude de um restaurante, bar ou instituição de ensino, os questionamentos aqui apresentados fundamentam-se no modelo espacial instalado por meio do planejamento racional, o qual, como pretensão utópica, resultou em uma formação espacial bastante particular do ponto de vista da cosmologia urbana. Que o praticante da cidade (CERTEAU, 1994) subverta sua lógica naquilo que lhe pareça ilógico é constatação que não nega, entretanto, o fato de, em Brasília, a força do planejamento se fazer sentir notoriamente no plano emocional da vida cotidiana desse praticante.

15 No Plano Piloto não há denominação de ruas, apenas a numeração de quadras e vias de circulação. As quadras residenciais e os comércios locais possuem uma numeração que combina suas localizações horizontal e vertical no corpo do Plano. Horizontalmente, iniciando-se a contagem em 2, a partir da zona central da cidade, também conhecida

têm 6 andares, das 400 todos têm 3. Então, realmente eu acho uma coisa bizarra e muito bonita. Eu sei que [...] confunde muito as pessoas de fora” (Cláudia, brasiliense nata, 21 anos).

“A impressão que eu tenho é que eu posso tirar um prédio daqui e botar ali, outro aqui e botar lá, e não vou mudar em nada, sabe, eu vou só brincar de dominó com Brasília. Eu não consigo imaginar Brasília como vida própria. É uma cidade robótica. Uma cidade que eu pensei nela assim, fiz ela assim, as pessoas vêm, moram nela e depois vão procurar um lugar onde elas se identificam” (Mara, 37 anos, natural de Coatina-ES, moradora do DF há 32 anos).

“Eu não sei pra onde que eu vou, eu ando assim e digo ‘olha, eu nunca vim aqui’, a minha irmã, ‘nossa, você passou ontem’. Parece tudo igual, tudo igual, tudo igual” (Camila, 39 anos, nascida em Vizeu-PA, moradora do DF há aproximadamente 2 anos).

“Eu tinha que ir e voltar pro colégio de ônibus era tudo igual, eu achava tudo igual, eu tinha que contar as paradas para eu poder parar, porque eu não conseguia identificar, não tinha nada que identificasse” (Rosa, 39 anos, nascida no Rio de Janeiro-RJ, moradora do DF há 28 anos).

Na explicação de Castells (1999, p. 515-516), lugares são lugares “exatamente porque suas qualidades físicas/simbólicas os tornam diferentes”. São, como define Mauss (1974), expressões de uma cultura identificável no tempo e no espaço, a cultura do “aqui”, do “nosso”, do “agora”. Ainda que Augé (1994) restrinja os não-lugares a certos espaços de trânsito ou de fluxo no contexto da supermodernidade, entendo que o conceito de não-lugar, como opositor ao de lugar, transborda a essa restrição, permitindo sua transposição também para a análise dos espaços de permanência atemporalmente considerados. Não-lugares, assim, não seriam apenas os aeroportos da contemporaneidade que, com sua beleza fria, fazem os passageiros encararem sua terrível verdade: “estão sozinhos em pleno espaço de fluxos; [...] estão suspensos no vazio da transição” (CASTELLS, 1999, p. 509). Os espaços edificados sob a égide de arquiteturas totalizantes, que subtraem à poética do espaço (BACHELARD, 2000) sua maior riqueza – os não ditos, as entrelinhas, as descobertas – podem igualmente, a meu ver, ser lidos como não-lugares. Não

como o corpo do avião, as quadras vão de 2 a 16. Verticalmente, tendo como limite o Eixão, eixo rodoviário que corta horizontalmente a cidade de uma ponta a outra, as quadras se contam em 100, 300, 500, 700 e 900, acima do Eixão, e 200, 400 e 600, abaixo do Eixão.

exatamente por se trataram de espaços físicos de transição, tais como os aeroportos e as estações, mas por constituírem espaços simbólicos de não pertencimento. Nesse sentido, o não-lugar passaria a ser o espaço que transcende o “nosso”, o “daqui”, o “agora”. Ele seria, assim, o espaço em relação ao qual o “eu” não se reconhece como parte, uma vez que seria a exclusão do sentido de pertença o que conferiria aos espaços totalizantes a característica de não-lugares.

O cineasta alemão Win Wenders (1994), ecoando, a seu modo, os pensamentos de Castells e Mauss a respeito do lugar, entende que, na vida urbana moderna, cada vez mais dotada de uma espacialidade totalizante, tomada por mega-estruturas arquitetônicas como os grandes arranha-céus e monolitos, a vida social clama por alternativas estéticas que permitam ao cidadão ganhar forças para resistir à repetição. É justamente naquilo que não é grandioso, nas coisas pequenas, nos detalhes poéticos do espaço, que o praticante da cidade encontra proteção “contra a hegemonia do que é grande” (WENDERS, 1994, p. 187). Os monolitos e arranha-céus, segundo Wenders (1994, p. 187), “só são suportáveis e habitáveis quando se encontra em sua sombra uma alameda com uma pequena loja e um pequeno café que constituam uma alternativa”: uma alternativa às práticas sociais instrumentalizadas, ao automatismo espacial moderno, a estéticas autoritárias, aos sentidos condicionados à repetição maquinal ordenada pela razão funcional, ao embrutecimento racionalista da poética espacial.

Onde encontrar essas alternativas em uma cidade cuja espacialidade segrega funções e pessoas, troca um espaço de convívio (rua) por uma função de escoamento (via), dota-se de uma estética padronizada nos formatos, nas alturas, na disposição das cores, dos sons, dos aromas, nas presenças e nas ausências dos elementos materiais e imateriais da vida social?¹⁶ Se, ao olhar Manhattan do topo do hoje inexistente edifício do World Trade Center, Certeau (1994, p. 169) viu uma “ilha urbana, mar no meio do mar, [...] ondas verticais” de edificações que se alternavam entre os conjuntos daquelas mais altas sucedidas por outras mais baixas e novamente por grandes arranha-céus, nota-se em Brasília, quando muito,

16 A apropriação do espaço urbano pelo cidadão ou, em outras palavras, a gradual conformação de uma cidade propriamente dita no espaço apenas planejado para isso em Brasília, tem subvertido, no nível do cotidiano, alguns aspectos da rigidez conceitual emprestada à edificação da capital federal brasileira. Aos poucos, a ocupação plural e superposta do espaço edificado vai tentando se firmar como a regra da vida urbana local e não como mera reminiscência de práticas urbanas estrangeiras, por assim dizer, ao que suposta – ou utopicamente – seria ou deveria ser a cidade de Brasília. A diversidade de ocupação dos comércios locais ou mesmo a concentração espontânea de atividades em alguns deles são exemplos contundentes dessa tendência de “abrasileiramento” de Brasília. A respeito da questão da relação distância-proximidade de Brasília com os valores urbanos brasileiros cf. Holston (1993).

uma praia aplainada, sem maiores surpresas, estável e equilibrada por sua disposição espacial pouco heterogênea.

A carência de diversidade estética, por atuar sobre os universos sensorial e sentimental do indivíduo, pode se constituir em um elemento de enfraquecimento da *flânerie* tradicional com seu caminhar não funcional, na medida em que torna o espaço do caminhar menos atrativo à observação curiosa, às descobertas, às arqueologias do cotidiano.

Por outro lado, outras escolhas funcionais da arquitetura local, como separar as áreas de edificações por meio de vazios monumentais, somam-se aos aspectos descritos anteriormente de forma a dificultar não somente a *flânerie*, mas igualmente a locomoção pedestre de caráter funcional. As distâncias a percorrer em Brasília podem ser desumanas a depender da combinatória origem-destino que se tenha em mente. Do extremo de uma Asa ao extremo de outra há 15 km; a intersecção central da cidade (rodoviária do Plano Piloto) dista 7 km de cada uma das pontas de Asa, cerca de 30 km do Lago Sul, de 20 km do Lago Norte, e aproximadamente 7 km do terminal rodoviário do Cruzeiro Velho (CODEPLAN, 1997). Isso, evidentemente, sem mencionar as cidades-satélites, que chegam a distar até 52 km do ponto central do Plano Piloto, como no caso da cidade de Brazlândia.

Há, evidentemente, quem se sinta bem com a espacialidade brasiliense, mesmo a despeito de toda sua repetição ou de suas distâncias. Esse sentimento de satisfação fundamenta-se, ao que parece, em um sentido afetivo de pertencimento a um espaço dominado, conhecido e reconhecido, confortável justamente pela ausência cômoda de surpresas e inconvenientes, acolhedor por sua previsibilidade. Afinal, para muitas pessoas, é verdadeira a sugestão de Quentin Crisp (apud WALTON, 2007) de que o segredo de uma vida bem-sucedida reside na ausência de emoções, estas entendidas – de modo negativo – como rompantes indesejados e não controlados de sentimentos em resposta a estímulos externos. Assim, para aqueles que se sentem identificados, esse espaço de tradução óbvia, essa cidade-casa, porque demasiado funcional, transforma-se, pois, em uma cidade-lar¹⁷, um espaço de acolhimento, domínio e tranqüilidade. Por outro lado, aqueles que não conseguem identificação com a cidade – ou enquanto

17 O debate entre cidades-casa (*house cities*) e cidades-lar (*home cities*) foi-me introduzido pelo professor Piotr Stompka durante um seminário no qual apresentei uma síntese daquilo que a tese da qual este texto é fragmento se propunha a ser. Naquela ocasião – 09/2001, 2º Laboratório Internacional para estudantes de doutorado, promovido pela Associação Internacional de Sociologia (ISA) – o professor Stompka sugeriu que eu pensasse a respeito das cidades que, por sua dureza arquitetônica, seriam mais cidades-casas do que propriamente cidades-lares. Aproveitei essa contribuição, mas noto, agora, que as cidades serão tanto menos casas e mais lares quanto maior for a identificação do seu praticante com ela e maiores os afetos que – por razões plurais, de ordem subjetiva – o mesmo a ela dispense. Assim,

com ela não se identificam – negam-na, dentre outras coisas, justamente por sua paisagem maquinal, entediante, esvaziada de pessoas, misturas e calor humano, conforme demonstram os depoimentos a seguir:

“Aquela coisa de cidade grande, você tá andando na rua, você tem uma farmácia, você tem um açougue, você tem um prédio, você tem uma casa, né, uma delegacia de polícia, tudo uma coisa uma do lado da outra, sabe. E aqui você não tem isso. É uma coisa esquisita. [...] Eu gosto muito de cidade com cara de cidade. Brasília não tem essa cara de cidade. [...] Isso falta em Brasília. É tudo muito certo, muito Lego [jogo infantil de peças para montar]” **(Rosa, 39 anos, nascida no Rio de Janeiro-RJ, moradora do DF há 28 anos).**

“Eu gostaria de morar no litoral, eu gostaria de morar em cidades pequenas, eu gostaria de morar em casas, que fossem casas, que tivessem quintais, que tivessem árvores que nasceram ali, que não são todas do mesmo tamanho, nem em fileiras” **(Mara, 37 anos, natural de Coatima-ES, moradora do DF há 32 anos).**

Ainda que, do ponto de vista da experiência humana, espacialidades redundantes como a de Brasília tendam a ser mais pobres que os espaços sociais que apresentam alternativas e pluralidade, conforme sugere Wenders (1994), elas tendem, por outro lado, a ser mais condizentes com expectativas cotidianas derivadas de visões de mundo instrumentais, que orientam escolhas, gostos, desejos e devaneios no sentido de uma valorização utilitarista de todas as coisas, aí incluída a própria cidade.

A análise que Machado e Magalhães (1985) fazem da forma como a vida em Brasília é percebida por seus moradores indica a existência de uma forte relação entre as características espaciais da cidade e o modelo urbano sonhado pela classe média brasileira. As autoras argumentam que não haveria nenhuma especificidade em Brasília, se comparada a outros centros urbanos nacionais, a não ser o fato de que sua morfologia permitiria, com maior facilidade e tranquilidade, a realização do modo de vida desejado pelas classes médias urbanas brasileiras. Esse modo de vida relaciona-se, sobremaneira, a aspectos nitidamente individualistas, que colocam o próprio indivíduo e seu grupo imediato, a família nuclear, no centro de importância das coisas do mundo.

uma mesma cidade pode apresentar-se como casa para alguns e lar para outros, ou como casa em certo momento, lar em outros e vice-versa.

Para a classe média, segundo as autoras, a cidade é vista como um ambiente no interior do qual é possível, com maior ou menor facilidade, realizar seus projetos individuais de vida, os quais costumam girar em torno de trabalho, consumo, lazer e educação. Quanto mais o ambiente urbano permite aos membros da classe média aproximarem-se desses projetos tanto maior a aceitação desse ambiente. Nisso poderia residir a tendência de muitos moradores em considerar Brasília uma cidade ideal, afinal, por suas condições espaciais, ela ter-lhes-ia permitido aproximarem-se sobremaneira da realização de seus projetos de vida: aqui lhes fora possível alcançar estabilidade financeira, adquirir casa e transporte próprios, prover boa educação para os filhos, desfrutar de boas opções de consumo e lazer. Fora isso, Brasília ofereceria, ainda, um amplo conjunto de áreas livres, quer no interior das quadras, quer nas próprias vias de circulação e nos parques, que permitiriam o desenvolvimento livre e seguro das crianças, bem como a livre circulação dos carros particulares no trajeto casa-trabalho-compras, sem obrigá-los a conviver com o inconveniente dos engarrafamentos do trânsito e das poluições atmosférica e sonora deles decorrentes¹⁸. Por outro lado, a “invisibilidade” das classes populares no interior da cidade – decorrente das imensas distâncias e dos vazios contínuos na área planejada, combinados à segregação controlada das cidades-satélites e dos espaços coletivos de lazer (SILVA, 2003) – faria com que a imagem da cidade fosse menos incômoda e preocupante para os indivíduos das classes média e alta, os quais, só recentemente teriam passado a conviver com o medo da violência urbana que invade o Brasil.

De fato, muitos entrevistados afirmaram gostar de Brasília ou senti-la como uma cidade adequada aos seus interesses pessoais, justamente por notarem uma identificação entre seus projetos individuais de vida – que giram em torno da família nuclear, de trabalho, estudo e consumo em geral – e a forma de organização espacial da cidade, com seus vazios e áreas verdes, que lembram as cidades do interior, seu ritmo menos acelerado que o das grandes metrópoles, a segurança relativa que oferece a seus moradores – a despeito do crescimento notável da violência criminal –, seu ar de cidade mediana, suas opções de trabalho, estudo, lazer e consumo diversas, e uma gama de “facilidades” generalizadamente reunidas sob o título de “qualidade de vida”.

Essa “qualidade de vida”, segundo alguns entrevistados, só não seria melhor pela dificuldade de locomoção decorrente das grandes distâncias, de um sistema viário que privilegia o automóvel e não o

18 Cumpramos ressaltar que o contexto empírico ao qual as autoras se pronunciam dista em mais de vinte anos do atual. No presente, a excessiva quantidade de veículos particulares circulando em Brasília é um dos desconfortos da vida na cidade.

pedestre, e de um sistema de transporte coletivo ruim. Outros aspectos que comprometeriam a qualidade de vida de Brasília seriam o elevado custo de vida; o lazer que, para alguns, não é bom; e a frieza das relações interpessoais locais (SILVA, 2003). Vale lembrar que quase todos os depoimentos deixaram clara a diferença existente entre Brasília e as outras cidades do Distrito Federal no tocante à “qualidade de vida”.

Apesar de, como apontam os próprios entrevistados, não ser usual ou cômodo caminhar por Brasília, e a despeito de a locomoção em automóveis particulares dar lugar à locomoção pedestre ou à locomoção em transporte coletivo, Machado e Magalhães (1985, p. 192) sugerem que isso não se trata de uma particularidade de Brasília, mas sim de um padrão de locomoção das classes médias urbanas brasileiras, as quais, em outras cidades, quando têm poder aquisitivo para isto, “cotidianamente se deslocam de automóvel particular de casa para o trabalho e para o lazer”. Seria, portanto, uma incorreção, na opinião das autoras, defender como característica de Brasília o fato de, nesta cidade, as locomoções cotidianas das classes médias e altas ocorrerem predominantemente por meio de automóveis particulares e não a pé.

Se o caminhar é pensado prioritária ou exclusivamente como ato de circulação – como função urbana, para ater-me à terminologia da arquitetura racional –, a análise precedente parece bastante adequada, uma vez que é, de fato, algo comum ao padrão de circulação das classes médias brasileiras a opção, quando possível, pelo automóvel particular em detrimento do caminhar ou dos transportes de massa. A questão que se coloca aqui, todavia, não diz respeito à função urbana da circulação, ou, se muito, diz-lhe respeito criticamente. Se há algo de particular em Brasília – e isso é premissa do estudo que orienta a presente análise, entendendo, evidentemente, as especificidades urbanas inscritas na relação cosmo/fragmento¹⁹ –, parte dessa particularidade reside em um tipo de razão urbanística demasiado instrumental, que suprimiu do espaço da cidade os atrativos e as possibilidades mais evidentes para a realização de uma atividade cultural tradicional do homem – o caminhar –, substituindo-a conceitualmente por uma “função urbana” objetiva – o circular. Nisso residiria, do ponto de vista de uma *arquitetura do silêncio social*, a particularidade de Brasília quanto à questão do caminhar.

O centro do descontentamento de determinadas pessoas com certos elementos espaciais de Brasília reside não exatamente no fato de que para ir trabalhar, estudar, fazer compras ou se divertir

19 Toda cidade, como universo socioespacial, é tanto cosmo, a saber, única em suas características próprias, como fragmento, parte representativa do universo social mais amplo no qual se insere (SILVA, 2003; 2002).

é preciso possuir um carro – ainda que, no decorrer das entrevistas, tenham surgido críticas tanto ao modelo viário quanto ao deficiente sistema de transporte de massa da cidade, sobretudo entre aqueles que não possuem carro. O que as pessoas rejeitam, quando rejeitam, é a possibilidade de que a morfologia espacial de Brasília tenha negado ou, de algum modo, comprometido, a si e às demais pessoas, o direito de caminhar – independentemente de o fazer funcionalmente ou não – e, desse modo, tenha contribuído para que a cidade se tornasse, na percepção geral, vazia, curiosamente sem gente, tendo seu espaço ocupado mais por carros que por gente. Esse vazio – real ou imaginário –, que se contrapõe às expectativas gerais do urbano no Brasil (HOLSTON, 1993), ecoa no universo emocional dos indivíduos, produzindo, em muitos casos, os sentimentos de tristeza, solidão e isolamento que informam todo um conjunto de representações sociais negativas sobre a cidade.

É justamente porque o indivíduo compreende a cidade real a partir das representações que constrói a respeito da cidade vivida, ou seja, porque ele reconhece como real a cidade projetada pelo filtro de suas próprias experiências, expectativas e sentimentos, que nenhuma cidade é *per se* vazia, ruim ou fria, senão para aqueles cuja complexa experiência subjetiva assim informa. Desse modo, é evidente que nem todos rejeitam Brasília e os elementos materiais que, para alguns, a negativam. Há muitos que admiram a espacialidade da capital federal e sua possível influência diante dos comportamentos sociais, apegando-se, justamente, à ordem, à previsibilidade, à possibilidade de dominarem um determinado espaço sem se sentirem ameaçados pelas surpresas que o mesmo possa esconder em sua diversidade. Uma entrevistada aponta, inclusive, como no detalhe, quando vista de uma forma microcós mica, Brasília não é assim tão vazia, sem gente ou sem vida como poder-se-ia pensar à primeira vista. É uma questão apenas de ponto de vista de quem a observa:

“É ou não é? Acaba sendo, porque quando você tem uma visão geral você acaba vendo poucas pessoas na rua. Mas quando você entra dentro de uma quadra, vai pra um lugar mais fechado, você começa a ver que tem movimento. Brasília tem sim aparência da cidade deserta, a cidade que ninguém anda nas ruas, que as pessoas só saem parece que pra trabalhar, nada mais. Mas quando você tá na sua quadra, [...] eu desço, dou de cara com o parquinho, tem babás, tem crianças, tem velinhos passeando, sabe, [...] você vê que tem vida. Se você passa de carro pelo Eixinho, você não vê ninguém, ninguém, ninguém” (Cláudia, brasiliense nata, 21 anos).

A “vida” procurada por muitos em Brasília – setorizada como tudo mais na cidade – esconde-se nos detalhes, no microcosmo das superquadras, dos setores comerciais, dos comércios locais, dos parques, dos clubes, dos *shopping centers*, das feiras, das festas fechadas, dos bares e restaurantes, da

rodoviária: naquilo que é discreto. Essa “vida”, em Brasília, não se explicita no centro, nas praças, nas ruas ou nos bairros, a exemplo das demais cidades brasileiras: esses elementos urbanos, aqui, não são mais que simulacros. Aqui, essa tal “vida” precisa ser desvendada como uma descoberta arqueológica, escarafunchada nas minúcias dos pequenos espaços. Para isso, o tempo é grande aliado. Quanto mais tempo é despendido pelas pessoas tentando desvendar Brasília – e a ela incorporar-se como parte orgânica de seus universos social e espacial – tanto mais será possível perceber o movimento, a agitação, a sonoridade que, em escala macro, chegam a parecer inexistentes na cidade, como pretende exemplificar a citação abaixo:

Como muda o olhar que temos dos lugares e das coisas com o passar do tempo. [...] Estas ruas, estes eixos, estes blocos, este ensurdecedor silêncio de Brasília já provocaram em mim sensação de vazio e solidão. Nada escutava da cidade, nada me diziam as pessoas. Cheguei a pensar: *que cidade sem voz*. Acontece que entrar, estar, viver em Brasília significa também ‘viver de carro’. Mas andando o tempo inteiro de carro, não se tem muita proximidade com as pessoas. [...] Esta cidade [...] assusta aqueles que a tocam pela primeira vez (RAMÍREZ, 1998, p. 23-24).

Algumas escolhas da arquitetura racional fizeram com que, em virtude de uma atomização da vida social nos microespaços, o homem, em Brasília, fosse transformado em uma variável discreta, uma unidade desagregada, pulverizada em um espaço amplo e esvaziado o suficiente para aniquilar – ou ordenar – a multidão pré-moderna com seus caminhantes ociosos misturados à massa de trabalhadores apressados. A supressão do centro e das ruas, a padronização estética dos ambientes e as grandes distâncias evidentemente não determinaram por si só a preferência pelo automóvel, mas contribuíram, inquestionavelmente, para alterações no caminhar ocioso – que, para muitos, não é de fato um valor –, o qual se vê, em Brasília, “funcionalizado” ora pela atividade física controlada e objetiva das “caminhadas” ou do “Cooper” nas alamedas e calçadas das superquadras ou dos Lagos, nos parques ou no Eixão²⁰, ora pelo caminhar instrumental, e atraído pela mercadoria, dos consumidores nos *shopping centers*,

20 Esses são os espaços preferidos para as atividades físicas de caminhada e Cooper ao ar livre em Brasília. A exemplo de outras cidades brasileiras, o início da manhã e o final da tarde são os horários em que se pode notar a maior quantidade de pessoas caminhando. No caso do Eixão, a frequência de pessoas praticando atividades físicas é mais acentuada aos domingos, quando a via é fechada aos veículos, tornando-se exclusiva para os pedestres.

nas feiras, nos comércios locais. Fora isso, há nas ruas, a pé, aqueles que freqüentam a cidade mas, em geral, nela não vivem. Os homens e as mulheres que lotam os pontos de ônibus e a rodoviária no final do dia, voltando para suas casas nas cidades-satélites ou no Entorno²¹. Ou aqueles que moram em Brasília, mas não dispõem de automóveis particulares para sua locomoção, muitos dos quais se ressentem pelo modelo viário da cidade que faz do carro um imperativo.

Se o que distingue o universo perceptivo dos praticantes de Brasília a respeito da aceitação ou da negação de algumas de suas características espaciais, em especial aquelas relacionadas à repetição formal e ao isolamento pedestre, não é própria ou unicamente uma questão de classe – visto que, mesmo entre membros da classe média, há quem questione, critique e sofra com sua espacialidade –, essa distinção não parece residir, igualmente, no tempo de convivência local ou na presença/ausência de outras experiências urbanas²². A aceitação ou a negação maiores ou menores de certos elementos espaciais totalitários presentes em algumas cidades, tais como aqueles que se vêem nos grandes vazios de Brasília, por exemplo, talvez resida, mais propriamente, no espaço que cada sujeito social, movido pelas visões de mundo resultantes da complexa teia social metropolitana, reserva à busca pelo novo e pelas descobertas, ou, nas palavras de Rouanet (1993), ao *homo viator* existente em cada *homo sapiens*.

Se, como afirma Rouanet (1993, p. 7), “a condição humana e a condição de viajante continuam interligadas”, em alguns homens essa ligação parece ser mais vívida, ativa e incômoda que em outros. Para alguns, “o momento humano por excelência, que movimenta todo o processo [do viajar], a viagem como desejo, a fantasia do novo, a esperança de chegar, o encontro com o país sonhado” (ROUANET, 1993, p. 7-8) não é somente o momento extraordinário das viagens que se fazem para lugares distantes, mas igualmente, aquele momento cotidiano, expresso pelo desejo de descobertas, de novidades, de prazeres sensoriais inusitados. A grande cidade é, por excelência, um universo paradoxalmente conhecido e impossível de se submeter a uma apropriação total, posto que multiforme, polifônico, complexo para

21 Os municípios de Goiás que fazem fronteira com o Distrito Federal constituem uma área denominada Entorno. Boa parte da População Economicamente Ativa do Entorno trabalha no Distrito Federal.

22 Mesmo entre os “filhos de Brasília”, pessoas nascidas e/ou criadas na cidade, encontra-se quem rejeite alguns de seus elementos espaciais, justamente por acreditar que os mesmos dificultam a efervescência característica das grandes cidades ou limitam o universo das experiências sociais e o contato com o novo. Por outro lado, há, entre aqueles recém-chegados, pessoas que mal se desfizeram das malas e da saudade de sua terra natal, quem admire justamente o conforto proporcionado pela ordem da cidade e sua possibilidade de domínio rápido, conquanto se consiga traduzir alguns códigos urbanísticos elementares. A ordem confunde-se com beleza e exprime, assim, uma situação de conforto e satisfação.

todos os sentidos, que torna possível o ato de viajar naquilo que ele guarda de mais humano: o sonho, o desejo do desconhecido. Como diz Rouanet (1993, p. 21-22): “O viajante moderno passeia pela cidade; não é mais o peregrino, o nauta, o corsário – é o *flâneur*. [...] Seu mundo é o das fantasmagorias urbanas. [...] A cidade é tudo para o *flâneur*, sua casa, sua paisagem”.

Para algumas pessoas, nascidas ou não em Brasília, membros ou não das classes média e alta, o desejo do inusitado é um valor, algo tão ou mais importante para a esfera sentimental que as coisas práticas da vida, como trabalhar, comer ou dormir. Se a realização desse desejo é dificultada ou impossibilitada por uma espacialidade massificante das diferenças e das novidades, e limitante da forma mais imediata de apropriação espacial que é o caminhar, seu resultado deverá ser notado, evidentemente, na esfera sentimental. Solidão, vazio, tristeza: eis o que sentem alguns dos praticantes de Brasília diante da conclusão de que não é possível fazer grandes descobertas nesse texto urbano pré-traduzido; diante da percepção de que esse é um espaço de tantos carros e tão poucas pessoas. “*Cidade fantasma*²³”, assim é Brasília para quem espera ver na cidade novidade e gente – em grande quantidade e de todas as origens sociais. Isso, para muitos, é imensa fonte de estranhamento, sofrimento ou angústia, ainda que nada signifique para outros.

“Eu sinto falta de gente aqui. Sinceramente, na acepção da palavra, eu sinto falta de gente! [...]. Eu sinto gente quando eu converso com os porteiros do prédio, entende? Eu sinto gente quando eu converso com os porteiros, com o cara que fica lavando lá o carro. Eu sinto gente assim. [...] Ah, Belém a gente sente gente na rua, quando você passa junto ou senta na praça, na banca de tacacá que tem a cada esquina. [...] No comércio, na rua” (Camila, 39 anos, nascida em Vizeu-PA, moradora do DF há aproximadamente 2 anos).

“O que eu acho muito ruim é você não poder andar na rua, não ver gente na rua. Isso é uma coisa que me incomoda. Eu sinto falta. Então, eu adoro trabalhar no Setor Comercial porque eu saio, desço, eu vejo camelô, vejo gente gritando, vejo gente correndo pra lá e pra cá [...]. Lá no Setor Comercial, a sensação que eu tenho é que Brasília tá viva, entendeu, é uma coisa viva que tá acontecendo ali. Fora isso, parece tudo muito parado, muito quieto, sabe, é uma coisa assim que me incomoda um pouco” (Rosa, 39 anos, nascida no Rio de Janeiro-RJ, moradora do Distrito Federal há 28 anos).

23 Expressão utilizada pela entrevistada Mara para fazer referência a Brasília no tocante a sua sonoridade.

“Gente é o que eu sinto falta em Brasília. [...] Por exemplo, a última vez que eu estive em São Paulo, a gente estava, eu acho que era umas três e meia, quatro horas, sentado num bar e a cidade movimentando, você vendo gente. [...] Vamos dizer que o centro de Brasília é o Plano Piloto, você não vai ver gente circulando, entendeu? Na realidade, eu estranho Brasília não os outros locais, porque era aquilo que eu queria viver, entendeu?” (Sérgio, 38 anos, brasiliense nato).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas enfrentados pelos pedestres – viajantes urbanos – em Brasília, como visto, situam-se não apenas na ordem das coisas práticas – como o imperativo do automóvel particular para a locomoção cotidiana –, mas, igualmente, na ordem das coisas simbólicas, emocionais e imaginárias. A cidade utópico-racional, planejada em consideração a quatro supostas funções urbanas – habitar, trabalhar, divertir e locomover –, parte de uma concepção reduzida tanto de homem – o homem racional – quanto de cidade – uma cidade-coisa, exterior ao cidadão (SILVA, 2006) – e, assim, desconsidera a humanidade das coisas humanas, a qual, como bem aponta Rouanet (1993), encontra-se precisamente naquilo que não se racionaliza: o imaginário, as sensações, as emoções.

Para além das dores metafóricas do *silêncio espacial* de Brasília – cuja importância é circunscrita à sua cosmologia – preocupam os efeitos societários que podem ser produzidos pelas opções do planejamento modernista e seus descendentes, quando tomadas de modo totalitário como a única opção para a construção dos espaços urbanos novos ou para a recuperação ou gentrificação de espaços degradados (LEITE, 2004). Em particular, preocupam: de um lado, a segregação das classes sociais, o esvaziamento do espaço público e o enfraquecimento do sentido público e político do espaço; e, de outro, a fragilização das possibilidades de identidade social e identificação espacial.

O estudo dos efeitos societários e sentimentais produzidos pelo tipo de espacialidade hegemônico em Brasília indica que, para o cidadão, a cidade não se reduz ao conjunto de facilidades espaciais instaladas para dar mais conforto ao viver. A cidade é coisa viva e vivida. Sendo assim, sua experiência não pode ser outra senão a de um exercício subjetivo das relações homem-espaço e homem-homem. Excluindo das funções urbanas a dimensão subjetiva, em suas expressões sentimental, imaginária, onírica e até mesmo sensorial, a utopia modernista busca, em vão, racionalizar o que não se racionaliza. Como resultado, empobrece tanto a experiência urbana quanto a própria cidade, fenômeno, antes de tudo, humano.

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BALZAC, Honoré de. **A menina dos olhos de ouro**. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- BAUDELAIRE, Charles. **As flores do mal**. 6. ed. RJ: Nova Fronteira, 1985.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. RJ: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo**. SP: Brasiliense, 1989. (Walter Benjamin – obras escolhidas, v. 31).
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. SP: Editora 34: Edusp, 2000.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CODEPLAN. **Temas CODEPLAN**: perfil socioeconômico das famílias do Distrito Federal. Brasília, 1997.
- COSTA, Lúcio. **Brasília, cidade que inventei**: relatório do Plano Piloto de Brasília. [S.l.], s.d. mimeo.
- DO RIO, João. **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
- GAMA, Lúcia Helena. **Nos bares da vida**: produção cultural e sociabilidade em São Paulo – 1940-1950. SP: Editora do SENAC, 1998.
- GORELIK, Adrián. O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização. In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). **Narrativas da modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- HOLSTON, David. **A cidade modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. SP: Companhia das Letras, 1993.
- LE CORBUSIER. **Urbanismo**. SP: Martins Fontes, 1992.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Aracaju: Editora da Unicamp: Editora UFS, 2004.

MACHADO, Lia Zanota; MAGALHÃES, Themis Quezado de. Imagens do espaço: imagens de vida. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília, ideologia e realidade**: espaço urbano em questão. SP: Projeto, 1985.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.

POE, Edgar Allan. **O homem da multidão**. Porto Alegre: Paraula, 1993.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). **O futuro das metrópoles**: desigualdades e governabilidade. RJ: Revan: FASE, 2000.

ROUANET, Sérgio Paulo. **A razão nômade**: Walter Benjamin e outros viajantes. RJ: Editora UFRJ, 1993.

SCHERER, Rebeca. Apresentação. In: LE CORBUSIER (versão). **A carta de Atenas**. SP: HUCITEC: EDUSP, 1993.

SILVA, Inaê Elias Magno da. **Brasília, a cidade do silêncio**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

_____. Metrópoli y modernidad. **Revista Colombiana de Sociologia**, Bogotá, v. 7, n. 2, 2002.

_____. Pensamento complexo: alternativa para o resgate intelectual da totalidade urbana. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção – RBSE**, v. 5, n. 14/15, ago./dez. 2006.

SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

VOGEL, Arno; VOGEL, Vera Lúcia de Oliveira; LEITÃO, Gerônimo E. de Almeida. **Como as crianças vêm a cidade**. RJ: Pallas/FLACSO/UNICEF, 1995.

WALTON, Stuart. **Uma história das emoções**. Rio de Janeiro: São Paulo: Editora Record, 2007.

WENDERS, Wim. A paisagem urbana. **Revista do Patrimônio**, RJ: Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, n. 23, 1994.

Utopias urbanas: o caso de Brasília e Vila Planalto

Christiane Machado Coelho
Centro de Estudos e Investigação em Sociologia (CIES-ISCTE)
Lisboa, Portugal

“A utopia é o princípio de todo o progresso e o ensaio preparatório para um futuro melhor”. (Anatole France)

INTRODUÇÃO

A construção de Brasília no final dos anos 50 do século XX representa a tentativa de concretização de uma utopia urbana. A idéia de uma capital moderna como nova representante política do Brasil traduzia um projeto de sociedade num momento de grande desenvolvimento econômico no país. Em pleno *boom* da indústria automobilística e ainda sob o prisma de uma “racionalização moderna” – em que os princípios da Carta de Atenas são associados ao modelo das “cidades jardim” de Ebenezer Howard (FREITAG, 2001) – o projeto de Brasília como uma cidade funcional e setorizada reflete ao mesmo tempo uma crença e uma tentativa de racionalizar e maximizar a utilização do espaço.

Projetos de futuro e projetos de sociedade têm este exemplo concreto de associação entre planejamento e espontaneidade, projeto e realidade, utopias e inserções sociais, refundação nacional e experimentação social. São muitas as dicotomias presentes neste contexto. As questões da preservação, da memória e da história merecem ser igualmente discutidas, tal como o processo de constituição de um patrimônio e a gestão da preservação local.

Em Brasília, é possível analisar-se em que medida os projetos de “cidades do futuro” podem ter uma validade específica, histórica, temporal. As conseqüências da construção de Brasília no plano social e humano merecem um estudo mais detalhado, o que se propõe discutir a partir do caso de Vila Planalto.

O projeto da construção de Brasília como uma “cidade do futuro” moderna pode ser associado ao projeto de mudança política, administrativa e espacial da capital brasileira para o interior do Brasil,

região conhecida anteriormente pelo baixo povoamento e atraso de desenvolvimento econômico e social – o projeto de construção de uma capital moderna no interior do país visava alterar essa imagem.

Como lembrava Euclides da Cunha (2001), o sertão possui características peculiares que o distinguem do litoral, região onde se desenvolveram as maiores cidades brasileiras. É conhecido como a “terra esquecida” — seja pela metrópole portuguesa, seja posteriormente pela monarquia brasileira: “Porque ali ficaram, inteiramente divorciados do resto do Brasil e do mundo, murados a leste pela Serra Geral, tolhidos no ocidente pelos amplos campos gerais, que se desatam para o Piauí e que ainda hoje o sertanejo acredita sem fins. O meio atraía-os e guardava-os” (CUNHA, 2001, p. 190).

O isolamento geográfico e a ausência de investimentos estatais dificultavam a dinamização econômica e populacional dessa parte do Brasil.

Este estudo pretende mostrar algumas das conseqüências e ambigüidades do processo de consolidação de Brasília, a partir do estudo de Vila Planalto. Antigo acampamento da construção civil, esse local alojou desde os operários da construção civil, aos engenheiros e políticos que passaram esporadicamente por esse espaço até a inauguração de Brasília. Apesar de um longo período de clandestinidade, Vila Planalto foi reconhecida como patrimônio do Distrito Federal brasileiro em 1988 – ano posterior ao reconhecimento de Brasília como patrimônio da humanidade, em 1987.

No caso de Brasília, Vila Planalto representa ao mesmo tempo os bastidores e o “outro lado da moeda” da nova capital brasileira. Em primeiro lugar, a idéia de “bastidor” reflete o aspecto provisório e necessário de Vila Planalto nos inícios de Brasília. A ausência de infra-estrutura urbana na região onde foi planejada a cidade provocava a necessidade da criação de espaços que pudessem instalar a mão-de-obra e os serviços necessários para edificação de Brasília. Em segundo lugar, a idéia de “outro lado da moeda” reflete em Vila Planalto parte das contradições e dos aspectos não previsíveis da construção de Brasília.

CIDADES UTÓPICAS

A relação entre projetos urbanos e projetos utópicos não deve ser dissociada de modelos imaginados de sociedade. Como menciona Freitag (2001, p. 3): “Atrás da concepção da cidade utópica escondia-se a idéia de uma sociedade perfeita, harmônica, livre dos defeitos das cidades e sociedades históricas em que viviam os seus idealizadores”.

Analisando-se o histórico de alguns projetos de “cidades utópicas”, deparamo-nos com a ausência de projetos nesse sentido durante o advento do cristianismo. Durante a Idade Média, a

utopia era transferida para depois da morte e do Juízo Final, no Reino dos céus (FREITAG, 2001)¹. Já no Renascimento, a utopia urbana reaparece sob o prisma de uma sociedade perfeita, assente no modelo de uma sociedade ideal:

A revisão de várias utopias urbanas que filósofos, economistas, socialistas, arquitetos e urbanistas procuraram desenvolver para melhorar as condições de vida dos moradores neste planeta, raras vezes encontraram sua realização. Na maioria das vezes o modelo utópico permaneceu uma virtualidade, sem chances de impor-se na realidade. Outras vezes, a utopia reverteu-se em seu contrário, perverteu-se. Longe de realizar um sonho intensamente desejado pela maioria dos seres humanos, transformou-se em um pesadelo. Vale aqui mencionar o desmoronamento das sociedades socialistas, que almejavam trazer a liberdade, igualdade, justiça para todos que aderiam aos seus princípios norteadores e à luta em favor do socialismo (FREITAG, 2001, p. 16).

Em decorrência dos perigos da imposição de um modelo utópico de sociedade, de forma generalizada à sociedade como um todo, vale lembrar como sublinha Ernest Bloch (apud FREITAG, 2001, p.17):

A utopia [...] deve ser igualmente rigorosa contra si mesma, desenvolvendo uma consciência de suas próprias fronteiras [...] Uma utopia que vai se dissolvendo à medida que se realiza, poderia fazer surgir uma situação que escape, por princípio, à previsão utópica: novos obstáculos, novas dificuldades, novos ônus, poderiam apresentar-se, que difiram completamente de tudo quanto conhecemos [...] a utopia realizada seria 'outra'.

Como conceber em projetos de “cidades utópicas” o lugar da história e da memória nos espaços em formação? Como poderá um espaço novo ter em si lugares para a memória de forma a conter no novo espaço a possibilidade de manter vestígios de sua formação? Como pensar a questão da integração

1 Em relação ao histórico de projetos urbanos utópicos, Freitag basea-se na obra de Patrice Moncan, *Villes Rêvées*, Paris, Les Éditions du Mécène, 1998.

urbana para sociedades presentes e futuras? A partir dessas indagações iniciais, debruçar-nos-emos sobre o estudo de Brasília.

BRASÍLIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

No início [...] havia o trabalho, da aurora ao crepúsculo, sacos de cimento, tijolos, brita, disputas, acidentes mortais e uma espécie de sonho de construir, no meio do sertão de Goiás, uma capital moderna, futurista, capaz de mudar o caminho da história. Parecida com o Brasil da época (CORREIO BRAZILIENSE, 03 fev. 1998).

Brasília é provavelmente a mais emblemática das cidades planejadas modernas, e se constituiu rapidamente como objeto de interesse sociológico. Esta cidade possui uma estruturação moderna, funcional, do espaço, enquanto a estruturação das ruas da Vila Planalto, berço de Brasília, é principalmente do tipo tradicional.

O caráter planejado, moderno e administrativo de Brasília sempre suscitou uma certa estranheza para aqueles provenientes de outras cidades brasileiras. Brasília é freqüentemente considerada uma cidade artificial e pouco humana. Holston (1993) descreve a “brasilite” como uma reação de estranhamento em relação a Brasília. Se, de um lado, o aspecto moderno da cidade poderia representar uma novidade para os recém-chegados, por outro lado, a sensação de frieza, de artificialidade e de impessoalidade era muitas vezes acompanhada por um sentimento de estranheza e de não identificação, que originaria dificuldades de adaptação. O caráter organizado de Brasília tornava o cotidiano mais prático, ao mesmo tempo que parecia privar a cidade da espontaneidade e do movimento presentes em outros centros urbanos. Holston considera que o projeto de Brasília negava duplamente o velho Brasil: negava tanto o seu sub-desenvolvimento, como a sua vida urbana. O autor destaca que a arquitetura modernista, característica da nova capital nacional, representa uma ruptura com as condições preexistentes no país, causando *in situ* uma sensação de descontextualização (HOLSTON, 1993).

Poder-se-á discutir como um projeto de cidade se transforma numa realidade concreta a partir do estudo de sua formação. Como nos interpela Vidal (2005), em que medida um projeto de cidade, na sua dimensão material e discursiva, é portador de um projeto de sociedade?

Brasília representava um projeto de cidade, associado igualmente a um projeto político e de sociedade. Apesar da antiguidade do projeto de construção de uma nova capital para o Brasil (VIDAL, 2002), esse projeto só foi colocado em prática num momento de importante desenvolvimento nacional, sob a presidência de Juscelino Kubitschek, cujo slogan do governo era “50 anos de progresso em 5 anos de governo”. A decisão de construir uma capital moderna no interior do Brasil pretendia ultrapassar o atraso social e econômico associado ao interior do Brasil e, principalmente, modificar a imagem associada ao país e à identidade nacional, com a criação de uma capital moderna que pudesse corresponder à idéia do Brasil como “país do futuro” (ZWEIG, 1960), como a imagem de um país capaz de se reinventar continuamente.

No caso de Brasília, é evidente que o progresso nacional não poderia se estabelecer por decreto, e que não poderia negar o passado e os problemas do Brasil. A “herança” de uma estrutura social desigual se faz sentir em Brasília (e em todo o Distrito Federal), e a questão da moradia se constituiu num dos reflexos mais claros dessa situação.

Os inícios de Brasília são marcados por uma situação de contraste. De um lado, a cidade representava uma espécie de “visão mitológica” do futuro. De outro, a precariedade das condições de vida e de trabalho da população operária encarregada da edificação da cidade, contradizia essa idéia de modernidade, o que indica que, desde o princípio, o projeto de criação de uma capital moderna estava pleno de contradições, presentes desde a instalação desta capital. As conseqüências do processo migratório dos trabalhadores em direção a Brasília não foram levadas em conta no projeto original da cidade, em termos de condições de moradia mais definitivas para esses trabalhadores (PAVIANI, 1996).

Os primórdios de Brasília são marcados pela precariedade das condições de vida para todos aqueles que vieram participar da edificação da nova capital nacional. Essa precariedade, de alguma maneira, nivelou as condições de vida dos primeiros moradores da cidade.

Apesar do projeto de Brasília, enquanto capital moderna, prever a construção de uma cidade diferente das outras cidades brasileiras, seus problemas de moradia e de emprego aproximam-na de outras cidades do país. Os problemas de segmentação e de fragmentação social parecem ainda mais importantes em Brasília quando comparados a outros centros urbanos. O caráter planejado da cidade provocou a exclusão das classes populares do centro da cidade. O Plano Piloto – parte planejada da cidade – sofreu um forte processo de especulação imobiliária, em virtude do qual os setores menos favorecidos da população foram expulsos para os subúrbios distantes. Nesse contexto, as diferenças sociais correspondem a diferenças espaciais significativas. A heterogeneidade social presente na maioria dos centros urbanos é menos visível em Brasília.

Desde os inícios de Brasília, a questão da moradia se impôs como um problema principal. O número considerável de trabalhadores necessários para a construção da cidade supôs a necessidade de moradia para alojar esse grande número de pessoas. A Novacap – Instituição governamental encarregada da construção de Brasília – estabeleceu núcleos de moradia provisórios para alojar os trabalhadores na Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante, e nos acampamentos construídos para esse efeito, dos quais Vila Planalto é um exemplo.

Nos primórdios de Brasília, a ausência de alojamentos deixava uma parte importante dos trabalhadores dependentes das condições impostas pelas companhias da construção civil. Essas condições ultrapassavam as questões de moradia. A ausência de família, o controle exercido pelas companhias sobre a vida cotidiana dos trabalhadores (horários regulamentados, proibição de bebidas alcoólicas nos acampamentos) constituía uma intrusão na vida dos trabalhadores em diferentes domínios. O espaço era cercado, o que reforçava o controle ao qual os trabalhadores eram submetidos. Por um lado, as companhias ofereciam as condições de moradia e eram encarregadas de toda a infra-estrutura necessária para instalação da população necessária – como casas, supermercados, farmácias, clubes e afins. Por outro lado, os trabalhadores se encontravam numa situação de dependência completa frente às companhias.

Na inauguração de Brasília, setenta mil trabalhadores estavam presentes. A maioria desses trabalhadores residia nas Cidades Satélites, projetadas repentinamente durante a construção de Brasília. Desde o início, a maior parte da população da cidade vivia fora do Plano Piloto (RIBEIRO, 1998). A nova capital traçou, antes mesmo de sua inauguração, linhas de exclusões futuras, o que levou alguns observadores a considerarem-na uma “semi-cidade”, uma capital distante da realidade nacional. Segundo as palavras de Hautin-Guiraut (1993): “Na aurora das esperanças do país, Brasília concretizou o sonho de grandeza brasileiro, e sua fé num futuro necessariamente grandioso. Mas Brasília sofre hoje, mais do que nunca, por ter de capital apenas o nome”.

No entanto, o fato de Brasília ter sido construída em um espaço sem infra-estruturas urbanas é analisado, por alguns autores, como um aspecto vantajoso e facilitador da integração dos migrantes recém-chegados: “O eterno ‘mito de origem’ é constantemente revisitado em Brasília, onde a ausência de lugar, e conseqüentemente, a ausência de identidade, oferece a sensação de que todos são incorporados à cidade com as mesmas condições” (NUNES, s.d, p. 7)².

2 Inédito, cedido pelo autor.

A idéia de Brasília como um território originalmente “vazio” parece ter facilitado a integração local e a construção da imagem de uma cidade cuja história está se construindo, uma história quase controlável, pois é possível estabelecer um ponto de partida, correspondente aos inícios da cidade, numa data ainda recente e facilmente identificável.

Brasília representou um novo horizonte para todos aqueles que encontravam dificuldades nas suas regiões de origem; ela traduzia a esperança de uma vida melhor para uma parte importante da população que vinha à procura de trabalho. Segundo Pinton e Aubertin (2005), a força dos movimentos migratórios vinha da facilidade de acesso às infra-estruturas de saúde, da leveza da legislação fundiária, mas também do fato de que o Distrito Federal dispõe de um dos mais altos rendimentos por habitante no Brasil. Nunes (2004) destaca que a possibilidade de acesso a terrenos urbanos, mais do que a procura de trabalho, constitui o principal motor migratório para o Distrito Federal.

A transferência de funcionários públicos do Rio de Janeiro – antiga capital brasileira – para Brasília enfrentou inicialmente algumas resistências. Para superar essas dificuldades, a transferência foi acompanhada pela obtenção de privilégios importantes pelos funcionários públicos, enquanto os trabalhadores da construção civil não tinham sequer as suas condições de permanência e de alojamento asseguradas após a inauguração da cidade. Muito destes trabalhadores foram transferidos para Cidades Satélites distantes (COELHO, 2006). O espaço da cidade ficou assim marcado por diferenças sociais significativas, caracterizadas por uma associação entre apropriação do espaço, principalmente no Plano Piloto, e altos rendimentos. O distanciamento das classes sociais no Distrito Federal veio a reproduzir (e mesmo reforçar) as diferenças sociais existentes na sociedade brasileira, caracterizada por um forte dualismo entre modernidade e exclusão social (PAVIANI, 1996).

O CASO DE VILA PLANALTO EM BRASÍLIA

Vila Planalto representa aspectos não previsíveis da construção de Brasília. Os aspectos humanos e as formações de redes sociais nesse espaço interessam, pois, contrariamente à maior parte das cidades da Europa e mesmo da América Latina, é raro poder retratar o processo de formação de um espaço através da análise do discurso dos indivíduos que participaram de sua formação. É o caso dos moradores de Vila Planalto que viram o direito à cidade e o direito à memória reconhecidos em função de sua participação nos trabalhos de construção civil nos inícios de Brasília.

O desafio principal deste trabalho consiste em compreender como um espaço provisório, que se manteve irregular muitos anos, conseguiu transformar-se num bairro histórico, reconhecido legalmente

como patrimônio do Distrito Federal brasileiro em 1988. As complexidades do reconhecimento do tombamento de Vila Planalto são analisadas de forma associada ao estudo das conseqüências sociais e urbanas da regularização desse espaço.

O interesse por Vila Planalto surgiu em função do aspecto singular e diferenciado deste espaço no centro do Plano Piloto de Brasília.

Vila Planalto era composta por um conjunto de acampamentos instalados por diferentes companhias da construção civil, localizados na proximidade da atual Praça dos Três Poderes, do Palácio da Alvorada e do Palácio do Planalto, ou seja, no centro do Plano Piloto. As construções eram todas em madeira, sem possibilidades legais de crescimento.

As companhias da construção civil eram encarregadas de instalar toda a infra-estrutura necessária para construção de Brasília: casas provisórias em madeira, mercados locais, farmácias, escolas, clubes, bancos. Uma forte heterogeneidade social era presente na Vila Planalto, o espaço era diferenciado segundo a classe social, a profissão e o estado civil. Inicialmente, existiam dois clubes (um para os ricos, outro para os pobres), um cinema, uma farmácia, uma escola. Após a inauguração de Brasília, o ritmo dos trabalhos das companhias da construção civil diminuiu e essas companhias foram progressivamente deixando a cidade e desmontando a infra-estrutura que tinham instalado (COELHO, 2006). É curioso observar como, mesmo os espaços provisórios como o dos acampamentos, foram cuidadosamente estruturados em termos de diferenças sociais, profissionais e familiares. Uma lógica funcionalista parecia prevalecer igualmente nestes espaços, de forma a estruturar diferenciações futuras presentes no Distrito Federal brasileiro.

Analisemos como um acampamento provisório sobreviveu a tantos anos de clandestinidade até o seu reconhecimento como bairro histórico, diferenciado do Plano Piloto e situado numa parte central da cidade.

Após a inauguração de Brasília, com a retirada da infra-estrutura implantada pelas companhias da construção civil, Vila Planalto foi progressivamente se transformando em uma espécie de *no-man's land*. Ao contrário das invasões clássicas e de muitos bairros clandestinos, seu espaço tinha sido originalmente estruturado pelo poder estatal, embora de forma temporária. O caráter instrumentalmente provisório de Vila Planalto – numa fase em que ela fazia parte de um “grande projeto” (RIBEIRO, 1998) – fez com que fosse considerada cada vez mais ilegal, uma vez inaugurada a nova capital. O direito que os moradores locais tiveram inicialmente de residir nesse espaço foi substituído por um não-direito. A ilegalidade da ocupação de Vila Planalto tornou-se cada vez mais acentuada, contribuindo para a formação de uma imagem negativa desse local, vigente até o momento de sua regularização e reconhecimento como patrimônio do Distrito Federal em 1988.

Apesar da heterogeneidade social presente na Vila Planalto, o tempo de residência nesse espaço apareceu como um elemento importante e aglutinador dos grupos ali presentes. O conceito de “pioneiro” apareceu como noção central nos movimentos reivindicativos que ocorreram nos anos oitenta em prol da regularização da Vila Planalto. Ser “pioneiro” passou a ser reconhecido como um valor, criando uma hierarquização interna baseada no tempo de permanência local, de forma extra-classe, associada a participação nos inícios da cidade.

Aldo Paviani realizou muitos estudos reveladores dos efeitos perversos da implantação da nova capital brasileira. Brasília é assim marcada por uma lógica dupla (PAVIANI, 1985; 1989; 1996). De um lado, encontra-se o espaço planejado e moderno do Plano Piloto. De outro lado, localizam-se nos arredores do Plano Piloto, nas Cidades Satélites, os mesmos problemas presentes em outros centros urbanos brasileiros. O caso de Vila Planalto parece se opor à idéia de planificação controlada de todo território urbano de Brasília, pois trata-se de um espaço que não estava previsto no plano originário da cidade e que conseguiu se consolidar no centro da capital.

Na Vila Planalto, o direito à moradia foi associado ao exercício de atividades profissionais relacionadas à edificação de Brasília. A concessão de moradias foi igualmente considerada resultado de ações políticas que ocorreram na década de oitenta em prol da regularização do espaço. O espaço foi legalizado e reconhecido como patrimônio a partir da promulgação dos Decretos-Leis nº 11.079 e nº 11.080, datados do dia 21 de abril de 1988.

O reconhecimento de Vila Planalto como patrimônio põe em questão a complexidade da sobrevivência local e a utilização política da história e do território como fonte de negociação em torno da memória da construção de Brasília.

O caráter inicialmente provisório de Vila Planalto, sua situação de clandestinidade durante mais de 30 anos, seu reconhecimento como patrimônio histórico em 1988 e, finalmente, o não respeito pelas leis de preservação local, visíveis no incêndio da Igreja Nossa Senhora da Pompéia — uma das primeiras igrejas de Brasília, toda em madeira, incendiada em fevereiro de 2000 — e a destruição de numerosas construções em madeira, teoricamente protegidas pelo patrimônio, revelam as ambigüidades locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mumford (1989) considera o passado e o futuro como fontes de utopias. O autor enfatiza a importância das utopias no estudo das idéias e da organização social. No caso deste estudo foi possível observar como a análise dos espaços urbanos contemporâneos levanta desafios importantes, pois os

espaços estão em constante transformação. Colocar em evidência uma parte das permanências e das mudanças de Brasília constituiu um dos desafios desta análise, de forma a mostrar diferenças entre uma cidade como projeto e sua execução efetiva. Este estudo poderá contribuir para a investigação das transformações urbanas no espaço, como também para a investigação das possibilidades de moradia para diferentes classes sociais nos centros urbanos.

O estudo de Brasília é paradigmático e exemplar das ambigüidades e contradições que um projeto urbanístico pode adquirir no momento de sua implementação. A partir deste estudo, pode-se questionar a validade de futuros projetos de cidade, sejam utópicos, possíveis ou imaginários. Como poderá a sociedade re-estruturar seus projetos urbanos de forma a abarcar diferentes estilos de vida, estilos arquitetônicos, diferentes projetos de futuro, de sociedade e a possibilidade de construção de espaços que permitam a integração social? A experiência falhada de implementação de bairros sociais em muitos países põe em relevo a necessidade de se repensar as formas de integração urbana, de forma a evitar estigmas, exclusões sociais, econômicas, políticas e espaciais, de maneira a que possamos ter sociedades e cidades que possam ser, efetivamente, de todos. Talvez resida neste desafio mais uma utopia.

REFERÊNCIAS

COELHO, Christiane. **Changements dans les coulisses de Brasília**: les ambiguïtés du processus de maintien de Vila Planalto (1956-2006). Tese (doutorado) – EHESS, Paris, 2006.

CORREIO BRAZILIENSE, 03 fev. 1998.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**: Campanha de Canudos [edição crítica de Walnice Nogueira Galvão] 2. ed. São Paulo: Ática, 2001. (1902).

FREITAG, Bárbara. Utopias Urbanas. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 10., 2001, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SBS, 2001.

HAUTIN-GUIRAUT. Brésil, la capital mal aimé. **Le Monde**, 23 mar. 1993.

HOLSTON, James. **A cidade modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MUMFORD, Lewis. **The City in History**: its origins, its transformations, and its prospects. New York: A Harvest Book: Harcourt, 1989. (1ª edição, 1961).

NUNES, Brasilmar Ferreira. **Brasília**: a fantasia corporificada. Brasília: Paralelo 15, 2004.

_____. **A lógica social do espaço de Brasília**. s.d. Inédito, cedido pelo autor.

PAVIANI, Aldo. **Brasília, ideologia e realidade**: espaço urbano em questão. São Paulo: Projeto, 1985.

_____. **Brasília**: a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

_____. **Brasília**: moradia e exclusão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

PINTON, Florence; AUBERTIN, Catherine. Populations traditionnelles: enquête de frontières. In: ALBALADEJO, C.; ARNAULD DE SARTRE, X. (Dir.). **L'Amazonie brésilienne et le développement durable**: expériences et enjeux en milieu rural. Paris: L'Harmattan, 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Acampamento de grande projeto: uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **A conquista da cidade**: movimentos populares em Brasília. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VIDAL, Laurent. **Mazagão, la ville qui traversa l'Atlantique**: du Maroc à l'Amazonie (1769-1783). Paris: Aubier-Flammarion, 2005.

VIDAL, Laurent. **De nova Lisboa à Brasília**: l'invention d'une capitale. Paris: IHEAL Editions, 2002.

ZWEIG, Stefan. **Brasil, país do futuro**. Rio de Janeiro: Editora Brasileira, 1960.

Da utopia brasiliense à realidade do Distrito Federal: a emergência e a difícil estabilização de um espaço político específico em Brasília

Daniella de Castro Rocha – Universidade de Evry, França

RESUMO

A dimensão regional da “dupla vida política” da capital da República, constitui um “ponto cego” na literatura política. Interessamo-nos aqui por esse objeto impensado e, em uma perspectiva sócio-histórica, analisamos o processo singular de diferenciação e de estabilização de um espaço político específico no DF. A institucionalização tardia desse espaço de relações e práticas políticas está estreitamente relacionada às particularidades da configuração social na qual ele emergiu. Sua diferenciação aparece como um desdobramento do rápido e complexo processo de expansão urbana da região. Hoje relativamente “estabilizado”, o espaço político do DF atualiza as ambivalências estruturantes e estruturais que compõem a paisagem social contrastante e polinuclear do DF.

Palavras-chave: Brasília. Distrito Federal. Espaço político. Configuração social. Espaço urbano.

RÉSUMÉ

La dimension régionale de la “double vie politique” de la capitale de la République constitue un “point aveugle” de la littérature politique. Nous nous intéressons ici à cet objet impensé e, dans une perspective socio-historique, nous analysons le processus singulier de différenciation et de stabilisation d’un espace politique spécifique dans le DF. L’institutionnalisation tardive de cet espace de relations et de pratiques politiques est étroitement liée aux particularités de la configuration sociale dans laquelle il a émergé. Sa différenciation apparaît dans le prolongement du rapide et complexe processus d’expansion urbaine de la région. Aujourd’hui relativement “stabilisé”, l’espace politique du DF actualise les ambivalences structurantes et structurelles qui composent le paysage social contrastant et polynucléaire du DF.

Mots-clés: Brasília. District Federal. Espace politique. Configuration sociale. Espace urbain.

Se a “cidade” Brasília¹, em sua dimensão modernista e urbana, constitui, desde sua inauguração em 1960, um objeto de estudo consagrado para historiadores, urbanistas e sociólogos, o espaço político brasileiro e, mais precisamente, as dimensões específicas da vida política da “região² Distrito Federal” (DF) suscitaram muito menos curiosidade no meio científico. Não é difícil constatar que, à parte algumas exceções³, quando uma pesquisa acadêmica se interessa pela política em Brasília, trata-se quase que invariavelmente de trabalhos voltados à condição da capital como sede oficial e cenário de enfrentamentos entre atores políticos nacionais no seio do Congresso Nacional ou do Executivo Federal (TEIXEIRA, 1998; SCHMIDT, 1985; BEZERRA, 2004).

Por sua condição de capital da República, Brasília ativa uma fronteira marcante entre dois espaços políticos distintos, entre os quais o mais visível é sem dúvida aquele definido por interesses nacionais e formado pelos grandes personagens políticos do país. Um “espaço político nacional” que, apesar de sua grande amplitude em termos decisórios, midiáticos e simbólicos, constitui-se em Brasília de forma particularmente delimitada nos planos espacial e temporal. Circunscrito, especialmente, aos grandes conjuntos arquiteturais concebidos por Oscar Niemeyer, destinados às sedes oficiais do governo e do parlamento, esse espaço encontra-se em grande parte limitado temporalmente aos três dias hebdomadários de trabalho político propriamente institucional das elites políticas “de passagem”⁴ por Brasília que,

- 1 A designação “Brasília” pode suscitar confusões, visto que alguns autores a utilizam em uma acepção ampla para designar o conjunto da região Distrito Federal (DF), enquanto para outros ela corresponderia somente à parte do DF onde se situa o conjunto urbano formado pelo Plano Piloto e adjacências próximas, isto é, a cidade inicialmente projetada por Lúcio Costa e que deveria concentrar a “totalidade” da população da região. Neste artigo, utilizaremos o termo em sua acepção mais ampla, para fazer referência ao território Distrito Federal em toda sua extensão, o que compreende, portanto, tanto o Plano Piloto como as diversas “cidades satélites” que o circundam.
- 2 No atual contexto da globalização, o termo “região” supõe certas ambivalências. Essa noção polissêmica será utilizada aqui em uma perspectiva “localizada”, para designar o Distrito Federal que, por sua singularidade em relação às demais unidades federativas brasileiras, não dispõe do estatuto de “estado”.
- 3 Podemos assim citar o estudo antropológico da vida política das Regiões Administrativas do DF de Borges (2006), bem como a tese de Doutorado de Coelho (2006), que se interessa pelo movimento de resistência dos moradores da Vila Planalto.
- 4 A expressão é tomada de Barbara Bauchat e de seu trabalho sobre as “elites de passagem” na França (BAUCHAT, 2006).

todas as semanas, de retorno de seus “territórios políticos” de origem⁵, instalam-se, de terça à quinta-feira, em seus gabinetes.

E, no entanto, paralelamente a esse espaço político “desterritorializado”, Brasília comporta um espaço político muitas vezes esquecido pelos especialistas políticos e mídias nacionais. Em uma parte menos central do chamado “Eixo Monumental”⁶ está representado um “espaço político regional”, onde se encontra o “Palácio do Buriti” e onde se encontram atores políticos – os membros do governo do DF – bem menos “visíveis” que as elites “de passagem”. Em um setor ainda mais periférico dos altos espaços de poder concentrados em torno do Eixo Monumental, no extremo norte do Plano Piloto, a “jovem”⁷ Câmara Legislativa do Distrito Federal, ou simplesmente “Câmara Distrital”, como ela é correntemente designada, reúne os deputados “distritais”. O espaço político regional, evocado por esses dois “lugares” de representação política, encontra-se ancorado junto a uma população de mais de dois milhões de habitantes e de um colégio eleitoral de um pouco mais de um milhão e meio de eleitores. Ele corresponde a um território formado por um conjunto de vinte e sete localidades distintas (tecnicamente designadas como “Regiões Administrativas”, RAs) de perfil econômico variado e bastante desiguais do ponto de vista social, onde destaca-se sobretudo o Plano Piloto, sua parte mais central e midiaticizada.

Tardiamente constituído (meados da década de 80, como mostraremos adiante) o espaço político *brasiliense* supõe ambivalências interessantes, conjugando, por exemplo, uma presença dominante de grupos políticos conservadores nas instâncias de poder formal com uma efervescência “basista” própria aos movimentos contestatórios de esquerda que aí tomaram forma e proporções significativas ao longo das últimas décadas. Assim observamos, entre outras ambivalências, que se institucionalmente trata-se de um espaço hoje predominado pela direita e marcado pela forte presença de relações e práticas políticas de tipo clientelares, foi por outro lado nesse mesmo espaço político que o Partido dos Trabalhadores – que, polêmicas à parte, desde seu surgimento, ainda durante a transição, constituiu-se como a principal expressão coletiva do renascimento de um espectro de esquerda nacional – foi pela primeira vez eleito ao governo de uma unidade da federação brasileira (1994). A esse propósito, deve-se,

5 Isto é, de suas “bases” (BEZERRA, 2004).

6 O maior eixo rodoviário da cidade, situado na parte central da capital (sentido Leste-Oeste), ao longo do qual se encontram os principais edifícios públicos.

7 A Câmara Legislativa do Distrito Federal foi inaugurada em 1990, trinta anos após a fundação de Brasília. A questão será retomada adiante.

no entanto, ressaltar que esse partido, após o intervalo de ruptura correspondente ao seu único mandato governamental (1995-1998), conhece atualmente um movimento de declínio eleitoral na região – o que por outro lado não exclui o fato de que ele mantenha, quantitativa e qualitativamente, uma sólida implantação social (no que concerne a suas bases militantes) no DF (ROCHA, 2007).

Neste artigo⁸, propomos-nos a refletir sobre o objeto “impensado” representado pela vida política brasiliense, a partir de uma restituição sócio-histórica⁹ do processo de diferenciação e de “estabilização” de um espaço político específico ao Distrito Federal. O objetivo é então o de mostrar as modalidades pelas quais esse espaço emergiu e se tornou possível (isto é, suas condições de possibilidade, entendidas como condições estruturantes) e, igualmente, de analisar o desenvolvimento paradoxal que ele supôs (e continua a supor atualmente). Partimos da hipótese de que, a despeito da institucionalização de suas regras e instâncias de funcionamento, o espaço político do Distrito Federal tende a se estruturar de forma mais “flexível” se comparado aos demais espaços políticos regionais brasileiros. Ora, a dimensão “incerta” e as possibilidades de renovação (em termos de práticas, atores ou dispositivos institucionais) que caracterizam, em escalas variáveis, os diferentes contextos de retorno à democracia, atingiram proporções particularmente significativas no DF. Contrariamente aos estados federativos onde as mudanças institucionais dos anos 80 traduziam-se pela ativação e/ou reestruturação de espaços políticos pré-existentes¹⁰, no Distrito Federal tratava-se da emergência e da estruturação de um espaço político inteiramente novo.

Para desenvolvermos tal análise, parece-nos antes de tudo necessário evocar as especificidades da configuração urbana que gerou e deu uma forma concreta a esse espaço político. Ao tomarmos, portanto, a singularidade da “configuração urbana – DF” como o ponto de partida da argumentação que se segue, atribuímos igualmente uma importância particular às imbricações existentes entre o “urbano” e o “político”. Assim, nos interstícios da argumentação que propomos, um desafio teórico impõe-se progressivamente: o de apreender o político por meio de sua dimensão essencialmente social e, ainda mais

8 Este artigo baseia-se em uma pesquisa empírica (quantitativa e qualitativa) realizada em 2000 junto a eleitores baseados em diferentes regiões administrativas do DF, assim como em um estudo biográfico de uma fração das elites políticas da região. Parte dos resultados dessa pesquisa estão apresentados em Rocha (2007).

9 Precisamos que nosso objetivo não é o de retratar uma história factual e demasiadamente descritiva, mas de propor uma reflexão sócio-histórica sobre o encadeamento de processos que levaram à especialização desse espaço político.

10 O que, paralelamente à introdução de novos atores políticos, permitiu sobretudo o retorno, ou bem a reconversão, de diferentes forças e atores políticos locais, marginalizados durante a ditadura.

precisamente, urbana. Ora, situar o político como um “desdobramento” lógico e coerente do espaço no qual ele emerge e toma uma forma concreta implica um ponto de vista epistemológico particular (em geral pouco caro aos cientistas políticos), que pressupõe uma importante relativização da dita “autonomia” da esfera política. Sem pretender reduzir a complexidade da articulação “espaço social – espaço político”, que denota descontinuidades significativas e está longe de constituir um processo unívoco, entendemos de fato que as especificidades de um território urbano tendem a ser, *peu ou prou*, traduzidas no espaço político que ele dá forma. É dentro dessa perspectiva que pretendemos mostrar que a emergência de um espaço político propriamente brasiliense, em pleno processo de transição democrática, está estreitamente vinculado a um contexto social específico: o da agravação da crise urbana relativa à distribuição do território no Distrito Federal.

FUNDAMENTOS DE UM “ESQUECIMENTO” ESTRUTURAL

A dimensão regional da “dupla vida político-partidária” da capital da República constitui um “ponto cego” na literatura política brasileira¹¹. De fato, a maior parte das informações relativas à política regional do DF provém de um registro jornalístico¹². É possível avançar algumas pistas sobre os fundamentos desse “esquecimento” historiográfico e político. Primeiramente, é natural supor que a proximidade do poder central tenha ofuscado as questões “menores” da região. Em seguida, o fato em si da política brasiliense não se impor como um objeto “legítimo” é em grande parte reflexo do frágil papel habitualmente desempenhado pelos políticos da região no âmbito da política nacional. A entrada tardia no mercado eleitoral e a institucionalização recente da política regional são igualmente fatores

(continua)

- 11 Os poucos trabalhos dedicados à política brasiliense se interessaram sobretudo pelos movimentos sociais locais (sindicais e associativos). O trabalho de Souza (1983) constitui a principal referência a esse respeito. Nos anos 1990, duas dissertações de mestrado se interessaram por outras corporações sindicais locais: Saraiva (1992) e Miranda (1990). Em um outro tipo de registro, situa-se a etnografia do cotidiano político de uma localidade popular do DF, desenvolvida por Antonádia Borges (2004).
- 12 Fora a tematização cotidiana divulgada pela imprensa, pode-se citar por exemplo o “diário de campanha” publicado pelos jornalistas Balduino e Araújo (1995) a respeito da eleição de Cristóvam Buarque em 1994, assim como o relato publicado mais recentemente pelo jornalista Gurgel (2004) sobre o movimento estudantil na capital durante a ditadura.

(continuação)

explicativos da posição pouco visível dos políticos do DF. Essa “fragilidade” repousa assim no “passado recente” da região, onde as carreiras políticas foram construídas na ausência de um enraizamento territorial sólido. Se se admite que o vínculo com o território seja constitutivo dos processos de identificação partidária e que ele funda, conseqüentemente, uma legitimidade sobre a qual os atores edificam suas carreiras políticas, compreende-se em parte porque tão poucos atores políticos do Distrito Federal, contrariamente ao que se pode verificar em relação às elites políticas tradicionais de outros estados, chegaram a se projetar na política nacional¹³. Levados a se construir politicamente no contexto de uma “territorialidade nova”, e diferentemente dos grandes personagens políticos de Minas Gerais (estudados por Canêdo, 2002), que construíram suas carreiras por meio da transmissão intergeracional de heranças políticas fortemente ligadas a um território, em geral os atores políticos do DF não se apóiam em heranças políticas “antigas”, reconhecidas e legitimadas por gerações sucessivas de eleitores da região. Criado em 1960, mas dotado de uma vida eleitoral que data da segunda metade dos anos 80, o Distrito Federal não conta com uma circulação importante de patrimônios políticos familiares constituídos *in situ*.

RETORNO ÀS ESPECIFICIDADES DA CAPITAL FEDERAL BRASÍLIA COMO UMA CONFIGURAÇÃO SOCIAL SINGULAR

A singularidade do Distrito Federal remonta, acima de tudo, ao fato dele ter sido edificado *de toutes pièces* em um sítio praticamente inabitado, com o objetivo expresso de tornar-se a sede do aparelho político-administrativo nacional. Por essa razão, estruturante, o DF apresentou um desenvolvimento urbano e socioeconômico diferente daquele ocorrido nos demais grandes centros urbanos brasileiros.

13 Dois casos menos ordinários merecem ser destacados: os ex-governadores Joaquim Roriz (PMDB) e Cristóvam Buarque (PT), eleitos senadores em seguida e que chegaram a ocupar funções ministeriais.

Brasília foi criada pela vontade política de um soberano, o presidente Juscelino Kubitschek. Ela não nasceu da lenta emergência de um mercado econômico, a partir de uma base populacional determinada. Ao contrário, Brasília se inscreve na tradição oriental das ‘cidades-fortalezas’, geralmente distantes da costa marítima ou das fronteiras, para servir de base física ao poder nacional através da centralização das instituições políticas e representativas do país. Nesse sentido, Brasília é uma cidade oriental, uma ‘cidade política’ (SCHIMIDT, 1991, p. 22).

Fruto do desejo de modernização da nação, a configuração socioeconômica atualizada no DF decorre diretamente dessa condição primeira de “centro” político-administrativo do país. Isso implica que a região, além do fato de não ser o palco de uma circulação importante de patrimônios políticos propriamente regionais, não conta tampouco com uma circulação particularmente importante no que concerne ao grande capital econômico (nem industrial, nem financeiro) do país. Ademais, bem que ao longo de seus quase cinquenta anos de existência Brasília tenha ultrapassado amplamente sua vocação inicial de sede do governo federal, o conjunto populacional do DF continua a ser caracterizado por certas especificidades, notadamente uma fraca proporção de trabalhadores do setor secundário – e, com isso, a quase ausência de um proletariado em seu sentido mais clássico – e o peso muito importante dos trabalhadores do setor terciário, entre os quais os funcionários do setor público¹⁴. Um contexto que, como veremos adiante, não é sem conseqüências na configuração da vida política da região e especialmente na composição da “classe” política “distrital”.

14 O setor terciário correspondia a 92% das pessoas em atividade no DF, em 1999 (BRASIL, 1999). Os funcionários públicos representavam, por sua vez, perto de 20% da população economicamente ativa do DF; em 1997, a proporção era de 17% (CODEPLAN, 1997).

A CAPITAL PLANEJADA: A UTOPIA BRASILIENSE E SUAS AMBIVALÊNCIAS

Rapidez. Determinação. [...] 2 de outubro de 1956, eu pisei no Planalto Central pela primeira vez. [...] Em março de 1957, um trator abriu o cerrado para a instalação dos primeiros canteiros de obra. E no dia 21 de abril de 1960 às 9 horas, anunciei, no [...] Palácio do Planalto, essa frase solene: ‘Declaro inaugurada [...] Brasília, capital dos Estados Unidos do Brasil’ (KUBITSCHKEK, 1975, p. 368).

Em suas memórias, escritas quinze anos após a construção de Brasília, Juscelino Kubitschek (JK) exalta a história “improvável” da edificação de uma nova capital durante o curto período de menos de quatro anos, em um sítio praticamente vazio do ponto de vista demográfico. JK situa Brasília como o fruto do desejo pessoal de um homem político que encarnou, ao extremo, o projeto de desenvolvimento da nação e que buscou fazer dessa capital o símbolo da integração e da modernização nacional. O projeto de construção de um novo centro político encontra, entretanto, suas raízes bem anteriores a sua inauguração em 1960. Como a pesquisa historiográfica de Vidal (1995) já nos mostrou, o projeto da nova capital manteve-se latente durante praticamente dois séculos. Segundo o historiador, a idéia de uma nova capital, evocada em momentos de “crise nacional”, constituiu-se progressivamente como um “mito” suscetível a proporcionar a solução aos problemas nacionais. O projeto levado a termo por JK aparece como a atualização de um “desejo histórico” (NUNES, 2004) de interiorização durante muito tempo mantido pelas elites políticas nacionais e como a solução para o “subdesenvolvimento” nacional – sobretudo do interior do país. A construção de Brasília constituiu, nesse quadro de representação, “a negação do subdesenvolvimento e a afirmação do novo Brasil” (AUBERTIN, 1992, p. 9).

Ao projeto político de desenvolvimento encarnado por JK, aliou-se o projeto urbanista-arquitetural formulado por Lúcio Costa e Oscar Niemayer, principais representantes de uma elite técnica nacional depositária dos princípios internacionais da arquitetura moderna. Tornada um exemplo paradigmático da cidade moderna, Brasília se define como uma “cidade pensada” (NUNES, 2004), projetada de acordo com as consignas de racionalidade, ordem, funcionalidade e setorização preconizadas desde os anos 1920 pelas associações internacionais de urbanismo e arquitetura¹⁵.

15 Precisamente: Ciam (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) e Cirpac (Comitê Internacional para a Resolução dos Problemas Arquitetônicos Contemporâneos), instituições das quais Lúcio Costa e Oscar Niemayer fizeram parte.

Localizado no interior do estado de Goiás e situado a aproximadamente 900 Km do litoral, o Distrito Federal, quadrilátero delimitado para a construção da capital, ocupa uma área total de 5.814 km². O espaço urbano concebido inicialmente por Lúcio Costa e destinado à função de cidade-capital inscreve-se no centro do quadrilátero “DF” e está formado pelo Plano Piloto e Lagos Sul e Norte. O Plano Piloto ocupa uma extensão de 472 Km² e foi traçado sob a forma de dois grandes eixos formando uma cruz. Seu formato evoca a forma de um avião: o corpo da “aeronave” (situado no sentido Leste-Oeste) é representado por um “eixo monumental” – uma grande via urbana ao longo da qual se distribuem diferentes monumentos e cuja parte leste abriga os edifícios destinados aos órgãos políticos e judiciários federais¹⁶. Nas asas Norte e Sul se situam os setores residenciais assim como os comércios de proximidade. Os setores designados como Lago Sul e Lago Norte, situados às margens do Lago Paranoá, foram destinados essencialmente à construção de imóveis monofamiliares e correspondem às localidades mais nobres do DF.

Essa configuração urbana ordenada e setorizada, concebida para abrigar a “totalidade” da população do DF (COSTA, 1980), não foi no entanto capaz de integrar o conjunto da população *candanga*¹⁷ vinda para a construção da capital. No momento de sua inauguração, o Distrito Federal já contava com uma população de 70.000 habitantes instalados essencialmente no exterior do Plano Piloto, repartida em oito cidades satélites¹⁸. Tendo constituído desde o princípio um importante pólo de atração demográfica, certos grupos sociais originários de diferentes correntes migratórias foram fixados nos arredores do Plano Piloto. Como salientou Nunes (2004), desde sua fundação, as lógicas de povoamento do DF representaram uma ruptura em relação às modalidades tradicionais de ocupação do território nacional onde os fluxos de indivíduos – originários de regiões desfavorecidas economicamente, especialmente de zonas rurais do Nordeste – se dirigiram habitualmente em direção aos principais pólos econômicos

16 Nessa extremidade Leste se encontra a “Praça dos Três Poderes”, um conjunto arquitetônico em forma de triângulo equilátero, que abriga em cada um de seus ângulos os três principais edifícios-símbolos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário federais (o *Palácio do Planalto*, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal).

17 Originalmente o termo *candango* era atribuído para designar os operários e outros imigrantes instalados no DF no final dos anos 50 para participarem da construção da capital. A designação, desde então rotinizada, é atualmente utilizada em um sentido amplo para designar a população do Distrito Federal de maneira geral. É nesse sentido que a utilizaremos aqui.

18 Planaltina, Brazlândia, Núcleo Bandeirantes, Taguatinga, Gama, Paranoá, Sobradinho e Cruzeiro.

do país. A condição de pólo de destinação alternativo aos fluxos migratórios nacionais permanece ainda hoje uma característica marcante na paisagem demográfica dessa região, quando a grande maioria dos migrantes chegados à capital continuavam sendo originários de localidades precárias do Nordeste (destacando-se principalmente os estados do Piauí e da Bahia¹⁹).

Em um contexto de rápido crescimento demográfico, Brasília se estruturou como uma configuração polinuclear de centros urbanos (PAVIANI, 1989). Em 2000, o DF era composto por uma população total de 2.051.146 de habitantes (IBGE, 2003), distribuídos em dezenove “Regiões Administrativas” (RAs), unidades administrativas que correspondem aproximadamente ao que se designa como sendo as “cidades” do DF (entre elas o Plano Piloto e as variadas cidades satélites)²⁰. Cinco anos depois, os dados oficiais confirmam a tendência à proliferação contínua de núcleos urbanos: em 2005 a administração do Distrito Federal indicava a existência de um total de vinte e sete RAs.

DO “ESPAÇO PENSADO” A SUAS RAMIFICAÇÕES “IMPENSADAS”

Na condição de “espaço pensado”, criado a partir de uma decisão política, na ausência de um mercado econômico e “implantado em uma área física relativamente desocupada, sem nenhuma barreira social colocando obstáculo a seu projeto original” (NUNES, 2004, p. 56), o Distrito Federal toma a forma de uma configuração social singular, dentro da qual as redes sociais, econômicas e políticas desenvolvidas tendem a apresentar contornos que lhe distinguem dos outros centros urbanos do país. Considerar o DF como uma configuração que, segundo Elias (1991a, 1991b), constituiria uma figura

19 Aproximadamente 58% do total de migrantes que chegaram em Brasília no ano 2000, segundo informações indicadas por Schmidt (2000).

20 A expressão “cidade satélite”, embora usual, não designa um estatuto formal comparável àquele evocado pelo termo “município”, por exemplo. A divisão do DF em “Regiões Administrativas” (RAs) corresponde apenas de forma aproximada às diferentes aglomerações urbanas existentes na região e que são correntemente denominadas como cidades satélites. Certas localidades, como os Lagos Sul e Norte, que não são consideradas cidades satélites, dispõem, no entanto, do estatuto de RA. Em contrapartida, certas cidades satélites periféricas, sobretudo as mais desfavorecidas, permaneceram muitos anos destituídas do estatuto oficial de Região Administrativa (o Varjão, por exemplo). Após as últimas atualizações da divisão administrativa do DF (2004 e 2005), a maior parte dessas cidades foi reconhecida oficialmente como RA.

global em movimento, marcada por um equilíbrio flutuante de tensões, supondo relações de interdependência entre os núcleos e os indivíduos que lhe compõem, parece um recurso heurístico pertinente para apreender o desenvolvimento complexo que o DF vem apresentando desde sua fundação. O DF ultrapassou sua vocação inicial, essencialmente burocrática, e se desenvolveu de forma amplamente diferenciada daquela prevista em seu plano original. O plano piloto, sua parte central que continua limitada por princípios urbanísticos rígidos, deu no entanto origem a numerosas ramificações. Tal é o caso da Vila Planalto – um núcleo urbano essencialmente popular, criado a partir dos canteiros de obras instalados pelos operários que construíram a cidade e que depois de anos de resistência adquiriram direito de permanência – situada nas proximidades das principais instâncias de poder da República (COELHO, 2006) e tornada uma sorte de “apêndice” do Plano Piloto. A formação nos anos 1990, do Setor Sudoeste²¹ é igualmente reveladora da expansão desigual sofrida pelo plano original: uma localidade habitada pelas classes altas, conhecida pelo comportamento “elitista” de seus habitantes, que tornou-se rapidamente um dos endereços mais valorizados do mercado imobiliário da região e se constituiu como uma forma de setor “anexo” ao Plano Piloto.

Aliás, no que concerne às diferentes cidades satélites que circundam essa porção mais central do Distrito Federal, criou-se uma forte hierarquização do território onde figuram por um lado as RAs – geralmente as mais próximas do Plano Piloto – que no início dos anos 2000 constituíam cidades já consolidadas, dotadas de uma infra-estrutura urbana importante e de um mercado econômico relativamente autônomo²² e, por outro lado, as cidades “precárias”, geralmente as mais periféricas, desprovidas de infra-estrutura urbana, que assumem a forma de enclaves de pobreza²³. Entre essas diversas localidades estabelecem-se modalidades variadas de cadeias de interdependência mais ou menos longas, mais ou menos complexas interconectando os indivíduos e os núcleos urbanos nos quais eles se situam. Cadeias de interdependência que se espalham muitas vezes além das fronteiras com o estado de Goiás,

21 Desde 2003, reconhecido como uma Região Administrativa específica.

22 Por exemplo, Taguatinga, Guará e Núcleo Bandeirantes.

23 Como é o caso de Santa Maria e Samambaia. Sobre a hierarquização social e espacial do território brasiliense e a formação de um cinturão de pobreza em suas zonas limítrofes (PAVIANI, 1996).

onde se localiza o que se costuma designar como “cidades dormitório”²⁴, dependentes economicamente do Distrito Federal e administrativamente do estado de Goiás.

Tal como foi desenvolvido ao longo de quarenta e sete anos de história, o processo de “metropolização”²⁵ do Distrito Federal gerou uma tendência à reprodução das formas de precarização²⁶ e de segregação (social e espacial) que são próprias aos grandes centros urbanos brasileiros²⁷. Entretanto, certas características continuam a conferir ao DF as especificidades que lhe singularizam. Mais de um terço de sua população ativa ocupada é formada pelo funcionalismo ligado à administração pública federal ou distrital²⁸. A economia da região é centrada essencialmente em torno de um setor terciário que, além dos funcionários públicos, reúne igualmente profissionais liberais, profissionais do comércio, bancários, empregados domésticos e trabalhadores autônomos do informal (NUNES, 2004). O processo de expansão do setor terciário, que constitui um traço cada vez mais característico das sociedades contemporâneas, conhece em Brasília um ritmo bastante original. Enquanto sob o plano nacional esse setor reúne aproximadamente 50% da população ativa ocupada, no DF ele representa um pouco mais de 90% das pessoas em atividade²⁹. O setor secundário mantém uma estrutura pouco expressiva e o primário corresponde a uma parcela residual da economia regional: no final dos anos 1990 eles representavam respectivamente 7,13% e 0,52% do volume total da renda produzida no Distrito Federal (CODEPLAN, 1997).

24 No chamado “Entorno”, que designa certas localidades “limite”, situadas às voltas do DF e que pertencem formalmente ao estado de Goiás.

25 Entendido como um processo de expansão e de complexificação de um espaço urbano.

26 Além da multiplicação das ocupações irregulares de terras sob forma de “favelas”, a precarização da região se observa igualmente pela tendência de queda do nível de renda da população nas últimas décadas. Em 1997, a renda mensal média do brasiliense situava-se em torno de 3,61 salários mínimos (SM), em 2004, essa média passou a 2,40 SM, (CODEPLAN, 2004).

27 A questão foi analisada em diversos trabalhos de Aldo Paviani, especialmente: Paviani, 1989; 1996.

28 36,62%, segundo as estatísticas relativas a 1997 (CODEPLAN, 1997). No que concerne à média nacional, as estatísticas recentes indicam que a porcentagem da população ativa empregada na administração pública se situa em 4,9% (IBGE, 2004).

29 No ano 2000, o setor terciário englobava 58,1% da população ocupada do país (IBGE, 2000). No Distrito Federal, esse setor corresponde a 92,01% das pessoas ocupadas em 1999 (BRASIL, 1999).

Em seus trabalhos mais recentes, Brasilmar Ferreira Nunes tem mostrado que o contraste cada vez mais cristalizado entre “capital pensada” e as diferentes aglomerações periféricas criadas no âmbito de processos desordenados de crescimento urbano está diretamente ligado ao desenvolvimento de lógicas particulares e concorrentes de ocupação desse território. Lógicas subjacentes às ondas migratórias assimétricas que deram uma forma específica ao DF e que deram origem a duas figuras principais do migrante na região: o funcionário transferido da antiga capital, dotado de suportes sociais anteriores, beneficiário de vantagens materiais para sua instalação, com um emprego garantido desde sua chegada, inserido em um contexto de “estabilidade” material e residente do Plano Piloto; e sua antítese, o migrante de classe popular, geralmente originário das regiões desfavorecidas economicamente (frequentemente do Nordeste), vindo de uma situação originária de “desafiliação” social (CASTEL, 1995) em busca de trabalho e se instala nas periferias de Brasília. Esses dois “personagens”, que constituíram os ideal-tipo do habitante do DF no momento da fundação da capital, permanecem atuais no panorama demográfico *brasiliense* dos anos 2000. Mesmo se, sem nenhuma dúvida, ao longo de sua história, o perfil socioeconômico da região se diversificou consideravelmente, a partir das múltiplas variações e desdobramentos dessas figuras matriciais do migrante, com a dinamização da economia da região, com as novas gerações aí nascidas³⁰, os indivíduos que chegam ainda hoje continuamente ao DF atualizam a dicotomia entre os habitantes **estáveis** do Plano Piloto e dos Lagos e os **instáveis** domiciliados nas periferias mais distantes. Os dados relativos ao final da década de 90 mostravam que o Plano Piloto e os Lagos Norte e Sul continuavam a constituir as localidades que concentravam a maior proporção de pessoas originárias dos estados mais ricos do país, sobretudo do sudeste, enquanto as cidades satélites menos municionadas eram ainda aquelas que acolhiam a maior proporção de migrantes originários nordeste do país³¹.

A fronteira social³² que separa os atores estáveis e instáveis é, portanto, legível espacialmente; ela se encontra inscrita no âmago do processo de segregação espacial da instabilidade que caracterizou o

30 Em 1997, 44% da população total do Distrito Federal era formada por pessoas nascidas na região (CODEPLAN, 1997).

31 As pessoas originárias dos diferentes estados da região Nordeste representam, juntas, aproximadamente 30% da população total do DF. As originárias dos estados limítrofes de Goiás e de Minas Gerais são igualmente fortemente representadas na região (em torno de 7% e 10% respectivamente) e, diferentemente da população nordestina concentrada nas cidades satélites, estão representadas de forma mais equilibrada nas diferentes RAs (CODEPLAN, 1997).

32 As fronteiras sociais são entendidas aqui como formas objetivadas de diferenças sociais, que supõem o acesso a distribuição desigual de recursos sociais (materiais e simbólicos) aos indivíduos. O recurso à idéia de fronteira coloca em

desenvolvimento dessa região. Pode-se assim dizer que de fato, numa certa perspectiva, o aglomerado urbano representado pelo Plano Piloto e os Lagos Norte e Sul materializa, como nos relembra oportunamente Nunes (2004), a metáfora da “ilha da fantasia” à qual a capital é associada no imaginário nacional. Com a intensificação das especulações imobiliárias das décadas de 80 e 90, a enorme valorização das terras urbanas nessas localidades provocou um fenômeno de deslocamento das classes médias intermediárias, sobretudo de funcionários públicos dos escalões médios, em direção às cidades satélites (NUNES, 2004). O Plano Piloto e os Lagos se consolidaram como espaços urbanos socialmente homogêneos, dominados pela presença de funcionários públicos, por um alto nível de escolaridade e dotados de um nível de qualidade de vida amplamente superior àquele registrado nos demais centros urbanos do país. Uma pesquisa recente realizada pela Fundação Getúlio Vargas atribui ao Plano Piloto o título de “capital da qualidade de vida” (BRASÍLIA, capital da qualidade..., 2005; BRASÍLIA lidera ranking..., 2005). Classificado na primeira posição em uma comparação com as dez maiores capitais do país, o Plano Piloto apresenta o melhor índice de condições de vida da população (ICV, com 108,27 pontos), amplamente superior ao dos demais centros urbanos localizados nos principais pólos econômicos do país, tais como Porto Alegre (21,72), Curitiba (19,88), Belo Horizonte (15,76), São Paulo (8,19) e Rio de Janeiro (-13,91). No final dos anos 90, 84,28% das famílias do Distrito Federal com renda superior a 25 salários mínimos (SM) estavam instaladas no Plano Piloto (CODEPLAN, 2004). Enquanto os dados relativos ao conjunto do DF o situam entre as regiões com as maiores taxas de desemprego do país (em torno de 20% da população ativa³³), uma forte clivagem separa o Plano Piloto, que constitui uma “zona de pleno emprego” (NUNES, 2004) habitada pelas classes médias superiores, das cidades satélites – e sobretudo aquelas situadas no cinturão de pobreza que circunscreve a região – onde o desemprego se concentra.

Sem dúvida a paisagem social brasiliense não pode ser resumida à oposição binária entre esses dois arquétipos – os estáveis (Plano Piloto) e instáveis (das zonas mais periféricas) – da população do DF. Múltiplas figuras intermediárias se sobrepõem e fazem a mediação entre essas duas situações “típicas” de **estabilidade** e de **instabilidade** social. Evitando um ponto de vista simplificador, essa dualidade

relevo o caráter não estático do mundo social, pois as fronteiras, como “zonas de contato” e “lugares de passagem”, estão submetidas a incessantes reconfigurações e são objeto de lutas e conflitos. Para uma visão mais detalhada da noção de fronteira social, ver, por exemplo: Lamont; Molnar (2002, p. 167-195); Tilly (2004, p. 211-236).

33 Tomando por referência o mês de janeiro de 2000, a taxa de desemprego era de 20,8% (SETER/GDF; Fundação SEADE/SP; DIEESE, 2000).

– que pode ser entendida como uma das conseqüências aparentes de um amplo e complexo processo de segregação social – não é considerada aqui como um esquema hermético, mas sobretudo como um traço característico que imprime uma marca particular à configuração social brasileira. A metáfora da capital como ilha da fantasia, para ser pertinente, deve assim ser interpretada menos pela alusão a uma superconcentração de “riquezas” – no sentido da concentração do grande capital econômico nacional – e mais pela visão do Plano Piloto como uma “zona de estabilidade” social. Diferentemente de outros grandes centros urbanos brasileiros – como São Paulo, mais particularmente – o Plano Piloto não pode ser considerado como um local privilegiado de convergência das grandes fortunas do país (NUNES, 2004). É principalmente por essa razão que a análise mobilizada aqui se reporta menos a uma oposição entre atores favorecidos e desfavorecidos economicamente que a uma dicotomia complexa entre indivíduos socialmente estáveis e outros essencialmente instáveis.

A complexidade evocada pela “dualidade” entre os indivíduos estáveis e instáveis inscritos no DF repousa notadamente sob o fato de que ela não é redutível ao simples antagonismo entre “ricos” e “pobres” e que ela transcende toda forma de oposição baseada unicamente na propriedade e/ou na detenção de capital econômico mais ou menos importante. A oposição entre estáveis-instáveis aqui utilizada apóia-se na abordagem desenvolvida por Elias e Scotson (1997) a propósito de grupos sociais estabelecidos (ou *established*) e marginais (ou *outsiders*). A noção de *established* para designar indivíduos fortemente ancorados socialmente no âmbito de um contexto social determinado, não se define a partir de uma posição de classe, mas de uma posição dominante (decorrente sobretudo de uma certa “antigüidade”, no caso daquele trabalho) não somente objetiva, mas também simbólica, dos indivíduos e do grupo em um meio social determinado. Para Elias, que desenvolve sua teoria sobre as relações entre grupos estabelecidos e marginais a partir de uma investigação em uma pequena comunidade popular inglesa, a condição de *established* se inscreve em um contexto de vínculos sociais de poder, em uma relação entre indivíduos em posição relativamente dominante (os *established*) e outros em posição relativamente dominada (os marginais). Tratando-se do Distrito Federal, entretanto, uma leitura dos indivíduos em termos de *established* e de marginais pode implicar em certos problemas, dado que ela supõe como um de seus principais critérios de distinção a ancoragem dos indivíduos em um território determinado. Como em Brasília qualquer referência a uma situação *established* territorialmente deve ser relativizada em razão da situação de “mobilidade” própria a diferentes segmentos de sua população, assim como a “antigüidade relativa” dos indivíduos nesse território, a tipologia de Elias não pode ser transposta aqui de forma integral. Eis porque, ao nos inspirarmos nessa análise, preferimos utilizar as categorias mais amplas de indivíduos “estáveis” e “instáveis” socialmente.

Visto que as noções de instabilidade e de estabilidade sociais supõem uma certa “maleabilidade” analítica, adotamos um parâmetro de classificação que repousa na capacidade dos indivíduos de reunir mais ou menos “suportes”. O termo suporte é aqui compreendido, como o designa Castel e Haroche (2001, p. 30)

no sentido de uma condição objetiva de possibilidade [...], [mais precisamente] da capacidade de dispor de reservas que podem ser de tipo relacional, cultural, econômico, etc. e que são as bases sobre as quais pode se apoiar a possibilidades de desenvolver estratégias individuais.

O indivíduo instável é assim aquele fragilmente “protegido” pela disposição de suportes – de condições objetivas – que lhe permitem inserir-se plenamente na sociedade. Assim sendo, a categoria “instável” torna-se mais ampla que aquela do “pobre” e nessa perspectiva a situação de “estabilidade” de certos indivíduos não é homóloga a uma situação de riqueza econômica. A instabilidade pode tomar formas variadas que vão de um quadro de miséria e precariedade extremas, às situações de instabilidades conhecidas por diferentes trabalhadores do setor informal ou ainda por certos membros das camadas médias – que não dispõem de empregos estáveis. O *continuum* instabilidade-estabilidade evolui assim nas diferentes classes sociais, podendo-se identificar indivíduos “instáveis” tanto nas classes populares quanto nas médias ou mesmo nas classes ditas altas, ainda que com bem menos freqüência.

Com o trabalho sendo um dos principais suportes concretos para a existência do indivíduo, a instabilidade crescente dos atores sociais é vista como uma das faces das metamorfoses da questão social, e assim diretamente associada às degradações generalizadas das condições de trabalho e à ampla crise da sociedade salarial, que se desenvolve diferentemente e em proporções variadas nos diversos contextos nacionais. Bem que esses fenômenos sejam mais ou menos característicos das diferentes sociedades contemporâneas, no Distrito Federal, a instabilidade social toma uma forma particularmente saliente diante ao paralelo inevitável entre o quadro de estabilidade exprimido pelos indivíduos inseridos na sociedade salarial e “protegidos” pelo funcionalismo público. A supremacia do setor terciário que caracteriza essa região é, aliás, reveladora da amplitude que a dualidade estável-instável é passível de assumir dentro da configuração brasiliense. De fato, esse setor terciário engloba, em seu conjunto, essa dupla realidade fortemente contrastada, pois ele compreende ao mesmo tempo a porção estável da população inserida no funcionalismo público assim como os “estoques” de trabalhadores instáveis que vivem de trabalhos mais ou menos precários, mais ou menos duráveis, no mercado informal.

As contradições sociais atualizadas no espaço urbano do Distrito Federal constituem um ponto nevrálgico na “curta” história da região. E é de fato em torno dele, e de sua intensificação, que se delineou progressivamente uma vida política especificamente regional.

O ESPAÇO POLÍTICO “REGIONAL”: UM CAMPO POLÍTICO COMO OS OUTROS?

Paralelamente à singularidade de seu contexto social, uma das formas objetivadas da originalidade evocada pela configuração brasiliense se exprime no plano político-administrativo. A despeito de sua condição de “unidade da federação”, o estatuto de Distrito Federal é distinto daquele de “estado federativo”; ele supõe um quadro de interdependência forte em relação ao Estado Federal e impõe competências executivas e legislativas limitadas – se comparado às vinte e seis demais unidades federativas. Concebido para cumprir funções políticas pré-determinadas e usufruindo um estatuto de área de segurança nacional, o DF não adquiriu imediatamente o mesmo nível de autonomia administrativa que os estados que, conforme o modelo federativo brasileiro, eram dotados de governos específicos, assim como de órgãos legislativos e de dispositivos constitucionais próprios. O “Governo do Distrito Federal” só veio a ser criado dez anos após a inauguração da capital. Enquanto nos estados os sufrágios diretos para eleição de governadores foram restabelecidos desde 1982 no âmbito da transição democrática, no DF o governador foi sistematicamente nomeado pela Presidência da República até as eleições de 1990. A “Câmara Legislativa Distrital” foi inaugurada naquele ano; até então, na ausência de um órgão legislativo propriamente dito, as funções legislativas distritais eram atribuídas a uma comissão especial dentro do Senado Federal: a “Comissão do Distrito Federal”. Foi somente em 1993, ao final da primeira legislatura da Câmara Distrital, que a Lei Orgânica do Distrito Federal foi proclamada. Por mais paradoxal que possa parecer, a configuração brasiliense, que foi edificada com o objetivo último de constituir um “lugar da política” e de exercer a vocação política que lhe é inerente, constituiu-se, durante suas primeiras décadas, como uma região praticamente destituída de uma vida política própria.

A institucionalização recente de uma esfera política “distrital” efetua-se no prolongamento do processo complexo e rápido de expansão urbana da região, amplificada a partir dos anos 70 ante a chegada contínua de fluxos migratórios originários de diferentes pontos do território nacional e à intensificação da transferência do pessoal administrativo vindo do Rio de Janeiro, o que até então havia sido feito de forma gradual. A emergência de uma dimensão política regional é indissociável do processo singular de consolidação do espaço urbano da capital. Um fato que não é desconexo do hiato crescente entre o “estatuto” de centro político nacional e o *vécu* dos indivíduos concretamente inseridos na

configuração social. O aspecto “maleável” que é implícito à configuração brasiliense e que remonta a sua condição de pólo de imigração e de lugar de acolhida de uma fração da tecnocracia e do pessoal político “flutuante” (cuja permanência em Brasília depende diretamente da duração dos mandatos eletivos e das alternâncias políticas), imprime um caráter incontestavelmente *sui generis* ao processo de “estabilização” conhecido pela região a partir dos anos 70. A despeito das oscilações demográficas próprias à condição de capital, a constituição de uma população regional, efetivamente instalada na região, dotada de características socioeconômicas particulares, e a criação de vínculos territoriais que isso implica deram origem não somente a referências identitárias específicas³⁴, mas igualmente a problemáticas ligadas concretamente a esse território – entre os quais um dos exemplos mais tangíveis concerne à ocupação irregular da terra urbana, que se tornou um tema político incontornável nessa sociedade, em torno do qual diversos atores sociais se mobilizaram politicamente.

A questão relativa ao espaço urbano constitui provavelmente o melhor exemplo da emergência de uma problemática que remete a uma ordem político-decisional regional e em torno da qual diferentes atores sociais se forjaram e se construíram politicamente. A ocupação ilegal e generalizada de terras públicas pelas populações migrantes que chegam ininterruptamente a Brasília, assim como a política de deslocamento dessas populações em virtude da criação de núcleos urbanos periféricos geraram uma série de conflitos e negociações entre as comunidades locais e as autoridades competentes. Diversos atores locais envolvidos nesse tipo de negociação – tanto da parte dos movimentos sociais quanto das autoridades responsáveis – projetaram-se politicamente a partir daí e se investiram, em seguida, na institucionalização do espaço político regional. A persistência e a atualização contínua da problemática relativa à habitação são igualmente visíveis na trajetória do ex-governador Joaquim Roriz, que construiu sua carreira política regional a partir de uma plataforma política de distribuição de lotes de terra urbana às populações desfavorecidas.

34 Uma pesquisa desenvolvida por Souza (1997) colocou em relevo certas características identitárias particularmente pronunciadas na população do DF e que, segundo o autor, fariam exceção em relação ao modelo cultural predominante no país. Entre essas características “tipicamente” brasilienses, Souza observa: o individualismo exacerbado, um nível pouco elevado de preconceitos morais assim como um grau elevado de tolerância em relação às diferenças culturais. A pesquisa de Nunes (2004), circunscrita ao Plano Piloto, identificou, por sua vez, a forte valorização do trabalho, a existência de uma cultura do trabalho particularmente marcada por relações de competição e a ausência de uma cultura de vizinhança como características distintivas da população local.

A “QUESTÃO REGIONAL” E A ESPECIALIZAÇÃO DE UM ESPAÇO POLÍTICO PRÓPRIO

A emergência da “questão regional” em um processo ao mesmo tempo de mobilização de *enjeux* ligados ao território e de tomada de consciência de uma especificidade irredutível à condição de centro burocrático, sua “problematização”³⁵ e sua politização constituem o pano de fundo diante do qual se diferenciou um espaço político regional e se forjaram os atores “interessados”³⁶ a nele investirem. Observa-se assim que, por um lado, a amplificação das reivindicações sociais produzidas localmente, em torno da habitação principalmente, no final dos anos 70 exerceu um papel importante na politização³⁷ de certos atores sociais brasilienses³⁸, por outro, que os anos 80 representaram um momento chave para a formação do novo espaço político, com a criação das regras e instituições necessárias ao exercício formal do poder regional. A conjuntura de democratização e de ampla renovação institucional no âmbito do sistema político nacional contribuiu igualmente para que a implementação da regulação necessária ao funcionamento dessa arena política se acelerasse: em 1985, as organizações partidárias adquiriram o direito de existência legal no Distrito Federal; em 1986, os brasilienses exerceram pela primeira vez o direito de voto ao parlamento nacional; e, em 1990, eles votaram, pela primeira vez igualmente, para o governo e o parlamento distritais.

O processo gradual de diferenciação do espaço político brasiliense se situa, portanto, no *continuum* de um processo anterior e convergente de “estabilização” de um contexto social, cujas transformações geraram a necessidade de institucionalização de funções e papéis políticos específicos. Ora, como afirma Lapierre (1977), a respeito da formação dos sistemas políticos de maneira geral, quando,

35 Por problematização entendemos, de acordo com Castel (1995, p. 17): “a existência de feixe de questões [...] que emergiram em um momento dado [...] que foram várias vezes reformuladas por meio de crises e integrando novos dados [...] e que estão vivas ainda hoje” (tradução nossa).

36 De acordo com a definição weberiana do profissional da política (WEBER, 1959).

37 O sentido do termo politização utilizado aqui apóia-se na definição sociológica proposta por Lagroye (2003, n.p): “formas e vias de uma conversão, aquela relativa a todo tipo práticas em atividades políticas. É essa conversão que se designa [...] *politização*. [...] a politização pode designar [igualmente] a infinita diversidade de efeitos dessa conversão sobre atores e atividades aparentemente distanciados do jogo político, estrangeiros a suas regras e seus *enjeux*”.

38 Destacando-se particularmente as mobilizações organizadas pelos habitantes da Ceilândia, onde foram forjadas as carreiras militantes e/ou políticas de atores como Eurípedes Camargo (PT), Lúcia Carvalho (PT) e Maria de Lourdes Abadia (PSDB).

em uma dada configuração social, um sistema político torna-se “especializado, diferenciado, complicado [isso ocorre necessariamente em] um momento [particular] de [sua] história, [quando ela se vê obrigada] a dar resposta a um desafio de inovação social” (LAPIERRE, 1977, p. 172, tradução nossa). Em Brasília, a amplificação da problemática territorial e das demandas sociais a ela relacionadas, conjugada a abertura de uma estrutura de oportunidades políticas ligadas à transição compuseram justamente esse momento histórico particular e propício à diferenciação de uma esfera política.

Em resumo, e fazendo então abstração do caráter necessariamente redutor de uma tentativa de esquematização *a posteriori*, parece agora possível esboçar as três etapas principais do “encadeamento de processos”³⁹ que permitiram a constituição desse espaço político: (a) emergência de uma questão regional (demandas específicas); (b) objetivação de agentes e relações políticas específicos (diferenciação de um espaço particular de relações, marcado por lutas e agentes particulares); (c) estabelecimento de regras estatutárias e esferas institucionais de funcionamento (a formalização ou, em outros termos, a institucionalização desse espaço). Convém salientar que a diferenciação, ou bem a objetivação, de um espaço especializado é aqui entendida como um conjunto de etapas que

contribuem a inscrever as relações sociais, e as regras em uso no âmbito dessas relações, na ordem de uma ‘realidade objetiva’, isto é representada como exterior aos indivíduos, se impondo a eles e regulando seus comportamentos (LAGROYE, 1991, p. 172).

Nessa mesma perspectiva, a institucionalização das regras políticas é pensada como uma forma particular, e talvez particularmente impositiva, de objetivação. Inspirando-nos na análise de Jacques Lagroye a respeito dos processos de especialização política, entendemos que a chamada institucionalização não se resume simplesmente à criação – ou à “erupção” – de instituições especializadas e diversificadas, imbuídas de papéis políticos; ela constitui, ao contrário, a etapa final de um mecanismo mais geral por meio do qual os indivíduos são levados a considerar as regras como existentes por elas mesmas “se impondo a eles no mesmo título que os fenômenos da natureza: a chuva, a morte, a fome” (LAGROYE, 1991, p. 172).

39 Segundo o sentido atribuído por Elias (1991a, 1991b), para quem um processo se constrói por meio de um encadeamento de mecanismos e condutas não programadas e não controláveis, que desenvolvem uma complexificação de relações sociais, onde a ação de cada indivíduo contribui parcialmente (e independentemente de sua vontade) para sua realização.

Prolongando essa análise para além das singularidades intrínsecas ao delineamento desse novo espaço político a partir dos anos 1980, é possível observar que, uma vez constituído, esse espaço tendeu igualmente a desenvolver características que lhe são distintivas. Transpondo aqui a análise de Francine Muel-Dreyfus e Arakcy Martins Rodrigues, que definiram os brasilienses como indivíduos marcados por “experiências sociais feitas de rupturas e desenraizamento” (Muel-Dreyfus; Rodrigues, 1986, p. 132), somos inclinados a interpretar o espaço político objetivado em uma tal configuração de indivíduos – constituída na confluência de atores de origens geográficas e culturais variadas –, como um espaço igualmente “desenraizado”. Observa-se de fato que os atores que se investiram nesse espaço no final dos anos 80 não dispunham de uma história “ancorada” no território DF. Com exceção do caso singular de Márcia Kubitschek, a filha de JK, cuja carreira política iniciada na época⁴⁰ evocava o patrimônio político herdado do principal artífice da construção da capital, a cena política do DF foi constituída essencialmente de atores “externos”, até então sem raízes políticas na região e cujas carreiras políticas remetiam a outros estados, ou bem *nouveaux entrants*, em geral deserdados politicamente.

Se o espaço partidário regional implantado no DF atualiza, certamente, as regras de funcionamento e os *habitus*⁴¹ vigentes no campo político nacional no qual ele se inscreve e com o qual ele estabelece uma relação de interdependência, o espaço de posições estruturado pelos atores regionais assim como os critérios para se acessá-lo tendem, entretanto, a ser menos estritamente delimitados do que podem sê-lo em outras regiões do país. No momento de sua institucionalização, o pessoal político profissional capaz de mobilizar patrimônios políticos “externos” – como Joaquim Roriz, o primeiro governador eleito no DF, cuja carreira havia sido iniciada no estado de Goiás – adquiriu uma posição dominante no espaço de poder que se delineava na ocasião. No entanto, a ausência de uma longa “memória política regional” dividida histórica e coletivamente pela população, assim como a fraca circulação de patrimônios políticos constituídos *in situ* facilitaram ao mesmo tempo a introdução de atores políticos não profissionalizados, desprovidos de herança política e sem inserção anterior nas instâncias de poder.

40 Márcia Kubitschek, falecida em 2000, ocupou dois postos eletivos, primeiramente como deputada federal (1986-1989) e em seguida como vice-governadora do Distrito Federal, durante o segundo mandato de J. Roriz (1991-1994). Seguindo a pista do patrimônio político dos Kubitschek, sua continuidade (relativa) pode ser constatada por meio do personagem político de Paulo Octávio Pereira, empresário reconvertido em político (PFL), que se casou nos anos 1990 com Anna Christina Kubitschek, neta do antigo Presidente.

41 *Hábitus* que, segundo a definição de Bourdieu (1972, p. 178), é entendido como um “sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando experiências passadas, funciona como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações”.

A trajetória particular desenvolvida pelo Partido dos Trabalhadores nessa região compõe um exemplo interessante para ilustrar esse fenômeno. Constituído por atores sem inserção anterior nos espaços políticos formais⁴², o PT desenvolveu uma expansão relativamente rápida no Distrito Federal. Parece importante insistir no fato de que a plasticidade do espaço político do DF pode ser considerada como um dos elementos explicativos da relativa “facilidade” de que dispuseram esses *petistas* para adquirir uma posição de importância na política regional. E isso, sobretudo, quando se compara o PT/DF à maioria das formas locais e regionais desse partido⁴³. Mesmo sabendo que o contexto político foi variável de uma região à outra, pode-se supor que em certos casos a “ancoragem” que dispõem os atores rotinizados nas instâncias de poder, assim como a existência de *habitus* solidamente consolidados nos espaços políticos regionais tornaram sem dúvida mais difícil a introdução política de novos atores, frágil ou negativamente dotados de disposições políticas “tradicionais”. O que teria imposto a certos membros do PT um maior percurso de “aprendizagem” e de “interiorização” de normas de funcionamento desses diferentes espaços políticos.

E efetivamente, no caso do DF, embora o PT regional desempenhe atualmente um movimento de declínio eleitoral, desde o momento de seu surgimento (1980), ele alcançou uma implantação consideravelmente densa no DF. O fenômeno é visível sob o prisma de seus primeiros resultados eleitorais, pois o caso do PT/DF serve de contra-exemplo face aos resultados medíocres alcançados pelo partido nos demais estados durante suas primeiras experiências eleitorais. Enquanto nos sufrágios diretos para os governos dos estados, em 1982, o PT obtinha as últimas posições na corrida eleitoral contra os partidos remanescentes do bipartidarismo (PMDB e PDS)⁴⁴, no DF, desde as primeiras eleições diretas para

42 O que difere significativamente da experiência do PT em outros estados, onde em geral o novo partido contou com a participação importante (do ponto de vista estratégico e da legitimação social do projeto partidário) de políticos saídos do setor progressista do MDB, assim como de antigos políticos recém-retornados do exílio.

43 Mesmo que em vários estados o PT não tenha se limitado à participação de atores políticos propriamente “novos”, contando por exemplo com a presença de membros do MDB, como destaca Rodrigues (1990), sabe-se que, ao menos até meados dos anos 90, de maneira geral os petistas estavam menos “ancorados” nos espaços de poder do que os atores representados pelos partidos “tradicionais”.

44 Em 1982, o PT não elegeu nenhum governador e nenhum senador. Oito deputados federais e doze deputados estaduais *petistas* foram eleitos naquele ano – 3,1% do total dos votos exprimidos no país (GADOTTI; PEREIRA, 1989). Apesar da presença de várias siglas eleitorais (desde então legalizadas, com a instauração do pluripartidarismo), os resultados eleitorais de 1982 tenderam a reproduzir o esquema bipartidário na maior parte dos estados brasileiros – o PDS e o PMDB dominaram a competição em praticamente todos os estados (FLEISCHER, 1988).

o governo (1990), ele se impôs como a segunda força política da região, rivalizando diretamente contra o setor político reunido em torno do ex-governador Joaquim Roriz (PMDB). A partir daí, o espaço partidário do Distrito Federal, apesar da estrutura multipartidária vigente, permaneceu bastante tempo dominado pela oposição entre esses dois pólos políticos.

No entanto, a partir dos anos 2000, essa paisagem política relativamente binária complexificou-se consideravelmente. A ascensão de grupos políticos *a priori* intermediários (notadamente de uma “terceira via”), e que até então tinham exercido papéis secundários diante da polarização PT X PMDB constitui o principal elemento complexificador desse espaço de posições. Assim, observamos que a fase mais recente do processo de estabilização do espaço político brasileiro se caracteriza, entre outros, por uma intensificação de um modelo partidário pluralista (até então ofuscado pelo antagonismo PT X PMDB), que de maneira geral é considerado característico do sistema partidário brasileiro no período pós-transição (característica que, aliás, serve freqüentemente de argumento para sustentar a idéia do “sub-desenvolvimento” do sistema partidário nacional).

A complexificação desse “jogo de forças” partidárias deve, no entanto, ser avaliada com certa prudência, pois a ascensão de uma dita “terceira via”⁴⁵, reivindicada notadamente pelo governador José Roberto Arruda, está longe de ser a tradução da simples “emergência” de um novo ator político (individual e/ou coletivo). Ao contrário, a progressiva ascensão de Arruda deve ser antes de mais nada apreendida como um subproduto da dominação exercida pelo pólo político liderado por Joaquim Roriz. A esse propósito, se não temos aqui, visto os limites deste artigo, condições de analisar detalhadamente a trajetória particular desse profissional político, é importante ao menos ressaltar que a eleição de Arruda como governador em 2006 contou com o apoio “pessoal” de Roriz⁴⁶, o que a nosso ver constituiu um ingrediente decisivo para sua vitória.

Essa despolarização relativamente ambígua do espaço político brasileiro nos anos 2000 (que coincide igualmente com a fragilização do pólo de oposição a Roriz simbolizado sobretudo pelo PT)

45 A instrumentalização da imagem de uma “terceira via”, tal qual ela é evocada por Tony Blair e legitimada intelectualmente no pensamento contemporâneo de A. Giddens, é hoje recorrente na cena política brasileira. No plano nacional, Fernando Henrique Cardoso constitui o melhor exemplo da apropriação do emblema “terceira via” como estratégia. No caso do DF e de Arruda, essa associação com o modelo da “terceira via” à la Tony Blair é, no entanto, menos automática, repousando menos em aspectos programáticos e identitários que sobre uma posição intermediária num espaço de posições até então dominado por Roriz, em um extremo, e petistas, em outro.

46 Em um contexto eleitoral complexo, no qual Joaquim Roriz estabeleceu uma estratégia de apoio difusa aos candidatos a sua sucessão.

merece portanto ser interpretada com relativismo. Se o fenômeno se situa sem dúvida na confluência de processos e fatores diversos, ele aparece, entretanto, mesmo que parcialmente, como um “efeito de campo” (no sentido de Bourdieu), decorrente da consolidação de um espaço de lutas políticas onde o pólo representado pelo principal chefe político da região se impôs de forma dominante e relativamente durável.

A estabilização do espaço político brasileiro, como todo espaço político (entendido como um espaço de lutas entre agentes em concorrência, de produção e de circulação de bens e recursos políticos⁴⁷) tende a se desenvolver reproduzindo as regras de dominação características da configuração social na qual ele emergiu. Dito de outra forma, a consolidação de sua rede de atores, seu modo de funcionamento e suas práticas políticas tendem a ser coerentes e compatíveis com aquelas vigentes no espaço social ao qual ele corresponde. De fato, a amplificação do poder acumulado em torno da “pessoa” de Joaquim Roriz ao longo dos anos 1990 e 2000 está relacionada à sólida ancoragem alcançada por esse último junto a um eleitorado de tipo particular: as populações locais fortemente marcadas pela instabilidade da questão social, vulnerabilizadas pela precariedade da problemática territorial e muitas vezes direta ou indiretamente beneficiadas pelos programas de distribuição de lotes de terras urbanas colocadas em prática pelo ex-governador.

SOBRE JOAQUIM RORIZ E O CLIENTELISMO

O peso exercido por Joaquim Roriz e os grupos políticos que o sustentam nas regiões administrativas de baixa renda, onde habitualmente ele desempenha seus melhores resultados eleitorais, merece ser destacado aqui. É hoje notório, e os raros trabalhos consagrados à política no DF parecem consensuais a esse respeito (BORGES, 2002; 2004), que as relações políticas estabelecidas e mantidas por esses grupos com as populações reunidas nos assentamentos são fortemente marcadas por vínculos clientelares de troca de doações. O

(continua)

47 A definição deriva, portanto, do conceito de campo político de Pierre Bourdieu. A preferência, entretanto, por uma análise em termos da noção mais ampla de “espaço” em detrimento daquela de “campo” se justifica, sobretudo, pela fragilidade da autonomia adquirida pelo espaço político brasileiro. Para a definição bourdieusiana de espaço social, cf. Bourdieu (1984). Para a definição de campo político, cf. Bourdieu (1981).

(continuação)

vínculo de clientela estabelecido entre populações locais e autoridades políticas locais constitui um elemento fundador na história desses centros urbanos – as RAs –, cuja edificação se fez a partir de processos pouco institucionalizados de distribuição de lotes, realizados sob a mediação de lideranças comunitárias e de pequenas “autoridades” políticas locais encarregadas da seleção das famílias favorecidas pelo programa de doação de lotes.

O clientelismo, se ele constitui sem dúvida uma relação de dominação entre duas partes desigualmente dotadas de recursos, ele repousa, no que tange à sua dimensão relacional, sobre trocas onde as partes da relação procuram obter vantagens recíprocas. O fenômeno clientelar supõe uma dimensão essencialmente paradoxal, pois, como destaca Médard (1998), ele se estabelece de maneira duplamente voluntária e obrigatória, interessada e desinteressada. Ele se constrói menos sob a forma de uma simples manipulação dos dominados pelos dominantes que como uma relação complexa, podendo supor – além de sua utilização instrumental e finalista dos atores em posição superior – elementos estratégicos da parte do pólo dominado, igualmente suscetível de impor suas próprias aspirações e exigências.

Mais precisamente, essa amplificação do pólo de poder representado por Roriz e seus colaboradores resulta, entre outros fatores, de um duplo processo: (a) da burocratização própria à especialização que decorre da rotinização desses mesmos atores nas instâncias de poder; e (b) da consolidação de um modo de funcionamento (conjunto de práticas transfiguradas em sistema) tornado dominante e baseado na lógica de troca de « favores » junto ao eleitorado. O primeiro processo explica-se, essencialmente, pela capacidade de capitalização e de rentabilização adquirida pelos atores políticos a acumular os recursos políticos gerados pela permanência nos “lugares de poder”. Ora, como se sabe – e não é inútil lembrar –, o exercício do poder e a profissionalização que decorre da ocupação mais ou menos contínua de funções de poder tendem a gerar estoques de recursos materiais e imateriais – autoridade, *savoir-faire*, prestígio etc. (GAXIE, 1977; 1980).

O segundo processo é sem dúvida mais complexo, justamente porque ele se explica menos pelos mecanismos próprios ao funcionamento interno de uma esfera política em via de autonomização e de estabilização, que pela sua imbricação com as características estruturantes presentes na configuração societal. Se o desenvolvimento de uma esfera política em uma dada configuração social é indissociável das formas de dominação que a distinguem, no caso de Brasília observa-se que as relações de clientela

que caracterizam as relações sociais desenvolvidas entre lideranças e populações locais com base no que se chama comumente de “troca de favores” se repetem de forma homóloga no espaço político institucionalizado que ali se edifica. A análise é assim pertinente com a reflexão proposta por Jacques Lagroye a respeito das formas de governo: “as modalidades de governo se inscrevem em uma relação de homologia (os mesmos mecanismos estando presentes na organização social e na organização política) com as modalidades da dominação social” (LAGROYE, 1991, p. 53). O clientelismo político é assim entendido não como a “imposição” de um modo de governar por um chefe político em particular, mas como a reprodução no espaço político institucional – por intermédio de chefe(s) político(s) interessado(s) em aí fundar sua autoridade – de um sistema de práticas característico da sociedade na qual ele toma forma.

O clientelismo hoje notório (tanto no meio político nacional como nos veículos de comunicação) da vida política do Distrito Federal constitui um fenômeno sem dúvida central nesse espaço político institucionalizado. E se o clientelismo está sem nenhuma dúvida longe de ser um apanágio “candango”, parece-nos bastante razoável a hipótese de que nessa região ele adquira uma forma particularmente acentuada.

A visão diacrônica dos processos, que se sucedem, de diferenciação e de estabilização do espaço político brasiliense colocou em evidência a dimensão ambivalente que lhe é subjacente. Assim, enquanto por um lado destaca-se sua flexibilidade inata, que tendeu a favorecer a politização de atores políticos em princípio “não-legítimos socialmente” (OFFERLÉ, 1984), por outro observa-se a tendência crescente ao desenvolvimento de práticas políticas clientelares (sobretudo nas localidades mais atingidas pela instabilidade da questão social). A articulação do elemento de modernidade exprimido pela notável viabilização, no DF, da politização de atores *a priori* pouco propícios à carreira política com a tendência à reificação do dito arcaísmo político simbolizado pelo clientelismo parece sugerir que o paradoxo freqüentemente associado à configuração urbana brasiliense, de conjugar modernidade e tradição, atualiza-se com acuidade no espaço político distrital.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Os ritmos diferentes, as modalidades variadas segundo as particularidades sociais e culturais de cada [contexto] [...] os efeitos distintos no espaço e no tempo: os processos de afirmação de mecanismos e de aparelhos burocráticos [...] se mostraram irredutíveis a um ‘modelo’ uniforme (LAGROYE, 1991, p. 121).

Constituído tardiamente, o espaço político brasiliense encontra-se na confluência de diversos paradoxos. Na argumentação proposta neste artigo, procuramos colocar em evidência que a esfera política edificada no Distrito Federal ao longo das últimas décadas não se traduz como uma “entidade” isolada dentro dessa sociedade. A diferenciação e a estabilização dessa esfera específica de poder – como forma legítima de organização e de dominação política – foram aqui analisadas como resultantes de processos sociais que são próprios a essa região. O espaço político distrital tende a exprimir, e ao mesmo tempo a ser modelado, por relações societais que lhe antecedem e que exercem efeitos estruturantes sobre a forma concreta que ele adquire. Em outros termos, para apreender esse espaço político foi necessário inseri-lo em um conjunto de processos sociais que lhe permitiram adquirir uma forma específica.

Contrariamente à visão platônica que tende a associar a institucionalização das esferas políticas a uma forma de garantia da ordem social (por sua capacidade de “federar” diferentes grupos e de exprimir o “interesse comum”), partimos do princípio de que a institucionalização de um espaço político específico consiste, antes de tudo, na concretização de uma forma legítima de dominação legal e racional. A constituição de uma esfera política como tal – com suas instâncias especializadas de administração e de governo, dotadas de competências decisórias específicas, assim como poderes de regulamentação e de controle dos aparelhos executivos – supõe assim uma legitimação social que repousa, por sua vez, no reconhecimento de uma ordem diferenciada de atividades políticas e de um conjunto de organismos especializados. Ela ocorre no âmbito de processos sociais onde a necessidade de representação política impõe-se aos diversos grupos sociais (e, sobretudo, quando os grupos dominantes se vêem obrigados a atribuir a atores específicos a tarefa de defender seus interesses). E ela se desenvolve de forma articulada à consolidação de um sistema dominante de relações sociais – suas características gerais tendem a atualizar as ambivalências estruturantes da configuração social na qual ele se situa.

Em Brasília, a diferenciação de um espaço político especializado se deu quando, em um contexto político favorável, a necessidade de um poder suscetível de representar o interesse público se impôs. Ora, a questão da diferenciação de um domínio de atividades especializadas e dos aparelhos que lhe correspondem é sem dúvida uma conseqüência de processos sociais múltiplos e complexos, mas ela é, sobretudo, indissociável da concepção global de sociedade existente e difundida dentro da configuração social em questão. A diferenciação progressiva do espaço político distrital e sua estabilização ulterior refletem assim concepções ambivalentes (por exemplo, modernas ou tradicionais; militantes ou clientelares) que permeiam, dão coerência e, sobretudo, estão incorporadas à configuração essencialmente flutuante que Brasília compõe.

REFERÊNCIAS

- Aubertin, C. (Dir.). **Brasília, le Plan Pilote en question**. Compte Rendu, Bondy, Orstom, janeiro, 1992.
- BALDUÍNO, E.; ARAÚJO, R. **Utopia urbana, Cristovam Buarque**: lutas e idéias que conquistaram Brasília. Brasília: Scritta/Página Aberta, 1995.
- BAUCHAT, B. **La bourgeoisie aujourd'hui; entre mobilité et ancrage**. Comunicação apresentada no Congresso da Association Française de Sociologie, Bordeaux, setembro de 2006.
- BEZERRA, M. O. **Em nome das 'bases'**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- BORGES, A. M. Tanto azul quanto vermelho: sentidos e apropriações de um evento político no Distrito Federal. In: Heredia, B.; Teixeira, C.; Barreira, I. (Dir.). **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- _____. **Tempo de Brasília**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- Bourdieu, P. Espace social et genèse des 'classes'. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 52-53, 1984.
- _____. **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Genève: Paris: Librairie Droz, 1972.
- _____. La représentation politique : éléments pour une théorie du champ politique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 36-37, 1981.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Base de dados RAIS**. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho e Emprego, 1999.
- BRASÍLIA lidera ranking de qualidade de vida, diz FGV. **Correio Braziliense**, Brasília, 27 jul. 2005.
- BRASÍLIA, capital da qualidade de vida. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 jul. 2005.
- CANÉDO, B. Héritage en politique, ou comment acquérir les dispositions et compétences nécessaires aux fonctions de représentation politique. **Cahiers du Bresil Contemporain**, n. 47/48, 2002.
- CASTEL, R. **Les métamorphoses de la question sociale**: une chronique du salariat. Paris: Fayard, 1995.

CASTEL, R.; HAROCHE, C. **Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi**. Paris: Fayard, 2001.

CODEPLAN. **Pesquisa de informações socioeconômicas das famílias do Distrito Federal – Pifef**. Brasília: CODEPLAN, 1997.

_____. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios**. Brasília, 2004.

COELHO, C. M. **Changements dans les coulisses de Brasília**: les ambiguïtés du processus de permanence de Vila Planalto (1956-2006). Tese (Doutorado) – EHESS, Paris, 2006.

Costa, L. Relatório (1957): In: D´ALMEIDA, V. E. **História de Brasília**. Brasília: Thesaurus, 1980.

ELIAS, N. **Qu'est-ce que la sociologie ?** Marseille: Editions de l'Aube, coll. Monde en cours, 1991.

_____. **La société des individus**. Paris: Fayard, 1991.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Logiques de l'exclusion**. Paris: Fayard, 1997.

Fleischer, D. As desventuras da engenharia política: sistema eleitoral *versus* sistema partidário. In: Fleischer, D. (Dir). **Da distensão à abertura**: as eleições de 1982. Brasília: EdUnB, 1988.

Gadotti, M.; Pereira, O. **Pra que PT**: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989.

Gaxie, D. Économie des partis et retributions du militantisme. **Revue Française de Science Politique**, v. 27, n. 1, 1977.

_____. Les logiques du recrutement politique. **Revue Française de Science Politique**, v. 30, n. 1, 1980.

GURGEL, A. de P. **A rebelião dos estudantes**. Brasília: Revan, 2004.

IBGE. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD**. Rio de Janeiro, 2000.

_____. _____. Rio de Janeiro, 2004.

KUBITSCHKE, J. **Por que construí Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch, 1975.

Lagroye, J. Avant propos. In: Lagroye, J. (Dir.). **La politisation**. Paris: Belin, 2003.

_____. **Sociologie politique**. Paris: Daloz, 1991.

LAMONT, M.; MOLNAR, V. The study of boundaries in the Social Science. **Annual Reviews of Sociology**, n. 28, 2002.

Lapierre, Jean-William. **Vivre sans état?:** essai sur le pouvoir politique et l'innovation sociale. [S. l. : s. n.], 1977.

Médard, J.-F. Postface. In: Briquet, J.-L. ; Sawicki, F. (Dir.). **Le clientélisme politique dans les sociétés contemporaines**. Paris: PUF, 1998. (Coleção Politique D'aujourd'hui).

MIRANDA, S. **Movimento sindical bancário no novo sindicalismo:** um estudo de caso: Sindicato dos Bancários de Brasília dentro do novo sindicalismo. Dissertação (Mestrado)m – UnB, Brasília, 1990.

Muel-Dreyfus, F.; Rodrigues, A. Martins. Réincarnations. Note de recherche sur une secte spirite de Brasília. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 62-63, 1986.

NUNES, B. F. **Brasília:** a fantasia corporificada. Brasília: Paralelo 15, 2004.

Offerlé, M. Illégitimité et légitimation du personnel politique ouvrier en France avant 1914. **Annales**, année 39, n. 4, juil./août 1984.

Paviani, A. **Brasília, a metrópole em crise:** ensaios sobre urbanização. Brasília: EdUnB, 1989. (Coleção Brasília).

Paviani, A. (Dir.). **Brasília:** moradia e exclusão. Brasília: EdUnB, 1996.

ROCHA, D. **Le Parti des Travailleurs à l'épreuve du pouvoir** : le PT dans le District Fédéral au Brésil. Tese (Doutorado em Sociologia) – EHESS, Paris, 2007. Orientação: Monique de Saint Martin.

Rodrigues, L. M. A composição social das lideranças do PT. In: _____. **Partidos e sindicatos:** escritos de Sociologia Política. São Paulo: Ática, 1990.

SARAIVA, R. **O discurso do sindicato dos vigilantes do Distrito Federal (1979-1992)**. Dissertação (Mestrado) – UnB, Brasília, 1992.

SCHMIDT, B. V. Brasília como centro político. In: PAVIANI, A. (Dir.). **Brasília, ideologia e realidade**: espaço urbano em questão. Brasília: EdUnB, 1985.

_____. **Brasília como projeto interrompido**. Brasília: Correio Braziliense, 2000.

_____. Trajetória política da Lei Orgânica. In: DIAP. **Quem é quem na Câmara Distrital**. Brasília: DIAP, 1991.

SETER/GDF; Fundação SEADE/SP; DIEESE. **Pesquisa de Emprego Desemprego do Distrito Federal (PED)**. Brasília, 2000.

SOUZA, J. de. Valores e estratificação social no DF. In: NUNES, B. F. **Brasília**: a construção do cotidiano. Brasília: Paralelo 15, 1997.

SOUZA, N. B. de. **Construtores de Brasília**. Petrópolis: Vozes, 1983.

TEIXEIRA, C. **A honra da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

TILLY, C. Social boundary mechanism. **Philosophy of Social Sciences**, v. 34, n. 2, 2004.

VIDAL, L. **Un projet de ville**: Brasília et la formation du Brésil moderne (1808-1960). Tese (Doutorado) – Paris III, Paris, 1995.

Weber, M. **Le savant et le politique**. Paris: Plon, 1959.

Um projeto de cidade-indústria no Brasil moderno: o caso de Ipatinga (1950-1964)

Maria Isabel de Jesus Chrysostomo – Universidade Federal de Viçosa – MG

RESUMO

Propomo-nos a compreender o processo de formação da vila-operária de Ipatinga, criada em função da instalação de uma importante usina siderúrgica – a Usiminas. Em linhas gerais, refletimos sobre as formas de produção do espaço atreladas a um projeto de modernização político-econômico e sociocultural, à luz de uma experiência particular: a criação do espaço de Ipatinga e a consolidação da região do Vale do Aço. Emancipada em 16 de junho de 1954 e elevada à categoria de cidade em 1964, discutimos o movimento de Ipatinga de ‘tornar-se-cidade’ – ou mesmo, cidade exemplar – emblematizado pelo otimismo, pela esperança e pelo desejo de modernização característicos do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira e seu convincente Plano de Metas (1956-61).

Palavras-chave: Cidade-empresa. Ipatinga. Usiminas.

ABSTRACT

Our purposes in this text are both to understanding the formation of the working-city of Ipatinga, created around the installation of an important siderurgical complex – Usiminas – in the mid 1950s and to understanding how Ipatinga turns to an emblematic city of Juscelino Kubitschek’s modernization program, the Brazilian Republic’s president (1956-61).

Keywords: Company-town. Ipatinga. Usiminas.

INTRODUÇÃO

Em linhas gerais, refletimos neste texto sobre as formas de produção do espaço atreladas a um projeto de modernização político-econômico e sociocultural, à luz de uma experiência particular: o processo de formação da vila-operária de Ipatinga, criado em função da instalação de uma importante

usina siderúrgica – a Usiminas. Emancipado em 16 de junho de 1954 e elevado à categoria de cidade em 1964, o espaço de Ipatinga, em particular a experiência de sua criação, torna-se um campo de possibilidades reflexivas para desvendar as singularidades do conflituoso processo de urbanização brasileira¹. Por isso mesmo, propomo-nos a compreender esse movimento de ‘tornar-se-cidade’ – ou mesmo, cidade exemplar – emblematizado pelo otimismo, pela esperança e pelo desejo de modernização característicos do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira e seu convincente Plano de Metas (1956-61).

Em particular, discutimos o projeto modernista de cidade, diretamente vinculado ao modelo nacional-desenvolvimentista, propondo-nos a analisar os principais aspectos que caracterizaram o plano urbanístico elaborado por eminentes arquitetos à época. Abordamos também as circunstâncias político-econômicas e socioespaciais que promoveriam a criação da cidade de Ipatinga.

Assumimos como pressuposto que a criação de uma cidade implica em um amplo debate sobre as novas formas de constituição de poder, geradora por excelência de contra-poderes e de grandes contradições. Algo que implicaria num arranjo social e político que está em permanente sintonia (apesar de conflituosa) com o processo de construção de novas regras de uso dos espaços. Portanto, a iniciativa de fundação de uma região industrial e sua futura transformação em cidade, como foi o caso de Ipatinga, nos sugere a reflexão sobre quais os nexos políticos e institucionais que promoveriam tal percurso e sua relação com o que se instituiu como modelo ideal de ocupação de uma nova fronteira econômica e política do território nacional².

AS PROPOSTAS DE MODERNIZAÇÃO DO BRASIL A PARTIR DE 1950

Os tempos JK, circunscritos em um momento que ficou conhecido pela historiografia como Anos Dourados, tiveram como marco o Pós-Guerra, abarcando aproximadamente três décadas dominadas econômica e culturalmente pela sociedade norte-americana, seja na adesão ou mesmo no repúdio

- 1 Essa emancipação está inscrita na Lei nº 2.764 publicada em 30 de abril de 1964.
- 2 Nossa pesquisa tem como propósito identificar o processo de emancipação da cidade de Ipatinga, bem como a definição de novas regras de uso da emergente circunscrição política e administrativa instituída com o desmembramento de um território – intrinsecamente gerador de polêmicas – e na produção de uma nova centralidade, que emergiria com a construção da USIMINAS nesta localidade.

ao seu *way of life*, que à época encarnava literalmente uma “Guerra Fria”. Um período que ultrapassou as fronteiras de uma década, caracterizando o momento peculiar conhecido como a “Era de Ouro”³.

Esse contexto caracterizou-se pelo rápido afluxo migratório em direção às cidades, processo que refletia os históricos problemas do campo, como a concentração fundiária e a falta de acesso à terra. Como resultado, observou-se a partir da década de 1950, o rápido crescimento das cidades e também da pobreza urbana, além do aumento da segregação socioespacial, expresso na periferização e na ocupação de áreas irregulares. Conforme observa Santos (2005), a partir de 1950 começa a se esboçar o fenômeno da metropolização no Brasil, processo este que se consolidou a partir da década de 1970.

Junto à urbanização acelerada presencia-se uma correspondente exaltação do desenvolvimento econômico-social como a solução à superação de um subdesenvolvimento histórico, que adjetivaria nossa experiência continental. Momento em que o debate nacional giraria em torno do paradoxo desenvolvimento *versus* modernização. Processos articulados que, no entanto, se organizavam de forma dicotômica, a partir da absorção de incrementos materiais (matéria-prima, equipamentos, capital, horas de trabalho) e de hábitos sociais da Revolução Industrial, mas sem processar as transformações clássicas à dinâmica de modernização, como o estabelecimento de uma ordem competitiva, o disciplinamento da força de trabalho, o fomento e aplicação das transformações tecnológicas, a consolidação do Estado racional-legal, a revolução das consciências e a garantia das instituições democráticas.

Singer (2001), ao discutir tal contexto, argumenta que a estratégia dominante do governo para se atingir o crescimento foi à implementação de medidas econômicas visando o maior controle do setor produtivo e da força de trabalho⁴. Objetiva-se, mais além, diminuir a dependência externa e fortalecer as bases econômicas, via política de substituição de importação (1930-1980). Tal orientação, pensada

3 A versão preliminar deste texto da qual tivemos a contribuição na redação de Patrícia Gouveia foi apresentada no V Congresso CEISAL de latinoamericanistas – “Las relaciones triangulares entre Europa y las Américas en el siglo XXI: expectativas y desafíos” (Bruxelas, 11-14 de abril de 2007), no simpósio organizado por Laurent Vidal: “Utopías urbanas en América Latina. Siglos XIX y XX”.

4 A partir de 1930, destaca-se a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, instituição vinculada ao Branco do Brasil que foi estruturada com o fim de oferecer empréstimos de médio e longo prazos aos agricultores e industriais. Ressalta também as ações dirigidas à emergente “classe trabalhadora” no sentido de domesticá-la, processo este que teria conduzido à promulgação das leis trabalhistas, a exemplo da CLT, e à criação das indústrias de base como a CSN, a Vale do Rio Doce, a Petrobrás, entre outras.

também para conter a crise capital *versus* trabalho, se traduziu em ações que buscavam acelerar a industrialização no país, através de investimentos em setores considerados estratégicos.

Para Ianni (1991), é no desdobramento dessas políticas econômicas que podemos identificar as origens da ideologia e da prática de planejamento no Brasil. Ou seja, a partir da formação de uma tecnoburocracia estatal, agente central nesse processo, que se consolidou a modernização do Brasil. Assim, as mudanças econômicas e políticas foram implementadas na medida em que ocorriam transformações na estrutura de poder e na organização burocrática do Estado⁵.

Demarcando o papel de um agente na política territorial adotada no contexto de modernização nacional, cabe assinalar a atuação do IBGE, que conforme nos lembra Almeida (2000), foi um dos órgãos que assumiu uma importante função no processo de constituição do Estado burguês. Ou seja, o sistema de planejamento estatal iniciado na era Vargas apoiou-se técnica e cientificamente nos estudos e propostas elaborados no âmbito dessa instituição. Nesta linha destaca-se a chamada “Lei Geográfica do Estado Novo”, promulgada em 1937, que obrigou todos os municípios a elaborarem mapas delimitando seu território até 1940⁶, além dos inúmeros estudos de regionalização e rede urbana, pesquisas sobre colonização, e aquelas relacionadas à implantação de novas cidades e infra-estruturas.

Afinal, para tornar o Brasil moderno era preciso, antes de mais nada, conhecê-lo, unificá-lo e controlá-lo, ou seja, a proposta de industrialização dependia da união física dos mercados, pois a absorção da produção industrial somente poderia ser viabilizada com a ampliação do consumo interno⁷. É nesse contexto que um novo espaço vai ser decifrado e, posteriormente, construído frente à implantação e densificação de infraestruturas em vários pontos do território brasileiro⁸. Nesse processo, Santos (2001) vai identificar a constituição do “meio técnico-científico” no Brasil, um movimento que conduziria sele-

5 Processo resultante da ruptura do Estado oligárquico e do fortalecimento do setor industrial, agente que passou a ter hegemonia no conjunto do subsistema econômico brasileiro.

6 A fim de subsidiar a coleta de dados que se realizaria pelo então Instituto Nacional de Estatística – INE, órgão que mais tarde foi incorporado ao então Instituto Brasileiro de Engenharia e Estatística – IBGE.

7 O que, segundo Singer (2001), passou a ser logrado com a expansão das rodovias, opção considerada mais econômica, já que não exigia inicialmente um volume abundante de capital como a ferrovia.

8 Redistribuindo o trabalho morto e o trabalho vivo no Brasil.

tiva e hierarquicamente, à maior “fluidez e viscosidade” do território⁹ e à conformação dos “espaços de mandar e de obedecer”¹⁰.

Sem dúvida, a política de construção de estradas¹¹ – um dos meios de desenvolvimento considerados estratégicos para eliminar os chamados “pontos de estrangulamento” da economia –, associada aos investimentos direcionados a determinados setores econômicos, redefiniram tanto o papel do Brasil na economia-mundo, como o arranjo socioespacial que se solidificou internamente, em paralelo à constituição da sociedade de consumo (ORTIZ, 2001)¹². Assim, tal processo além de ter progressivamente promovido a unificação dos mercados outrora regionais, criou níveis de dependência intra-regional, substanciando-se no fortalecimento da região Centro-Sul, e na decadência da Nordeste¹³. Configurou-se, dessa forma, uma nova divisão regional do trabalho, que paulatinamente tornou São Paulo motor da economia brasileira (SANTOS, 2005).

Enfim, imbricados nesses contextos e conjunturas históricas passam a ser gestados programas, projetos e propostas de desenvolvimento que se expressariam também na construção de cidades. Nesse processo, diferentes “olhares” e representações dos sítios urbanos passam a ser construídos, assinalando

- 9 O autor considera as possibilidades, caracteristicamente seletivas, que as redes de circulação possuem para criar novos espaços, hierarquias e redes, redefinindo as modalidades de uso e apropriação do território.
- 10 Tal processo, na concepção do autor, poderia levar aos seguintes questionamentos a respeito do arranjo espacial privilegiado em cada contexto: Por que algumas áreas apresentam mais infra-estruturas do que as demais? Qual a relação da densidade viária com a densidade da população? Que relação existe entre densidade viária e economia internacional? Qual o papel desempenhado pelas áreas que são conectadas? O poder de mando é deferido a entidades públicas e privadas? Até que ponto, o exercício do poder regulatório por empresas e pelo poder público não é independente do sistema de engenharia presentes em cada lugar?
- 11 Entre 1928 e 1955, a quilometragem ferroviária cresceu 16,5% e a rodoviária 304,8%.
- 12 O autor assinala que o crescimento da literatura e de outras formas de produção artísticas está vinculado à consolidação da burocracia do Estado. Ainda destaca, na esfera da cultura, o desenvolvimento de uma política de língua e a criação de um sistema escolar nacional, o que sinalizaria um processo de racionalização progressiva do aparelho do Estado.
- 13 Entre os anos 1920 e 1940, a expansão da urbanização no estado de São Paulo é marcante (43%), no entanto, no interior, o processo de urbanização evolui de forma acelerada e atomizada, reforçada pelo movimento de capitais mercantis locais e investimentos de companhias de energia e telefonia e meios de transporte, bancos e instituições de ensino etc. Assim, até o fim da Segunda Guerra Mundial, a base econômica da maioria das capitais era fundada na agricultura que se realiza em sua zona de influência e nas funções administrativas públicas e privadas (SANTOS, 2005).

um movimento que é discutido por muitos intelectuais como representativo de um fenômeno e processo comunicacional. Então, os espaços da cidade revelam cada vez mais os discursos produzidos pela e para a Modernidade.

Portanto, a partir dos discursos sobre a ocupação e a remodelação das cidades e de diferentes áreas, podemos identificar as bases da argumentação do Estado ou de grupos sociais, processo que revelaria uma prática hegemônica de criação de novos espaços e manipulação dos papéis sociais. Nesta linha, podem ser detectadas as estratégias dos intelectuais e políticos em viabilizarem os seus projetos públicos com o fim de disseminar um modelo de civilização e progresso. Este processo demonstra uma política de indução quanto ao uso futuro dos espaços, que conduz ao domínio territorial e à construção de uma identidade espacial (MORAES, 2002-2003).

Por isso, que muitas das propostas urbanísticas implementadas neste e em outros contextos tiveram como propósito delimitar/redefinir um novo espaço de vivência e produção. Assim, por meio da criação ou transformação das cidades, as idéias e concepções de um plano urbano, apoiadas em um discurso de valorização/desvalorização dos espaços¹⁴, visaram à apropriação/dominação material e simbólica de um lugar e também de sua gente. Compreendidos como projetos socioespaciais, os espaços citadinos dariam concretude às novas formas de agir, posto que resultam da construção de um território definido juridicamente, *locus* da produção, de relações sociais de poder e de um cenário centralizador de instituições de controle.

AS IDÉIAS SOBRE AS CIDADES E O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO NO BRASIL

A transformação dos conteúdos dos lugares e os novos olhares sobre a cidade tiveram significativa relevância quando no Brasil se consolidaram as relações capitalistas, notadamente quando a burguesia industrial, preocupada em produzir em larga escala, vai se ocupar, juntamente com o Estado, de controlar e organizar a emergente “classe trabalhadora”, ou seja, quando a cidade passa a ser o *locus* da atividade industrial, concentrando infraestruturas e aglomerado populacional, fatores indispensáveis

14 Segundo Moraes (2002), uma das estratégias empregadas neste processo é a atribuição de características negativas e positivas a alguns lugares.

para a produção e a expansão da mais-valia¹⁵. No entanto, o novo sentido da cidade moderna não pode ser buscado exclusivamente na expansão do capital, exigindo atenção para o processo de construção e enunciação da consciência e do homem moderno e, neste aspecto, assumem o papel de construtores de uma identidade nacional e de uma consciência moderna, a ciência, o movimento artístico, a arquitetura e o urbanismo.

Ao analisar as matrizes das idéias modernas sobre cidade, Gomes (2005) afirma que no Brasil o pensamento sobre tais espaços acompanhou as mudanças aceleradas que ocorriam na sociedade, sobretudo a partir de 1930, quando o discurso de modernização do Brasil se torna central¹⁶. Assim, construídas nas instituições acadêmicas e profissionais, e difundidas pelas revistas de engenharia e de arquitetura, tais idéias tiveram expressivo crescimento, notadamente nas Escolas Politécnicas do Rio de Janeiro e São Paulo, bem como nas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, e Porto Alegre, difusoras das tradições da *École Polytechnique* de Paris e das escolas alemã e americana. Também se constituíram como um importante espaço difusor do ideário modernista os Congressos profissionais, os estágios e os intercâmbios realizados e estabelecidos por importantes arquitetos brasileiros no exterior, processo que também demarcou transferência, adaptação e criação de novas idéias sobre temas como cidade, planejamento, projeto urbanístico e o urbano¹⁷.

Portanto, do ponto de vista dos discursos produzidos para as cidades no Brasil, Gomes (2005) assinala que entre as décadas de 1930 e 1960 é que vai se consolidar uma cultura urbanística moderna¹⁸.

- 15 Até meados do século XIX e as primeiras décadas do séc. XX, a cidade brasileira não se constituía no “lugar” privilegiado da localização da indústria, ocorrendo tendência a um relativo isolamento da produção industrial.
- 16 Cabe ressaltar que o pensamento sobre as cidades brasileiras ficou expresso no desenvolvimento dessa temática em outros campos do conhecimento, como a Sociologia e Geografia. No caso da Geografia, tais estudos tiveram amplo desenvolvimento a partir da discussão sobre rede urbana, que também sob influência das escolas francesas, incrementou estudos detalhados no interior das instituições acadêmicas e no IBGE, sobretudo a partir da década de 1950.
- 17 Gomes (2005) assinala que no Congresso de 1940 “I Congresso Brasileiro de Urbanismo” revelaram-se novas idéias de planejamento integrado, que sugeriam a criação de um Departamento Nacional de Urbanismo. Tais idéias foram amplamente disseminadas nos anos de 1950 e 1960.
- 18 Paralelamente às discussões que se estabeleciam em torno da problemática do urbano, travavam-se lutas para a regulamentação profissional, sobretudo a partir dos anos 50 e 60. E neste movimento, Gomes (2005) assinala o importante papel assumido pelo IAB, tanto como espaço difusor de novas idéias sobre cidade, urbanismo e movimento moderno, como de luta para reconhecimento profissional.

Esta, por sua vez, apesar de sofrer influências estrangeiras, manteve características particulares, uma verdadeira “mistura”, o que revelaria o embate de diferentes projetos e idéias urbanísticas e, em maior ou menor grau, as adesões/adaptações e influências das concepções sobre urbano e urbanismo estrangeiras¹⁹. Neste sentido, deve-se compreender a cultura urbanística no Brasil como sendo híbrida, já que foi resultante de um complexo processo de agenciamentos, envolvendo diferentes grupos e relações de poder²⁰.

Discorrendo sobre o caráter híbrido que caracterizou o processo de “transferência” das idéias urbanísticas no Brasil, sobretudo a influência exercida pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAM’s, Le Corbusier e, particularmente, a Carta de Atenas, Feldman (2005) aponta alguns dos clichês amplamente difundidos na historiografia sobre o urbanismo no Brasil, notadamente “aquele que afirma que a legislação urbanística se limita à separação das funções na cidade” (FELDMAN, 2005, p.73). Neste intuito, demonstra que nos CIAM’s, a maior preocupação dos arquitetos modernistas era em dar resposta aos dilemas da vida urbana, uma abordagem entendida como elementar para se compreender as principais vicissitudes da sociedade urbano-industrial.

Ribeiro (1996), por seu turno, ao analisar a evolução das idéias e práticas do urbanismo, identificando os padrões de planejamento urbano historicamente elaborados para o Brasil, demonstra a maneira pela qual o tema “urbano” foi representado pelos intelectuais e como influenciou as políticas de planejamento urbano em diferentes contextos. Em linhas gerais, tais aspectos foram identificados nos

19 Ao analisar o conteúdo dos CIAM’s, que ocorreram no período de 1928 a 1933, Sara Feldman notou as diferentes abordagens adotadas sobre o tema legislação urbanística, identificando uma mudança de concepção dos arquitetos a respeito do caráter regulatório que a sociedade deveria assumir num mundo marcado pelas transformações da indústria, do Estado e do capital imobiliário. As idéias sobre urbanismo se metamorfoseiam, o que revelaria a complexidade de diferentes temas relacionados à vida urbana. No que se refere ao processo de difusão dos postulados da Carta de Atenas no Brasil, o autor afirma que houve uma radical redução do conteúdo desse documento que foi construído ao longo dos referidos Congressos. E, nesse sentido, incorpora-se no país uma perspectiva limitada, segundo a qual a legislação passou a ser compreendida apenas como “técnica racionalizada para ordenar o espaço” e o zoneamento como o instrumento central das políticas de planejamento urbano. Tal deslocamento, difundido entre os anos 1930 e 1960, deixaria alijada a dimensão política e social do Estado na implementação de uma política de planejamento, questão que era central nas discussões empreendidas naqueles Congressos.

20 Nesta linha, cabe ressaltar, mas também relativizar, o papel assumido por Le Corbusier e os CIAM’s no desenvolvimento de uma cultura urbanística.

seguintes contextos: a) Primeira República (1880-1930), um padrão filantrópico, higienista e objetivista, onde as idéias sobre a cidade a identificavam como *locus* da desordem; b) período Vargas (1930-1950) – padrão higiênico-funcional, caracterizado pelo deslocamento em torno das idéias urbanas, resultado de um novo diagnóstico sobre sociedade, cidade e Estado²¹; c) Era do Desenvolvimento (1950, em diante), a questão do urbano passou a ser tema central para o desenvolvimento das políticas públicas²²; d) a reforma urbana modernizadora – cujos diagnósticos e propostas foram desenvolvidos pela esquerda brasileira, notadamente a partir de 1963, na qual se discutiram os problemas urbanos e habitacionais no Seminário sobre Habitação e Reforma Urbana; e, finalmente, e) a reforma urbana redistributiva – que imbuída nas discussões sobre a “Abertura” e em torno da mobilização do Movimento da Reforma Urbana, tornou-se expressiva a partir de 1980, tentando resgatar o caráter redistributivo proposto na Reforma elaborada em 1963.

Diante desses contextos, que alimentariam o debate sobre cidade, urbano e modernização brasileira, de forma apenas propositiva, apresentaremos no próximo item certos discursos e histórias contadas sobre a vila-operária e cidade de Ipatinga, visando discutir o seu processo de criação como resultado/resultante de uma estratégia discursiva moderna, realizada pelos novos grupos políticos dominantes.

O NASCIMENTO DA MODERNA CIDADE DE IPATINGA

Conforme já colocado, com a proposta de modernização do Brasil, as cidades se transformaram dialeticamente no próprio discurso da Modernidade e, neste aspecto, os múltiplos olhares a elas direcionados passaram a ser expressões desse movimento de transformação social que conduziu a um novo

21 No entanto, nos diagnósticos sobre a cidade ainda mantinha-se um certo preconceito sobre tais áreas, provavelmente pela influência que as oligarquias regionais exerciam.

22 Ao longo desse período, as várias representações e proposições sobre a cidade e o urbano revelavam visões e ideários de Sociedade, Estado e Economia, o que levou ao desenvolvimento dos seguintes padrões: técnico-burocratismo (substituindo os princípios organicistas pelos funcionalistas, associados às propostas de racionalização administrativa formuladas sob forte influência do *planning* americano); e o humanismo lebreiano (liderado pelo padre Lebre, articulava um movimento em prol da democracia cristã nos anos 50 nos círculos católicos).

modo de pensar e agir sobre os sítios urbanos. Sobre esse aspecto, Berman (1986) exemplifica as várias interpretações que dela se ocuparam e que sobre ela produziram as elites em diferentes contextos:

Em outras palavras, dos olhares sobre a cidade, surge o urbano. Com os olhos de especialistas, uns vêem na cidade um organismo vivo, um corpo doente cuja profilaxia para a cura é a higiene e o sanitarismo; outros vêem na cidade um lugar de vícios, desordens e crimes cuja solução depende da disciplina e da manutenção da ordem social por meio da vigilância e da repressão policial; outros ainda, vêem na cidade um espaço desordenado e disfuncional restando à engenharia e à arquitetura o trabalho de reestruturação estética e urbanização política da cidade a fim de estabelecer a cidade modelo. Esses e outros agenciamentos do olhar sobre a cidade culminam na produção de um saber, fazendo da cidade antes um espaço de poder. A cidade, tomando de empréstimo um epíteto a Angel Rama (1985), é cidade das letras. Letras, no sentido de signos, ou símbolo de um saber; letras que são a expressão de um exercício do olhar e uma representação do poder (BERMAN, 1986, p. 143).

Exemplificando o processo analisado por Berman (1986), observamos no hino e demais discursos propalados sobre Ipatinga a formação de um espaço de poder, espaço este que foi sendo construído por grupos que passaram a ter interesses particulares na área.

HINO DO MUNICÍPIO DE IPATINGA²³

Eu amo as manhãs douradas,
As manhãs cheias de luz,
Sob as bênçãos [sic.] de uma cruz.

As campinas verdejantes,
Os ventos a soluçar...
O rio soberbo, gigante,
Peles várzeas a serpejar

23 Letra: Maria Weber de Oliveira; música: Ana Lettro Stacks.

ESTRIBILHO

Salve cidade ditosa,
Salve terra senhoril,
Jóia rara, preciosa.
No coração do Brasil

Eu amo as largas estradas
Serpentes a rastejar;
Os outeiros, as chapadas,
Florestas a murmurar
A gente brava que guarda
Pensamento senhoril
Do índio, do bandeirante
Para a glória do Brasil

Amo o colosso gigante
Desperto no seio de Minas,
Erguido em massa possante
Na grandiosa Usiminas,
Amo teu nome, Ipatinga
Transbordando ao Oriente,
Levado da nossa História
Ao país do Sol Nascente.

Do progresso subiremos
Esta imensa espiral:
Com orgulho ostentaremos
Um nobre e puro ideal!
Salve, terra dadivosa
Voltada aos Céus divinais:
Estrela rara, formosa,
Fulgida em Minas Gerais!

Verificamos, portanto, que parte do que existiu e existe na cidade de Ipatinga é signo, sendo seu ato de fundação reflexo de uma construção discursiva que legitimou e orientou a sua materialização espacial. Assim, ao observarmos a letra do seu hino, notamos que algumas de suas idéias revelam o processo de apropriação simbólica presente no seu ato de criação, quais sejam: a necessidade de modernizar o Brasil e a região do Vale do Aço em particular; o poder de uma empresa em dirigir o seu processo de expansão e os projetos urbanísticos que se materializaram em inúmeras obras de infraestrutura. O hino, neste sentido, revela parte de um discurso construído para a região e a cidade que foi legitimado e oficializado por diferentes agentes sociais, notadamente aqueles que se colocaram como protagonistas do seu processo de emancipação. No entanto, como toda forma de representação, o hino constitui-se num caminho para apreender os significados de uma história na qual se travam lutas pelo domínio e pelo poder de uso de diferentes espaços, isto é por sua apropriação material e simbólica. É o discurso das forças modernizadoras que propuseram e construíram a cidade Ipatinga e outras falas que foram silenciadas nesse processo, que agora passaremos brevemente a discutir.

Na década de 1930, a região na qual a cidade de Ipatinga instalou seu sítio era habitada por alguns posseiros, cujos terrenos foram posteriormente cedidos (?) e incorporados a um grande patrimônio, que passou a ser de propriedade do Sr. Alberto Giovanni²⁴. Com a chegada na região da companhia Belgo Mineira em 1934, que para lá migrou interessada em aumentar a sua produção de carvão para abastecer as suas usinas localizadas em Monlevade e Sabará, as terras, outrora ocupadas por posseiros, passaram a ser alvo de disputas, adquirindo a empresa a partir de compras, cessão e apropriação, expressivas glebas de terrenos.

Da ocupação e apropriação da área pela empresa participou também o Sr. Alberto Giovanni, que conforme citamos, era grande proprietário de terras na região, além do Estado, que recorreu aos seus aparatos legítimos de violência (WEBER, 1994), e articulado com a empresa foi responsável, apesar de ter engendrado muitos conflitos locais, pelo recorrente processo de transformação inicial da região – de agrícola para industrial²⁵. Conforme podemos verificar na Revista Ipatinga, (1984), o relato do Sr. João

24 Conta a Revista Ipatinga (1984), que o primeiro desbravador da região era um “caboclo” cujo nome era José Fabrício Gomes – primeira pessoa que foi registrada como nascida em Barra Alegre, antigo Água Limpa, região na qual se instalou a futura cidade de Ipatinga.

25 Conta a Revista Ipatinga (1984), que chegou à região o Sr. Joaquim Gomes da Silveira Neto, fiscal do Estado, mas também Superintendente da Belgo Mineira, com o objetivo de desapropriar os terrenos anteriormente habitados por posseiros. Informa também que tal processo ocorreu de forma violenta e que muitos dos posseiros resistiram.

Batista Gonçalves “a empresa exercia forte pressão sobre os posseiros [...] e que o engenheiro enviado pela empresa para desapropriar os posseiros empregava seus bate-paus na parte mais populosa da região” (REVISTA IPATINGA, 1984, p. 3)²⁶.

Outros agentes que mais tarde ocuparam a região, acirrando os conflitos pela posse e propriedade da terra foram os empreiteiros responsáveis pela construção da ferrovia Vitória Minas²⁷, empreendimento que impulsionou a chegada na região de 300 baianos, contratados para auxiliar a construção da estrada de ferro. Devido as péssimas condições de vida e infra-estrutura e, também, em função de uma epidemia que assolava na região, 299 baianos após um mês de estadia morreram. Este episódio ficou registrado na historiografia local e uma canção foi composta em homenagem a essas vítimas²⁸.

CANTIGA POPULAR

Coitado dos baianos
 Não sabem de sua sina
 Vêm morrer de febre
 Na estrada Vitória Minas

Chegando em Vitória
 O especial Taí
 Embarca baiano, embarca
 Para a estação de Inhapim

26 Trecho da revista retirado do Jornal “O Ipatinga”, número 1, no ano de 1963. Cabe ressaltar que só duas edições desse jornal foram publicadas.

27 Estes, segundo a Revista de Ipatinga (1984), se estabeleceram com o fim de retirar lenha das matas para a fabricação de dormentes.

28 Estes baianos morreram quando estavam construindo uma ponte para a empresa. Somente após o morticídio foi que a empresa mandou para região médicos para cuidar dos trabalhadores que se infectavam pela febre.

Chegando em João Neiva
Era hora de almoçar
O lastro desencarrilhou
Tiveram que pernoitar

Chegando em Inhapim
Começaram a trabalhar
Na lagoa do Roque²⁹
Foram logo se acampar

Os mosquitos da febre
Nas barracas faz zum zum
Dos trezentos baianos
Morreram
Morreram, só ficou um

Como revelam alguns documentos e depoimentos de moradores antigos, a estrada Vitória-Minas mudou por várias vezes o seu traçado em função de problemas, ou para otimizar o transporte de mercadorias e pessoas. E nesse movimento, além de muitas vítimas, a empresa teve que se apossar, muitas vezes de forma violenta, de terras outrora ocupadas por posseiros³⁰.

Segundo o depoimento apresentado à Revista de Ipatinga (1984, p. 3-4) por um dos enfermeiros que atuaram na região no período de instalação da estrada de ferro: “existiam por baixo da linha férrea, no trecho do Vale do Aço, mais ossos que dormentes da estrada”. Também José Orozimbo dizia que em 1942: “a febre maltratava tanto os trabalhadores e suas famílias que a Belgo julgou por bem criar um

29 O contágio da doença ocorria no local denominado “Lagoa do Roque”, ao qual a cantiga popular faz referência.

30 Tendo iniciado a construção da Usiminas, o traçado da estrada foi alterado em função das demandas da empresa.

ponto de emergência, o qual recebia diariamente a média de 40% acometidos da moléstia”³¹ (REVISTA DE IPATINGA, 1984, p. 3).

Conforme discutimos, a expansão da propriedade da empresa Belgo Mineira também ocorreu da mesma forma, ou seja, o seu patrimônio foi constituído às custas de desapropriações violentas, com a conivência do Estado.

Assim, os episódios dramáticos vivenciados pelas primeiras famílias sugerem um controle quase absoluto das empresas no processo de construção dessa região, e a sua capacidade de criar, sob seus auspícios, um território cujas regras eram fixadas a partir de seus interesses, um processo que foi responsável pela mudança da estrutura fundiária da região do Vale do Aço e da cidade de Ipatinga. Portanto, a história dessa estrada, associada à da construção da região do Vale do Aço, da qual Ipatinga é a cidade mais importante³², constitui-se em mais um exemplo da transformação simbólica e material dos espaços, processo social de produção e difusão de discursos e práticas, de transformação de pessoas e espaços em “coisas” e de construção de adjetivações que buscam dar um novo sentido e direção aos lugares. Então, a suposta vocação “natural” da região, outrora agrícola, para produtora de aço e ferro, escamoteia os conflitos e mecanismos de dominação entre os grandes, médios e pequenos proprietários de terra, o Estado, as empresas, e, por fim, os posseiros, os migrantes e os demais grupos sociais, que sob precárias condições de vida e de trabalho se submeteram, ou foram vítimas, do desprezo dos governantes e da exploração exercida pelas empresas que se instalaram na região.

Foi então nesse intrincado processo de ocupação que o lugarejo, anteriormente denominado de Barra Alegre, passou a ser povoado paulatinamente, até se transformar em Distrito em 25 de maio de 1950³³. Ali, até as três primeiras décadas do século XX, a vida econômica baseava-se na produção de arroz, feijão e toucinho, que tanto abasteciam o singelo mercado endógeno como eram vendidos para outras localidades, além de serem comercializados aos tropeiros que paravam na região.

31 Depoimento extraído de José Orozimbo do jornal “O Ipatinga” no ano de 1963.

32 Denominação atribuída à região em função da elevada produção e concentração de empresas produtoras e exportadoras de aço e ferro, a exemplo da USIMINAS.

33 O crescimento da população da região foi incrementado a partir da instalação da Belgo em 1937 e da estrada de Ferro Vitória-Minas desde 1922. Estas trouxeram para a região carvoeiros e tropeiros, que se misturaram aos pequenos fazendeiros da localidade.

O Distrito de Ipatinga, criado em 1953, estava vinculado ao município de Coronel Fabriciano e até 1958 constituía-se numa vila com cerca de 300 habitantes e 60 casas, sem rede de água, esgoto e energia elétrica, além de grande precariedade de transporte urbano³⁴. Sua principal atividade econômica era a exploração de matas na região do rio Doce para a produção de carvão, produto que era vendido principalmente para as empresas ACESITA e BELGO MINEIRA, localizadas respectivamente nos distritos de Timóteo e Nova Era. No entanto, com a iminência da instalação das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – USIMINAS, um novo cenário passou a ser pensado e significativas transformações ocorreram na região e no antigo Distrito de Ipatinga, este elevado, no ano de 1962, à categoria de cidade.

A CHEGADA DA EMPRESA E A CRIAÇÃO DO “HOMEM-USIMINAS”

A idéia de instalação da USIMINAS resultou de um movimento envolvendo diferentes grupos políticos mineiros que em 1956 se consolidou com o apoio da União e do governo do estado de Minas³⁵. Conforme apontado anteriormente, tal processo estava vinculado à política de desenvolvimento, adotada sobretudo a partir da década de 50, quando a economia brasileira “reelabora as condições de dependência do país” se integrando definitivamente ao circuito do capital internacional, sob hegemonia dos Estados Unidos. Nesta linha, a ampliação do aço, ou seja, a expansão da siderurgia, torna-se condição *sine qua non* para o crescimento de nossa indústria, fato que autorizou Juscelino Kubitschek a mobilizar grande volume de capital para a viabilização desse projeto.

Os motivos da escolha do lugar para instalação da empresa vinculavam-se à presença de minério na região e à existência de uma estrada de ferro – a EFVB³⁶. A existência desses dois fatores locais possibilitaria aos grupos mineiros viabilizarem o seu projeto, que era consolidar o estado de Minas

34 O censo de 1950 registra a existência precisa de 236 habitantes na vila e 2.316 na zona rural, totalizando uma população de 2.552 habitantes no distrito.

35 Cabe ressaltar nesse processo a atuação do ex-governador de Minas Gerais e então presidente da República Juscelino Kubitschek, que juntamente com outras lideranças regionais argumentava a necessidade de fortalecer a região, uma vez que dizia ter vocação para a instalação de uma indústria siderúrgica.

36 Havia também a presença da ACESITA, instalada em Timóteo em 1944, que fazia parte do distrito de Coronel Fabriciano.

Gerais como pólo siderúrgico do país³⁷. Com este o intuito, ficou estabelecida a participação do governo do estado de Minas pelas Leis estaduais nº 1.658, de 1º de outubro de 1957 e nº 2.325, de 7 de janeiro de 1961, que asseguraram a participação do estado no aumento do capital da Usiminas, no limite de 20%³⁸.

Negociações realizadas com grupos japoneses interessados em participar do empreendimento resultaram na assinatura de um acordo Brasil-Japão, que estabeleceu os pontos básicos da cooperação técnica e financeira entre os governos (estadual e União) e os grupos privados. Como resultado, os estatutos para a criação da empresa foram alterados na Assembléia Geral realizada em 20 de janeiro de 1958, elevando-se o capital para três bilhões e 200 milhões de cruzeiros³⁹. Em fevereiro de 1962, o capital social da empresa foi ampliado para o valor de 18 bilhões de cruzeiros. Este passou a ser constituído pela união de seis organizações brasileiras (60%), governo do estado de Minas (23,95%), Cia. Vale do Rio Doce S.A. (9,0%), Cia. Aços Especiais Itabira – ACESITA (0,8%), Cia. Siderúrgica Nacional (62,0%), Banco Mineiro da produção Hipotecária e Agrícola do estado de Minas Gerais, Banco de Crédito Real de Minas (0,85%) e pequenos acionistas (0,14%).

A criação de uma cidade planejada na localidade teve como propósito abrigar a força de trabalho para atender à demanda da USIMINAS, tendo em vista o número limitado de mão de obra na região. Neste sentido, a experiência de Ipatinga nos sugere a discussão sobre as formas de controle socioespaciais estabelecidas a partir dos interesses de um setor econômico. Uma nova problemática urbana que emerge a partir do processo de industrialização de uma localidade, e das novas modalidades de “arrumação” do espaço. Mas além, incita-nos à discussão sobre as estratégias de controle dos grupos dominantes com o fim de “domesticar” a força de trabalho e consolidar o seu projeto econômico. Neste cenário, recriam-se ou se requalificam os ideários relacionados a limpeza, higiene, beleza e funcionalidade, sendo o planejamento da área um dos instrumentos a partir dos quais tais projetos irão se casar. A cidade de Ipatinga insere-se de duas formas nessa nova cena urbana: como um espaço de controle e como cenário de modernidade. Neste aspecto, não foge à regra das demais cidades-empresas criadas

37 Segundo informações do Folheto publicitário (O QUE é Usiminas, 1944), o capital empregado para instalação da empresa era de Cr\$5.850.000,00, subscrito e realizado por empresas privadas, capitalistas e industriais do estado de Minas Gerais, na qualidade de uma sociedade pioneira. Tal capital tinha como objetivo proceder a estudos técnicos para a instalação de uma sociedade siderúrgica integrada para a fabricação de produtos planos.

38 Para tanto o governo do estado deveria utilizar os recursos do Fundo de Siderurgia.

39 Este capital foi inteiramente subscrito na primeira etapa da instalação da empresa.

no Brasil, posto que foi gestada para criar uma nova ordem, e mesmo um espaço disciplinar, como nos sugere Foucault (1987).

O PROJETO DE CRIAÇÃO DA VILA OPERÁRIA

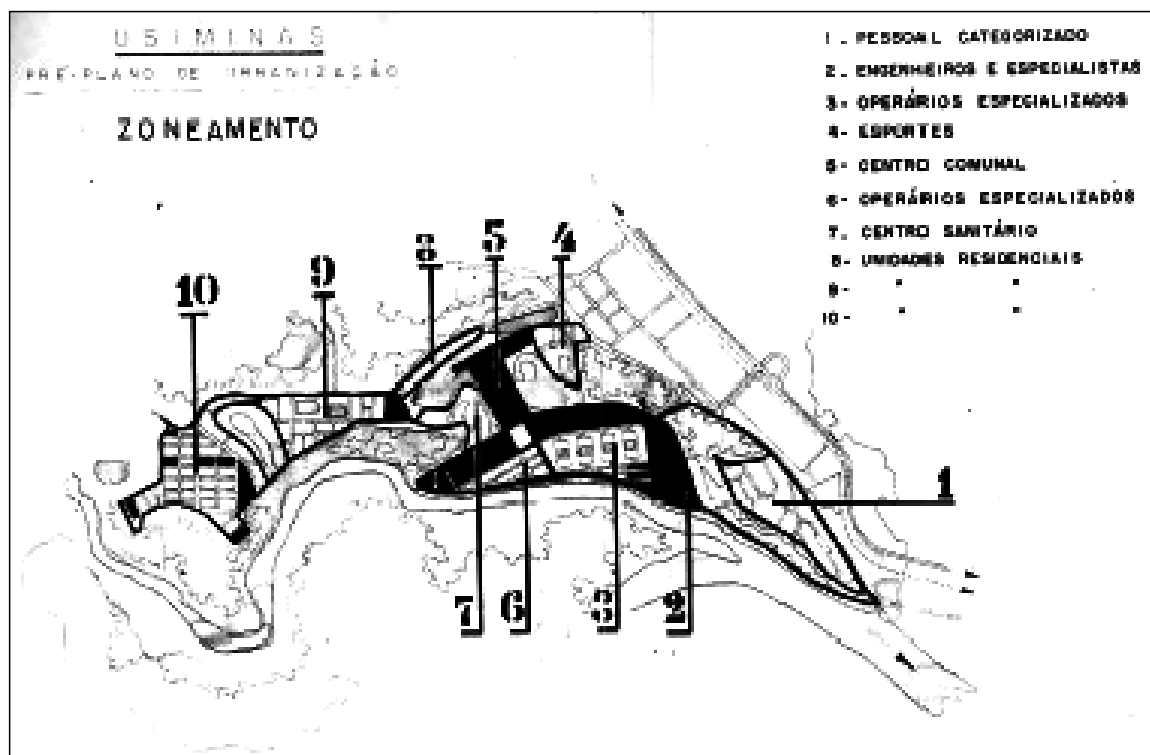
A construção da vila-operária no antigo Distrito de Ipatinga inscreve-se no amplo movimento de modernização brasileira e em particular no projeto mineiro de inserção nessa modernidade. Portanto, por meio dos investimentos industriais e da construção de projetos urbanísticos arrojados em Minas Gerais foram montadas as bases do discurso de mudança e, por conseguinte, os projetos de passagem para uma nova realidade urbana e industrial neste estado. Nesse movimento, destaca-se o período em que Juscelino Kubitschek foi prefeito e governador de Belo Horizonte e Minas Gerais respectivamente.

Inserido nesse ambiente de transformações e certo de que as propostas da arquitetura modernista poderiam contribuir para o desenvolvimento e o progresso do país encontrava-se o arquiteto mineiro Raphael Hardy Filho, que em 1958 foi selecionado para elaborar o plano urbanístico da cidade operária da Usiminas⁴⁰. Uma vez selecionado, Hardy Filho convidou Marcelo Bhering para coordenar a equipe de trabalho que ficou responsável pela construção da futura cidade e juntos, ao final de 1958, elaboraram o seu pré-plano urbanístico para a instalação da vila-operária da empresa, conforme demonstrado no Croqui 1 (MENDONÇA, 2006).

Esse primeiro plano, que constituiu a base para a elaboração das novas propostas de ocupação da área, considerou como critério para a construção de casas e demais infra-estrutura a quantidade de aço produzida anualmente, estimada de 1.000.000 toneladas/aço/ano⁴¹. Portanto, previa-se a necessidade de residências para abrigar uma população de 37.500 habitantes, sendo necessário construir 1.958 alojamentos para solteiros e 5.542 unidades habitacionais, além dos equipamentos e infra-estruturas. No entanto, essa primeira estimativa não foi implementada, de forma que em documento elaborado pela empresa em 1965 registrava-se a existência de 3.460 moradias prontas, 351 em fase final de construção e 100 iniciando as obras, ou seja, apontava-se um déficit de 2.291 moradias. Desta forma, desde 1962, data

40 A Usiminas lançou em 1958 esse concurso de seleção, do qual participaram também mais dois arquitetos.

41 Mendonça (2006) ressalta que embora não estivesse planejado, também foi considerado o acréscimo da população numa segunda etapa, na qual se estimava o aumento da produção de aço para 2.000.000 toneladas por ano.



Fonte: Mendonça (2006, p. 61).

Croqui 1 - Pré-plano urbanístico da cidade operária da Usiminas - 1958

em que a Usiminas iniciou as suas atividades, a questão da moradia apresentou-se como um problema, o que foi agravado com o rápido crescimento da cidade a partir de então.

Assim, a elaboração do primeiro plano habitacional da empresa, em 1965, que visava, entre outros objetivos, diminuir o déficit habitacional⁴², teve também como proposta disciplinar o processo

42 Tal plano ficou sob os auspícios do arquiteto Hardy Filho.

de crescimento na área, questões que levaram à criação do Departamento de Habitação, e mais tarde, em 1973, de uma Superintendência Habitacional⁴³. Além disso, cabe também assinalar a elaboração dos Planos Diretores e demais instrumentos normativos que foram criados para a vila-operária com o mesmo fim, fato que propiciou o controle dos usos dos espaços no interior da vila-operária e nos seus arredores.

Hardy Filho aponta que o Departamento de Habitação e Urbanismo era o principal órgão de controle e vigilância utilizado pela empresa para assegurar os seus interesses. Nesse sentido, constituía-se como um síndico, gerenciando e controlando um condomínio horizontal (MENDONÇA, 2006). De fato, ao analisarmos os objetivos e as propostas do Plano Diretor e o seu Regulamento de Obras de 1965, observamos que mais do que uma simples legislação de uso e ocupação do solo, tais documentos definiam normas que interferiam diretamente na vida cotidiana dos moradores da vila-operária, além do fato de conferir grandes poderes à empresa, que era a principal responsável e promotora da política habitacional na localidade. Assim, mesmo com o estabelecimento posterior de convênios com o Banco Nacional de Habitação, a Caixa Econômica de Minas Gerais, a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais etc., a empresa exercia praticamente o papel de prefeito da cidade, definindo como, quando, quem e onde ocupar.

Por meio da planta elaborada na década de 1970 e adaptada por Mendonça (2006), podemos visualizar a localização da vila com as divisões dos bairros, além do sistema viário e a previsão das áreas de expansão e preservação ambiental⁴⁴. Pode-se notar que a vila foi em grande parte implantada junto à margem esquerda do rio Piracicaba e a Usina, fazendo parte do plano implementado em 1970 os bairros Castelo, Cariru, Horto, Santa Mônica, Bom Retiro, Areal, Imbaúbas, Vila Ipanema, Candangolândia e Maringá (Croqui 2).

Paralelamente à consolidação da USIMINAS e ao processo de assentamento da população, desenvolvido sob controle da empresa, ocorreu a expansão do pequeno núcleo original, situado junto a estação da estrada de ferro. Também o incremento populacional dessa área esteve vinculado à dinâmica da siderúrgica, uma vez que sua população era composta basicamente do excedente populacional não engajado nos trabalhos da empresa, portanto, não contemplada com alojamento.

43 Esta, segundo Mendonça (2006), foi desativada em 1980.

44 Além disso, no memorial descritivo elaborado pelo arquiteto responsável, previa-se também a conurbação da cidade de Ipatinga com os municípios de Coronel Fabriciano e Timóteo, que são limítrofes ao mesmo.

Nesta linha, Monte-Mór (1999) argumenta que Hardy Filho elaborou para a cidade de Ipatinga um projeto urbanístico “minucioso” e flexível de forma que a proposta inicial do arquiteto era de acompanhar o crescimento da indústria e as transformações econômicas e demográficas. Afirma também que sua proposta urbanística estava embasada nas matrizes do urbanismo modernista, identificada na tipologia adotada nas residências, no emprego da monumentalidade e na trama urbana elaborada com o fim de direcionar o crescimento futuro e as hierarquias funcionais.

Apontamos para reflexão os argumentos utilizados recorrentemente pelos arquitetos urbanistas para justificar um plano urbanístico, notadamente as idéias, projetos e sonhos envoltos na construção das cidades modernas. Então para a cidade de Ipatinga várias são as perguntas a serem respondidas, entre as quais: como compatibilizar sonho e realidade sem considerar os jogos de poder? Qual o papel dos técnicos planejadores e os das técnicas de planejamento? E, por fim, quem define o que é moderno e desenvolvido e por quê?

Essas perguntas nos ajudam a entender as intenções, reações e adaptações das propostas de criação da cidade e vila-operária de Ipatinga, iluminando a discussão sobre o papel da arquitetura moderna e dos arquitetos modernistas no Brasil e a sua vinculação com os programas de desenvolvimento. Ademais, servem, ainda, para demonstrar de que maneira as discussões sobre funcionalidade, ordenamento, legislação urbanística – elaborada sob forte influência da Carta de Atenas – foram sendo reconstruídas e moldadas à luz dos dilemas socioespaciais enfrentados em cada lugar.

Assim, seguindo as argumentações de um documento publicado pela Prefeitura Municipal de Ipatinga (1991, p. 29), inicialmente, ainda que o projeto colocasse o contrário, pretendia-se separar completamente a cidade da USIMINAS – a cidade planejada – do seu entorno social. Neste aspecto, pensou-se em criar unicamente condições para a sobrevivência e controle pela empresa do grupo de trabalhadores treinados com o fim de operacionalizar a indústria. Fruto dessa política, centenas de japoneses – mão de obra qualificada – vieram morar na cidade⁴⁵.

Portanto, a cidade linear, planejada, “dos homens produzidos em série”, conforme afirma o mesmo documento, reproduziu similarmente as divisões do ambiente do trabalho. É, nesse sentido, uma extensão da fábrica: “um pátio onde estacionam máquinas fora do seu horário de uso” (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA, 1992, p. 23).

45 Em 1966, o governo brasileiro assume a tarefa de operar a usina, com a transferência de responsabilidade para os brasileiros.

Condicionalizada pela localização e layout da planta da siderúrgica, pelo rio Piracicaba e pela EFVM, a cidade é concebida de forma linear, na qual os bairros residenciais são ligados por eficientes vias de circulação que circundam a usina [...]. Dentro de cada bairro, há uma homogeneidade na arquitetura das edificações e na inserção socioeconômica funcional dos seus habitantes, ou seja, há bairros para os chefes e quadros superiores, para operadores, para mão-de-obra não especializada. O espaço urbano projetado reproduziu, na cidade, as relações funcionais e de poder no âmbito das relações de trabalho.

Criou-se também nesse cenário a figura do “Homem-Usiminas” e uma “Cultura Usiminas”, símbolos por meio dos quais os valores morais se entrecruzam e são acionados para consolidar uma imagem de empresa cordial. Uma imagem, que é reforçada por outros “textos” e “contextos”, tais como os discursos das lideranças locais, do hino, bandeiras, nomes de ruas e praças. Uma imagem que é finalmente cristalizada na arquitetura, que tem como projeto utópico levar o progresso para a localidade.

Assim, a instalação da empresa, no outrora Distrito de Ipatinga, e a futura emancipação da cidade foram eventos que resultaram em lutas e conflitos, envolvendo lideranças locais, governo do estado de Minas Gerais e representantes políticos do município de Coronel Fabriciano. Sua instalação, portanto, foi definitiva e principal responsável pelo paradoxal processo de enriquecimento e empobrecimento da região do Vale do Aço. Por isso, que sua chegada ampliou alguns problemas já latentes na região, como o rápido crescimento da área urbana e por conseguinte a não absorção deste contingente populacional no mercado de trabalho, além da valorização dos terrenos, acirrado tanto pelo déficit de moradias, como pelo aumento da especulação imobiliária. Esses fatores, sem dúvida, podem explicar a efusão do debate entre as lideranças locais e o movimento em prol da futura emancipação de Ipatinga⁴⁶.

Gostaríamos de concluir nosso texto projetando esses campos, interesses, objetos e histórias, buscando compreender Ipatinga hoje. De certa forma, sua realidade econômica e sua trama social tornam explícita uma política que privilegiou determinados setores, locais e regiões, em detrimento de

46 Este ponto será apreciado posteriormente quando realizarmos as análises das Atas da Câmara de Vereadores da cidade de Coronel Fabriciano e demais documentos do Distrito de Ipatinga que registram os conflitos de interesses envolvendo a criação da cidade.

outros⁴⁷. E, mais ainda, revelam um processo no qual o confronto entre sonho e realidade se cruzam: a cidade emancipa-se, surgem a prefeitura, o sindicato, o comércio, as escolas e clubes, as instituições filantrópicas, os grupos sociais excluídos solicitando maior visibilidade, a igreja, a organização política, o Partido dos Trabalhadores... E nessa emaranhada rede de relações socioespaciais, a cidade torna-se de “quartzo”.

Apenas para demarcar melhor sua posição, dados recentes fornecidos pela Fundação João Pinheiro demonstram a importância capital da cidade de Ipatinga para a região do Vale do Aço e para o ambicioso projeto político de Minas Gerais, de cada vez mais estreitar-se com o poder, em níveis que extrapolariam seus limites regionais.

Está localizada na região do Rio Doce, que possui 102 municípios dos quais apenas 6 – incluindo Ipatinga – concentram 75% do PIB – cerca de seis bilhões de reais. É o sétimo município em termos de participação do PIB estadual – 2,47%, sendo o seu produto industrial o quinto maior do estado, respondendo por 2 bilhões e 215 mil reais. Segundo dados do IBGE (2000), a cidade apresenta uma população de 221.800 habitantes vivendo majoritariamente nas áreas urbanas, ocupada em atividades comerciais (maior parte) e de serviços. Devido a sua vinculação ao setor industrial, o comércio e os serviços são também concentrados nas áreas que apresentam maior dinamismo econômico.

Pensada em termos de uma cidade aberta desde sua concepção, Ipatinga cresceu muito mais do que o planejado. E as marcas desse crescimento, cujos caminhos pretendemos analisar, estão expressas em sua paisagem, mais concretamente naquilo que passou a identificar o espaço ipatinguense: “a cidade espontânea” *versus* a “cidade planejada”.

Essa ambigüidade nos sugere alguns questionamentos que vão alimentando nossa vontade de saber, incitando-nos à colocação de diversas e distintas questões. Afinal, até que ponto Ipatinga representa a conquista de um território, como símbolo da imposição de um projeto de organização social? De que forma o projeto urbanístico da cidade contribuiu para a definição de uma identidade espacial? Mas também para a profunda segmentação do espaço da cidade? Como a luta pela condição de emancipação pode ter contribuído para a definição de novas lógicas centro-periferia? Em que medida as “classes populares” estiveram representadas no processo de emancipação? Onde se esconderia hoje a pobreza

47 A aglomeração urbana do Vale do Aço, estruturada em torno do dinamismo das siderúrgicas ACESITA e USIMINAS, tem apresentado crescimento desde a década de 1940. Neste aspecto, as duas siderúrgicas tiveram um papel central no crescimento e na diferenciação econômica e social da região.

dessa orgulhosa cidade? Em quais lugares encontraríamos os nexos e paradoxos de sua modernidade? Ou melhor, em quais instâncias se abrigariam determinada experiência e dada memória de exclusão?

Enfim, esse elenco de questões vai se configurando em problemáticas reflexivas que têm nos instigado a percorrer novos trajetos e a vislumbrar novas possibilidades de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Roberto Schmidt. **A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociência, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

BERMAN, Marshall. **Todo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de J. & GOUVEIA, Patrícia. *Desejo de modernidade e vontade de poder: o sonho desenvolvimentista e o projeto de criação da cidade-indústria de Ipatinga*. V Congresso CEISAL de latinoamericanistas – “Las relaciones triangulares entre Europa y las Américas en el siglo XXI: expectativas y desafíos”, Bruxelas, 11-14 de abril de 2007, Simpósio organizado por Laurent VIDAL: “Utopías urbanas en América Latina. Siglos XIX y XX” (mimeo)

FELDMAN, Sara. Um sistema legal para o urbanismo: a face desconhecida do Movimento Moderno. **Cadernos PPG/FAUFBA/Universidade Federal da Bahia**, ano 3, edição especial, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOMES, Marco Aurélio A. Filgueras. Cultura urbanística e contribuição modernista, Brasil, anos 1930-1960. **Cadernos PPG/FAUFBA/Universidade Federal da Bahia**, ano 3, edição especial, 2005.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico**. 2000.

MENDONÇA, Roxane Sidney Resende. **O urbanismo modernista em Minas Gerais**: o caso de Ipatinga. Tese (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 2006.

MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. Cidades industriais planejadas e exclusão da força de trabalho. **Topos – Revista de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte: NPGAU, v.1, n. 1, jan./jul. 1999.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. O sertão: um “outro” geográfico. **Terra Brasilis – Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil**, Rio de Janeiro: Território, anos 3/4, n. 4/5, 2002-2003.

O QUE é Usiminas. Belo Horizonte, 1944. Folheto publicitário.

ORTIZ, Renato. Sociedade e cultura. In: SACHS, Ignacy (Org.). **Brasil um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA. **Homens em série**: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens. Ipatinga, 1991. v. 1.

_____. _____. Ipatinga, 1992. v. 2.

REVISTA IPATINGA. Diário do Aço, ano 20, abr. 1984.

RIBEIRO, Luis César de Queiroz; PECHMAN, Robert (Org.). **Cidade, Povo e Nação**: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

SANTOS, Milton. **O Brasil, território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2005.

SINGER, Paul. Evolução da economia e vinculação internacional. In: SACHS, Ignacy (Org.). **Brasil um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

A ordem e a síntese: aspectos da sociologia de Auguste Comte

Ricardo Luiz de Souza – UNIFEMM

RESUMO

O objetivo deste estudo é compreender alguns aspectos básicos do pensamento de Auguste Comte, a partir dos quais seja possível, por sua vez, compreender sua contribuição para o processo de construção do conhecimento sociológico do qual ele foi precursor. Comte foi um pensador pioneiro da análise sociológica, mas foi, também, um autor ligado a uma tradição filosófica e evolutiva que precisou ser superada para que a sociologia enfim, pudesse ser estabelecida como disciplina científica.

Palavras-chave: Sociologia. Ciência. Religião.

ABSTRACT

The purpose of this study is to understand some basic aspects of the thought of Auguste Comte, from which is possible, in turn, to understand its contribution for the process of construction of the sociological knowledge of which it was precursory. Comte was a pioneering thinker of the sociological analysis, but it was, also, a on author to a philosophical and evolutive tradition that needed to be surpassed so that sociology at last, could be established as it disciplines scientific.

Keywords: Sociology. Science. Religion.

I

Tomarei como ponto de partida para análise da sociologia comteana um enunciado formulado por Auguste Comte que pode ser visto como básico para a compreensão de seu método: toda sistematização parcial exige, para ele, uma síntese geral (COMTE, 1912, p. 211). E ainda, o uso de definições precisas e sistemáticas é, para o autor, o primeiro sintoma da obtenção, por parte de uma ciência qualquer, de um conhecimento verdadeiramente consistente e científico (COMTE, 1934, v. 3, p. 11).

O conhecimento, para ele, só adquire validade efetiva quando incorporado a um quadro geral no qual ele ganhará um novo sentido a partir da síntese da qual fará parte, sendo tal síntese definida pelo autor como tarefa indispensável a partir do seguinte pressuposto: “A arte humana e a ciência humana são respectivamente indivisíveis, como os diversos aspectos peculiares ao destino comum de ambos (o homem), no qual tudo se acha constantemente ligado” (COMTE, 1983a, p. 140). Com isto, o conhecimento proposto por Comte ganha um caráter enciclopédico que é enfatizado por Alain (1993):

Buscar uma moral antes de haver estudado segundo o método a situação humana é tão inútil quanto abordar a sociologia sem uma preparação biológica suficiente, ou a biologia sem a preparação físico-química que depende, por sua vez, evidentemente, dos estudos astronômicos e matemáticos. Toda a cultura científica é enciclopédica; isto esclarece de novo a própria pesquisa e também a educação (ALAIN, 1993, p. 321).

De fato, a matemática, a astronomia, a física, a química, a psicologia e a física social compõem o que Comte (1934, v. 1, p. 63) chama de fórmula enciclopédica; são as seis ciências fundamentais conforme a hierarquia natural e invariável dos fenômenos. E o objetivo do autor, a partir de tal fórmula, é chegar a uma totalização da experiência, definida por Kremer-Marietti (1982, p. 146) como a ambição da antropologia integral comteana.

Pallardó (1968, p. 168), por seu turno, menciona a influência sobre Comte dos postulados históricos do romantismo, com sua defesa da universalidade de sistemas, postulados e métodos derivados do laço de identidades entre o mundo físico e o mundo espiritual. Mas a existência de tal laço, contudo, não pode obscurecer a existência de diferenças e distinções entre os diversos domínios do conhecimento, diferenças estas que demandam métodos cuja diversidade o autor faz questão de enfatizar. Desta forma, Comte estabelece, em sua correspondência com Stuart Mill, limites ao uso de analogias de natureza organicista, afirmando poderem elas infringir a necessária coesão da natureza humana (HAAC, 1995, p. 80). E desta forma, igualmente, os domínios racionais da ciência e da arte são, para Comte, perfeitamente distintos, ainda que filosoficamente interligados (COMTE, 1934, v. 3, p. 147).

Devido a tais diferenças, por sua vez, o estudo dos seres vivos deve, para ele, destinar-se, de um ponto de vista lógico, ao desenvolvimento geral das artes da comparação e da classificação (COMTE, 1934, v. 3, p. 237); respeitando-as em suas especificidades, mas sem deixar de lado a síntese geral que é, afinal, o objetivo a nunca ser perdido de vista.

Agindo assim, Comte e seus discípulos introduziram inovações em campos do conhecimento aos quais o autor não chegou a dedicar-se, pelo menos de forma prioritária, fazendo com que um historiador da literatura como Auerbach (1972, p. 33) ressalte, por exemplo, a inovação introduzida pelos positivistas em termos de análise estética, lembrando que “por seu espírito de análise e por sua concepção sobretudo

biológica do Homem, eles chocaram amiúde o espírito daqueles que consideram a alma humana como algo de sintético, não analisável e, por último, livre, e cujas profundezas são inacessíveis à investigação exata”. E fazendo com que outro historiador da literatura defina a solução de Comte como “o abandono de todas as ilusões, voltando-se para os fatos positivos” (CARPEAUX, 1983, v. 6, p. 1.552).

O método comteano toma como base a observação, e Suassuna (1999, p. 112) define a importância atribuída a esta pelo autor: “O objeto da sociologia são os fatos sociais observáveis, aqueles objetos que não podem ser observados, sistematicamente, dentro de um exercício metódico, não podem ser objeto da sociologia”, enquanto Zeitlin (1970, p. 92) menciona as técnicas de observação, experimentação e comparação como fazendo parte da metodologia comteana.

A partir dela é possível, segundo Comte (1934, v. 2, p. 133), obter uma justa previsão dos acontecimentos, sem penetrar na essência dos fenômenos e sem recorrer a qualquer concepção apriorística. E o que Comte (1934, v. 2, p. 7) chama de arte da observação é composta, segundo ele, pela observação propriamente dita, pelo exame direto do fenômeno tal como ele se apresenta naturalmente e pela experiência, ou seja, pela observação do fenômeno modificado em circunstâncias artificialmente construídas.

Ao conhecimento, portanto, Comte tende a impor, como acentua Prokop (1986, p. 96), um empirismo estrito:

A estrutura positiva de pensamento determina que o conhecimento deva se limitar somente às observações como norma. Até mesmo a permissão de uma capacidade imaginativa limitada classificatoriamente é, de fato, uma transgressão orientada contra o puro empirismo. Contra as próprias premissas da filosofia positiva (PROKOP, 1986, p. 96).

Mas é preciso relativizar tal recusa, uma vez que o método positivo, como acentua Lorau (1991, p. 61), não rejeita a imaginação, limitando-se a subordiná-la à observação. Subordinada, então, ela viabiliza a combinação dos fatos. E mesmo o uso indiscriminado e sem critérios da observação revela-se, por fim, como um procedimento nocivo, o que leva Comte (1983a, p. 50) a repudiar o que chama de “estéril acumulação de fatos incoerentes”, recusar tal associação, e alertar: “Importa, pois, bem sentir que o verdadeiro espírito positivo não está menos afastado, no fundo, do empirismo que do misticismo”.

II

O reconhecimento, por parte da filosofia positiva, da existência de leis naturais invariáveis é, para Comte (1934, v. 5, p. 50), fruto de um trabalho laborioso, de uma aquisição lenta e gradual de conhecimento. Assim, o pressuposto defendido por ele, segundo Lefebvre (1974, p. 30), é: “Os fatos que

concernem ao homem que vive em sociedade estão submetidos a leis que podem ser descobertas por meio da observação, assim como a lei da gravitação foi descoberta desta forma”. Neste sentido, a evolução social é vista por Comte como estando sujeita a leis naturais que não podem ser modificadas pela natureza humana, cabendo à física social, pois, alertar para a inutilidade da resistência ao desenvolvimento que, afinal, é inevitável, podendo, ao mesmo tempo, mitigar ou acelerar artificialmente tal desenvolvimento (RANULF, 1993, v. 1, p. 28). E, fiel a tal perspectiva, ele recusa a noção de acaso: tudo está interligado, todo fenômeno pode ser estudado a partir de causas precisas que o motivaram.

Os fenômenos relacionam-se, segundo Comte, a partir de um rígido determinismo, o que confere, a seu pensamento, um sentido que poderia ser fatalista se não fosse a crença por ele depositada nos efeitos redentores do conhecimento científico; determinismo e redenção, eis os pólos de seu pensamento. Tal concepção torna-se mais nítida quando, atribuindo a Condorcet idéias que, afinal, são suas, Comte (1972, p. 111) as esclarece:

Foi ele o primeiro a ver claramente estar a civilização sujeita a uma marcha progressiva, na qual todos os passos são rigorosamente encadeados uns aos outros, segundo leis naturais, que a observação filosófica do passado pode descobrir, e determinam, para cada época, de maneira inteiramente positiva, os aperfeiçoamentos que o estado social deve experimentar, quer em suas partes, quer em seu conjunto (COMTE, 1972, p. 111).

O progresso teórico caminha, segundo Comte (1912, p. 331), da filosofia natural à sociologia, passando pela moral. E, da mesma forma, o que ele define como a incontestável preponderância decisiva da vida intelectual no Ocidente tem, como ponto de partida, a preponderância da atividade guerreira (COMTE, 1912, p. 340). Assim, o que Comte (1983b, p. 71) chama de “grandes épocas” históricas segue, segundo ele, leis invariáveis a partir das quais cada uma destas épocas prepara sua sucessora.

A questão das leis na teoria social comteana é assim definida por Turner (1999, p. 230):

Em primeiro lugar, a teoria sociológica envolve leis naturais abstratas. Deveria haver pouquíssimas leis; e um dos alvos principais da atividade teórica é reduzir o número de leis de modo que apenas as propriedades invariáveis e fundamentais do universo fiquem sujeitas às leis teóricas.

Já Popper (1980, p. 91) busca precisar o sentido que as leis sociais possuem no pensamento comteano: “Ao falar das leis de sucessão, Comte pensava em leis que determinariam a sucessão de uma série dinâmica de fenômenos, dispondo-os na ordem em que os percebemos”.

Tais leis englobam ainda, segundo Comte, os mais diversos campos do conhecimento humano, o que o leva a estabelecer uma relação profunda e necessária entre as condições de existência das sociedades humanas, as leis físicas e químicas e as próprias leis do sistema solar, de forma que “as mais simples circunstâncias de forma ou de posição, insignificantes na ordem astronômica, tem importância suprema na ordem política” (COMTE, 1972, p. 154). E, conseqüentemente, a existência orgânica está, para o autor, intimamente subordinada à existência inorgânica e, mesmo, planetária, de forma que mudanças astronômicas podem exercer decisiva influência sobre ela (COMTE, 1912, p. 79).

O estudo racional da natureza pressupõe, segundo Comte (1934, v. 3, p. 291), a adoção de um método natural que deve possuir como principal característica, de um ponto de vista filosófico, o estabelecimento de uma hierarquia orgânica, redutível, por sua vez, à simples coordenação racional dos gêneros. E, em relação a tal método, a matemática deve fornecer as bases fundamentais da filosofia natural, viabilizando um grau de precisão e um caráter de alta perfeição que a formate (COMTE, 1934, v. 1, p. 192). Tal método pressupõe, por fim, a sujeição de todos os fenômenos, de qualquer ordem, à leis invariáveis cuja descoberta deve situar-se no centro de todas as investigações filosóficas contemporâneas (COMTE, 1934, v. 3, p. 217). E sua formulação viabilizaria a obtenção do objetivo básico proposto pelo autor, que é, em suas palavras, a subordinação racional da humanidade a uma mesma lei fundamental de desenvolvimento contínuo, lei esta que representa a evolução contemporânea (COMTE, 1934, v. 4, p. 95). Temos, então, o firme propósito, por parte do autor, de reduzir o conhecimento a um conjunto de leis básicas capazes de ordenar e determinar a dinâmica social. E temos, também, um objetivo supremo a ser perseguido por Comte, e objetivo este que é, como acentua Leonídio (2004, p. 182), de um reducionismo radical: “Fazer com que todas as leis naturais e sociais fossem reduzidas a uma só, tal como também havia sonhado Newton e depois Saint-Simon”.

Comte estabelece, ainda, o que considera ser uma lei fundamental, qual seja: os fenômenos gerais dominam os fenômenos particulares e não são, por sua vez, influenciados por estes (COMTE, 1934, v. 2, p. 179). Por isso, ainda, toda classificação que tome como base considerações referentes aos agentes é, para ele, necessariamente ilusória (COMTE, 1934, v. 2, p. 207). Mas é possível e necessário, por outro lado, partir do simples para chegar ao complexo, do indivíduo para chegar à sociedade, uma vez que a evolução da inteligência individual permite, segundo ele, obter a constatação sensível da revolução geral do espírito humano (COMTE, 1934, v. 1, p. 4). O estudo adequado dos fenômenos sociais deve, conseqüentemente, para Comte, partir de um conhecimento aprofundado das leis relativas à vida individual, o que não pode, contudo, transformar a física social em mero apêndice da psicologia (COMTE, 1934, v. 1, p. 52).

O método sociológico tal como definido por Comte (1934, v. 1, p. 20) implica, efetivamente, em franca ruptura com o método psicológico, definido por ele como radicalmente nulo a partir de seus

pressupostos. A crítica ao psicologismo feita por Comte é embasada em um argumento descrito por Cassirer (2001, p. 109): “Uma das máximas fundamentais de sua filosofia é que o nosso método de estudar o homem deve, na verdade, ser subjetivo, mas que não pode ser individual. Pois o que queremos conhecer não é a consciência individual, mas o sujeito universal”. E Reis (2003), igualmente, busca analisar os argumentos que fundamentam tal crítica:

Em Comte, a sociologia subordinava a história ao sistema das ciências naturais. Ele considerava que o estudo do espírito humano dependia da biologia. A sucessão dos fatos psíquicos seria o resultado da sucessão dos estados físicos. Ele negava que os estados psíquicos fossem regidos por leis especiais que se pudessem estudar à parte (REIS, 2003, p. 61).

Os determinismos propostos pelo autor são, portanto, complexos. A evolução é vista por ele, basicamente, como um desenvolvimento da mente humana e a organização social é determinada pelo estágio corrente da civilização. Mas os estágios intelectuais são, também, conectados a tipos específicos de atividade (THERBORN, 1977, p. 151). E Trindade (1978, p. 127) ressalta a interação entre determinismo e ação presente na obra do autor: “Em Comte, a fatalidade pode ser mais ou menos modificável graças à Sociologia, que descobre a ordem essencial da História humana, possibilitando à humanidade, talvez, acelerar a etapa do positivismo”.

Mas, dentre tais determinismos, a raça, o clima e a ação política são, para Comte (1934, v. 4, p. 210), as três fontes gerais de variações sociais. E, por fim, enfocando especificamente a questão racial, Poliakov (1974, p. 207) salienta o fato de Comte ver a raça branca e, mais especificamente, os povos da Europa Ocidental como a elite da humanidade, descartando as pesquisas referentes a outros povos como inúteis e nocivas. Mas, apesar disso, Comte recusava à raça um papel preponderante no trio de fatores por ele definida e criticava os autores que davam ao fator racial um tal papel.

O estudo das leis que regem o universo e o comportamento social não é visto por Comte (1934, v. 4, p. 164), enfim, como um exercício intelectual desconectado da realidade, sendo que o princípio fundamental da sociologia positiva, para ele, é, pelo contrário, a capacidade de previsão racional, científica, dos fenômenos sociais, baseada na subordinação contínua das diversas concepções sociais às invariáveis leis naturais. Conhecer para agir, eis o lema a ser adotado. O conhecimento científico é filho de seu tempo e deve buscar compreendê-lo para transformá-lo, ao mesmo tempo que deve pautar sua estruturação e seus objetivos pelo estudo das leis invariáveis e uniformes que regem o universo e a vida. E tal interação entre o dinâmico e o estático forma o núcleo do método comteano.

III

A história, tal como vista por Comte, é profana, suas verdades são relativas e referem-se às condições e situações mutáveis. Não é mais uma verdade absoluta, não é mais fruto de desígnios eternos. Por outro lado, acentua Lowith (1958, p. 109), a perspectiva de história universal adotada por Comte é determinada pelo futuro aberto da progressão linear, que vai das etapas primitivas às mais avançadas. O método proposto por ele recusa de forma estrita qualquer julgamento valorativo, tomando a neutralidade como valor absoluto. Cabe ao sociólogo observar e analisar, jamais julgar, com tal princípio norteando, igualmente, a análise histórica do autor.

O século XIX será caracterizado, segundo Comte (1912, p. 287), pela irrevogável preponderância do ponto de vista histórico em relação à filosofia, à política e mesmo em relação à poesia, o que dá a dimensão da importância por ele atribuída a tal análise, bem como do relevo que ela adquire em sua obra. O conhecimento do passado através da utilização do método comparativo tornaria possível, afinal, conhecer o futuro, o que possibilitaria, então, o estudo do presente, o que inverte, enfim, a ordem cronológica, colocando-a em termos de passado, futuro e presente (MORAES FILHO, 1957, p. 150). E ainda, a análise histórica permite, segundo Comte (1934, v. 2, p. 232), compreender o processo de desenvolvimento necessário e transitório que medeia entre o estado metafísico e o estado puramente positivo.

Comte não pesquisa o passado como um antiquário o faria. Seu interesse, pelo contrário, é descobrir, nele, as origens das mudanças que ocorrem em seu tempo. E descobrir, no que é velho, os germes do que é novo. O método histórico reside, segundo ele, na base da sociologia e é a base fundamental, também, da lógica política (COMTE, 1934, v. 4, p. 236). Tal método permite, afinal, o uso racional das séries sociais, bem como a apreciação sucessiva dos diversos estados da humanidade (COMTE, 1934, v. 4, p. 241). Afinal, a relação entre conhecimentos histórico e sociológico estrutura o pensamento comteano, pois, como acentua Veyne (1995, p. 139), “sua sociologia era bem uma ciência da história em bloco, uma ciência *da* história; ela devia estabelecer as leis da história, assim a lei dos três estados que é a descrição do movimento da história tomada em bloco”.

Mas os fundamentos da história do conhecimento propostos por Comte são filosóficos. O passado é apreendido a partir de leis cuja constatação pretende-se científica, mas o autor mantém-se preso à tradição filosófica da qual é herdeiro, com Burke (1987, p. 15) definindo o pensamento comteano como pertencendo à filosofia da história, devido à repartição do desenvolvimento histórico em três estágios. E Fernandes (1976, p. 34), por sua vez, aponta na mesma direção ao afirmar a respeito do autor: “A Sociologia permanecia no estado de disciplina filosófica, podendo ser designada, com propriedade,

como uma verdadeira Filosofia da Ação Humana, resultante da síntese intelectual da Filosofia Política com a Filosofia da Questão Social e a Filosofia da História”.

Comte pensa o desenvolvimento teórico em estreita relação com as atividades práticas e as necessidades delas oriundas, o que torna impossível, por exemplo, a teoria desenvolver-se além da realidade material que a condiciona: “De um lado, a teoria não podia estabelecer-se até então, porque ficaria mais adiantada do que a prática. Sendo destinada a dirigi-la, não poderia antecipá-la a ponto de perdê-la de vista” (COMTE, 1972, p. 85). O pensamento, portanto, é definido pelo período histórico ao qual pertence, o que Comte (1972, p. 58) sublinha de forma enfática, ao afirmar: “Os espíritos que mais acreditam lutar contra a marcha da civilização, obedecem, sem perceber, à sua irresistível influência, e concorrem mesmo a secundá-la”. E o conhecimento, dessa forma, é estudado a partir de um determinismo estrito, assim delineado:

Numa palavra, o espírito humano segue, no desenvolvimento das ciências e das artes, determinada marcha, superior às maiores forças intelectuais, que só aparecem, por assim dizer, como instrumentos destinados a produzir, em tempo dado, as descobertas sucessivas (COMTE, 1972, p. 95).

A evolução histórica, tal como vista por Comte, segue uma linearidade na qual todos os povos passam pelas mesmas fases, dentro da mesma continuidade histórica, o que gera, contudo, tal como salienta Bock (1980, p. 94), uma evidente dificuldade em explicar diferenças históricas: “dada uma interpretação progressiva, e não crítica, da história, porém, Comte tinha de atribuir a coexistência temporal das diferenças de cultura a acidentes”. E, para compreendermos tal linearidade, tomemos a síntese feita por Collingwood (1981) do panorama do desenvolvimento histórico proposto por Comte:

Comte considera a arte, a religião e a filosofia como três modos diferentes de que se serve o espírito humano para exprimir ou formular, para si próprio, a sua experiência. Mas não podem viver, calmamente, lado a lado; a relação que existe entre eles é a duma sucessão dialética, segundo uma ordem definida. Donde se conclui que uma atitude religiosa em relação à vida está destinada a ser substituída por uma atitude racional ou filosófica (COLLINGWOOD, 1981, p. 104).

Dentro desta linearidade e na definição clássica proposta por Comte (1912, p. 125), o estudo positivo da humanidade divide-se em uma parte estática, concernente à natureza fundamental do grande organismo, e outra dinâmica, concernente à sua evolução necessária. A classificação proposta por Comte desenha, segundo Gouhier (1980, p. 74), uma ordem ao mesmo tempo lógica e cronológica, com a lei dos três estados significando, para o autor, uma representação por fim consciente do desenvolvimento histórico. Mas a dinâmica social reduz-se, segundo ele, à explicação do passado a partir de seu princípio fundamental, emanado da sociologia estática (COMTE, 1912, p. 295).

A análise histórica ajuda, por sua vez, a compreensão do fenômeno religioso, uma vez que os estudos de ambos os campos de estudo, tal como efetuados pelo autor, partem dos mesmos pressupostos. Segundo Nisbet (1982, p. 243), “Comte deu realce à íntima relação entre os valores sagrados e o conjunto de pré-julgamentos subjacentes a toda comunicação, toda linguagem, toda socialização, no mais vasto sentido da palavra”. E é tal conjunto e tal relação que o conhecimento científico tem, como tarefa, superar.

Comte, porém, não é necessariamente ateu; apenas, considera irrelevante e obsoleta a questão da existência de Deus, a partir de uma argumentação sintetizada por Levine (1997, p.151): “Embora o ateísmo tenha sido útil durante o período metafísico a fim de eliminar os últimos vestígios da crença teológica, ele agora prolonga a etapa metafísica ao procurar novas soluções para problemas teológicos em vez de os por de lado como profundamente fúteis”.

Seu pensamento tende progressivamente, porém, à valorização cada vez mais ampla do sentimento religioso, culminando na elaboração da Religião da Humanidade, e cabendo à religião, segundo Lins (1965, p. 256), atuar como catalisador no projeto de síntese que é, afinal, o ideal comteano: “Seu objetivo é estabelecer o estado de *completa unidade*, que distingue a existência humana, quando todos os seus atributos – sentimento, inteligência e atividade – convergem para um destino comum”.

A sociologia comteana termina ela mesma, assim, ganhando contornos religiosos, na medida em que a análise sociológica deverá, quando a sistematização do dogma positivista fundar a religião da humanidade, tomar tal religião e seu culto como temática principal (COMTE, 1912, p. 43). Badcock (1976, p. 23) sublinha tal continuidade referindo-se à Religião da Humanidade, ao lembrar que “as suas origens repousam na própria essência da Sociologia de Comte, e que é inegável que a Religião Positiva provém, logicamente, da Lei dos três Estágios, da hierarquia das ciências, e da crença na importância das instituições religiosas para o homem e para a sociedade”.

Comte (1912, p. 62) menciona, deste modo, a necessária coordenação religiosa de todos os elementos sob a presidência da sociologia. E tal religião, ainda, deverá tomar como base as leis naturais que sempre regeram, segundo ele, o desenvolvimento humano (COMTE, 1912, p. 50). O positivismo conseguiu assim, segundo Gouldner (1978, p.64), ver a infra-estrutura religiosa da nova política ideológica nascente, mas foi incapaz de ver sua própria infra-estrutura religiosa.

IV

O conceito de normalidade é visto por Comte, como o seria por Durkheim, de forma matizada. O normal e o patológico, em termos clínicos, apresentam, para ele, relações íntimas, segundo Canguilhem

(1978, p. 32): “Comte insiste vários vezes sobre a obrigação de determinar previamente o normal e seus verdadeiros limites de variação antes de explorar metodicamente os casos patológicos”. Por outro lado, a noção de ordem em Comte, acentua Devolve (1932, p. 66), coincide com a noção de síntese e exprime o desejo de submissão de todas as partes do saber à uma finalidade humana e racional.

Tal desejo, se encontra ambiente propício na sociedade contemporânea, vive, igualmente, em seu contexto, graves percalços, uma vez que a evolução social da indústria moderna gerou, segundo Comte (1934, v. 6, p. 177), os elementos para a criação de uma ordem social estável, mas gerou, também, graves lacunas, que tornam indispensável o estabelecimento de uma organização posterior. O intuito de Comte é, pois, gerar um conhecimento que favoreça a estabilidade social, promovendo mudanças que ocorram dentro da ordem estabelecida e a fortaleçam. Tal opção conservadora foi, como não poderia deixar de ser, muito criticada; segundo Adorno e Horkheimer (1973, p.17), por exemplo, a sociologia herdou o conformismo e resignação comteanos: “O progressivismo da nova ciência foi tímido desde o começo; o pensamento social encontrava nela o seu orgulho, precisamente no fato de não se elevar acima do que é”.

Rotulá-lo como conservador, apenas, implica, entretanto, em escamotear a urgência do problema posto por Comte, que é: como o indivíduo será capaz de reconhecer o bem comum em meio às tarefas especializadas que ele deve desempenhar e em meio à desagregação social que escolhas racionais por parte deste indivíduo são incapazes de evitar (BAKER, 1989, p. 336). E implica, também, em esquecer um aspecto fundamental de sua obra, ressaltado por Todorov (1991, p. 48), que menciona a existência, em Comte, de uma “clarividência profética”. Encontramos em sua obra, assim, previsões quanto à vida industrial, a uma certa organização do trabalho, a uma homogeneização dos gostos estéticos, a um acordo internacional acerca do conteúdo dos métodos científicos.

E, em relação ao futuro, o projeto comteano chama-se positivismo. Segundo Moraes Filho (1957, p. 25), a filosofia positiva significa para Comte: “a) o sistema geral das concepções humanas; b) encarando-as, por fim, unicamente como coordenadoras dos fatos observados”.

A evolução científica dos positivistas, que deverá culminar no predomínio do positivismo é assim delineada pelo autor:

Para cada rápida iniciação individual, como para uma lenta iniciação coletiva, permanecerá sempre indispensável que o espírito positivo, desenvolvendo seu regime na medida em que amplia o seu domínio, eleve-se pouco a pouco do estado matemático inicial ao estado sociológico final, percorrendo sucessivamente os quatro graus intermediários, astronômico, físico, químico e biológico (COMTE, 1983b, p. 93).

E uma nova formação intelectual deve, segundo Comte (1934, v. 5, p. 344), presidir à indispensável reorganização intelectual das sociedades modernas. Com isto, a implantação do positivismo torna-se,

essencialmente, uma questão pedagógica essencialmente representada pela passagem do espírito militar para o espírito industrial, com a marcha do desenvolvimento material da sociedade confundindo-se, na perspectiva comteana, com a lei fundamental do desenvolvimento do pensamento (DEVOLVÉ, 1932, p. 129).

O poder espiritual refere-se, em linhas gerais, à educação, enquanto o poder político refere-se, basicamente, à ação (COMTE, 1934, v. 5, p. 235). E, atuando em termos de poder espiritual, o positivismo, em Comte, é estruturado, segundo Heilbroner (1991, p. 76), como uma teoria do conhecimento. E ainda, as ciências, para ele, constituem-se em séries de crescente complexidade e decrescente generalidade (HEILBRONER, 1991, p. 81).

A implantação do positivismo demanda, para Comte, um processo de educação geral que exige por sua vez, segundo Arbousse-Bastide (1957, v. 1, p. 83), o conhecimento das concepções positivas sobre todas as grandes classes de fenômenos naturais. Temos, então, na pedagogia proposta por Comte, uma ligação íntima entre educação geral ou moral e educação profissionalizante, com a aquisição de costumes necessários ao exercício de uma dada profissão não sendo dissociada da ação profissional propriamente dita (ARBOUSSE-BASTIDE, 1957, v. 2, p. 616). E temos, no Catecismo Positivista, de caráter assumidamente oral, uma orientação definida a partir do problema da expressão didática do positivismo, inseparável da função a ser exercida pelo poder espiritual (ARBOUSSE-BASTIDE, 1957, v. 2, p. 360).

Lacerda (2000, p. 23) assim define a síntese proposta por Comte:

O escopo de A. Comte é o de converter a condução dos negócios coletivos, da prática política, em atividade equivalente à astronomia para a navegação, à alquimia para a metalurgia e à fisiologia para a terapêutica- numa palavra, em algo não mais cegamente empírico, senão orientado por leis naturais tão certas como as daquelas ciências.

A proposta, então, é descobrir as leis que regem o desenvolvimento social, e orientá-lo positivamente a partir destas, privilegiando os valores morais, ao contrário do comunismo que, segundo Comte (1912, p. 11), preocupa-se apenas com os bens materiais, enquanto o positivismo instituiu a justa preponderância do sentimento social, de forma a abranger melhor a atividade humana. Afinal, como acentua Lacroix (1956, p. 3), é positivo, para Comte, o que é social em oposição ao que é individual, sendo o espírito positivo definido pelo que é propriamente social.

Qual é, para Comte, a origem do positivismo? Buscando elucidar as origens da nova teoria, Comte, acentua Petit (1994, p. 96), vê a matemática como o berço do positivismo científico, mas não

como a ciência dominante. E embora o positivismo seja uma teoria do século XIX, suas origens, para seu criador, são milenares. Assim, na Antigüidade, o espírito positivo teve como base a astronomia. Na Idade Média, sua base foi a química. E, nos tempos modernos, ele depende, essencialmente, da biologia (COMTE, 1912, p. 107). Da mesma forma, dois elementos fundamentais na história do pré-positivismo são, segundo Gouhier (1933, v. 2, p. 49), a fé no aperfeiçoamento indefinido do ser humano e a comparação entre a vida da humanidade e a vida individual.

O plano de estudo adotado na Escola Politécnica, da qual Comte foi aluno, forma, segundo Gouhier (1933, v. 3, p. 387), o cenário permanente da pesquisa positivista. Trata-se de plano voltado, eminentemente, para a aplicação empírica dos conhecimentos obtidos, e tal orientação iria marcar, de forma decisiva, o pensamento comteano, tanto que, em carta datada de 1842, Comte afirma que, após a elaboração teórica da nova filosofia, trata-se, agora, de dedicar-se à sua aplicação social (HAAC, 1995, p. 126). E, de fato, sem o estabelecimento das fórmulas básicas da sociologia estática, lembra Comte, a teoria dinâmica tende a perder a necessária racionalidade (HAAC, 1995, p. 206). Isto apesar de sua trajetória na Escola ter sido tão tumultuada quanto a história da própria Escola, fechada em 1816 por haver aderido ao breve retorno de Napoleão. Miranda Filho (1983, p. 71) descreve o encerramento deste capítulo da vida do autor: “Comte não chegará, pois, a concluir o seu segundo ano na Politécnica, e será apenas muito mais tarde que conseguirá se reintegrar a ela na qualidade de professor adjunto”.

V

O trabalho de reorganização social não pode ser pensado apenas a nível prático, sendo imprescindível, pelo contrário, a execução de amplos trabalhos teóricos prévios. E, aqui, entram os cientistas:

Sendo teóricos esses trabalhos, é claro que os homens, cuja profissão consiste em formar combinações teóricas, seguidas metodicamente, isto é, os cientistas ocupados com os estudos das ciências de observação, são os únicos cujo gênero de capacidade e de cultura intelectual preenche as condições necessárias (COMTE, 1972, p. 76).

Desta forma, o conhecimento científico torna possível, segundo Comte (1972, p. 89), a resolução de problemas políticos a partir do caminho por ele indicado: “A pesquisa absoluta do melhor governo possível, abstraindo-se o estado de civilização, é evidentemente idêntico à investigação de um tratamento geral, aplicável a todas as enfermidades e a todos os temperamentos”. Cabe assim ao pensamento sociológico, na perspectiva comteana, levar a cabo uma tarefa de fundamental importância: “A sociologia se constituiria em instrumento teórico de suspensão da revolução moderna caso conseguisse pensar

o progresso dentro do quadro estrito da mais rigorosa ordem social” (BENOIT, 1999, p. 275). E o que Comte (1934, v. 1, p. 43) chama de “ordem dogmática” é, segundo ele, possível e necessário, devido ao fato de as novas concepções oferecerem um ponto de vista mais direto para o estudo das descobertas anteriores.

Se preocupações de ordem moral dão ao pensamento do autor um sentido indiscutivelmente conservador e o situa, em diversos sentidos, no pólo oposto ao ocupado por Marx, por exemplo, registram-se, por outro lado, certas convergências teóricas e metodológicas entre ambos os autores. Comte (1912, p. 227) retoma, por exemplo, o determinismo marxiano, acentuando que, se a ordem moral de toda associação humana repousa necessariamente sobre sua organização intelectual, esta repousa, por sua vez, sobre sua constituição material. E lembrando, igualmente que o estudo dos homens e do mundo exterior deve constituir a base e o eterno sujeito de todas as considerações filosóficas (COMTE, 1934, v. 3, p. 141).

Há, igualmente, uma certa confluência entre os pressupostos utilizados por ambos os autores, já que as premissas marxista e comteana, segundo Sahay (1972, p. 111), baseiam-se no progresso moral; no caso de Comte, a premissa é o acordo moral, enquanto na premissa marxista a premissa já é o conflito moral, mas, em ambos os casos, a conclusão acerca do progresso moral baseia-se na análise descritiva de diferentes tipos de dados. E, de forma semelhante ao que ocorre no pensamento marxiano, a relação entre teoria e prática cria na obra de Comte, segundo Isambert (1965, p. 297), uma metodologia que é, ao mesmo tempo, uma intuição teórica das características sociais essenciais e uma concepção da prática social.

O próprio Marx manifesta seu interesse por Comte e, em carta a Engels, afirma estar estudando-o, e afirma, ainda, ser cativante a síntese por ele proposta, embora inferior à síntese hegeliana, embora, como professor de matemática e física Comte seja superior a Hegel (MARX; ENGELS, [aproximar data], p. 180). Mas há, também, uma diferença entre ambos acentuada por Schluchter, para quem Marx escreve em nome do humanismo secular e Comte em nome do senso comum, embora ambos acreditem que apenas uma pessoa que viva sem necessidades religiosas pode ser efetivamente livre (SCHLUCHTER, 1989, p. 267).

A aproximação entre ambos os autores não pode obliterar, porém, diferenças cruciais. Na obra de Comte, a teoria social perde, segundo Marcuse (1978), sua ligação com a filosofia, ao mesmo tempo que a economia política é abandonada como raiz da teoria social, com consequências assim descritas pelo autor:

A sociedade passava agora a ser tomada como um complexo mais ou menos definido de fatos, governado por leis mais ou menos gerais – uma esfera a ser tratada como qualquer outro campo de

investigação científica. Os conceitos que explicam este domínio deveriam ser derivados dos fatos que o constituem, enquanto que as decorrências, de maior alcance, dos conceitos filosóficos deveriam ser excluídas (MARCUSE, 1978, p. 309).

Já Radcliffe-Brown ([**data aproximada**?]), p. 154), por exemplo, inverte tal proposição, recusando a Comte o título de sociólogo, preferindo defini-lo como filósofo da história: por não ter, segundo ele, cultivado a sociologia científica.

A síntese mencionada por Marx é o objetivo fundamental ao qual Comte se propõe e situa-se no núcleo de seu pensamento. A sociologia, para ele, é ao mesmo tempo, como acentua Freund (1975, p. 69), uma ciência específica e globalizante; é a ciência específica cujo papel é ser globalizante. O objetivo final da obra comteana é, segundo seu próprio autor, promover a transição da biologia para a física social (COMTE, 1934, v. 3, p. 255), sendo que a física social completaria, segundo Comte (1934, v. 1, p. 13), o sistema das ciências naturais, transformando em algo possível e necessário a síntese dos diversos conhecimentos adquiridos.

Se uma expressão utilizada por Comte (1934, v. 4, p. 190) pode ser tomada como sintética em relação ao método por ele proposto é o termo estudo dinâmico das ciências sociais. Segundo ele, a dinâmica social estuda as leis de sucessão, enquanto a estática social estuda as leis de coexistência (COMTE, 1934, v. 4, p.192). E a sociologia dinâmica permitirá, por fim, depois de uma judiciosa análise histórica, a antecipação da sucessão necessária das diversas partes da organização social (COMTE, 1934, v. 4, p. 305). Trata-se, enfim, na perspectiva comteana, de preencher o que ele define como uma lacuna fundamental no sistema geral da filosofia positiva e de superar o deplorável estado de infância prolongada em que se encontra a ciência social, através da adoção de uma unidade metodológica e de uma homogeneidade doutrinária (COMTE, 1934, v. 4, p. 3). Temos, então, uma fórmula hierárquica proposta pelo autor e formada por três níveis, quais sejam, um nível inicial, matemático-astronômico, um nível intermediário, físico-químico, e um nível final, biológico-sociológico (ARBOUSSE-BASTIDE, 1957, v. 1, p. 215).

Nesta linha hierárquica e evolutiva, o estudo das essências corresponde, em linhas gerais, ao estado metafísico: “Como a teologia, a metafísica tenta, antes de tudo, explicar a natureza íntima dos seres, a origem e o destino de todas as coisas, o modo essencial de produção de todos os fenômenos” (COMTE, 1983a, p. 47). Trata-se, enfim, de preocupação a ser esquecida, de estudos a serem abandonados. A mudança, portanto, “consiste essencialmente em substituir em toda parte a inacessível determinação das causas propriamente ditas pela simples pesquisa das leis, isto é, relações constantes que existem entre os fenômenos observados” (COMTE, 1983a, p. 49).

Temos, pois, um movimento ascendente no qual Gouhier (1933, v. 1) assinala a existência de um movimento inicial que leva Comte da filosofia da matemática à filosofia de todas as ciências. No

contexto de tal movimento, teríamos, na perspectiva comteana, segundo Hawthorn (1982, p. 84) “a sociologia constituindo a ciência que compreendia as leis de todos os fenômenos sociais. Era perfeitamente claro, para Comte, que as necessidades científica e histórica requeriam a regra e a supervisão dos físicos sociais”.

Ciências como a química, a física, a matemática e a biologia não tem, segundo Comte, apresentado resultados preliminares satisfatórios, sendo tal insuficiência um motivo a mais para o estabelecimento da sociologia, a partir do qual as diversas áreas da ciência serão, enfim, filosoficamente aperfeiçoadas (HAAC, 1995, p. 360). Assim, a relação da sociologia com as demais ciências é, na perspectiva comteana, ao mesmo tempo de continuidade, ruptura, autonomia e dependência. Ela deveria, como acentua Giddens (1998), manter a lógica totalizante das demais ciências, mas deveria, também, ir além, devido às características de seu próprio objeto de estudo: “Mas, na medida em que os fenômenos com os quais estava preocupada eram mais complexos e específicos do que os da ciência hierarquicamente inferiores, ela também tinha que desenvolver procedimentos metodológicos por si mesma” (GIDDENS, 1998, p. 175).

A elaboração de tais procedimentos foi, porém, prejudicada pelo caráter excessivamente amplo dado por Comte à disciplina, o que gerou o risco de transformá-la em pouco mais que uma abstração. Desta forma, concebida como disciplina fundamentalmente empírica, a sociologia comteana tornou-se, por fim, abstrata, e Lins (1965, p. 55) ressalta o caráter abstrato atribuído por Comte à sociologia: “Ele expõe o objeto, os métodos, as divisões fundamentais, as leis aplicáveis a todas as sociedades possíveis, fazendo abstração de todos os modificadores decorrentes do meio, do clima, da raça, das condições políticas”.

A sociologia, tal como pensada por Comte, é definida por Giddings (1943, p. 24) como uma ciência social compreensiva, concebida como parte de uma filosofia positiva e verificável, que reuniu em uma concepção única os elementos realmente necessários; uma definição correta dos propósitos e objetivos comteanos. Mas, sendo definida como ciência sintética capaz de englobar as demais e devendo, mesmo executar tal tarefa, a sociologia comteana terminou, por fim, a sucumbir ao peso de suas responsabilidades, o que tornou precário, em relação a ela, o trabalho de demarcação científica., com o estabelecimento da sociologia como disciplina científica proposto pelo autor encontrando, conseqüentemente, obstáculos oriundos das próprias diretrizes estabelecidas por ele. Assim, a transformação do positivismo em religião criou limites para a sociologia enquanto ciência, bem como a classificação das ciências por ele estabelecida legou à disciplina um campo de ação consideravelmente vago.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Temas básicos da sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- ALAIN. *Idéias*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- ARBOUSSE-BASTIDE, Paul. **La doctrine de l'éducation universelle dans la philosophie d'Auguste Comte**. Paris: Presses Universitaire de France, 1957.
- AUERBACH, Eric. **Introdução aos estudos literários**. São Paulo: Cultrix, 1972.
- BADCOCK, C. R. **Lévi-Strauss: estruturalismo e teoria sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- BAKER, Keith Michael. Closing the French Revolution: Saint-Simon and Comte. In: FURET, François; OZOUF, Mona (Ed.). **The French Revolution and the creation of modern political culture: the transformation of political culture, 1789-1848**. Oxford: Pergamon Press, 1989. v. 3.
- BENOIT, Lelita Oliveira. **Sociologia comteana: gênese e devir**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
- BOCK, Kenneth. Teorias do progresso, desenvolvimento e evolução. In: BOTTOMORE, T. B.; NISBET, Robert A. (Org.). **História da análise sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- BOTTOMORE, T. B. The ideas of the founding fathers. **Archives Européenes de Sociologie**, Paris: Plon, t. 1, n. 1, p. 33-49, 1960.
- BURKE, Peter. **Sociología y historia**. Madrid: Alianza Editorial, 1987.
- CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- CARPEAUX, Otto Maria. **História da literatura ocidental**. Rio de Janeiro: Alhambra, 1983.
- CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- COLLINGWOOD, R. G. **A idéia de História**. Lisboa: Presença, 1981.

- COMTE, Auguste. **Système de politique positive**. Paris: M. Giard & E. Brière, 1912.
- _____. **Cours de philosophie positive**. Paris: Alfred Costes Editeur, 1934.
- _____. **Opúsculos de filosofia social**. Porto Alegre: Globo; São Paulo: EDUSP, 1972.
- _____. **Catecismo positivista**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- COMTE, Auguste. **Discurso sobre o espírito positivo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- DEVOLVÉ, Jean. **Réflexions sur la pensée comtienne**. Paris: Librairie Félix Alcan, 1932.
- FERNANDES, Florestan. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- FREUND, Julian. **Las teorías de las ciencias humanas**. Barcelona: Península, 1975.
- GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- GIDDINGS, Frankin E. **Principios de sociologia**. Buenos Aires: Albatros, 1943.
- GOUHIER, Henri. **La jeunesse d'Auguste Comte et la formation du positivisme**. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1933.
- _____. **Études sur l'histoire des idées en France depuis le XVII^e siècle**. Paris: J. Vrin, 1980.
- HAAC, Oscar A. (Ed.). **The correspondence of John Stuart Mill and Auguste Comte**. New York and London: Transaction Publishers, 1995.
- HAWTHORN, Geoffrey. **Iluminismo e desespero: uma história da sociologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HEILBRONER, Johan R. Theory of knowledge and theory of science in the work of Auguste Comte. **Revue de Synthèse**, Paris: Albin Michel, t. 112, n. 1, p. 75-89, 1991.
- ISAMBERT, François-André. L'idée de politique positive. **Revue Française de Sociologie**, Paris: Centre National de Recherche Scientifique, v. 6, n. 3, p. 291-304, 1965.
- KREMER-MARIETTI, Angèle. **Entre le signe et l'histoire. L'anthropologie positiviste d'Auguste Comte**. Paris: Klincksieck, 1982.

LACERDA, Arthur Virmond de. **A república positivista: teoria e ação no pensamento de Augusto Comte**. Curitiba: Juruá, 2000.

LACROIX, Jean. L'aspect objectif et l'aspect subjectif de la sociologie d'Auguste Comte. In: **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Paris: Presses Universitaires de France, 1956. v. 20, p. 3-14.

LEFEBVRE, Georges. **El nacimiento de la historiografía moderna**. Barcelona: Martínez Roca, 1974.

LEONÍDIO, Adalmir. Utopias sociais em meio ao desencantamento do mundo na França do século XIX. **Estudos de História**, Franca: UNESP, v. 11, n. 1, p. 167-188, 2004.

LEVINE, Donald Nathan. **Visões da tradição sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LINS, Ivan. **Perspectivas de Augusto Comte**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1965.

LORAU, René. La question du sujet chez Auguste Comte. **L'Homme et la Société**, Paris: L'Armattan, n. 101, p. 57-67, 1991.

LOWITH, Karl. **El sentido de la historia: implicaciones teológicas de la filosofía de la historia**. Madrid: Aguilar, 1958.

MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Selected correspondence**. Moscow: Progress Publishers, s.d.

MORAES FILHO, Evaristo de. **Augusto Comte e o pensamento sociológico contemporâneo**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.

NISBET, Robert. **Os filósofos sociais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

PALARDÓ, F Garrido. **Los orígenes del romanticismo**. Barcelona: Labor, 1968.

PETT, Annie. Genèse de la classification des sciences d'an Auguste Comte. **Revue de Synthèse**, Paris: Albin Michel, t. 115, n. 1/2, p. 11-102, 1994.

POLIAKOV, Leon. **O mito ariano**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

- POPPER, Karl R. **A miséria do historicismo**. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1980.
- PROKOP, Dieter. Consciência de massa e positivismo prático. Augusto Comte. In: MARCONDES FILHO, Ciro (Org.). **Dieter Prokop**. São Paulo: Ática, 1986.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. **El método de la antropología social**. Barcelona: Anagrama, s.d.
- RANULF, Sven. Scholarly forerunners of fascism. In: HAMILTON, Peter (Ed.). **Émile Durkheim**: critical assesments. London/New York: Routledge, 1993.
- REIS, José Carlos. **Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências sociais**. Londrina: EDUEL, 2003.
- SAHAY, Arun. **Sociological analysis**. London: Routledge & Kegan Paul, 1972.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. **Rationalism, religion and domination**: a weberian perspective. Berkeley: University of California Press, 1988.
- SWINGWOOD, Alan. **Marx e a teoria social moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- SUASSUNA, Dulce. Do objetivismo à intersubjetividade: o lugar da razão na modernidade. **Pós**, Brasília: Universidade de Brasília, ano 3, 1999.
- THERBORN, Goran. **Science, class and society**: on the formation of sociology and historical materialism. London: NLB, 1977.
- TURNER, Jonathan. Teorização analítica. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- TODOROV, Tzevan. **Nosotros e los otros**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1991.
- TRINDADE, Liana Salvia. **As raízes ideológicas das teorias sociais**. São Paulo: Ática, 1978.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.
- ZEITLIN, Irving. **Ideología y teoría sociológica**. Buenos Aires: Amorrortu, 1970.

Ética complexa e democracia política

Edgard de Assis Carvalho – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RESUMO

A ética complexa envolve três movimentos interdependentes alicerçados na tríade indivíduo-sociedade-espécie: a auto-ética, a sócio-ética e a antropológica. Aplicar esses princípios à comunicação hiper-moderna requer a reeducação dos comunicadores, de modo a torná-los co-responsáveis pela consolidação da democracia política e pela revitalização da pólis.

Palavras-chave: Ética. Democracia. Complexidade.

ABSTRACT

The ethics complex involves three interrelated movements based on individual-triad society-species: the self-ethics, ethics and socio-antropológica. Applying these principles to the hyper-modern communication requires the rehabilitation of communicators in order to make them jointly responsible for the consolidation of political democracy and the revitalization of the polis.

Keywords: Ethics. Democracy. Complexity.

As diversidades contemporâneas têm-se constituído como um dos maiores desafios da modernidade para a construção de uma política de civilização. Dotadas de uma força centrípeta sem precedentes, disseminam uma cultura do ódio, cuja violência mimética se amplia em escala quase incontrolável. Essa geopolítica do caos bate de frente na pretensão do Terceiro Milênio de ser pretensamente reconhecido como a sociedade do conhecimento, essa máquina de comunicação hipermoderna cuja velocidade comanda ações e reações inter-humanas em escala planetária.

Ao que tudo indica, a luta pela existência, que parece comandar os processos evolutivos gerais, transferiu-se para a dominação de nações sobre nações, de homens sobre homens e para a hegemonia de conglomerados transnacionais cujo papel biopolítico é cada vez intenso e visível. Não se trata de um

problema novo desde que as três mundializações – a primeira representada pela revolução mercantil, a segunda pela revolução industrial, a terceira pela revolução midiática – mudaram a face do planeta.

Se recuarmos no tempo, mais precisamente ao início do século 20, podemos constatar que progresso e barbárie consolidaram-se como componentes indissolúveis de uma nova idade das trevas que despontava no cenário mundial regido por nações cada vez mais eficientes, aptas a reprimir qualquer sentimento contestatório. Ao analisar os sentimentos originais do segundo milênio, Ponting (1999, p. 32) reiterou que “para as elites dos estados centrais, o crescimento da classe trabalhadora e dos movimentos socialistas era entendido como uma grande traição. O imperialismo e as guerras... representavam tentativas de canalizar as energias das massas para áreas menos perigosas”. Nesses anos inaugurais do terceiro milênio continuamos a reproduzir essa ‘história universal da infâmia’ cegos, como Édipo, depositários de uma vergonha universal sem limites físicos, psíquicos, geográficos, nacionais.

Borges (1998) captou, de modo superlativo, essa universalidade infamante em 1935. Em *Etcétera*, um exercício de prosa narrativa como ele algumas vezes preferia denominar seu estilo, defrontamo-nos com um conjunto imaginário de atrocidades, imposturas, iniquidades, incivilidades e vinganças cometidas por humanos que se encontravam detidos num castelo inexpugnável, lacrado por vinte e quatro fechaduras. Repleto de estátuas, esse castelo metafórico, repleto de estátuas, expressa alguns dos contornos das sociedades atuais, envolvidas em crescentes desmandos, desafetos e contradições. Nele nada pode ser violado, porque em seus aposentos e masmorras encontram-se depositados segredos, perversidades, ódios. Por isso, os reis, governantes e donos atuais do poder, sempre adicionam mais uma fechadura em seus reinados. “Se alguma mão abrir a porta deste castelo, os guerreiros de carne, que se parecem aos guerreiros de metal da entrada, tomarão o reino” (BORGES, 1998, p. 371).

É como um castelo lacrado que percebo esse ‘planeta das desordens’, denominação cunhada por Ignacio Ramonet, para definir alguns dos efeitos dos paradigmas da comunicação e do mercado convertidos em sustentáculos do edifício sociopolítico contemporâneo. Assemelhado à frieza das estátuas borgeanas, esse novo paradigma consagrou o modelo do arquipélago: para cinco bilhões de humanos [agora seis bilhões], afirma Ramonet (1997, p.70) “apenas 500 milhões vivem confortavelmente, enquanto quatro bilhões e meio permanecem na necessidade”.

Se todos esses perdedores não conseguem se articular para tomar de assalto o castelo, resta ao pensamento complexo estabelecer um horizonte possível de neo-utopias, realistas sempre, que venham a redesenhar novos cenários sociais para o mapa do mundo. A tarefa é hercúlea e demanda redobrada energia cognitiva e biopolítica. Em entrevista acerca dos desatinos do *homo globatus*, Eric Hobsbawm reconheceu que, embora o século XX tenha sido considerado como o século americano, é arriscado afirmar que os EUA venham a perpetuar sua hegemonia fundada no controle da economia global.

Hobsbawn (2000) considera um equívoco a ambição americana de exercer o papel de polícia do mundo e de controlar uma nova ordem mundial, mesmo que o poder das corporações da informática e da biotecnologia seja a cada dia ampliado.

Se é forçoso reconhecer que a despolitização e a desideologização crescentes têm redundado no avanço do conservadorismo de direita em todo o planeta, ainda é prematuro admitir-se o fim da história ou o fim da política, como pretendem algumas cassandras que proliferam nas ciências humanas. Creio, reitera Hobsbawn (2000, p. 5), “que a despolitização de grandes massas de cidadãos é um grande perigo, porque pode produzir a mobilização de formas totalmente alheias ao *modus operandi* de qualquer tipo de política democrática”.

Repolitizar implica religar, civilizar idéias, refundar noologias insurgentes fundamentadas no desenvolvimento sustentável, desencadeadoras de formas de solidariedade e responsabilidade. Se conseguirem firmar-se no cenário planetário, certamente coibirão as tendências bestializadoras do pensamento único, neoliberal, que instalou o fundamentalismo do mercado em todas as ações humanas.

Pela avaliação de certos intelectuais demasiadamente identificados com pulsões de homogeneização, os efeitos mais visíveis da globalização sintetizam-se numa ‘*cultura da satisfação*’ válida, factível e homogeneizadora. O que não conseguem enxergar são os pactos e compromissos escusos firmados pela ciência e pela política, que redundaram numa ‘*economia de apartheid*’ repleta de exclusões, particularismos, regressões. Em uma de suas crônicas semanais publicadas no jornal espanhol *El País*, sobre a debilidade socioeconômica e intelectual contemporâneas, Estefânia (1998, p. 44) sustentou que “a política liberal produz desigualdades materiais ao mesmo tempo em que proclama a igualdade como direito imprescindível do homem”.

Enfrentar essa contradição exige revolta e ética redobradas, e é no interior desse binômio que creio poder ser problematizada a identidade planetária futura destituída de xenofobias, revanchismos, relativismos e falsos perspectivismos. Em essência polimorfa e politeísta, essa identidade seria capaz de restaurar o “homem genérico”, promover uma reforma das condições subjetivas e objetivas da vida e instaurar a ‘solidariedade dos estarrecidos’. Com isso, valores públicos, direitos e liberdades passam a ser circundados por princípios transculturais e transpolíticos de hominização e humanização. Tematizado de modo contundente por Patocha (1981, p. 45), esse estarrecimento sempre envolve a incerteza. “É justamente aí que reside sua frente silenciosa [...] mesmo onde a Força dominante tenta dominá-la pelos meios de que dispõe. Esse tipo de solidariedade não teme a impopularidade, mas, ao contrário, lança-lhe um desafio sem palavras”.

Não temer a impopularidade foi a força cognitiva que animou muitos dos dissidentes deste planeta a refletirem sobre a condição humana. Exílicos porque localizados, voluntaria ou involuntariamente,

nas margens dos sistemas de repressão e culpa, tiveram coragem redobrada para tematizar as possibilidades da revolta, a reposição da dignidade, a integridade da consciência.

Em sua elegia fúnebre sobre o Kosovo, Kadaré (1999) captou superlativamente essa dimensão trágica que o aprendizado do medo traz consigo. Desde o século XIV, quando sérvios, albaneses, bósnios e romenos foram massacrados pelos otomanos, a ferida nunca se cicatrizou e o trabalho de luto não se completou. Constatando essa temporalidade sem esperança, tudo parece conduzir a uma intransitividade sócio-histórica sem precedentes: “O tempo passou, cinco séculos se escoaram desde aquele dia que me viu cair [...] Eu ainda estou aqui, sozinho em meu turbé, sob a pequena chama desse lúgubre pavio. Assim como o estrondo do mar, o alarido que produzem é contínuo” (KADARÉ, 1999, p. 113).

O Brasil passou por 15 anos de ditadura militar, entre 1964 e 1979. Cindiu a nação em dois córregos de repressão e dor, puniu seus dissidentes com tortura e morte, realizando uma limpeza ideológica sem precedentes na história da América Latina. A limpeza étnico-cultural, porém, já havia sido feita há quinhentos anos, perpetrada sobre milhões de índios, hoje reduzidos a alguns milhares de resistentes, que chegam até a expressar um instigante aumento demográfico, a despeito da voracidade do ‘*ogro filantropico*’, essa imagem fantástica de Otávio Paz utilizada para definir o apequenamento e a mediocridade dos estados latinoamericanos. As sociedades latino-americanas, afirma Paz (1987, p. 101), “são a própria imagem da estranheza: nelas se justapõem a Contra-reforma e o liberalismo, a fazenda e a indústria, o analfabeto e o literato cosmopolita, o cacique e o banqueiro”.

Pensar a revolta exige desentranhar retornos, realizar anamneses e deslocamentos. Por isso, o sentido original da palavra envolve sempre interrogação, renovação, renascimento. Longe de apresentar um conteúdo meramente abstrato, acionar esses três exercícios cognitivos e biopolíticos requer urgência urgentíssima e isso porque a revolta nunca pode ser censurada nas democracias abertas¹. ‘Eu me revolto, logo nós somos’, palavras de Albert Camus, convertem-se em palavras de ordem. Saturadas de complexidade, talvez venham a substituir o *penso, logo existo* cartesiano. Questionam a liberdade, percebendo-a como revolução permanente que reconhece a multiplicidade e a estrangeiridade entranhadas em cada um de nós.

Ao distinguir os crimes da paixão dos crimes da lógica, Camus exibiu o absurdo do espetáculo da desrazão no final da primeira metade do século passado. Para enfrentar esse descalabro, o revoltado

1 Julia Kristeva ponderou que sociedades globalizadas que censuram a revolta preparam sua própria morte (Cf. KRISTEVA, 1998).

de hoje deverá saber dizer não, sem rancores ou ressentimentos, mas sempre com determinação. É bem verdade que houve revoltados por excelência, como Dostoiévski e Nietzsche, mas o ‘conto filosófico’ *O Estrangeiro*, ou o caso Mersault como ficou conhecido, exhibe, de modo exemplar, a dialogia entre revolta e morte. É preciso encontrar a justa medida das palavras e das coisas para que a revolta possa eclodir e produzir reorganizações civilizatórias, e isso porque, para o pensamento revoltado, razão e desrazão não se excluem. Essa lei da medida – afirma Camus (1996, p. 33) – “estende-se igualmente a todas as antinomias do pensamento revoltado. Nem o real é inteiramente racional, nem o racional é inteiramente real. O desejo de unidade não exige somente que tudo seja racional. Ele quer ainda que o irracional não seja sacrificado”.

Longe de ser entendida como panacéia para todos os males, a revolta traz consigo uma pedagogia da existência que liberta o pensamento e instaura a razão aberta, sem niilismos desesperados, mas com lucidez e esperanças amadurecidas. Essa reconquista da liberdade começa em cada um de nós, em nossas experiências mais íntimas, por um ato de descentramento de tempo e espaço. Mais do que um mero desenraizamento cultural, que diz não a quaisquer absolutismos humanos ou divinos, essa experiência representa um desenraizamento no sentido empregado por Todorov (1998), um sentimento de deriva que, no lugar de cair nas tentações reacionárias da mera exaltação das diferenças, busca uma universalidade capaz de recombina-las de modo menos excludente e irredutível. Esse meta ponto de vista acrescentará às escrituras revoltadas de poetas, romancistas e uns poucos homens de ciência, **partituras-revolta**, uma espécie de sexto sentido da sociedade, que prescrevem o retorno exortado por Kristeva (1998, p. 18) “às pequenas coisas: revolta infinitesimal para preservar a vida do espírito e da espécie”.

Convertida em fetiche da modernidade, principalmente depois que a brecha aberta em 1968 não conseguiu produzir reorganizações socioculturais de grande magnitude, a revolta cidadã deverá necessariamente desembocar numa ética civil planetarizada que articule pequenas e grandes diferenças e instaure a ‘*Terra-Pátria*’, tantas vezes exortada nos escritos de Morin (1993, 1997). Ética ou caos, eis o desafio que nos envolve. Para resgatarmos as potencialidades da vida e não sucumbir à floresta de símbolos criada pelos agentes da razão instrumental, é preciso formatar uma política de resistência, complexa, que reverta o furacão da fragmentação delirante. A reforma radical do pensamento contém um projeto biopolítico que nega o paradigma do progresso unidimensional e instaura o paradigma da preservação, ecológico, ecocêntrico.

Não creio que o único caminho para se garantir esse universalismo pragmático seja o da argumentação exercida em comitês de ética, ou em foruns mais amplos, conduzidos por vanguardas outorgadas. Antes de mais nada, é preciso deixar-se contaminar pelo ‘princípio da incerteza racional’ e restabelecer novos princípios para a educação do futuro. A ‘ética da compreensão planetária’ ocupa

papel de destaque nessa nova *paideia*, e isso porque saberes éticos não podem ser concebidos como meras proposições abstratas, mas como atitude deliberada de todos aqueles que acreditam ainda ser possível sociedades democráticas abertas se solidarizarem, mesmo com a aspereza do caminho e o desânimo dos caminhantes (MORIN, 1999).

Resta saber como passar do plano axiomático para os devires práticos que comportam fluxos e linhas de fuga que nos imobilizam e desassossegam. Talvez os viajantes literários, marcados pela ausência de qualquer vocação prometeica, forneçam algumas preciosas indicações para o problema. Ao preferirem o nomadismo imaginário do poeta ao sedentarismo real dos cientistas correm pela terra sem limites e rancores. Mesmo considerada como descartável, a correlação de forças entre arte e política precisa ser resgatada no sentido da *teckné* grega, que não separava conhecimentos e sentimentos. Ambas “são apenas contrapartidas uma da outra, as duas correntes fundamentais e eternas da mesma política universal” (NEGREIROS, 1997, p. 857). Escritas em 1935, essas sábias palavras de Negreiros exibem sintomas claros acerca da necessidade de alguma intervenção diante da gravidade atual dos acontecimentos, seja ela realizada individualmente ou por um aluvião místico do coletivo.

Dentre os muitos caminhantes que intervieram contra a imobilidade e a melancolia dela decorrente, destaco apenas um: Alejo Carpentier. Ao refletir sobre a América Latina, resgatou o poder imaginário dos escritores como agentes transformadores da história, ainda que destituídos de qualquer força decisória. A era imaginária que desenham em seus textos desvincula-se da relação linear entre causa e efeito, ao poetizarem a história real e se fixarem nos arquétipos da memória coletiva da humanidade e do cosmo.

Essas escrituras se assemelham a forças cósmicas irreversíveis, cuja luminosidade jamais se extinguirá, podendo, a qualquer momento, produzir bifurcações e dissipações, reorganizar novas configurações culturais. Palavra-armadilha como bem assevera Edgar Morin, a cultura transformou-se em fábrica da ordem que reitera o conjunto dos padrões dominantes, opondo cultura erudita a cultura popular, cultura popular a cultura de massa a assim por diante. O que era criação transformou-se em regulação burocrática elaborada em cenários afastados dos conflitos e práticas da cidadania. Cultura, afirmou Claude Lévi-Strauss – é também um conjunto de jogos de comunicação que envolve mulheres, bens econômicos, mensagens, capacidade universal de todo ser humano de acionar algo sempre novo ao acervo de conhecimentos produzidos pelo indivíduo, pela sociedade e pela espécie. Se há regras ritualizadas que conduzem as práticas sócio-políticas, elas se inscrevem necessariamente, em relações de ordem, desordem e reorganização.

Em decorrência disso, a mundialização não é um processo linear que implica um aumento no fluxo de mercadorias. Como jogo e, simultaneamente, como rito, ela transforma nosso modo de

representação do mundo e estrutura os imaginários. Como afirmou recentemente o antigo presidente do Senegal, Diouf (2008, p. 52), que ocupa o cargo de secretário geral da organização internacional da francofonia, estamos diante de um processo ambivalente: de um lado homogeneização de condutas e visões de mundo, de outro ampliação dos desequilíbrios estruturais e das desigualdades sociais. Por isso, as mídias globais, principais vetores da mundialização, são também ambivalentes: por meio delas, a lógica industrial joga a cultura no eixo da rentabilidade e da produtividade e, simultaneamente, castra a criatividade que emana das esferas não institucionalizadas do mundo real.

É nesse paradoxo que a questão da ética pode ser colocada não como panacéia para todos os males, mas como projeto político capaz de garantir o pluralismo e a colaboração das culturas. Como tudo que é próprio do universo sapiential, a ética também se insere na trindade indivíduo, sociedade, espécie. Por isso, quaisquer atos éticos envolvem três esferas interdependentes: a auto-ética que exige o auto-exame, a autocrítica, a responsabilidade e o perdão; a sócio-ética que implica a abertura da comunidade local à comunidade de destino representada pelo planeta Terra; finalmente a antropológica, fundada na identidade humana comum, no homem genérico que não separa a natureza da cultura, na regeneração da vida, nas finitudes e incertezas do espírito, da alma e do corpo, na co-responsabilidade pela construção de uma política de civilização coerente, responsável e solidária.

Esse é o sentido da regeneração da Terra-pátria proposta por Edgar Morin. Longe de pregar a extinção dos estados-nações, ela investe numa ecologia ética que seja capaz de inseri-los em redes transnacionais mais vastas e inclusivas, para que o direito de ingerência sobre indivíduos, etnias, classes, gêneros, sexos, não seja apenas prerrogativa de governos, partidos, estados.

Sejamos otimistas para o presente milênio, arrisquemos o impossível como prega Zizek (2003), para que se torne possível enfrentar o politicamente correto que rege a normatividade do capitalismo liberal global. Se, para reformar a educação é preciso reeducar o educadores, a ecologia ética requer a reeducação dos comunicadores de modo a torná-los co-responsáveis pela consolidação das democracias políticas planetárias. Voltemos momentaneamente os olhos para o cinema, esse laboratório de imagens que nos ajuda a refletir mais livremente sobre questões que a dureza de conceitos e teorias não conseguem dimensionar adequadamente.

Um primeiro momento é o *Cidadão Kane*, filme de 1941, dirigido por Orson Welles, que tem no elenco o próprio Welles, Joseph Cotten e a saudosa Agnes Morehead. O filme trata da morte de um todo-poderoso magnata da imprensa em Xanadu, local fantasmagórico aonde vive em clima de reclusão voluntária. Envolvido na trama de negócios suspeitos da política, responsável pela invasão de Cuba, casado com uma cantora sem futuro, a reclusão de Kane e o incêndio de Xanadu revelam os lados negros do egoísmo, da solidão e da ausência da ética na política e na comunicação.

Um segundo filme é o *Boa noite e boa sorte*, de 2005, dirigido por George Clooney, cujo elenco é composto pelo próprio Clooney, ao lado de Robert Downey Jr e David Strathairn que faz o jornalista. Estamos nos anos 50, nas transmissões jornalísticas por televisão. O título do filme é o bordão que encerra o programa. O macartismo domina as artes em geral. A narrativa deixa claro os conflitos vividos pelo repórter Marrow diante das denúncias contra o senador Joseph McCarthy a respeito das táticas intimidatórias utilizadas para denunciar a infiltração de supostos comunistas na indústria do cinema e da televisão. Desafios e dilemas éticos desabam por toda a narrativa; o do repórter (deve ele divulgar ou não os fatos que sabe?), a da emissora (deve a mídia veicular a denúncia ou não?), a do senador (deve ele continuar a perseguir jornalistas ou optar pela democracia?). Todos nós somos um pouco Kanes, um pouco Marrows. Calar implica consentir, pactuar implica aderir ao statu quo dos dominantes. Caso consigamos superar esses dilemas e nos inserirmos na tridimensionalidade ética proposta anteriormente, talvez possamos contribuir para a regeneração do humano. Pelo menos esse parece ser o projeto da reeducação dos comunicadores, que nada mais é do que trazer de volta a grande lição da ética kantiana: não faça para os outros aquilo que você não quer que seja feito para você mesmo. Mesmo que esse horizonte seja considerado como uma neoutopia dos tempos hipermodernos, que ela seja realizado de uma vez por todas, e isso a curtíssimo prazo.

Obcecado pelo nomadismo e pelos mitos aborígenes da Austrália Central, Bruce Chatwin soube repô-la de modo superlativo. Para Chatwin, são os pensadores nômades, sem pertencimentos disciplinares rígidos, que se incumbirão de pô-la em prática na vida e nas idéias, na razão e na sensibilidade, nos afetos e nas dores. Somos todos caminhantes sem caminho, pois o caminho se faz ao andar, expressão do grande poeta Antonio Machado, que serve de mote para muitas intervenções de Edgar Morin. Todos os grandes mestres, afirma Chatwin (1996, p. 225), pregaram que o “Homem, originalmente, era um ser errante pelo deserto sêco e árido deste mundo’ (palavras do Grande Inquisidor de Dostoiévski) e que, para redescobrir sua humanidade era preciso despojar-se das amarras e tomar a estrada”.

Ao refletir recentemente sobre os desafios de nosso tempo, Capra (2000) precisou a urgência de uma alfabetização ecológica interdependente, e isso porque em qualquer ecossistema nunca há desperdícios, pois o que sobra de uma espécie converte-se em alimento de outra. Fundada na religação dos saberes e na complexidade sistêmica, essa alfabetização visa a criação de um processo – um *ecodesign* como Capra o denomina – em que nossas necessidades são interconectadas aos padrões, fluxos e dissipações da teia geral da vida. É preciso ter audácia e consciência políticas para propor um contrato ético incandescente para todos os seres vivos, iluminado pela restauração da responsabilidade, pela auto-ética, pela magnanimidade, pela prática da atenção e, mais do que nunca, pela impermanência das experiências, sejam elas políticas, sociais, éticas, amorosas ou trágicas. Regeneração como palavra de

ordem, religação como fundamento ético-pedagógico, esperança como utopia para a humanidade da humanidade e reeducação dos comunicadores para consolidar as coletividades democráticas.

REFERÊNCIAS

BORGES, Jorge Luiz. **História universal da infância**. Vários tradutores. São Paulo: Globo, 1998. Em Obras Completas, v. 1, 1923-1949.

CAMUS, Albert. **O homem revoltado**. Trad. Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro: Record, 1996.

CAPRA, Fritjof. The challenge of our time. **Resurgence**, n. 202, p. 18-20, nov./dec. 2000.

CHATWIN, Bruce. **O rastro dos cantos**. Trad. Bernardo Carvalho. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DIOUE, Abdou. Au service du pluralisme culturel. **Manière de Voir, Le Monde Diplomatique**, n. 97, p. 52, févr./mars. 2008.

ESTAFANÍA, Joaquín. **Contra el pensamiento único**. Madrid: Taurus, 1998.

HOBSBAWN, Eric. El siglo XX visto por un maestro del pasado. **El País**, Babelia, p. 5, 11 mar. 2000.

KADARÉ, Ismail. **Três cantos fúnebres para o Kosovo**. Trad. Vera L. dos Reis. São Paulo: Objetiva, 1999.

KRISTEVA, Julia. **L'avenir d'une révolte**. Paris: Calmann-Lévy, 1998.

_____. Savoir incarner la révolte dans l'individuel. **Magazine Littéraire**, n. 366, maio 1998.

MORIN, Edgar. **Les sept savoirs nécessaires à l'éducation du futur**. Paris: UNESCO, 1999.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terre-Patrie**. Paris: Seuil, 1993.

MORIN, Edgar; NAÏR, Sami. **Une politique de civilisation**. Paris: Arléa, 1997.

NEGREIROS, Almada. **Arte e Política**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. Em Obra Completa, vol. único.

PATOCHA, Jan. **Essai hérétiques sur la philosophie de l'histoire**. Lagane: Verdier, 1981.

PAZ, Otávio. **O ogro filantrópico**: história e política, 1971-1978. Trad. Sonia Régis. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

PONTING, Clive. **The Pimlico History of the twentieth century**. London: Pimlico, 1999.

RAMONET, Ignacio. La planète des désordres. **Manière de Voir, Le Monde Diplomatique**, n. 33, p. 7, févr. 1997.

TODOROV, Tzvetan. **L'homme depaysé**. Paris: Calmann-Lévy, 1998.

ZIZEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do real**: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

A sociabilidade nos condomínios horizontais: ensaio de tipologia

Patrick Le Guirriec – Université François Rabelais à Tours (France)

Traduzido por Maria Aparecida Antunes de Macedo

RESUMO

Os condomínios horizontais, que se multiplicam no Brasil, apresentam diferenças entre si, dificultando assim uma definição geral desse tipo de moradia, pois cada um encerra um caso particular. No entanto, empregando a perspectiva comparativa e a metodologia indutiva, torna-se possível perceber semelhanças nas relações de sociabilidade desenvolvidas entre os moradores, e elaborar uma tipologia ideal desses condomínios. Porém tais tipos de relações têm de ser esclarecidos através da identificação dos fatores que os provocam. Constituí-se esse esclarecimento o intuito deste artigo tendo ele como ponto de partida os discursos dos condôminos.

Palavras-chave: Condomínio horizontal. Sociabilidade. Variáveis. Tipologia.

RESUMÉ

Les condomínios horizontaux, qui ne cessent de se multiplier au Brésil, paraissent très différents les uns des autres, ce qui complique l'analyse comparative, chacun d'entre eux paraissant être un cas particulier. Cependant en utilisant une perspective comparative et la méthode inductive, il devient possible de mettre en évidence certaines ressemblances dans les relations de sociabilité qui se développent entre les habitants et d'élaborer une typologie de ces condomínios. Mais ces types de relations doivent être éclairés à travers l'identification des facteurs qui les provoquent. C'est l'objet de cet article, rédigé à partir des représentations qu'expriment les habitants sur leur vie dans les condomínios.

Mots-clés: Condomínio horizontal. Sociabilité. Variables. Typologie.

As pesquisas sobre as *fortified enclaves* (CALDEIRA, 2000) e os processos de segregação socioespacial multiplicam-se no mundo inteiro, mas ainda são poucas as publicações sobre a sociabilidade dentro desses espaços. A maioria dos trabalhos desenvolve os motivos da multiplicação dos condomínios,

das *gated communities*, das relações entre o dentro e o fora, mas a vida do dentro não parece interessar os pesquisadores. O livro de Capron (2006), que é um ensaio de síntese das pesquisas sobre os condomínios no mundo inteiro e principalmente na América do Sul, consagra somente 15 páginas a esse assunto. No entanto, a forma de viver nesses espaços fechados, socialmente afastados da cidade, o tipo de relacionamento lá desenvolvido merecem a devida atenção, na medida em que esses espaços criam relações sociais específicas.

Minha pesquisa sobre os condomínios teve início em uma cidade do interior de São Paulo, São José do Rio Preto, escolhida devido ao fato de que, apesar de um grau de insegurança baixo, o número de condomínios horizontais não pára de crescer. Hoje, são aproximadamente 15% dos 400.000 habitantes da cidade que moram nesses condomínios. Procurava entender os fatores que explicam o crescimento desse tipo de moradia, relativizando o fator da segurança, constantemente utilizado para justificar o fechamento de certos grupos da população dentro dos muros. Buscava as razões simbólicas que provocam esse crescimento dos condomínios de casas, e por isso havia urgência de ir mais além do discurso geral sobre a questão da segurança. Como aponta Moura (2006, p. 6), a “cultura do medo” está alimentando o mercado da segurança, e podemos imaginar que existe também a relação inversa. Mas ao contrário do que sugeriu Moura, o número de condomínios não é somente o resultado de um alto índice de desigualdade socioeconômica entre os habitantes da cidade, já que é possível observar muitas delas onde esse índice não é tão flagrante para ser uma explicação última da multiplicação dos condomínios de casas.

A cidade de Natal onde prossegui a minha pesquisa apresenta particularidades importantes com relação a São José do Rio Preto. Entretanto, ambas exibem algumas características comuns, como o fato de serem cidades relativamente tranqüilas e com um número de condomínios cada vez maior, ocupando as periferias (conceito cujo sentido tem de ser redefinido) da cidade e as cidades vizinhas. Diante desses condomínios em que todos parecem ter particularidades específicas, encontrei dificuldades na escolha daqueles que se encaixavam no meu projeto de pesquisa. Ao visitar aproximadamente vinte deles, e falar com seus moradores e síndicos, percebi diferenças entre eles, tanto do ponto de vista do tamanho, como do padrão, do desenho urbanístico, dos espaços comuns, das relações de sociabilidade entre seus moradores. A minha fonte de dados foi constituída, assim, por três meios: 50 entrevistas, as observações do espaço global do condomínio, e alguns documentos, principalmente os regimentos internos, que permitem deduzir a ideologia dominante dos moradores. Infelizmente, os dados sobre a população não existem. Alguns condomínios tentaram coletar esses dados, mas os moradores consideraram isso como um atentado à privacidade “*Preencher um formulário, as pessoas consideram isso como uma invasão*”.

Em uma primeira parte, apresentarei os tipos de relacionamento e em uma segunda, a maneira como as variáveis influenciam essas relações.

TIPOS DE RELAÇÕES

Nessa coleta das características dos condomínios, uma delas me pareceu particularmente relevante para o objetivo de elaborar tipos ideais de relacionamento que se desenvolvem entre os moradores, e consegui destacar 3 tipos: relações de conflito, relações “comunitárias” e relações anônimas, o último tipo sendo o mais comum.

Não é fácil falar de relações **conflituosas** no Brasil na medida em que, como o mostra Holanda (1997), por exemplo, a sociedade brasileira não é uma sociedade caracterizada pelo conflito, mas muito mais pela cordialidade. Mesmo este conceito e a realidade representada, sendo intensamente discutidos e criticados, parecem ter sido interiorizados pelos brasileiros que se apresentam como um povo hospitaleiro e generoso. Daí, falar sobre conflitos nos condomínios não quer dizer a existência de brigas abertas, porém muito mais de uma pressão social que cria uma hierarquia entre as pessoas, uma relação de poder entre grupos diferentes e uma tentativa de exclusão daqueles que não se modela ao padrão dominante do condomínio. Seria exagerado falar de “expulsão branca”, mas o fato é que as pessoas atingidas por essa modelagem percebem esse tipo de relação e respondem à pressão optando por outro condomínio ou fechando-se dentro do espaço privado.

“As pessoas que recebo na minha casa são pessoas da família e colegas de fora. Do condomínio é raro, é também raro ir para casa dos outros. Aqui você tem a sua privacidade, entra na sua casa e acabou o mundo” (Green Village, Natal).

O conflito, ou melhor o desacordo que se faz presente nos condomínios é causado segundo os entrevistados, pela falta de respeito às regras internas por parte de alguns moradores – principalmente aquelas concernentes ao limite de velocidade nas ruas, ao do silêncio – pelos desentendimentos entre adolescentes repercutindo nas relações entre os pais. Mas também o desacordo pode ter como causa pendências de taxas condominiais. Os fatores de conflito originam-se, segundo os moradores, na *“falta de educação e dificuldades de respeitar as regras e vida comuns”* por parte de alguns. Reagindo a estes últimos, surgem grupos fechados, geralmente grupos de interesse e de reciprocidade, mais do que de amizade, que se recusam a integrar as pessoas que segundo eles não apresentam proveito nenhum, que não possuem o mesmo padrão, não podendo entrar na rede de solidariedade. Como nos diz Velho (2000, p. 19), a *“ausência de um sistema de reciprocidade, minimamente eficaz, se expressa em uma*

desigualdade associada e produtora de violência”. Nesse caso a violência é mais simbólica do que física. E a presença dessas pessoas indesejáveis ameaça a valorização do condomínio.

As relações “**comunitárias**” não podem ser entendidas no sentido essencialista tal como emprega Tönnies (1977), nem naquele geralmente observado no Brasil para designar as populações carentes, mas sim tal como é definido por Weber (1971), sob a denominação *comunalização*, traduzido pelo sentimento subjetivo de pertencer a um mesmo grupo onde existem relações de respeito e principalmente de solidariedade. O sentimento de pertencimento é construído na percepção da diferença entre o dentro e o fora, e na representação de compartilhamento dos mesmos valores e de hábitos semelhantes pela maioria dos moradores.

“Vejo esse condomínio como uma comunidade particular mesmo, uma grande família aqui. Todo mundo se conhece. É como se fosse uma pequena vila, ou como uma casa, e cada casa seria um cômodo. Aqui, se você chegar no final da tarde, pode ver as pessoas na calçada conversando. Aqui o porteiro conhece o nome de todas as crianças. Se acontecer alguma coisa, ele telefone para a mãe. Então tem essa relação de família, de vila mesmo” (Green Village Rio Preto).

Essas relações se manifestam através das festas que marcam o ano: festa Junina, Natal, aniversários... Os convites nas casas dos vizinhos são freqüentes, muitas vezes informais, como as festas de integração nos espaços comuns.

A maioria dos condomínios, em que os moradores usam o termo “comunidade”, é constituída de condomínios recentes, com poucas casas ainda construídas, onde quase todos se conhecem. Essa representação de participar de uma comunidade está relacionada a vários fatores, entre eles a homogeneidade em virtude dos moradores pertencerem mais ou menos a mesma faixa etária, terem o sentimento comum de experimentar pela primeira vez a vida em condomínio horizontal, e se encontrarem em várias ocasiões, sobretudo com o objetivo de elaborar as regras internas, na tentativa de constituir um espaço de convivência o mais aconchegante possível. Conseguir comprar uma casa em um condomínio faz parte do sonho de uma boa parte da população, e esse sonho tem que ser acompanhado pela presença de boas relações de vizinhança. Os moradores têm o sentimento de pertencer a um grupo específico, vivendo em um território próprio que eles dominam, ao contrário do sentimento provocado na “cidade aberta”. Esses condomínios constituem os espaços definidos por Rigamonte (1996) como “pedaço”: lugares onde se almeja cultivar e fortalecer os vínculos da sociabilidade, diferenciação e pertencimento.

Temos de sublinhar que nesse caso o discurso é idealizado, correspondendo mais à vontade do que à realidade, e que os moradores, geralmente da classe média, que conseguiram comprar uma casa em um condomínio, não podem aceitar qualquer tipo de fracasso financeiro ou simbólico.

As relações de **anonimato** são as mais freqüentes nas sociedades complexas e fazem parte das características das relações urbanas como o demonstrou Wirth (1984) e vários pesquisadores depois. Os muros que delimitam o condomínio e cercam um grupo de população, não conseguem, na maioria das vezes, criar laços de relacionamento. Neste caso, o condomínio, não constitui um espaço privilegiado de sociabilidade, as pessoas não conhecem os seus vizinhos, não participam das festas de integração. As quadras de esporte, a piscina e todos os espaços comuns ficam vazios, a maioria dos moradores possuindo os seus equipamentos próprios (piscina, churrasqueira...). Evidentemente, a rede de sociabilidade é construída fora do condomínio, com os amigos e principalmente com os membros da família.

“Nesse condomínio, não tem piscina. Só salão de festa, campo de futebol, quadras de tênis. Nunca usamos o salão de festa, só participamos das festas que promoveram: jantares, coisas assim. Mas nunca alugamos porque achamos que – eu particularmente- gosto de receber as pessoas na minha casa, um lugar que já conheço, o meu espaço” (Dahma II São José do Rio Preto).

“Você tem amigos aqui? Sim, não posso dizer amigos. São colegas, são pessoas “oi tudo bem!”. A vida social, de sair com outras pessoas do condomínio, tô fora” (Dahma II São José do Rio Preto).

Trata-se de tipos puros que, como todos os “tipos ideais”, nunca existem como tal na realidade. Na maioria dos condomínios, encontram-se relações dos três tipos, mas geralmente um tipo de relacionamento sobrepõe-se aos demais. Por outro lado, como veremos, as relações podem alterar-se com o tempo. Mas também os tipos podem estar relacionados entre si, na medida que em um condomínio conflituoso, por exemplo, são muitas as pessoas que se afastam de relações e se fecham no interior das suas casas, procurando assim o anonimato.

AS VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Diante dessa tipologia, tentei procurar as variáveis que determinavam as relações. Identifiquei cinco que considere relevantes: a idade do condomínio, o tamanho e o número dos lotes, o padrão do condomínio, o grau de homogeneidade entre os moradores, e a idade dos mesmos – um fator que determina a presença ou não de crianças. Cruzando os tipos de relações com as variáveis determinantes que

identifiquei, foi possível esboçar o resultado no quadro a seguir. Na coluna à esquerda, encontram-se as variáveis, e na linha superior, o tipo de relações encontrado. Dentro do quadro, as características das variáveis que permitem explicar a sua influência sobre a sociabilidade. Como veremos, essas variáveis são interdependentes na medida em que o tamanho do lote mantém relação direta com o padrão dos moradores, o número de casas vai influenciar a possibilidade de anonimato, e a idade do condomínio pode modificar o grau de homogeneidade.

Teria sido conveniente optar pelo critério de classe social para escolher os condomínios estudados para a realização de uma pesquisa comparativa. Mas isso levaria à afirmação de a situação socioeconômica, a “classe social”, constituir uma variável determinante das relações sociais. Sabemos que a posição na escala social influencia as relações sociais (HÉRAN, 1987), mas essa variável, por mais relevante que seja, não é suficiente para explicar todas as variações encontradas. A escolha pela metodologia hipotética indutiva foi aquela que permitiu construir tipos ideais dos condomínios, segundo as formas de relações que lá se desenvolvem, e a partir daí buscar as razões das diferenças observadas na rede de sociabilidade (Quadro 01).

Quadro 1 – Rede de sociabilidade

	Conflito	Comunidade	Anonimato
Idade do condomínio	Antigo	Indiferente	Indiferente
Tamanho e número dos lotes	Indiferente	Pequeno	Grande
Padrão	Alto	Médio	Médio, médio alto
Grau de homogeneidade	Fraco	Forte	Fraco
Faixa etária	Adulta (+ 45)	Jovem (30-45)	Adulta (+ 45)*

* A idade que indiquei é aproximativa e subjetiva na medida em que não existem dados sobre as características dos moradores.

TIPOLOGIA E VARIÁVEIS

A idade do condomínio é uma variável pouco importante em São José do Rio Preto, sendo muito mais notável em Natal, devido à valorização do terreno. O condomínio Green Village (Natal), composto de 96 lotes de 650 até 1400 metros quadrados, foi o primeiro construído nesta cidade, na periferia, vizinho a um bairro popular. Inicialmente, poucos foram os que quiseram lá morar; seus primeiros lotes foram vendidos em 1996, por 20.000 reais. Nesta época, ele encontrava-se distante do centro, dos equipamentos funcionais e do trabalho. Entretanto, a partir da década de 1980, transforma-se a organização urbanística da cidade seguida pela construção de novos equipamentos funcionais: supermercados e *shopping centers*, principalmente, que se instalaram ao longo da avenida que vai da cidade antiga até o bairro sul onde moram os turistas. O resultado foi a valorização dos espaços vizinhos que se tornaram mais atraentes. Neste condomínio, o valor atual de um lote varia entre 800.000 a 1.000.000 de reais, ou seja, um crescimento superior a 400% em 12 anos, muito acima da inflação do período. Torna-se uma evidência o fato dos primeiros moradores não possuírem o mesmo padrão, nem o mesmo poder aquisitivo como o dos recém-chegados, e de essa situação criar uma heterogeneidade socioeconômica e cultural consideráveis. Os moradores mais poderosos reclamam pouco da situação de heterogeneidade, pois eles já construíram sua rede de sociabilidade utilitária no condomínio. Juizes, advogados, empresários, deputados, têm interesses complementares e encontram o meio de desenvolver, na vizinhança, a sua rede de solidariedade, tão importante no Brasil como o sublinhou Da Matta (1991). Os outros parecem mais insatisfeitos e reclamam do ostracismo, do excesso de sofisticação que dominam as aparências através dos carros, das casas ou das festas de aniversário dos filhos. Eles não possuem recursos suficientes para mostrar e mostrar-se. Essa situação provoca um sentimento de inferioridade e um fechamento dentro da casa. Entre os primeiros e os segundos, não pode haver relações de reciprocidade; os segundos não tendo o que precisariam para entrar na rede de sociabilidade e de reciprocidade (influência, imagem simbólica, capacidade de aconselhar e ajudar...). A sua presença faz dizer aos primeiros *“Há pessoas que não deveriam morar aqui, que não estão no lugar certo. Por exemplo, as pessoas que têm atraso no pagamento do condomínio, não deveriam morar aqui”*.

No caso desse condomínio, a idade, combinada com o crescimento do valor dos lotes provocou a **heterogeneidade**, que foi tanto mais visível e dificilmente suportável na medida em que não é possível fugir no anonimato por causa do pequeno número de moradores, da proximidade das casas e do impedimento de esconder-se atrás de um muro. Pior ainda, a proximidade física aumenta o distanciamento social e relacional. Os vizinhos parecem perto demais uns dos outros, mas isto é menos uma questão de proximidade física e mais uma vontade de distanciamento social. Como lembram Young e Wilmott

(1984), quanto mais diferente o Outro, mais perto ele parece, e mais distanciamento social existe entre os grupos diferentes obrigados dividir o mesmo espaço.

Mas nem sempre a idade do condomínio e a proximidade física entre os seus moradores são capazes por si só de provocar esse tipo de relacionamento. Em São José do Rio Preto, um condomínio de casas conjugadas de 95 metros quadrados, cada uma construída em um lote de 135 metros quadrados, erguido em 1998, é considerado como uma “comunidade” pelos moradores. Aí, a idade do condomínio não trouxe conseqüências, nem na composição da população, nem na valorização do lote. Apresenta-se como um condomínio de “classe” média que constitui uma transição no percurso residencial dos moradores. A maioria destes sai da “cidade aberta” e ambiciona morar em um condomínio mais valorizado. O *turn over* da população faz com que os moradores sempre possuam características parecidas, o que preserva a homogeneidade em relação à posição social, à idade, etc. O impedimento de se fechar no espaço privado por causa da proximidade espacial e da ausência de equipamentos particulares obriga os moradores a se encontrar nos espaços comuns, e o fato de pertencimento à camada média facilita as relações de vizinhança. Inúmeras pesquisas mostraram que as pessoas dessa classe se relacionam com mais facilidade do que as pessoas de estatuto social maior. O fato de todas as casas serem iguais reduz a possibilidade singularização dos moradores, a expressão da sua originalidade, e a hierarquia segundo o poder aquisitivo real ou reivindicado, ao contrário do que acontece, por exemplo, no condomínio Green Village, de Natal.

Esses dois exemplos mostram como se combinam principalmente as variáveis de idade do condomínio e de heterogeneidade da população, sobretudo em Natal, em razão do crescimento dos preços, provocado pela especulação imobiliária, fato que age na transformação do perfil social dos moradores e limita as relações entre eles. No entanto, deve-se lembrar que tais relações foram bem melhores, no início do condomínio, em uma situação de homogeneidade.

“Estou aqui desde 2002. No início, as pessoas se relacionavam mais. Depois surgiram grupos, por interesse pessoal, financeiro. Fulano que se junta com Fulano mais poderoso. Me sentiria muito mais à vontade em um outro condomínio. Aqui, por causa do padrão, as pessoas começam fazer grupos. Então as pessoas não se comunicam muito bem aqui” (Green Village, Natal).

Isso significa que os condomínios recentes, que parecem funcionar como uma “comunidade”, são passíveis de evoluir da mesma maneira como aquele do Green Village, por semelhantes causas. Hoje, na maioria dos condomínios recentes construídos na cidade de Nova Parnamirim, perto de Natal, os moradores usam a palavra “comunidade” para caracterizar as relações entre eles e justificam o seu uso

pela presença da homogeneidade, do pequeno número de pessoas, do compartilhamento dos mesmos valores e hábitos, dos encontros freqüentes, seja na rua, nos espaços comuns, seja nos aniversários ou durante as reuniões dos condôminos. Mas todos exprimem certo temor quanto à perenidade dessa situação, que eles sabem frágil, pois ligada à evolução do valor do terreno.

Associado ao vínculo entre a idade do condomínio e o tipo de população, temos de pensar na influência do **padrão** e do funcionamento das relações entre as pessoas influentes, relações muitas vezes utilitárias. Pertencer a um grupo influente, de uma maneira ostensiva, preenche duas funções, uma utilitária, a outra simbólica: a primeira concerne à capacidade de construir uma rede de solidariedade, a segunda é assegurar-se de que se é reconhecido pelos outros como uma pessoa prestigiosa, útil. Isso funciona exatamente segundo a mesma lógica que as das redes de sociabilidade da burguesia francesa. Por isso, podemos entender que as pessoas excluídas dessa rede não se sintam à vontade nas relações de vizinhança e exprimam sentimentos de frustração, que pode alcançar o projeto de se mudar para outro condomínio.

Outra variável que influencia as relações de sociabilidade é o **tamanho dos lotes** e o número dos mesmos. Caricaturando, poderíamos falar que quanto mais numerosos e maiores os lotes, mais anônimas as relações. Os maiores condomínios pesquisados foram em São José do Rio Preto, onde a maioria possui entre 400 à 650 casas, o que representa a população de um bairro ou de uma pequena cidade da Europa. Mas é difícil saber se as pessoas escolheram esse tipo de condomínio para preservar o seu desejo de anonimato, de individualismo, ou se é o tamanho do condomínio que reforça essas tendências da sociedade moderna. O discurso sobre o assunto é muito ambíguo. De um lado, os moradores lamentam a falta de relacionamento, o fato de nem conhecerem os vizinhos, afirmando o desejo de encontrarem mais pessoas dentro do espaço condominial. Do outro lado, eles afirmam que o seu espaço social fica fora do condomínio e parecem assumir essa realidade sem problemas. Não são pessoas que sentem um isolamento social, mas pessoas cuja rede de sociabilidade está construída fora do condomínio. A vizinhança não constitui para eles um fator de relacionamento.

Nesses condomínios a heterogeneidade é bem real, como em Dhama I, onde um lago e uma avenida separam as duas partes do condomínio, obedecendo-se o tamanho dos lotes. Mas aí, essa heterogeneidade não provoca conflitos, na medida em que o número grande de moradores permite ignorar uns aos outros, mantendo a distância de uma vizinhança.

A última variável importante na construção da sociabilidade é a **idade dos moradores** e a presença, ou não, de crianças que provocam o encontro entre os pais. *“Eu conheço os vizinhos, mas não tenho hábito de ir na casa dos outros. Agora, com as crianças crescendo, estou começando. A primeira vez foi um aniversário”*. O papel das crianças no encontro dos pais é um fenômeno que não é particular à

situação dos condomínios, porque encontramos isso em todas as circunstâncias. No entanto, a organização urbanística do condomínio, as áreas de lazer, a possibilidade de deixar os filhos sair na rua, facilitam (ou obrigam) as relações entre os filhos e conseqüentemente entre os pais. *“os lugares de encontro mesmo são os aniversários, principalmente das crianças. Se for aniversário de crianças, são convidadas todas as casas que têm crianças e os adultos se encontram”* (Condomínio Saint Martin, Nova Parnamirim).

É evidente que se o condomínio horizontal provoca relações específicas, estas oscilam em função de certo número de fatores, de importância variada, e da maneira com que eles se combinam. Certamente outros fatores favorecem ou limitam as relações de vizinhança, como a organização urbanística do condomínio. Alguns são construídos ao redor de uma praça central onde se encontram todos os equipamentos comuns, respeitando assim a organização de um bairro tradicional com objetivo de facilitar as relações sociais. Esse desenho é principalmente utilizado nos condomínios da classe média. Mas nos condomínios de classe alta, geralmente são poucos os equipamentos, e os que existem são pouco usados. No Alphaville que está sendo construído em Natal, por exemplo, os equipamentos foram instalados em um canto do condomínio e o acesso será reservado aos sócios que terão de pagar uma mensalidade. Essa evolução da organização espacial dos equipamentos não constitui um fator que determina as relações sociais, mas o lugar e a diversidade deles traduzem e reforçam o tipo de relacionamento diferenciado segundo a posição dos moradores na escala social.

CONCLUSÃO

Podemos concluir esse artigo destacando dois pontos: a parte metodológica e as relações sociais que se desenvolvem nas cidades.

Os tipos idéias e as variáveis apresentadas constituem um modelo que permite investigar vários tipos de condomínio horizontal, na medida em que tanto os modos de relações como as variáveis estão presentes em todos eles. Isso não significa que esse modelo possa ser considerado como universal, em decorrência de dois fatores. O primeiro refere-se ao contexto urbano no qual se inscreve o condomínio. Por exemplo, a comparação entre as situações de Natal e de São José do Rio Preto revelou a influência que desempenha a idade do condomínio em um contexto de especulação imobiliária. O segundo fator reside no fato de que os condomínios estudados possuem uma função principalmente residencial, mas é razoável pensar que os condomínios pluri-funcionais provocam tipos de relacionamento que não existem naquelas situações aqui apresentadas.

Do outro lado, não há dúvidas que o condomínio horizontal produz relações sociais particulares. Casas abertas dentro de um espaço fechado, afastado da vida urbana, com espaços comuns e leis particulares, essas casas sempre abertas sem muro frontal, a possibilidade de passear pelas ruas, de encontrar outros moradores, provocam tipos de relações específicas que não existem na “cidade aberta”.

Enquanto que a cidade e a cidadania se constroem na heterogeneidade, no contato com os Outros, a situação dos condomínios mostra que a homogeneidade constitui um fator de relacional relevante. É uma evidência que esses condomínios onde pesquisei têm uma única função, que é a residencial, e que a maior parte das atividades é desenvolvida no exterior dos muros. Mas isso não significa que a vida no exterior provoca o encontro como o Outro, muito pelo contrário, nos momentos de lazer ou de compras, por exemplo, os moradores sempre procuram lugares onde encontrarão pessoas semelhantes a eles.

Essa busca de um tipo de moradia homogêneo transforma a cidade em uma justaposição de “pedaços” e reforça a segregação socioespacial da cidade, em um movimento que a Escola de Chicago qualificaria como “natural”. Entretanto, de acordo com a Escola de Chicago, o fechamento das comunidades era uma etapa no processo da assimilação das mesmas na sociedade norte-americana. Inversamente, o crescimento do número de condomínios pode ser interpretado como uma fragmentação da sociedade em grupos cada vez mais fechados, afastados e homogêneos.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/EdUSP, 2000.

CAPRON, Guénola (Org.). **Quand la ville se ferme, quartiers résidentiels sécurisés**. Paris: Editions Breal, 2006.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

HÉLAN, François. Comment les Français voisinent. **Economie et statistiques**, n. 195, p. 43-60, 1987.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MOURA, Cristina Patriota de. **A fortificação preventiva e a urbanidade como perigo**. UnB: Brasília, 2006. (Série antropológica).

RIGAMONTE, Rosani Cristina. Severinos, Januários e Raimundos: notas de uma pesquisa sobre os migrantes nordestinos na cidade de São Paulo. In: MAGNANI, J. G. ; TORRES, L. L. (Org.). **Na Metrópole**: textos de antropologia urbana. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 230-252.

TONNIES, Ferdinand. **Communauté et société**: catégories fondamentales de la sociologie pure. Paris: Les Presses Universitaires de France, 1977.

VELHO, Gilberto. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 13, p. 15-31, 2000.

WEBER, Max. **Économie et société**. Paris: Librairie Plon, 1971.

WIRTH Louis. Le phénomène urbain comme mode de vie. In: GRAFEMEYER, Yves; JOSEPH, Isac. **L'École de Chicago**: naissance de l'écologie urbaine. Paris: Aubier, 1984.

YOUNG, Michael; WILMOTT, Peter. **Le village dans la ville**. Paris: CCI, Centre Pompidou, 1984.

O ocaso da sociedade do trabalho? reflexões sobre a crise do paradigma do trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas

Joana El-Jaick Andrade – USP

RESUMO

Um número crescente de teóricos busca, através de seus trabalhos e pesquisas, efetuar esforços para a realização de uma profunda revisão de modelos e paradigmas clássicos da sociologia. De acordo com grande parte destes estudiosos estaríamos vivenciando um novo período histórico no qual as sociedades industriais assumiriam um caráter totalmente diverso daquele consolidado ao longo do século XIX. As transformações substanciais experimentadas por estas sociedades engendrariam modificações quantitativas e qualitativas no mundo da produção e na relação estabelecida entre trabalho e sociedade. Destas mudanças estruturais derivaria a imperiosa necessidade de se repensar sociologicamente as categorias de “trabalhadores”, “modos de trabalhar” e “sociedade do trabalho”, e, assim, rejeitar o paradigma de trabalho, tal como este se apresenta na teoria marxista. Ao longo deste artigo tentaremos apresentar criticamente algumas das teses que proclamam a perda da centralidade do trabalho frente às transformações políticas e econômicas do mundo contemporâneo, questionando-nos acerca de sua validade.

Palavras-chave: Trabalho. Capitalismo industrial. Marxismo.

ABSTRACT

An increasing number of theorists seek, through their studies and researches, to concentrate their efforts in the revision of the classical models and paradigms of sociology. According to great part of these intellectuals we would be facing a new historical period in which the industrial societies would develop a totally different character from the one expressed during the nineteenth century. The substantial transformations experienced by these societies would create quantitative and qualitative changes in the sphere of production and in the relationship between labor and society. These structural changes would implicate in the necessity to rethink sociologically the categories of “workers”, “forms of labor” and “labor society”, and, in doing so, reject the paradigm of labor, as it appears in the Marxist theory. This article intends to critically present some of the theses that announce the lost of centrality of labor due to the political and economical transformations in the contemporary world, in order to evaluate their validity.

Keywords: Labor. Industrial capitalism. Marxism.

A CRISE DO PARADIGMA DO TRABALHO

Desde meados do século XX, um número crescente de teóricos busca, através de seus trabalhos e pesquisas, efetuar esforços para a realização de uma profunda revisão crítica de modelos e paradigmas clássicos da sociologia. Ao denunciarem o que consideram como uma “crise da explicação sociológica” visam tornar obsoletas noções como as de “sociedade”, “comunidade”, “capitalismo”, “divisão social do trabalho”, “consciência coletiva”, “classe social”, “consciência de classe”, “nação” e “revolução”, colocando em xeque as teorias sociais totalizantes e generalizantes que, segundo sua visão, não teriam correspondência com as novas realidades das sociedades industriais avançadas (IANNI, 1990).

De acordo com grande parte destes estudiosos estaríamos vivenciando um novo período histórico no qual as sociedades industriais assumiriam um caráter totalmente diverso daquele consolidado ao longo do século XIX. As transformações substanciais experimentadas por estas sociedades engendrariam modificações quantitativas e qualitativas no mundo da produção e na relação estabelecida entre trabalho e sociedade. Destas mudanças estruturais derivaria a imperiosa necessidade de se repensar sociologicamente as categorias de “trabalhadores”, “modos de trabalhar” e “sociedade do trabalho”, e, assim, rejeitar o paradigma de trabalho, tal como este se apresenta na teoria marxista¹.

Esta “implosão” da categoria trabalho, defendida por autores como Claus Offe, estaria baseada no fato de que o trabalho possuiria cada vez menos importância no cotidiano da vida social, seja no reconhecimento de interesses individuais e coletivos seja na configuração de estilos de vida (OFFE, 1989, p. 174). Neste aspecto, o trabalho teria deixado de ser a pedra de toque da teoria social, a categoria sociológica chave:

A pesquisa sociológica e do “mundo vivido” também representa um rompimento com a idéia de que a esfera do trabalho tem um poder relativamente privilegiado para determinar a consciência e a ação social. Até certo ponto, inclusive, é realizada a abordagem oposta, segundo a qual as experiências e os

1 De acordo com Bell (1976, p. 164), “o trabalho não é mais central nem possui o peso sociológico e cultural para polarizar outras questões [...]. Na economia a questão do trabalho permanece. Mas não na sociologia e na cultura. As mudanças subsumidas na sociedade pós-industrial podem representar uma metamorfose histórica na sociedade ocidental”.

conflitos engendrados pelo trabalho são vistos como conseqüências de interpretações adquiridas fora do trabalho (OFFE, 1989, p.172).

Como a esfera do trabalho e da produção estaria perdendo sua capacidade de influir sobre a estrutura e o desenvolvimento da sociedade em suas múltiplas dimensões, o trabalho e a posição ocupada pelos indivíduos no processo de produção não mais poderiam ser considerados como o princípio básico da organização social. Sendo assim, também a dinâmica e direcionamento do processo histórico não poderiam ser concebidos como decorrentes dos conflitos originados do modo de produção. A emergência de um novo paradigma de sociedade cuja organização, integração e reprodução não seriam mais pautadas pelo trabalho, portanto, acaba por mitigar, senão excluir, a importância das classes enquanto sujeitos históricos, alocando sua atividade política no mesmo patamar de outros grupos sociais movidos por reivindicações relativas a questões de gênero, raça, etnia, nação, meio ambiente, religião etc. Por conseguinte, o fim da “sociedade do trabalho” anunciaria igualmente o fim das classes sociais, ou ao menos o fim da luta de classes como “motor da história”.

A perda da relevância objetiva e subjetiva do trabalho, contudo, foi refutada por diversos autores contemporâneos tributários da tradição marxista² que alegam que a defesa de tais argumentos implicaria a adesão a uma certa concepção ideológica, não sendo esta uma análise social despida de juízos de valor. Como elucidou Ianni, tanto a rejeição quanto a adesão a novos e antigos paradigmas não podem ser efetuadas sem a interferência de uma determinada orientação teórica e de uma particular visão de mundo:

Note-se que a noção de paradigma compreende uma teoria básica, uma fórmula epistemológica geral, um modo coerente de interpretar ou um princípio explicativo fundamental. Envolve requisitos epistemológicos e ontológicos, caracterizando uma perspectiva interpretativa, explicativa ou compreensiva, articulada, internamente consistente (IANNI, 1990, p.97).

2 Entre estes encontramos Antunes (2000a, 2000b); Bensaïd (1999); Beynon (1995); Boito Júnior (2002); Chauvel (2002); Lessa (2003) e Pereira (1998).

Neste sentido, a própria idéia de “ruptura com a ordem precedente”, utilizada para interpretar os novos fenômenos do capitalismo contemporâneo (que nada mais são do que desdobramentos históricos desta formação social e de sua lógica imanente – a lógica do capital), pretende sugerir a superação das contradições do sistema e sua evolução para uma forma aperfeiçoada de sociedade, seja ela uma “sociedade de serviços”, uma “sociedade pós-industrial”, ou uma “sociedade pós-capitalista”.

Ao longo deste artigo tentaremos apresentar criticamente algumas das teses que proclamam a perda da centralidade do trabalho frente às transformações políticas e econômicas do mundo contemporâneo, buscando compreender as mudanças sociais à luz do processo histórico em que estão inseridas. Trata-se de considerar a dinâmica e a mutabilidade do social sem com isto desmerecer a importância dos elementos passados que ainda permanecem vivos e atuantes no presente. Assim como nos mostra Ianni (1990), este contraponto entre passado e presente é fundamental para explicar ou compreender a realidade em constante transformação. Para Ianni (1990), o fato de a sociedade burguesa, industrial, capitalista, moderna ou informática, modificar-se ao longo do tempo não impede que algumas de suas características essenciais ainda encontrem-se presentes. Apesar de o mundo moderno não ser o mesmo nos séculos XIX e XX, tendo os meios de comunicação, em sentido amplo, revolucionado as condições de produção, distribuição, troca e consumo, muita coisa subsiste, ainda que necessariamente recriada.

Em essência, a sociedade moderna, burguesa, informática baseia-se em alguns princípios que se reiteram ao longo da história. Nem a ciência nem a técnica, ou informática, alteraram a **natureza essencial das relações, processos e estruturas de apropriação ou distribuição, de dominação ou poder**. No limiar do século XXI, guardam-se aspectos essenciais ao século XIX: liberdade e igualdade, trabalho e alienação, sofrimento e resignação, ideologia e utopia (IANNI, 1990, p. 94, grifo nosso).

A “SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL” E AS MUDANÇAS NA ESFERA DO TRABALHO

O século XX testemunhou, indubitavelmente, um extraordinário avanço tecnológico e científico, principalmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial. O desenvolvimento das forças produtivas e das tecnologias de informação, comunicação e transportes, fomentado tanto pelo Estado quanto por iniciativas privadas, propiciaram a reestruturação industrial e a reorganização do sistema produtivo

mundial. Deste modo, o progresso científico incorporado pela empresa capitalista modificou os padrões fordistas e incrementou ainda mais o volume e ritmo da produção através da crescente utilização da automação, da robótica e da microeletrônica.

Conforme Marx havia previsto, a progressiva automação do processo produtivo – que representa a forma mais desenvolvida da produção mecanizada – desencadeou uma série de reestruturações no ambiente industrial, de maneira que a máquina passou a executar todos os movimentos necessários ao processamento da matéria-prima sem contar com qualquer ajuda humana, exceto para efetuar-lhe reparos e aperfeiçoamentos (MARX, 1988b, p. 12). Desta forma, o homem faria o produto de seu trabalho anterior, já objetivado, atuar “gratuitamente em larga escala como uma força da natureza”³ (MARX, 1988b, p. 16).

Este emprego extensivo de maquinaria pelo capitalista deve-se ao fato de que, segundo Marx, na grande indústria a acumulação realizar-se-ia através da alteração qualitativa da composição orgânica do capital, graças ao acréscimo permanente de seu componente constante (máquinas) às custas do variável (força de trabalho). Contudo, esta modificação da proporção entre a parte constante e a parte variável do capital, expressa na “lei do decréscimo progressivo da grandeza relativa do capital variável” (MARX, 1988b, p. 191), levaria a um grande e incontornável impasse: na medida em que a máquina nunca agrega mais valor do que em média perde por seu desgaste – sendo a mais-valia, portanto, originada da parte variável do capital⁴ –, o deslocamento de trabalhadores pela maquinaria tornaria essencial o prolongamento da jornada ou a intensificação sistemática do trabalho dos ainda empregados:

Há, portanto, na aplicação da maquinaria à produção de mais-valia, uma **contradição imanente**, já que dos dois fatores da mais-valia que um capital de dada grandeza fornece ela só aumenta um, a taxa de mais-valia, porque reduz o outro, o número de trabalhadores. Essa contradição imanente se evidencia

- 3 A equiparação da apropriação das descobertas científicas com a apropriação dos recursos naturais efetuada pelo capitalismo foi igualmente realizada em uma nota de pé de página de *O Capital*: “A ciência não custa absolutamente ‘nada’ ao capitalista, o que não o impede nem um pouco de explorá-la. A ciência ‘alheia’ é incorporada ao capital como trabalho alheio. Apropriação ‘capitalista’ e apropriação ‘pessoal’, seja da ciência, seja da riqueza material, são coisas total e completamente díspares” (MARX, 1988b, p. 15).
- 4 “a massa da mais-valia é determinada por dois fatores, a taxa de mais-valia e o número de trabalhadores simultaneamente ocupados” (MARX, 1988b, p. 29).

assim que, com a generalização da maquinaria em um ramo da indústria, o valor da mercadoria produzida mecanicamente se torna o valor social que regula todas as mercadorias da mesma espécie, e é essa contradição que, por sua vez, impele o capital, sem que tenha consciência disso, ao **prolongamento mais violento da jornada de trabalho**, para compensar a redução do número relativo de trabalhadores explorados por meio do aumento do mais-trabalho não só relativo, mas também absoluto (MARX, 1988b, p. 29, grifo nosso).

Marx nos ensina, portanto, que o progressivo desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que atende coerente e inequivocamente aos desígnios de sua lógica acumulativa, seria responsável pela destruição deste mesmo sistema, pois dispensaria a sua própria fonte de mais-valia: a força de trabalho. Esta contradição, agravada e intensificada no regime de automação, seria a chave para a dissolução do sistema capitalista⁵, provocando o colapso do sistema produtor de mercadorias fundado no valor-trabalho⁶ e abrindo a perspectiva de instauração de um novo modo de produção.

A desconsideração desta contradição básica levou autores como Habermas (1987) e Offe (1989) a declararem superada a análise marxiana da sociedade industrial avançada. Para tais autores, o fato de o trabalho vivo produtivo, industrial, se encontrar em declínio seria sinal de que o trabalho excedente (sobretalho) da massa operária teria deixado de ser a condição para o desenvolvimento da riqueza social. Com efeito, a ciência ocuparia o lugar privilegiado de “força produtiva por excelência”, estando a evolução do sistema social agora vinculada à lógica do progresso técnico-científico (HABERMAS, 1987, p. 73). Assim, contrariamente ao que Marx havia determinado, o tempo de trabalho socialmente necessário não mais seria considerado a medida objetiva do valor:

Com a investigação industrial de grande estilo, a ciência, a técnica e a revalorização do capital confluem num único sistema. [...] Desse modo, a **ciência e**

5 “O desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é, no entanto, o único caminho histórico de sua dissolução e estruturação de uma nova” (MARX, 1988b, p. 88).

6 A determinação do valor está atrelada ao tempo de trabalho (abstrato) socialmente necessário para produzir determinada mercadoria.

a técnica transformaram-se na primeira força produtiva e caem assim as condições de aplicação da **teoria marxiana do valor-trabalho**. Já não tem mais sentido computar os contributos ao capital para investimentos na investigação e no desenvolvimento sobre a base do valor da força de trabalho não qualificada (simples), se **o progresso técnico e científico se tornou uma fonte independente de mais-valia** frente à fonte de mais-valia que é a única tomada em consideração por Marx: a força de trabalho dos produtores imediatos tem cada vez menos importância (HABERMAS, 1987, p. 72-73, grifo nosso).

A rejeição da teoria do valor-trabalho pelos teóricos que afirmam a não-centralidade do trabalho nas sociedades desenvolvidas surge, portanto, como decorrência direta da constatação de que a substituição do trabalho vivo pelo morto (objetivado) ocasionou a retração do número de empregos no sistema fabril e, por consequência, a expansão em setores não-produtivos. A liberação do trabalho manual industrial e a tendência à transformação do trabalhador de apêndice da máquina a supervisor e regulador do processo produtivo, já apontada por Marx no *Capital*, reveste-se então de uma nova coloração consideravelmente mais otimista.

Marx enxerga neste processo um caráter brutal, segundo o qual a máquina se torna concorrente do próprio trabalhador⁷, extinguindo, juntamente com o valor de uso, o valor de troca da força de trabalho, tornando assim o trabalhador invendável⁸. Desta forma, ao mesmo tempo em que a diferença entre o número de trabalhadores manuais (soldados rasos da indústria) e o de supervisores do trabalho (subo-

7 “É um fato indubitável que a maquinaria não é, em si, responsável pela ‘liberação’ de mão dos operários dos meios de subsistência. Ela barateia o produto e aumenta sua quantidade no ramo de que se apodera e deixa inalteradas as massas de meios de subsistência produzidos em outros ramos industriais. [...] **As contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria não existem porque decorrem da própria maquinaria, mas de sua utilização capitalista!** Já que, portanto, considerada em si, a maquinaria encurta o tempo de trabalho, enquanto utilizada como capital aumenta a jornada de trabalho; em si, facilita o trabalho, utilizada como capital aumenta sua intensidade; em si, é uma vitória do homem sobre a força da Natureza, utilizada como capital submete o homem por meio da força da Natureza; em si, aumenta a riqueza do produtor, utilizada como capital o pauperiza etc.” (MARX, 1988b, p. 54-55).

8 “Com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa” (MARX, 1988b, p. 191, grifo nosso).

ficiais da indústria) torna-se cada vez menor, aumenta-se a massa de população supérflua, abarrotam-se o mercado de trabalho e reduz-se o preço da força de trabalho abaixo de seu valor.

Esta população trabalhadora excedente seria redistribuída e absorvida em ramos de trabalho freqüentemente menos qualificados e sub-remunerados⁹, pois, atrofiada pela divisão do trabalho, teria tão pouco valor fora de seu velho círculo de atividade que só conseguiria acesso a alguns poucos ramos inferiores de trabalho (MARX, 1988b, p. 54). De acordo com Marx, a natureza da grande indústria condicionaria a variação do trabalho e a fluidez da função do trabalhador (MARX, 1988b, p. 87) através da eliminação de sua tranqüilidade, solidez e segurança. A ameaça constante de arrancar-lhe das mãos seu meio de trabalho e torná-lo supérfluo (MARX, 1988b, p. 87) tornaria a polivalência dos trabalhadores uma característica crucial para a sua subsistência:

[a grande indústria] torna uma questão de vida ou morte substituir a monstruosidade de uma miserável população trabalhadora em disponibilidade, mantida em reserva para as mutáveis necessidades da exploração do capital, pela **disponibilidade absoluta do homem para as exigências variáveis do trabalho**; o indivíduo-fragmento, o mero portador de uma função social de detalhe, pelo **indivíduo totalmente desenvolvido**, para o qual diferentes funções sociais são modos de atividade que se alternam (MARX, 1988b, p. 88, grifo nosso).

A polivalência e flexibilidade exigidas dos trabalhadores, no entanto, é hoje concebida como algo extremamente positivo pelos teóricos críticos da “sociedade do trabalho”. A capacidade de adaptação do trabalhador a trabalhos variados, sua multifuncionalidade, sua iniciativa e desembaraço frente a situações imprevistas, sua criatividade e rapidez de raciocínio, além de sua resistência emocional – requisitos bastante valorizados no mercado de trabalho – são vistos pelos arautos da “sociedade pós-industrial”

9 “A força produtiva extraordinariamente elevada nas esferas da grande indústria, acompanhada como é por exploração da força de trabalho ampliada intensiva e extensivamente em todas as demais esferas da produção, permite ocupar de **forma improdutiva** uma parte cada vez maior da classe trabalhadora e assim reproduzir maciçamente os antigos escravos domésticos sob o nome de ‘**classe servicial**’, como criados, empregadas, lacaios etc.” (MARX, 1988b, p. 57).

como indicadores de que o trabalho tem se tornado cada vez mais reflexivo, intelectual e autônomo, demandando inclusive um nível educacional mais elevado¹⁰.

De tarefa estafante, repetitiva e monótona, o trabalho transformar-se-ia em atividade cognitiva, sendo classificado como um “trabalho imaterial” – “conjunto das atividades intelectuais, comunicativas, afetivas, expressas pelos sujeitos e pelos movimentos sociais” (NEGRI, 2003, p. 92). A categoria clássica do trabalho, portanto, seria absolutamente insuficiente para dar conta deste novo tipo de trabalho (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 30).

Segundo esta visão, o progresso na automação além de eliminar os postos de trabalho mais penosos e cansativos, conferindo significado e sentido às funções desempenhadas pelos trabalhadores, ofereceria ainda a perspectiva de libertação do homem da escravidão do trabalho, com a redução nas horas de trabalho e o aumento no total do tempo de ócio. Logo, a extensão do tempo de lazer para o aprimoramento material e espiritual dos homens e a possibilidade de uma vida “centrada no lar” seriam aspectos libertadores proporcionados pela ciência e pela tecnologia.

Esta concepção afasta assim as considerações de Marx a respeito da repercussão dos avanços científicos no contexto de uma sociedade regida pela lógica do capital:

Enquanto o trabalho em máquinas agride o sistema nervoso ao máximo, ele reprime o jogo polivalente dos músculos e confisca toda a livre atividade corpórea e espiritual. Mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que **a máquina não livra o trabalhador do trabalho**, mas seu trabalho de conteúdo. **Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho**, mas ao mesmo tempo **processo de valorização do capital**, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de traba-

10 Negri (2003), por exemplo, enxerga na capacidade do operário de trabalhar em qualquer lugar e de aplicar-se à generalidade das atividades laborais uma evolução positiva: “Capacidade passiva, certamente, mas que leva consigo uma abstração positiva e a formação de um **novo grau de potência**. A possibilidade de passar de um setor a outro de produção, a nova mobilidade, começou a configurar-se como um modo de conceber a vida e, por vezes, de gozar e de construir novos espaços e novas temporalidades do trabalho” (NEGRI, 2003, p. 110, grifo nosso).

lho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável (MARX, 1988b, p. 41, grifo nosso).

Para os teóricos da “sociedade do conhecimento”, o trabalho imaterial não se reproduziria (e não reproduziria a sociedade) na forma de exploração, mas na forma de “reprodução da subjetividade” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 30). Sendo uma atividade relativamente independente da organização capitalista da produção, o trabalho imaterial produziria uma subjetividade autônoma e cooperativa:

A autonomia do trabalho pós-fordista não é apenas intensificação da exploração, mas antes de tudo uma **intensificação dos níveis de cooperação, do saber e de comunidade que esvazia e deslegitima as funções de comando do empreendedor e do Estado**. E é esta última dimensão de comando que qualifica a exploração, não o inverso (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 95).

Desta maneira, a época em que o controle de todos os elementos da produção dependia da vontade e da capacidade do capitalista estaria superada. Ao dono do capital, destarte, não restaria senão a possibilidade de gerir e regular a atividade do trabalho imaterial (não a produção) e de criar os dispositivos de controle e de criação do público/consumidor através do controle da tecnologia da comunicação e da informação e dos seus processos organizativos (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 31, 52).

Seguindo argumento similar, Rifkin (2001) propôs que estaríamos vivenciando um período de transição de uma “era industrial” para uma “era do acesso”, caracterizada pelo fim da propriedade como um conceito definidor da vida social¹¹. Por incrível que possa parecer, o autor vislumbra o aparecimento de uma sociedade dividida predominantemente em servidores e clientes, na qual o capital intelectual – conceitos, idéias e imagens – seria a força propulsora, o verdadeiro item de valor, da nova economia. A decadência do trabalho material seria, então, evidente:

11 “A propriedade continuará a existir, mas com uma probabilidade cada vez menor de ser trocada em mercados. Em vez disso, os fornecedores detêm a propriedade na nova economia e fazem leasing, alugam ou cobram uma taxa pela admissão, pela assinatura ou pela associação a curto prazo. A troca de bens entre vendedores e compradores – o aspecto mais importante do sistema de mercado moderno – dá lugar ao acesso a curto prazo entre servidores e clientes que operam em rede. Os mercados permanecem, mas desempenham um papel cada vez menor nos negócios humanos” (RIFKIN, 2001, p. 4).

Na Era industrial, a mão-de-obra estava engajada na produção de bens e no desempenho de serviços básicos. Na Era do Acesso, as máquinas inteligentes – na forma de software (ser humano) – substituem cada vez mais a mão-de-obra na agricultura, na manufatura e nos setores de serviços. Fazendas, fábricas e muitas indústrias de serviços estão se tornando **rapidamente automatizadas**. Cada vez mais, a mão de obra física e mental, de tarefas repetitivas desinteressantes para o trabalho conceitual altamente profissional, será substituída por **máquinas inteligentes no século XXI**. [...] Em meados do século XXI, a esfera comercial terá os recursos tecnológicos e a capacidade organizacional para fornecer bens e serviços básicos para uma população humana em expansão, usando uma fração da força de trabalho atualmente empregada (RIFKIN, 2001, p. 7).

Este mundo estruturado em torno de relações de acesso produziria um tipo bem diferente de ser humano conduzido não pela “ética do trabalho”, mas pela “ética da diversão”. Em oposição ao trabalho, que teria importância irrisória na formação da subjetividade, as esferas do lazer e da cultura ganhariam cada vez maior destaque e projeção na configuração do mundo social. Deste modo, Rifkin não apenas menospreza a influência exercida pela esfera da produção de bens sobre os indivíduos, concentrando-se somente na esfera do consumo (na forma de “consumo de experiências”) e do fornecimento de serviços, mas também converte os conflitos sociais em disputas comerciais no âmbito de um mercado global¹².

A idéia de que seria possível a dissipação do antagonismo na relação entre capital e trabalho¹³, e o fim da subordinação deste ao capital, no interior do próprio sistema capitalista, defendida tanto por

12 Sua única menção à persistência e desenvolvimento das desigualdades de acesso não é problematizada ao longo de sua obra: “Embora 1/5 da população mundial esteja migrando para o ciberespaço e para relações de acesso, o resto da humanidade ainda é vítima no mundo da escassez física. Para os pobres, a vida permanece uma luta diária pela sobrevivência, e ter posses é uma preocupação imediata – e, para alguns, apenas uma meta distante. [...] a defasagem entre os que têm posses e os que não têm é enorme, mas a defasagem entre os conectados e os desconectados é ainda maior. O mundo está rapidamente se desenvolvendo em **duas civilizações distintas – aqueles que vivem dentro de portões eletrônicos do ciberespaço e aqueles que vivem do lado de fora deles**” (RIFKIN, 2001, p. 11, grifo nosso).

13 “A constituição antagonista, portanto, não se determina mais a partir dos dados da relação capitalista, mas da ruptura com ela; não a partir do trabalho assalariado, mas da sua dissolução; não sob a base das figuras do trabalho, mas daquelas do não-trabalho” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 36).

Lazzarato e Negri quanto por Rifkin nos fins do século passado, já havia sido explorada por Drucker (2002) na década de 60. Sua concepção de uma “sociedade pós-capitalista” dividida entre trabalhadores em serviços e “trabalhadores do conhecimento” – categoria que inclui executivos que sabem como alocar conhecimento para usos produtivos, “profissionais do conhecimento”, e “empregados do conhecimento” –, substitui a luta de classes pelo conflito de “valores e percepções estéticas” entre intelectuais (preocupados com palavras e idéias) e gerentes (preocupados com pessoas e trabalho).

Esta tendência de expansão e complexificação¹⁴ das classes médias na sociedade americana, por sua vez, foi detectada e descrita pela primeira vez no início dos anos 50, por Mills (1976). De acordo com este autor, os empregados que compõe a “nova classe média” não formariam uma única camada social compacta. Enquanto a “antiga classe média” teria sido composta por agricultores, homens de negócios e profissionais liberais independentes, a “nova classe média” seria integrada basicamente por gerentes, profissionais liberais assalariados, vendedores e empregados de escritório¹⁵. Estas ocupações, no entanto, variariam de acordo com as exigências de qualificação, a ampliação e intensificação das operações mercantis, e as mudanças ocorridas na divisão do trabalho (MILLS, 1976, p. 90).

À medida que ocorre a expansão do setor distributivo, devido ao aprimoramento dos meios de transporte, comunicação e comércio, o número de intermediários responsáveis pelo transporte, armazenamento, financiamento, promoção e venda de mercadorias sofre um considerável aumento. Simultaneamente, a ampliação de empresas e organizações públicas e privadas requer pessoal para coordenação, administração e registro. Assim, cresce a demanda por profissionais que sejam “especialistas na arte de lidar com as pessoas de maneira transitória e impessoal”.

Estes profissionais, oriundos da “nova classe média”, operariam com símbolos e pessoas, em funções de coordenação, registro e distribuição, na qualidade de empregados dependentes, sendo suas habilidades algumas vezes semelhantes, quanto à forma e à mentalidade exigidas, às de muitos operários (MILLS, 1976, p. 95). Também do ponto de vista da renda a antiga classe média urbana estaria deixando de ser uma camada uniforme, para tornar-se um conjunto de grupos diferentes, com uma numerosa “lumpen-burguesia”, que recebe rendas baixas, e uma pequena e próspera burguesia de rendas elevadas (MILLS, 1976, p. 93).

14 “É impossível defini-los com precisão a partir de um critério isolado de estratificação, seja a especialização, função, classe, status ou poder” (MILLS, 1976, p. 95).

15 O total deste grupo chegaria a abarcar quase 56% da população americana em 1940 (MILLS, 1976, p. 85).

Não obstante sua proximidade com a classe operária, os “colarinhos-brancos” viveriam às custas da maquinaria social que coordena e organiza o trabalho daqueles que criam objetos, ajudando a transformar o produto do trabalho de alguém em lucros para outro, servindo como auxiliares da autoridade. Entretanto, para Mills (1976), no que diz respeito à propriedade dos meios de produção, os assalariados da “nova classe média” não estariam em posição intermediária entre o capital e o trabalho, partilhando exatamente da mesma situação de classe dos operários.

Convém ressaltarmos que atualmente estas camadas médias da sociedade que procuram ocupações nos setores de serviço e em postos gerenciais e administrativos enfrentam igualmente um crescente desemprego estrutural e a precarização das condições de trabalho. A desregulamentação das relações trabalhistas e a progressiva eliminação de garantias e direitos sociais pela política neoliberal fizeram proliferar formas de trabalho parcial, temporário, terceirizado, por tempo determinado e a domicílio, além de diferentes modos de inserção na informalidade:

A grande novidade é a presença entre esses novos personagens sem emprego no padrão clássico, de **trabalhadores qualificados, educados, ou profissionais de nível superior, pertencentes às classes médias, anteriormente resguardados das oscilações do mercado de trabalho**, tanto nos países centrais quanto nos periféricos. Hoje já está claro que novos modos de trabalhar e novos modos de viver não são mais excepcionais, findo o otimismo e as oportunidades da economia do pleno emprego e do Estado protetor dos anos 50. A grande novidade é que o **risco hoje não é mais “privilégio” da periferia**, mas unifica numa mesma espécie de *Risikogesellschaft*, uma sociedade de riscos, a maior parte da humanidade (PEREIRA, 1998, p. 124, grifo nosso).

Com isto, forma-se a mesma polarização assimétrica presente na indústria, verificando-se de um lado um pequeno núcleo de administradores e profissionais de nível superior, dotados de um conhecimento altamente especializado e incumbidos das tarefas mais criativas, importantes e valorizadas¹⁶,

16 “O setor terciário está claramente estratificado entre aqueles que têm acesso à autonomia, à perícia e à decisão e os outros. O serviço de massa racionalizado implica um trabalho que não se diferencia daquele da linha de produção de outrora. O empregado é freqüentemente um operário dos serviços” (CHAUVEL, 2002, p. 68).

que gozam de altos salários, estabilidade, e considerável grau de autonomia, e, de outro lado, uma massa de trabalhadores não-qualificados ou semi-qualificados, dotados de competências e habilidades gerais, submetidos a tarefas fragmentadas e padronizadas, mal-remunerados e vulneráveis às oscilações do mercado de trabalho.

Desta forma, os empregos gerados com as novas tecnologias da informação nos setores de serviços, administração e planejamento também estariam sujeitos a um processo de “taylorização” (PEREIRA, 1998), na medida em que se produziria a desqualificação e rotinização do trabalho e a homogeneização da mão de obra e do consumidor.

A utopia de uma “sociedade pós-industrial” – centrada única e exclusivamente no trabalho cognitivo (imaterial), criativo, realizador e pleno de sentido –, cuja principal força produtiva seria o próprio conhecimento técnico-científico e cuja produção seria regulada na esfera pública¹⁷, não estando, destarte, a cargo do capitalista, não resiste a um exame mais aprofundado de seus fundamentos, acabando por desmoronar.

A tendência apontada por Marx e confirmada por autores contemporâneos como Wright Mills de expansão dos ramos não-industriais (causada pela expulsão de um volume considerável de mão-de-obra pela maquinaria) e de liberação de trabalhos mais árduos, penosos e insalubres não exclui, portanto, a exploração capitalista da força de trabalho e o fato de o trabalhador não ser possuidor de seu próprio trabalho¹⁸. A impossibilidade de se empreender um trabalho efetivamente independente e autônomo sob a égide do capitalismo, torna-se, então, clara e evidente¹⁹. Assim, como nos mostrou Marx, “o sistema

17 “A post-industrial society, as I pointed out earlier, is increasingly a communal society wherein public mechanisms rather than the market become the allocators of goods, and public choice, rather than individual demand, becomes the arbiter of services” (BELL, 1976, p. 159).

18 “O processo de trabalho, em seu decurso enquanto processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, mostra dois fenômenos peculiares. O **trabalhador trabalha para o capitalista a quem pertence seu trabalho**. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria-prima e que o instrumento do trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho o exija. Segundo, porém: **o produto é propriedade do capitalista**, e não do produtor direto, do trabalhador” (MARX, 1988a, p. 154, grifo nosso).

19 “La distribución desigual del trabajo de la esfera económica y el desigual reparto del tiempo que libera la innovación técnica conducen así a que **unos puedan comprar un suplemento de tiempo libre a otros y que estos últimos no tengan más remedio que ponerse al servicio de los primeros**. Esta estratificación de la sociedad es distinta de la

de trabalho assalariado é um sistema de escravidão, uma escravidão que se torna mais dura à medida que se desenvolvem as forças sociais produtivas do trabalho, ainda que o operário esteja melhor ou pior remunerado” (MARX, 1989, p. 219).

O DECLÍNIO DA IMPORTÂNCIA SUBJETIVA DO TRABALHO

O crescimento dos quadros administrativos médios a partir da década de 50 e de variados postos de trabalho no terceiro setor, devido à introdução de novas tecnologias de comunicação e informação, tornou a classe trabalhadora ainda mais complexa e diversificada e contribuiu para instaurar um novo modelo de gestão do trabalho menos centralizado e hierarquizado. Todavia, tamanha heterogeneidade e descentralização ocasionaram a maior dispersão da classe trabalhadora, dificultando sobremaneira a fixação de identidades sociais e a organização de ações coletivas.

A complexidade da estrutura ocupacional e a indeterminação das posições de classe, juntamente com a dissolução dos laços de solidariedade e sociabilidade baseados no trabalho, contribuíram para o enfraquecimento das organizações sindicais. A redução da taxa de sindicalização e a pressão para que deixem de agir como organizações de classe e assumam o papel de empresas prestadoras de serviços, capazes de prover benefícios individuais a seus associados, seriam os mais nítidos sintomas da crise que se abateu sobre o movimento operário.

Diante deste problema, muito tem se discutido a respeito do declínio da influência do trabalho no estabelecimento de identidades e na determinação de interesses. Segundo os teóricos do fim da “sociedade do trabalho”, esta seria uma tendência irreversível ditada pela fragmentação das identidades individuais e pela descontinuidade da biografia profissional. Estando o trabalho cada vez menos presente na vida dos indivíduos, a pluralidade de referências valorativas socioculturais seria responsável

estratificación en clases. A diferencia de esta última, no refleja las leyes inmanentes al funcionamiento de un sistema económico cuyas exigencias impersonales se imponen a los gerentes del capital, a los administradores de las empresas tanto como a los asalariados; para una parte al menos de los prestatarios de servicios personales se trata esta vez de una sumisión y de una dependencia personal frente a quienes se hacen servir. **Renace una clase servil que la industrialización, después de la II Guerra Mundial, había abolido**” (GORZ, 1991, p. 17-18, grifo nosso).

pela formação de subjetividades múltiplas e complexas, menos solidamente fixadas na profissão e na classe.

De acordo com Laclau (1996), tornar-se-ia cada vez mais difícil identificar um grupo social com um sistema ordenado e coerente de “posições de sujeitos”. Sendo assim, as identidades resultariam de construções políticas complexas baseadas na totalidade das relações sociais, não decorrendo unilateralmente das relações de produção²⁰. Logo, as identidades seriam constituídas no âmbito de várias formações discursivas essencialmente instáveis, estando sujeitas a práticas articulatórias que as subvertem e transformam. Deste modo, possuiriam um elevado grau de abertura, fluidez e ambigüidade.

Os novos movimentos sociais, portanto, não se dispõem a abarcar todas as dimensões da vida social, formulando reivindicações pontuais, capazes de obter a adesão de grupos sociais diversos. Estas novas lutas, segundo Laclau, evidenciariam a crise de paradigmas enfrentada pelas Ciências Sociais, na medida em que tornariam a determinação dos agentes feita através de categorias pertencentes à estrutura social, a determinação do tipo de conflito em termos de um paradigma diacrônico-evolucionário, e a redução da pluralidade de espaços do conflito social a um espaço político unificado, elementos explicativos insuficientes e ultrapassados.

Estes novos movimentos sociais, na visão de Beck (1999), seriam resultado de processos de formação social de identidades em mundos da vida destradicionalizados e individualizados²¹, nos quais os seres humanos são liberados dos vínculos sociais característicos da sociedade industrial (profissão, classe e família). Para o autor, a liberação dos laços familiares, profissionais e de classe e o impulso à individualização produziram o fenômeno de um “capitalismo sem classes” – embora se mantenham constantes as relações de desigualdade – na medida em que as pessoas fazem de si mesmas o centro de seus projetos de vida e encaram os problemas do sistema como se fossem conseqüências de seu fracasso pessoal.

20 “As categorias de “classe trabalhadora”, “pequeno burguês”, etc., adquirem um significado cada vez mais reduzido como forma de entendimento da identidade global dos agentes sociais. O conceito de “lutas de classes”, por exemplo, não é correto nem incorreto – ele é, simplesmente, totalmente insuficiente para descrever os conflitos sociais contemporâneos” (LACLAU, 1996, p. 42).

21 “[...] los nuevos movimientos sociales (ecología, paz, mujeres) son, por una parte, expresión de las nuevas situaciones de peligro en la sociedad del riesgo y de las contradicciones entre los sexos; por otra parte, sus formas de politización y sus problemas de estabilidad son el resultado de procesos de la formación social de identidad en mundos de la vida destradicionalizados, individualizados” (BECK, 1999, p. 99).

Aliados à disseminação do individualismo e à desintegração dos vínculos sociais tradicionais, outros fatores são apontados para se explicar a diminuição da importância subjetiva do trabalho. Para Offe (1989), por exemplo, a erosão dos alicerces culturais e políticos da identidade coletiva centrada no trabalho²² seria igualmente causada pelo declínio da ética do trabalho e da racionalidade econômica. O trabalho como dever ético estaria em franca decomposição não somente devido à diminuição do tempo reservado ao trabalho, incluindo neste as fases em que o trabalhador se encontra desempregado²³, mas também pela degradação física e psicológica propiciada pelo trabalho. Simultaneamente, a racionalidade econômica aplicada à esfera do trabalho, orientada por critérios técnicos e estratégicos, estaria sendo sobrepujada por uma racionalidade norteada por critérios de valor substantivo, qualitativos e humanos, predominantes no setor de serviços (OFFE, 1989, p. 181). Desta maneira, não mais seria possível falar de um tipo de racionalidade basicamente unificado que organize e governe toda a esfera de trabalho (OFFE, 1989, p. 180).

Tal como Offe, Habermas realiza a distinção entre uma esfera de trabalho governada pela ação racional teleológica, ou seja, pela racionalidade instrumental, e uma esfera comunicacional (mundo vital sociocultural) de interações simbolicamente mediadas, orientadas por normas sociais que definem as expectativas recíprocas de comportamento. A tensão entre estas duas formas de racionalidade abriria espaço para novas formas de resistência e conflito²⁴ que seriam totalmente distintas do “velho

22 “Uma sociedade capitalista industrial altamente avançada, dirigida por um Estado do bem-estar altamente desenvolvido, tende evidentemente a excluir porções crescentes da força de trabalho social da participação na esfera do trabalho assalariado. E essa sociedade não tem à sua disposição os recursos culturais ou as sanções econômicas necessárias para estabilizar a **centralidade subjetiva da orientação para o trabalho**, empreendimento e salários através de normas culturais ou da compulsão silenciosa dos processos de mercado. O trabalho não só foi deslocado objetivamente de seu *status* de uma realidade de vida central e evidente por si própria [...], **o trabalho está perdendo também seu papel subjetivo de força estimulante central na atividade dos trabalhadores**” (OFFE, 1989, p. 194, grifo nosso).

23 Segundo Offe (1989), o aumento do desemprego estrutural levaria ao desenvolvimento de subculturas baseadas em uma economia informal ou paralela, hostis aos valores e regras legais da sociedade do trabalho, podendo transformar-se em uma cultura do desemprego subproletária, uma não-classe de não-trabalhadores.

24 “Uma nova zona de conflitos, em vez do virtualizado antagonismo de classes e prescindindo dos conflitos que as disparidades provocam nas margens do sistema, só pode surgir onde a sociedade tardo-capitalista tem de imunizar-se por meio da despolitização das massas da politização contra a impugnação da sua ideologia tecnocrática de fundo; justamente no sistema da opinião pública administrada pelos meios de comunicação” (HABERMAS, 1987, p. 89).

antagonismo de classes” (HABERMAS, 1987, p. 90). Contudo, para Habermas (1987), isto não significaria o cancelamento, mas apenas a latência das oposições de classe, já que continuariam a existir as diferenças específicas das classes na forma de tradições subculturais.

A extensão do campo da racionalidade econômica em direção às demais dimensões da vida social, também foi alvo das preocupações de Gorz (1991). Contudo, diferentemente de Offe, Gorz não considera a ampliação das espécies de serviço um desafio a este tipo de racionalidade, mas sim a imposição da lógica do mercado sobre relações e atividades anteriormente espontâneas e gratuitas²⁵. Gorz (1991) afirma, portanto, de forma mais crítica e realista, que, longe de apresentar um caráter autônomo e emancipado, o trabalho no setor de serviços representaria a radicalização da exploração capitalista, a constituição de uma “classe servil”.²⁶

Para André Gorz, a saída desta relação de exploração deve ser a substituição da “utopia do trabalho”, que aspira por um trabalho criativo e realizador, por uma “utopia do tempo livre”: “Para a massa de trabalhadores, a utopia diretriz já não é a do ‘poder dos trabalhadores’, mas a do poder deixar de funcionar como trabalhadores; coloca-se menos ênfase na liberação no trabalho e mais na **liberação do trabalho**, com a garantia do pleno salário” (GORZ, 1991, p. 84, grifo nosso).

Com efeito, Gorz deposita suas esperanças no potencial emancipador das massas excluídas do mercado de trabalho, não-submetidas à lógica do capital, para a implantação de uma sociedade livre do trabalho. Em “*Marx, o intempestivo*”, Bensaïd (1999, p. 273) tece contundentes críticas a esta pretensão, considerando-a nada mais do que uma “utopia morna”, “prosaicamente jurídica e estatal”, “refúgio de uma pequena burguesia assalariada e consumidora, colocada entre o martelo burocrático e a bigorna liberal”. Segundo Bensaïd, esta ideologia do não-trabalho deixaria uma série de questões não-respondidas, como por exemplo, “como imaginar a liberação no lazer quando o trabalho continua alienado

25 “Nos encontramos, pues, en un sistema social que no sabe ni distribuir, ni administrar, ni emplear el tiempo liberado; que se asusta de su crecimiento mientras que hace todo lo posible por aumentarlo; y que finalmente no le encuentra otro destino que el de procurar por todos los medios amonedarlo: es decir monetizar, transformar en empleos, integrar en la economía en forma de servicios mercantiles cada vez más especializados, incluso las actividades hasta ahora gratuitas y autónomas que podrían llenarlo de sentido” (GORZ, 1991, p. 19).

26 “[...] se trata de un trabajo de servidor, es decir, de un trabajo que los que se ganan bien la vida transfieren, en beneficio personal y sin aumento de productividad, a aquellas personas para las cuales no hay empleo en la economía” (GORZ, 1991, p. 18).

e alienante?” ou “como desenvolver uma cultura coletiva e criadora quando a própria esfera cultural acha-se cada vez mais submetida à esfera mercantil?”. Além disto, na concepção de Bensaïd (1999, p. 270),

Pretender que esse novo proletariado não-industrial ‘não encontra mais no trabalho social a fonte de seu poder possível’ é emprestar à marginalidade virtudes que ela não possui. [...] Definir esse novo proletariado como uma ‘não-força’ devotada a conquistar não ‘o poder’, corruptor por natureza, mas ‘espaços crescentes de autonomia’ é fazer de impotência virtude e buscar a superação de um produtivismo (certamente criticável) numa inquietante ‘subjetividade absoluta’.

Ao proclamar a necessidade da completa abolição do trabalho e de sua influência sobre a subjetividade, Gorz atribui ao trabalho, qualquer que seja a sua forma, um caráter negativo. Neste aspecto, contrapõe-se à utopia marxista de uma sociedade comunista na qual o trabalho torne-se fator de auto-satisfação e desenvolvimento das potencialidades humanas²⁷, e, em certo sentido, aproxima-se da concepção expressa por Engels em 1873, segundo a qual não se pode conceber uma forma de organização do trabalho que não envolva autoridade²⁸, pois “a ação coordenada e a complexidade dos processos, subordinados uns aos outros, desloca em toda a parte a ação independente dos indivíduos” (ENGELS, 1989, p. 185):

O mecanismo automático de uma grande fábrica é muito mais tirânico do que jamais foram os pequenos capitalistas que empregam operários. Na porta

27 “Na fase superior da sociedade comunista, quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o manual; quando o trabalho não for somente um **meio de vida**, mas a **primeira necessidade vital**; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades” (MARX, 1989b, p. 215, grifo nosso).

28 “O trabalho morto, o espírito coagulado, se interpõe entre o trabalhador e o produto e impede que o trabalho possa ser vivido como atividade, como ação soberana do homem sobre a matéria” (GORZ, 1991, p. 77).

dessas fábricas poder-se-ia escrever, ao menos do que se refere ao período de trabalho: *Lasciate ogni autonomia, voi che entrate!*²⁹ Se o homem, com a ciência e o gênio inventivo, submete as forças da natureza, estas se vingam dele submetendo-o, enquanto as emprega, a um **verdadeiro despotismo, independentemente de toda organização social. Querer abolir a autoridade na grande indústria é querer abolir a própria indústria**, é querer destruir as fábricas de fio a vapor para voltar à roca (ENGELS, 1989, p. 186, grifo nosso).

Conforme procuramos apresentar, grande parte das teorias que afirmam a caducidade da “sociedade do trabalho” com base na perda da importância subjetiva do trabalho enfatizam a incapacidade da categoria trabalho promover a integração, socialização e associação entre os indivíduos nas sociedades contemporâneas. A partir do momento em que os vínculos laborais deixam de ser considerados relevantes pelos indivíduos, sendo apenas mais um aspecto entre tantos outros que formam as suas subjetividades, novas questões relativas a forma de articulação das diferentes identidades sociais com vistas às composições de classe tendem a emergir.

A SOBREVIVÊNCIA DAS CLASSES SOCIAIS

Assim como ocorreu com o paradigma do trabalho, a noção de classes sociais foi submetida a severas críticas, tendo sido invalidada por grande parte dos teóricos sociais contemporâneos. A heterogeneidade do mundo do trabalho e o enfraquecimento das organizações de classe tradicionais viriam a reforçar as teses do “fim das classes sociais” e da perda de centralidade dos conflitos econômicos. Contudo, se há sessenta anos atrás proclamava-se a extinção das classes sociais com base na harmonização e suspensão dos conflitos entre capital e trabalho, devido às regulamentações efetuadas pelo Estado do Bem-Estar Social, hoje, a própria situação de caos social, desproteção e insegurança na esfera de trabalho constitui uma das razões apontadas para tal desaparecimento.

Não se nega, em regra, o fato de que tanto nos centros do capitalismo quanto na periferia verifique-se uma exorbitante desigualdade social, altos níveis de miséria e a pauperização dos trabalhadores;

29 “Aquele que aqui entrar, ponha de lado toda autonomia”.

no entanto, como a crise se fez acompanhar de um processo de fragmentação, dispersão e individualização dos trabalhadores, a avocação de identidades de classe foi colocada em dúvida³⁰. Nas palavras de Dahrendorf (1982, p. 61):

Se alguma vez existiram duas classes sociais grandes, homogêneas, polarizadas e identicamente situadas, hoje, certamente, elas deixaram de existir, de tal modo que uma teoria marxista sem modificações está destinada a fracassar na explicação da estrutura e dos conflitos das sociedades industriais avançadas.

A dificuldade de se ajustar a diversidade de ocupações e a complexidade das formas de trabalho a uma concepção estrutural rígida e fechada de classe ancorada exclusivamente nas relações de produção, evidenciou as limitações da idéia de classe como forma de estratificação. Neste sentido, o conceito de classes, tal como este foi desenvolvido por Thompson, como relação e processo, parece resgatar a dimensão histórica, ausente no modelo anterior.

O conceito de classe como relação e processo enfatiza que as relações objetivas com os meios de produção são significativas na medida em que estabelecem situações antagônicas que acabam por gerar experiências subjetivas de luta e conflito. Assim, é a experiência comum de resistência à exploração que reúne grupos heterogêneos em uma classe. As formações de classe e a descoberta da consciência de classe se desenvolvem, portanto, a partir do processo de luta, à medida que as pessoas “vivem” e “trabalham” suas situações de classe (WOOD, 2003, p. 76).

Com efeito, a grande diversidade no interior do mundo do trabalho, que engloba uma imensa gama de trabalhadores nos mais diferentes postos e regimes de trabalho, percebendo rendas variadas, não obstaculizaria a sua união em uma única classe social. Como Marcuse (1999) brilhantemente constatou no final da década de 60:

30 “O assalariamento está generalizado, como nunca esteve, em escala mundial e a exploração dos trabalhadores, segundo os indicadores mais confiáveis, recrudescer. No entanto, o movimento operário independente não existe mais como fenômeno de massa e internacional. A luta de classes regressou para níveis os mais baixos. A situação atual do capitalismo impõe, mais do que nunca, uma revisão na concepção economicista das classes sociais” (BOITO JR., 2003, p. 242).

Nós precisamos captar as tendências que o processo material de produção expõe aos nossos olhos, a saber, que cada vez mais empregados altamente qualificados, técnicos, especialistas, etc., ocupam uma posição decisiva no processo de produção material e, inclusive em termos marxistas, se convertem desta maneira em membros da classe trabalhadora industrial. No meu modo de ver há um **alargamento da base de massa potencial**, há uma nova classe trabalhadora industrial tradicional, o que **aumenta o número dos explorados**. Essa ampliação para **uma grande base de massa, porém muito difusa e fragmentada**, modifica a relação entre os quadros de esquerda que militam politicamente e as massas. O que precisamos imaginar não é um movimento grande e centralizado, mas ações políticas regionais e locais contra abusos específicos (MARCUSE, 1999, p. 83-84, grifo nosso).

Marcuse além de nos chamar a atenção para a ampliação da classe trabalhadora industrial, que inclui os empregados altamente qualificados, mostra que ao invés de se tentar a todo custo conformar os trabalhadores às formas de organizações tradicionais, tratar-se-ia de inventar novas táticas e estratégias e criar formas de organização mais adequadas à classe trabalhadora em constante processo de transformação.

A nosso ver, estes esforços de ampliação da base da massa trabalhadora – defendidos recentemente por Antunes (2000a; 2000b) – são extremamente válidos. Diferentemente de Lessa (2003), que adota critérios ontológicos para distinguir entre operários (que produzem a riqueza social) e assalariados não-operários (que, tal como a burguesia, vivem da riqueza produzida pelos operários), acreditamos que não é possível extrair a partir da natureza do trabalho (se produtivo ou improdutivo) conclusões a respeito da consciência de classe³¹:

31 “São as diversas inserções dos indivíduos na estrutura produtiva de uma sociedade que diferenciam as classes entre si: é a função que exercem na reprodução social o fundamento material da distinção entre as classes” (LESSA, 2003, p. 268). “Se substituirmos esse critério ontológico do assalariamento, colocaremos-nos em uma posição teoricamente insustentável. Pois, das duas uma: 1) ou, sendo absolutamente coerentes, consideraremos como trabalhadores as personificações do capital que percebem elevados salários (executivos, gerentes, políticos, ideólogos da burguesia, etc.) pelo simples fato de serem assalariados; 2) ou, então, teremos de distinguir os salários dos trabalhadores daqueles

Na esfera política, o fato de os assalariados não-operários, ao mesmo tempo, serem explorados pela burguesia e se apropriarem indiretamente da riqueza produzida pelo trabalho, é o fundamento da ambigüidade que caracteriza a relação que mantém com os operários. Na condição de explorados pelo capital, tendem a aproximar-se dos operários na luta por uma repartição mais equânime da riqueza social; porém, quando a questão decisiva, a luta contra a propriedade privada, entra em cena, a tendência é serem polarizados em algum grau pela defesa da sociedade capitalista (LESSA, 2003, p. 266).

Ao adotar um “purismo” extremado, que o leva a vislumbrar apenas operários como sujeitos revolucionários – o que levaria à inviabilidade de qualquer movimento revolucionário – Lessa desconsidera a íntima relação existente entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo nas sociedades industriais avançadas:

[...] com o desenvolvimento da subsunção real do trabalho ao capital ou do modo de produção especificamente capitalista, **não é o operário industrial, mas uma crescente capacidade de trabalho socialmente combinada que se converte no agente real do processo de trabalho total**, e como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato da formação de mercadorias, ou melhor, de produtos – este trabalha mais com as mãos, aquele trabalha mais com a cabeça, um como diretor (manager), engenheiro (engineer), técnico etc., outro, como capataz (overlooker), um outro como operário manual direto, ou inclusive como simples ajudante –, **temos que mais e mais funções da capacidade de trabalho se incluem no conceito imediato de trabalho produtivo, e seus agentes no conceito de trabalhadores produtivos, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral a seu processo de valorização e produção**. Se se considera o trabalhador coletivo, de que a oficina consiste, sua atividade combinada se realiza materialmente (materialiter) e de maneira direta num produto total que, ao mesmo tempo, é um volume total de mercadorias; é absolutamente indiferente que a função

outros salários que fazem de quem os recebem, burgueses (no sentido da personificação do capital)” (LESSA, 2003, p. 268).

de tal ou qual trabalhador – simples elo desse trabalho coletivo – esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto (MARX, 1978, apud ANTUNES, 2000a, p. 58, grifo nosso).

O fato de todas as categorias além da dos capitalistas e da pequena burguesia estarem separadas da posse dos meios de produção e forçadas a vender sua força de trabalho por um salário, as submetem a condições de exploração que potencialmente podem culminar em uma formação e consciência de classe. Conforme explicita Przeworski (1977, p. 24, grifo nosso),

Na análise de Marx, também o trabalho dos empregados no comércio, embora não crie mais-valia, permite ao comerciante capitalista apropriar-se da mais-valia sem pagar aos empregados o equivalente total do seu trabalho. Neste sentido, ambas as categorias – **a reprodutiva e a de serviços** – embora vivendo à custa do excedente produzido pelos trabalhadores, estão **separadas dos meios de produção, forçadas a vender sua força de trabalho e, neste sentido particular, exploradas pelo capitalista**. Isto produz uma comunhão de interesses definida em termos de uma série de características secundária, principalmente de natureza distributiva, e leva à noção da massa trabalhadora, o equivalente moderno das *'classes labourieuses'*. Assim definida, a classe trabalhadora é suficientemente ampla para constituir a classe trabalhadora em maioria.

Ao longo deste trabalho procuramos apresentar alguns dos argumentos defendidos por teóricos que pregam o “fim da sociedade do trabalho”, e com ela o “fim das classes sociais” e o “fim da luta de classes”. Como procuramos mostrar, as transformações ocorridas na sociedade industrial capitalista não podem dar ensejo a uma sociedade livre do trabalho, pelo fato de que a própria sobrevivência do sistema capitalista depende da apropriação do sobretrabalho do trabalhador pelo capitalista. Desta forma, a exacerbação da lógica do capital, levada às suas últimas conseqüências, acarretaria uma grave crise sistêmica.

Do mesmo modo que o trabalho, a noção de classes sociais não estaria fadada à extinção, devendo ser ampliada para além da definição estruturalista que a vincula com posições predeterminadas no modo de produção, de forma a abranger toda a heterogeneidade presente na esfera do trabalho.

Finalmente, cabe ressaltar que as teorias que entrevêm o ingresso em uma nova sociedade, espiritualmente realizadora e materialmente afluyente, revestem-se de um claro caráter ideológico, devendo ser interpretadas criticamente à luz da realidade social efetivamente vivida. Este breve início de século pode desmentir uma série de previsões fantasiosas movidas por uma excitação intelectual orientada por uma ideologia do progresso que cultua cada inovação tecnológica como o sinal de novos tempos, e apresada em descartar conceitos e teorias desmistificadoras e críticas da ordem existente.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

BECK, U. **La sociedad del riesgo**: hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós, 1999.

BELL, D. **The coming of post-industrial society**: a venture in social forecasting. New York: Harper Collins Publishers, 1976.

BENSAÏD, D. **Marx, o intempestivo**: grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BEYNON, H. A destruição da classe operária inglesa? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, ano 10, n. 27, 1995.

BOITO JR. A. Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista. **Crítica Marxista**, São Paulo: Boitempo, n. 15, 2002.

_____. A (difícil) formação da classe operária. **Marxismo e Ciências Humanas**, São Paulo: Xamã, 2003.

CHAUVEL, L. Classes e gerações: a insuficiência das hipóteses da teoria do fim das classes sociais. **Crítica Marxista**, São Paulo: Boitempo, n. 15, 2002.

- DAHRENDORF, R. **As classes sociais e seus conflitos na sociedade industrial**. Brasília: UNB, 1982.
- DRUCKER, P. F. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- ENGELS, F. Sobre a autoridade. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-omega, 1989. v. 2.
- GORZ, A. **Metamorfosis del trabajo**: busqueda del sentido. Madrid: Sistema, 1991.
- HABERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- IANNI, O. A crise de paradigmas na sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, ano 5, n. 13, 1990.
- LACLAU, E. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, n. 2, v. 1, 1996.
- LAZZARATO, M; NEGRI, A. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LESSA, S. Trabalho, trabalho abstrato, trabalhadores e operários. **Marxismo e Ciências Humanas**, São Paulo: Xamã, 2003.
- MARCUSE, H. **A grande recusa hoje**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988. t. 1, v. 1 (Coleção Os economistas).
- _____. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 1, t. 2. (Coleção Os economistas).
- _____. Crítica ao Programa de Gotha. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-omega, 1989. v. 2.
- MILLS, W. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- NEGRI, A. **Cinco lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PEREIRA, V. M. C. Trabalho e trabalhadores numa sociedade sem empregos. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro: IEC, ano 3, n. 4, 1998.

PRZEWORSKI, A. O processo de formação das classes. **Revista Dados**, Rio de Janeiro: IUPERJ, n.16, 1977.

RIFKIN, J. **A era do acesso**. São Paulo: Pearson Education, 2001.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Tradicón, revuelta y conciencia de clase**. Barcelona: Crítica, 1979.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

Desencantamento do mundo: acréscimos-explicativos de Max Weber à “versão final” de “A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo”

Márcio Luiz do Nascimento (UNICAMP)

RESUMO

Neste artigo, ver-se-á que o acréscimo-explicativo de Max Weber à “versão final” de A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo, com o qual trabalhou-se, retomou o conceito de “desencantamento do mundo” depois de passados quase uma década e meia de sua pesquisa e amadurecimento nos estudos sobre o papel das religiões universais e das formas de religiosidade. O “Weber maduro” retomou o processo histórico-religioso de superação de toda e qualquer forma de salvação mágico-sacramental, ocorrido no seio do puritanismo ascético, como uma das sínteses mais elaboradas que havia alcançado o processo de “desencantamento do mundo”. A Religião que possivelmente foi a expressão da cultura que mais contribuiu, por meio da racionalização da visão de mundo, para que se processasse a cisão definitiva entre a unidade das imagens primitivas do mundo e os destinos humanos, comprometendo assim toda possibilidade de “totalidade ética”, paradoxalmente, experimentou na Modernidade sua expulsão para o reino do irracional. A razão aliou-se à ciência e a primeira reivindicou o lugar do Destino, enquanto, a segunda ab-rogou para si a condição de única forma possível de uma visão explicativa do mundo.

Palavras-chave: Desencantamento. Religiões éticas. Eticidade. Puritanismo ascético. Religiões mágicas. Religiões de salvação.

ABSTRACT

This paper shows that the explanatory addendum of Max Weber to his ‘final version’ of Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism, with whom he worked up, called on the concept of “disenchantment of the world” almost fifteen years after his research on the role of universal religions and forms of religiosity. The “mature Weber” drew on the historical-religious overcoming process of any form of magical or sacramental salvation, which took place within the ascetic Puritanism, as one of the most elaborated syntheses that the process of “disenchantment of the world” had reached. Although religion had possibly been the expression of culture that, through the rationalization of the vision of world, contributed most to the definitive cleavage between the unity of primitive images of the world and human

destinies, thus compromising any possibility of “ethical totality”, it was paradoxically evicted to the realm of the irrational, in modernity. Reason and science became allies: the first one claimed the place of Destiny, while the second one assumed the condition of only possible form of explanatory vision of the world.

Keywords: Disenchantment. Ethical religions. Ethicity. Ascetic puritanism. Magical religions. Religions of salvation.

INTRODUÇÃO

O conceito de “desencantamento do mundo” constitui o núcleo de nosso trabalho à medida que percebemos que Weber na versão final de *A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo*, em particular na Parte II *Idéia de profissão do protestantismo ascético* – cap. *Os fundamentos religiosos da ascese intramundana*, enfatiza em algumas de suas notas e acréscimos-explicativos que o citado conceito refere-se ao processo de racionalização (teórico e prático) observado na religião judeu-cristã, logo limita-se ao processo histórico-religioso de desmagificação ocorrido no Ocidente.

Por meio deste conceito, observamos que Weber pôde diagnosticar que as religiões éticas depararam-se na Modernidade (momento histórico no qual se processou definitivamente a autonomização das esferas culturais) com a impossibilidade de oferecerem uma religião de salvação do coletivo e, menos ainda, a possibilidade de recuperação de uma pretérita eticidade (“totalidade ética”¹) capaz de dar sentido e significação à existência do homem moderno.

O processo de ‘desencantamento do mundo’ iniciado no judaísmo dos profetas desmagificou, desdivinizou, num primeiro momento, o mundo mágico-mítico e, na Modernidade, alcançou no puritanismo ascético sua maior síntese. O processo foi acelerado por meio, entre outros, da ação racional. Num primeiro momento da história das religiões éticas, a razão² e o pensamento ontológico uniram-se

- 1 O conceito de ‘totalidade ética’ retiramos de Hegel: união total entre moral e direito, cidadão e crente, fé e razão por meio de único ethos (HABERMAS, 1990, p. 36).
- 2 O termo razão usamo-lo muitas vezes com sentido personificado. O motivo maior tem haver mais com o estilo de apresentação do trabalho, pois assim retomamos a “razão” com toda a carga de determinações que assumiu no Ocidente: como faculdade do conhecimento, guia do entendimento para Kant, como a exteriorização do absoluto para Hegel. Não desconhecemos a crítica de Weber, para não citar as críticas de Nietzsche, Guattari, Deleuze, Foucault, Adorno e Horkheimer, de que a razão é poder: os embates entre magos e sacerdotes, entre profetas e sacerdotes, as diferentes religiosidades elaboradas por homens de fé, enquanto portadores de **interesses** de diferentes estratos – cada religião

para expulsar o pensamento mágico-mítico, porém na Modernidade observamos que a razão aliada ao pensamento científico expulsou o pensamento teológico-ontológico. A mesma razão que ofereceu às religiões éticas elementos do discurso racional³ (princípios e categorias racionais teleológicas) para a racionalização do mundo mágico-mítico, reivindicou na Modernidade a condição de única via para emancipação do gênero humano e laborou, como hoje ainda labora, para a expulsão definitiva da religião para o reino do irracional.

A religião reagiu ao expurgo da razão, mas saiu ferida do embate, ocasião em que pôde constatar que a razão tornara o Deus das religiões éticas sumamente impessoal ao preço da superação da unidade das imagens de mundo 'primitivas' que possibilitavam a união entre acontecimentos cósmicos e destinos coletivos (inclusive individual)⁴. As religiões éticas⁵ (no caso em questão o puritanismo ascético) contribuíram decisivamente para que houvesse o surgimento do indivíduo (o solitário indivíduo moderno) em sua busca solitária de salvação pessoal à medida que se apresentavam como religiões de um Deus eterno, imutável, onisciente, em uma palavra, um Deus cada vez mais impessoal. O puritanismo ascético levou até as suas últimas conseqüências a atribuição de predicados racionais (princípios e atributos lógicos e teleológicos) ao seu Deus-Único, os quais lhe tornaram um Deus tão impessoal que a ascese racional puritana somente poderia prometer salvação ao indivíduo enquanto indivíduo. Trabalhamos com três textos de Weber que são anteriores à versão final de *A Ética Protestante e o 'Espírito' do Capitalismo* (2004): *"Rejeições Religiosas do mundo e suas direções"* (1980), *"Ensayos sobre sociología de la religión"* (1987) e *"Ciência e Política: duas Vocações"* (1967). Como textos de apoio lançaremos mão dos trabalhos: Pierucci (1998) *"Secularização em Max Weber"*, Pierucci (2003) *"O Desencantamento do Mundo"* e Habermas (1990) *"O Discurso Filosófico da Modernidade"*.

teve portadores para as suas camadas sociais (trägerschicht) as quais estavam previamente predispostas e interessadas em determinadas crenças e teologias.

- 3 "O racionalismo grandioso, subjacente à orientação ética de nossa vida e que brota de todas as profecias religiosas, destronou o politeísmo, em benefício do 'Único de que temos necessidade'; mas desde que viu diante da realidade da vida interior e exterior, foi compelido a consentir em compromissos e acomodações de que nos deu notícia a história do cristianismo" (WEBER, 1967, p. 42).
- 4 Ver Esboço de uma teoria geral da magia (MAUSS, 2003, p. 49-178). Ver também o excelente trabalho de Eduardo Viveiros de Castro, *Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena* (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 347-399).
- 5 WEBER, 1987, p. 241.

DESENVOLVIMENTO

O acréscimo-explicativo de Weber que analisaremos dentro da proposta deste trabalho encontra-se na versão final de *A Ética Protestante e o 'Espírito' do Capitalismo* entre as páginas 95-96. Este acréscimo-explicativo, acreditamos que foi decorrente da constatação de Weber de que o puritano ascético em sua busca pela “certitudo salutis” estava submetendo-se a uma doutrina religiosa que lhe exigia progressivamente “inaudita solidão interior” (WEBER, 2004, p. 95) como decorrência da necessidade de traçar o seu próprio caminho de salvação pessoal. A doutrina puritana avançou, como bem observara Weber na versão de 1905 de *A Ética Protestante*, na superação de quatro aspectos presentes no Catolicismo (alguns dos quais presentes no Luteranismo):

Primeiro, negava ao crente que a interpretação da palavra de Deus se desse pelo “pregador” ou pelo ‘Magistério da Igreja’, reforçando assim a compreensão do Luteranismo de livre interpretação da Palavra de Deus a qual deveria ser acrescida o esforço elaborativo (interpretação) do crente no sentido de que essa Palavra incidisse na sua ação no mundo. Este exercício era sofridamente solitário e individual porque supunha que a experiência de conversão do eleito se desse intimamente entre Deus (em seus caminhos inescrutáveis) e o crente sem a mediação de qualquer outra criatura.

Segundo, o puritanismo ascético não considerava que os sacramentos tivessem qualquer ação salvífica ou atuassem como meios de preparação ou reparação para ação eficaz da Graça, ao contrário da Teologia Dogmática da Igreja Católica que considerava que o sacramento “imprimi essência”. Por exemplo, aquele que recebe o Sacramento da Ordem goza dos poderes do exercício do múnus sacerdotal, mesmo após o abandono da vida consagrada.

Para Weber, a negação do Sacramento da Confissão pelo puritanismo ascético representou no processo de “desencantamento do mundo” a superação da eficácia das formas mágicas para o alívio da culpa, o que colocou em questão as determinações eclesiástico-salvíficas da Igreja Católica Ocidental, enquanto momentos de doutrinação e de conseqüente perpetuação do domínio religioso da Igreja e, além disto, exerceu impactos perceptíveis na “práxis moral cotidiana” dos puritanos calvinistas, pois resultou na consolidação de “métodos coerentes de condução de vida como um todo [...] racionalizada em seu percurso intramundano e dominada por um ponto de vista exclusivo: aumentar a Glória de Deus na Terra” (WEBER, 2004, p. 107).

A tensão entre estar ‘em pecado’ ou em ‘estado de Graça’ não era aliviada por meio da confissão ritual (religiões mágicas) ou auricular (Igreja Católica), mas pela fé incondicional na misericórdia de um Deus absolutamente insondável e imutável nos seus planos salvíficos e pela ‘comprovação’ da ‘eleição’ (chamado/vocação) por meio do exercício da ascese racional intramundana.

O obstáculo à remoção da ‘culpa afetivamente carregada’ por meio do Sacramento da Confissão e mesmo por meio dos sacramentais (cinzas, água benta, culto às relíquias, etc) colocou no caminho do crente puritano o imperativo de que a realização de sua salvação exigia dele determinação para perseverar na sua trilha solitária rumo à “santificação” e na construção de uma conduta de vida planejada racionalmente que regrasse os seus instintos desordenados.

Terceiro, o puritanismo ascético não poderia recorrer à Igreja como meio de salvação, entendida como sacramento de salvação pelos católicos e ‘comunidade da Graça’ para os luteranos. O puritanismo ascético doutrinou que a ‘comprovação’ da vocação não estava na observância estrita dos preceitos religiosos e rituais como também não estava na fé incondicional na misericórdia de Deus, mas na observação estrita dos mandamentos e no exercício de uma profissão no mundo.

Quarto, o puritanismo ascético deu mostra do seu alto grau de exigência e racionalização ao impor limites à própria ação salvífica do Deus-Filho: toda ação salvífica do Deus-Encarnado foi direcionada aos eleitos. Com isto o puritanismo ascético era conseqüente com sua doutrina, racionalmente construída, de que se o mérito humano ou a culpa humana fossem determinantes para fixar o destino salvífico do crente, então as decisões de Deus não eram absolutamente livres e nem estabelecidas desde a eternidade, mas antes eram passíveis de alteração pelo mérito das obras humanas, ‘idéia impossível’ (WEBER, 2004, p. 94) para um puritano ascético.

Tal concepção carregava no seu interior, por um lado, toda a potencialidade da razão (ação racional) na elaboração de uma visão de mundo racional e sistematicamente construída e, de outro lado, toda a limitação que a razão mesma ‘esclarece’ à religião das suas *“transgressões igualmente incoerentes, tão logo ela abre mão da incomunicabilidade inexpugnável das experiências místicas”* (WEBER, 1980, p. 263).

O protestantismo ascético ao sistematizar, basicamente, a fundamentação do ethos e critério de sua doutrina no princípio da subjetividade atrelou à conduta de vida racional a ascese intramundana posta pelo sujeito mesmo, e, nisto o puritanismo ascético enveredou-se pela Modernidade cujo princípio, o sujeito é sujeito transcendental: o sujeito se refere a si mesmo como unidade de representação⁶.

Após Max Weber ter apontado que a doutrina do puritanismo ascético havia processado a superação da possibilidade de “certitudo Salutis”, peremptoriamente, pela ação salvífica de “nenhum

6 “[...] a lógica ético-religiosa do antigo judaísmo profético e faz despontar, inaugurando a modernidade não no pensamento, mas na vida, a conduta de vida metódica por vocação” (PIERUCCI, 2003, p. 210).

pregador”, “nenhum sacramento”, “nenhuma Igreja” e “nenhum Deus” (WEBER, 2004, p. 95), Weber na ‘versão final’ fez um acréscimo-explicativo no qual o conceito de *Entzauberung der welt* (desencantamento do mundo) ganhou em clareza, delimitação histórica e definição religiosa. Segue o acréscimo:

[Isto: a supressão absoluta da salvação eclesiástico-sacramental (que no luteranismo de modo algum havia se consumado em todas as suas conseqüências) era o absolutamente decisivo em face do catolicismo. Aquele grande processo histórico-religioso do desencantamento do mundo que teve início com as profecias do judaísmo antigo e, em conjunto com o pensamento científico helênico, repudiava como superstição e sacrilégio todos os meios mágicos de busca da salvação, encontrou aqui sua conclusão. O puritanismo genuíno ia ao ponto de condenar até mesmo todo vestígio de cerimônias religiosas fúnebres e enterrava os seus sem canto nem música, só para não dar trela ao aparecimento da superstition, isto é, da confiança em efeitos salvíficos à maneira mágico-sacramental. Não havia nenhum meio mágico, melhor dizendo, meio nenhum que proporcionasse a graça divina a quem Deus houvesse decidido nega-la] (WEBER, 2004, p. 95).

A ênfase com que Pierucci ressaltou que o conceito de “desencantamento do mundo” alcançou em termos de precisão e delimitação na versão final de *A Ética Protestante*, decorreu em grande parte do acréscimo que Weber efetuara nesta versão. Neste acréscimo, Weber concluiu que o conceito de “desencantamento do mundo” (*entzauberung*) é histórico e não abstrato, especificamente Ocidental (judeu-cristão), diz respeito a “uma forma específica de racionalização religiosa” (PIERUCCI, 2003, p. 208) e de superação “da magia sacramental como via de salvação” (WEBER, 2004, p. 206).

Neste adendo-explicativo, percebemos que Weber considerava que o conceito de “desencantamento do mundo”, presente no texto da versão final de *A Ética Protestante*, refere-se ao processo histórico-religioso ocorrido nas religiões judeu-cristãs nas quais o processo de racionalização foi iniciado com as profecias do judaísmo antigo por meio de suas elaboradas ações de desmagificação da religiosidade Ocidental (PIERUCCI, 2003, p. 201). A ‘supressão absoluta da salvação eclesiástico-sacramental’ e ‘mágico-sacramental’ (WEBER, 2004, p. 96), representava a superação da forma de religiosidade católica e mesmo luterana. Isto decorreu do avanço dos estudos weberianos sobre as religiões mundiais após a primeira versão de *A Ética Protestante*.

Pierucci, ao analisar o conceito weberiano de “desencantamento do mundo” em *A Ética Protestante*, conclui a respeito da nota de número 20 (WEBER, 2004, p. 206) que

eis aí uma estrita definição de desencantamento do mundo. Talvez a mais estrita nos termos que emprega esforço evidente da parte de Weber de fincar pé no significado preciso [...] tão explicadinhas, que delas se pode dizer que não deixam a menor dúvida de que ainda em 1920 o termo ‘desencantamento’ remetia à desmagificação da vida religiosa (PIERUCCI, 2003, p. 200-201).

O avanço, na definição do conceito weberiano de “desencantamento do mundo” na versão final de *A Ética Protestante*, dependeu fundamentalmente da compreensão de Weber acerca das mudanças historicamente e doutrinariamente processadas no sentido da superação da magia, observadas nas formas religiosas judeu-cristãs. Na “Introdução” de *“Ensayos sobre sociología de la Religión”*, Weber descreveu como por meio do processo de desmagificação, operou-se a passagem das religiões mágicas para as religiões éticas.

As diferentes interpretações que o sofrimento alcançou entre os diferentes portadores sociais (trägers) foi o eixo teórico em torno do qual Weber descreveu como se deu a passagem das religiões mágicas para as religiões éticas. Com base nestas interpretações do sofrimento, Weber pôde delimitar e singularizar quais aspectos concorreram no Ocidente para a superação da magia, iniciada pela ação dos profetas do judaísmo e que atingiu com o puritanismo ascético formas mais elaboradas do ponto de vista da racionalização teórica.

No primitivo culto das comunidades, o sofrimento, segundo Weber, não estava associado à idéia de corruptibilidade intrínseca à natureza humana, nem a culpa dos antepassados, nem à idéia de pecado devido à queda dos primeiros homens. O sofrimento era “sintoma do ódio divino e da culpa secreta” (WEBER, 1987, p. 237) e sua permanência ou superação dependia das ‘qualidades’ dos deuses, por sinal, vítimas de paixões tão humanas (ciúmes, ódios, preferências, arrogância, traições), ou do grau de culpabilidade que rondava os indivíduos para os quais a sofrimento podia decorrer das motivações mais intrigantes possíveis diante dos olhos do homem moderno, mas contudo, não decorria fundamentalmente da concepção de que era causado pelos pecados eternamente recorrentes ou pela “queda original” do Homem. Isto se tornou tanto mais compreensível para Weber e plausível logicamente para nós se pensarmos que o homem nas sociedades primitivas não dissociava destino coletivo (inclusive destinos individuais) do Cosmos (EVANS-PRITCHARD, 1978).

Assim, o sofrimento no primitivo culto das comunidades, observou Weber (1987, p. 238),

[...] excluía todos os interesses individuais. O deus tribal, o deus local, o deus da cidade e do Império, cuidava unicamente de interesses que incubiam a totalidade [...] para a prevenção e cura dos males que afetavam o indivíduo enquanto indivíduo, sobretudo da enfermidade, este não se dirigia ao culto da comunidade, senão que, se dirigia enquanto indivíduo ao mago, ao mais antigo dos ‘pastores’ individuais de almas.

Para o mago, a proposta de redenção do sofrimento estava associada à pureza ritual, pois ele entendia que o sofrimento não resultava do mal, entendido como princípio ou entidade (entidade do mal) personificada. O sofrimento era antes consequência da perda da harmonia parcial ou total (morte) da coletividade (inclusive indivíduos) com as forças cósmicas.

Essa “unidade da imagem primitiva do mundo” supunha que o curso biológico da vida no seu ir e vir (mudanças das estações climáticas e transformações dos seres vivos etc.) e os movimentos dos astros eram governados por espíritos os quais foram convertidos nos “representantes favoritos do mito de um deus que sofria, morria e ressuscitava e que garantia também aos homens em sua miséria o retorno da felicidade imanente e da segurança do transcendente” (WEBER, 1987, p. 239). Weber ressaltou que com isto a religiosidade deu um passo além no sentido da construção do “mito de um salvador” racionalmente elaborado, pois de um lado, desencantava o mundo ao pressupor que o Cosmo não estava ao sabor das “forças brutas da natureza” e, de outro lado, respondia de certa forma ao problema do sofrimento, entendido como pressão de desgraças típicas e eternamente recorrentes ao considerá-lo como superável e passageiro com a chegada do deus redentor ressuscitado.

As celebrações religiosas comunitárias das quais os magos se ocupavam, tiveram como clientela as massas em busca de ‘redenção’ e alívio de sofrimentos individuais. Essas massas cultuavam constelações de deuses de filiações tribais ou locais muito diversas. Para o alívio dos sofrimentos, o mago procurava antes de tudo associar qual culpa produzia certo sofrimento. Neste momento da história das religiões, havia a concepção de que a culpa decorria de “faltas cometidas contra os mandamentos rituais” (WEBER, 1987, p. 239) e o ascetismo mágico, que sofreu resignificações nas religiões éticas, concebia a mortificação e a abstinência (de alimentos ou relações sexuais) como meios capazes de aumentarem qualitativamente a eficácia das fórmulas mágicas ou “manter a pureza do culto” (WEBER, 1987, p. 239).

Observamos que, segundo Weber, as religiões mágicas visavam em termos gerais o alívio do sofrimento do indivíduo enquanto indivíduo independente da sua condição étnica. Os magos foram os portadores das condições religiosas e sociais para o indivíduo experimentar o alívio da culpa e do sofrimento, enquanto indivíduo. Logo, nas religiões mágicas, a superação do sofrimento e da culpa estava

radicalmente apoiada na obediência e no seguimento estrito dos mandamentos rituais os quais estavam por sua vez estruturados, basicamente, em fórmulas mágicas e celebrações rituais (pureza ritual).

O estado de tensão entre as religiões de salvação e o mundo assumiu, segundo Weber, aspectos cada vez mais conflitantes à medida que as religiões de salvação submeteram-se ao processo de eticização (*ethizierung*) na tentativa de racionalização sistemática e prática das imagens de mundo e das concepções de vida as quais resultaram em doutrinas religiosas tais nas quais se observa a “pretensão do postulado ético de que o mundo é um cosmo ordenado por Deus e, portanto, significativo e eticamente orientado” (WEBER, 1980, p. 261).

Este postulado ético, como bem analisou Weber em seu estudo *Rejeições Religiosas do Mundo*, ganhou nas religiões graus variados de exigência e evidência doutrinários devido ao imperioso pressuposto específico de que a compreensão do curso do mundo é significativa (goza de ordem intrínseca) para a compreensão do destino dos homens e sofre desdobramentos segundo a demanda dos portadores sociais.

Porém, o postulado ético de que o mundo é um cosmos ordenado, esbarrou numa questão-limite: o “sofrimento do justo”. Diante da constatação de que igualmente o justo, as boas obras e as más obras desaparecem com a morte, apesar do atributo de intemporalidade e perfeição predicaados a Deus, as religiões de salvação, tanto mais eticizadas, resignificaram o mal como um princípio introduzido pelo pecado e o sofrimento com uma das formas de glorificação ou mesmo de ascese que permitiam ao crente aproximar-se de Deus: “[...] a culpa religiosa podia surgir, agora, não só como uma concomitante ocasional, mas como uma parte integral de toda cultura, de toda conduta num mundo civilizado e, finalmente, de toda a vida estruturada em geral” (WEBER, 1980, p. 264).

Diante da contradição vivenciada pelo crente de que não há plausibilidade entre destino e mérito (sofrimento do justo), as religiões eticizadas deram soluções religiosas com base na doutrina da “origem do pecado” que assumiu nas diferentes religiões vários matizes. Weber selecionou três soluções, entre tantas que a história das religiões conheceu, para a compreensão do sofrimento do justo e da injustiça no mundo: migração das almas, a expiação da culpa dos antepassados que podia estender-se até a 4ª geração e a concupiscência intrínseca à toda criatura (WEBER, 1987). Dentre as promessas de compensação neste ou noutro mundo, weber selecionou três: reencarnação, instauração do reino messiânico e esperança no paraíso. Por fim, Weber apontou três sistemas de pensamento como racionalmente satisfatórios que foram elaborados a fim de superar a incongruência entre destino e mérito: doutrina indiana do karma, dualismo zoroástrico e doutrina da predestinação (WEBER, 1987).

As religiões de salvação surgiram na constelação da história das religiões universais como proposta de salvação do indivíduo em oposição ao “primitivo culto da comunidade e, sobretudo, ao culto

das comunidades políticas” (WEBER, 1987, p. 238). As religiões de salvação delimitaram com maior clareza suas fronteiras religiosas em relação às religiões mágicas à medida que se sujeitavam ao processo de eticização (ethisierung) o qual avança na sistematização e racionalização das formas de vida e concepções de mundo.

Uma religião de salvação que se submetia ao processo de eticização (ethisierung) assumia os contornos de uma religião ética, quando colocava o crente num ‘estado permanente’ tal que o protegia intimamente contra o sofrimento por meio da internalização de “*habitus*” sagrados permanentes e duradouros (dauer habitus) que garantissem a sua salvação, em oposição à ação salvífica das religiões mágicas nas quais o mago assegurava a salvação do indivíduo enquanto indivíduo por meio de rituais externos de caráter transitório.

Num primeiro momento, segundo observação de Max Weber, as religiões de salvação “não se vincularam com requisitos éticos, senão rituais” (WEBER, 1987, p. 240). Tanto o “profeta como o salvador legitimaram-se através da posse do carisma mágico” (WEBER, 1987, p. 242), pois foi o mágico que lhes antecipou historicamente por meio da ascese mágica em certos modos de comportamento que lhes permitiram posteriormente a consolidação de modos de estilos de vida metodicamente construídos com vistas a posse de “qualidade carismáticas”. Foram os magos que elaboram, apontava Weber, os primórdios para o lançamento das bases do ascetismo na sua face de Jano: “a renúncia ao mundo, e, do outro, o domínio do mundo em virtude de poderes mágicos obtidos pela renúncia” (WEBER, 1987, p. 242).

Na passagem do ritualismo para a “religiosidade de convicção”, o ‘ato sagrado’ assumiu a condição de “estado sagrado”. Este último dava-se pelo efetivo cumprimento de ordens de direções positivas e divinas (normas éticas) as quais submetidas ao processo de racionalização, incidiriam nas imagens de mundo e convicções do crente por meio de motivações racionais duradouras e permanentes.

O processo histórico-religioso que permitiu as religiões eticizadas oferecerem mecanismos religiosos que orientassem os indivíduos a viverem num estado permanente de proteção contra o sofrimento bem como o de conquistarem bens de salvação pela internalização de “*habitus sagrados permanentes*” foi desenvolvido por Weber no texto *Ensayos sobre sociología de la religión* a partir do que ele chamou das duas concepções “mais altas das doutrinas de salvação religiosamente sublimadas: o ‘renascimento’ e a ‘redenção’” (WEBER, 1987, p. 245).

O “renascimento” significava para Weber a aquisição de uma nova alma seja por meio de ritos orgiásticos seja por meio da ascese planificada (hábito permanente ou ascese mágica). Ainda que a doutrina do “renascimento” fosse uma noção mágica antiqüíssima, pois como vimos acima a proximidade do indivíduo da natureza era vital (o ir e vir do ciclo das estações, o movimento dos corpos celestes e o ciclo biológico dos seres vivos constituíram em aspectos que por vezes resultaram em concepções de

deuses que nasciam, morriam e ressuscitavam), os bens de salvação e a promessa de alívio dos sofrimentos eram solidamente bens imanentes (saúde, longevidade e riqueza), porém assumiram fortes conotações mágico-animistas que despertavam no crente “atos sagrados” consolidados a partir de *habitus* sócio-religiosos isolados (restritos em geral a ritos externos) ou então ocasionais com pouca ou incipiente ressonância na vida do crente como um todo.

O fato de Weber ter classificado a doutrina do “renascimento” como uma “*doutrina de salvação religiosamente sublimada*” decorreu, primeiro, da sua constatação de que já na ascese mágica percebiam-se traços de uma ascese de tipo “planificada metodicamente”; segundo, porque foram em algumas doutrinas do “renascimento” em que apareceu primeiramente a difusão da concepção de que o sofrimento tinha sua “origem no pecado”.

Para Weber, a doutrina da “redenção” não era estranha às religiões mágicas, se for entendida a redenção como liberação das desgraças do sofrimento ou da morte (WEBER, 1987), porém, as religiões mágicas careciam da referência de uma prática de salvação universal e cósmica que garantissem ao indivíduo formas religiosas permanentes de proteção contra o sofrimento, ou melhor, “não se converteu em expressão de uma imagem de mundo sistematicamente racionalizada” (WEBER, 1987, p. 247), condição que a doutrina da ‘redenção’ não se furtou em se colocar.

A doutrina da “redenção” constituiu um passo qualitativamente decisivo para o avanço das exigências do racionalismo religioso em sua marcha no sentido de desdivinizar ou desencantar o mundo dos deuses (politeísmo), das divindades anímicas e das forças brutais da natureza por meio, num primeiro momento, da elaboração de uma ‘imagem de mundo’ sistematicamente racionalizada. Ainda que para Weber não são as idéias, mas os interesses que governam a vida dos homens “[...] as ‘imagens do mundo’ criadas pelas ‘idéias’ têm determinado, com grande freqüência, como guarda-chaves de linhas férreas, as linhas em que a ação se vê empurrada pela dinâmica dos interesses” (WEBER, 1987, p. 247). Weber esclarece que a “racionalidade formal” (racionalidade com respeito a fins – zweckrationalität) permite o aumento do “[...] domínio teórico da realidade mediante a utilização de conceitos abstratos cada vez mais precisos [...] e a racionalização no sentido de buscar metodicamente um fim determinado, dado na prática, mediante um cálculo cada vez mais preciso dos meios adequados” (WEBER, 1987, p. 259).

O judaísmo surgiu como uma das religiões que primeiro empreendeu o “desencantamento do mundo” pela des-divinização da natureza e pela fé em um Deus-Único (monoteísmo). O Deus de Abrão-Isaac-Jacó revelado na Torá, o livro sagrado de maior importância para o judaísmo, estava em contínua tensão com a constelação de deuses presentes entre os povos que habitavam a Mesopotâmia. Toda reflexão dos profetas e dos patris fides (patriarcas), estes últimos portadores de uma dominação de tipo

patrimonialista, estava direcionada no sentido de converterem ao Deus-Único os integrantes de suas tribos.

Era uma reflexão estruturada basicamente pelo domínio racional da natureza (superação das concepções anímicas). A dominação racional da natureza era processada pelo acréscimo de atributos racionais ao Divino tornando-o cada vez mais um Deus impessoal, eterno, intemporal, justo e fiel, rancoroso, excludente, vingativo, implacável, soberano e inapreensível.

O contato dos judeus com a cultura helênica repercutiu incisivamente na fé israelita. Textos sagrados como os Livros dos Reis, Daniel e alguns Salmos dão mostras do esforço dos autores sagrados, que viveram na época do judaísmo helênico do “Segundo Templo”, no sentido de justificar a fé no Deus de Abrão-Isaac-Jacó por meio da elaboração de imagens de mundo e condutas de vida sistematizadas racionalmente. Nestas imagens, percebe-se a introdução de categorias teleológicas, a presença de traços de uma lógica argumentativa (discurso) de tipo grega mais “refinada” e a atribuição a Deus de predicados como Ser-Supremo, Todo-Poderoso, a Sabedoria, O Inapreensível que aceleraram a “profunda sublimação das concepções primitivas dos espírito animistas e dos deuses heróicos, muito semelhantes em todas as partes” (WEBER, 1987, p. 252).

No acréscimo-explicativo da versão final de *A Ética Protestante*, parece-nos que para Weber a superação dos meios mágicos como meios para a obtenção de bens de salvação ou de superação de sofrimentos, observada primeiramente no Ocidente no judaísmo dos profetas, avançou pela Modernidade à medida que a racionalização formal consolidava-se como um saber que oferecia mecanismos causais de coordenação da ação do crente e elementos para o consenso das doutrinas. Com relação a este último aspecto, proporcionava recursos para a elaboração intelectual ‘especializada’ de questões éticas para a orientação da ação ao êxito e deslumbrava a possibilidade intelectual do indivíduo não só apreender os fins, mas selecionar os meios mais eficazes para atingir os fins previamente preestabelecidos.

A racionalização religiosa do Judaísmo processou a superação das “imagens de mundo” mágico-míticas (desdivinizou, pois era idolatria toda divinização da criatura⁷) ao introduzir significação metafísica nas ações especificamente religiosas com base na exigência de uma “pragmática salvação universal e cósmica” (WEBER, 1987, p. 245) e na elaboração de “imagens de mundo” onde o cosmos passava ser dominado por regras impessoais.

7 Ver Dt. 4, 23s; Ex. 25,17-22; Ex. 26, 1-31.

A tensão entre o mundo e suas ordens e a tentativa das religiões de salvação, especificamente no caso ora em questão, o judaísmo, em oferecer uma posição última do mundo e do destino humano, foi tanto maior quanto mais as religiões de salvação apresentaram-se como religiões eticizadas cujos seus princípios éticos orientaram-se por valores sagrados internos como bens de salvação. O judaísmo experimentava cada vez mais em seu interior maior tensão entre o mundo e o projeto salvífico de Deus quanto mais assumia a condição de religiosidade de convicção pela sublimação dos ritos e exigência de que o crente se comprometesse com uma religião de “necessidade interna”.

O judaísmo ao perseguir o processo de compreensão dos fenômenos da natureza por meio de nexos causais e formulação de imagens de mundo pretensamente de significado último, submeteu-se ao processo de “desencantamento do mundo” ao preço da expulsão das imagens de mundo primitivas as quais eram essencialmente mágicas e unitárias (sem contudo deixarem de comportar a multiplicidade da natureza, bem distinto do conhecimento em sua tentativa de unicidade do conceito feita a partir de sua pobre linguagem e lógica binária), contudo, sem superar, assim como todas as religiões eticizadas, as incoerências doutrinárias e o patente irracionalismo entre fé e razão que sempre exigiram do crente em última instância enunciar a máxima: *“credo no quod, sed quia absurdum”* (WEBER, 1980, p. 262).

A aproximação do judaísmo da crença em um Deus-Único, ainda que esta não tivesse sido uma regra universal entre as religiões que se aproximaram da concepção monoteísta, seguiu por dois caminhos: a intensificação dos conteúdos éticos na concepção de Deus e a atribuição a Deus de predicados de absoluta imutabilidade, onipotência e impessoalidade, predicados que resultaram da exigência racional de atribuir ‘significado’ ao mundo e ao destino dos homens. Ambos os caminhos reprimiram a crença na magia, desencantando os fenômenos do mundo.

Weber constatou que esse processo de racionalização no judaísmo foi monopolizado fortemente por escribas, profetas e sacerdotes cujo fim por eles perseguido foi o desenvolvimento de uma metafísica que desse significado ao mundo e ordenasse a existência dos homens. Contudo o Judaísmo, como toda religião monoteísta, à medida que tanto mais se aproximou de “um Deus único, universal e supramundano, [pois] tanto mais facilmente surge o problema de como o poder aumentado ao infinito de semelhante deus pode ser compatível com o fato da imperfeição do mundo que ele criou e governa” (WEBER, 1991, p. 351), continuou atravessado tragicamente por este problema central da Teodicéia.

O surgimento da religião cristã, enquanto religião de salvação universal, seguiu desde os seus primórdios no sentido de consolidar a crença em um Deus-Único com base em Teodicéias sistematicamente racionalizadas de imagens de mundo, decorrentes do grau de refinamento e complexidade dos atributos racionais predicados a Deus.

O papel dos intelectuais foi fundamental para a eticização do catolicismo Ocidental, pois foram eles que pensaram o sentido da religião católica em termos de religião de salvação com base em significações metafísicas de “visão de mundo” (imagens religiosas do mundo) por meio das quais reparam as condições de salvação na conduta de vida do cristão pela observância dos sacramentos e transformaram algumas necessidades internas e externas do Homem Ocidental em bens de salvação e explicações do mundo.

Ainda assim, o catolicismo não deixou de ser uma religião sacramental, entendida como uma religião que oferecia como meios salvíficos os sacramentos da confissão, o recurso aos sacramentais, a condição de pertença à Igreja como sacramento de salvação, o culto à mediação dos santos e a mediação dos sacerdotes na santificação. A espiritualidade católica nesse sentido, como bem observou Weber, é uma espiritualidade de momento.

A constatação de que no catolicismo há aspectos religiosos característicos de uma religião de salvação em processo de eticização (ethisierung) que convivem, simultaneamente, com traços rituais característicos de religiões mágicas, resultou dentro da análise do pensamento weberiano, primeiro, na compreensão de que o processo de racionalização avançou em alguns aspectos, retrocedeu em outros e até mesmo em alguns aspectos desapareceu quando foi assumido pelas diferentes sociedades; segundo, a doutrina católica era característica de uma religiosidade de convicção, mas como observou Weber em acréscimo na versão final,

[a práxis eclesial cotidiana, justamente através do seu meio instrumento disciplinar mais eficaz, a confissão, facilitava o modo de vida ‘assistemático’ [...] que era indubitável faltar ao catolicismo dos leigos na Idade Média a atitude fria fundamentalmente rigorista e o isolamento todo introvertido próprio do calvinismo] (WEBER, 2004, p. 220).

[claro que a ética católica era ética de ‘convicção’. Só que era a intentio concreta da ação isolada que decidia sobre o seu valor [...] claro que ela também exigia dele, como ideal, a mudança de vida em nível de princípio. Mas mesmo essa exigência vinha mitigada (para a média dos fiéis) por um dos seus instrumentos mais eminentes de poder e educação: o sacramento da confissão, cujas funções estava profundamente ligada à mais íntima das peculiaridades da religiosidade católica. O desencantamento do mundo, a eliminação da magia como meio de salvação, não foi realizada pela piedade católica com as

mesmas conseqüências que na religiosidade puritana (e, antes dela somente judaica). O católico tinha à sua disposição a graça sacramental de sua igreja como meio de compensar a própria insuficiência. O padre era um mago que operava o milagre da chaves] (WEBER, 2004, p. 106).

A religião católica, por um lado, deu prosseguimento ao processo histórico-religioso de “desencantamento do mundo” (*entzauberung der welt*) quando sistematizou racionalmente a sua doutrina religiosa sob a luz marcante da doutrina do Judaísmo dos profetas, fariseus, escribas e sacerdotes (esses últimos sob uma Israel com as doze tribos unificadas e sob o signo de uma monarquia) ao considerar como culto idolátrico toda divinização da criatura e no seu esforço de significação metafísica dos bens de salvação, de ordenação racional do cosmos, de elaboração de uma imagem última do mundo e de significação do destino último dos homens sob o rigor do pensamento “esclarecido” (ADORNO, 1986) grego (basicamente aristotélico e platônico) que lhe permitiu a sistematização das duas mais importantes correntes teológicas surgidas no catolicismo ocidental: teologia agostiniana (teologia da graça e da predestinação) e a teologia tomista (escolástica). A primeira herdeira de Platão e a segunda do pensamento de Aristóteles.

Por outro lado, a religião católica manteve entre os meios de obtenção de bens de salvação elementos “mágico-sacramentais”. O sacramento da confissão constituía, segundo Weber, o mais contundente e significativo sacramento de perpetuação do rito mágico e de obstrução à consolidação de uma vivência da fé que exigisse mais do que conversões de momento por meio de uma experiência de Deus que incidisse e tomasse o indivíduo em suas significações mais recônditas. Ao contrário do que se observava nos puritanos ascéticos cuja experiência de conversão levava-lhes a negação peremptória de toda possibilidade de alívio da culpa por meio sacramental (confissão auricular ou mesmo dos pecados publicamente).

O puritano ascético obtinha o perdão divino ou procurava manter-se em “estado de graça” pela imperiosa elaboração individual de métodos coerentes de condução de vida os quais lhe exigiam planificação, disciplina, escolhas conflitantes, sublimação dos afetos desordenados e ‘isolamento todo introvertido’.

A conduta racional, que levava a planificação da vida visando à obtenção de bens de salvação, não foi exclusiva no Ocidente do puritanismo ascético. Weber exemplifica que a Ordem de São Bento e a Ordem dos Jesuítas elaboraram regras de conduta de vida com base na ascese racional, contudo “[...] o indivíduo que par excellence levava uma vida metódica no sentido religioso era e continua sendo, única

e exclusivamente, o monge, e portanto, a ascese, quanto mais intensamente tomava conta do indivíduo, mais o apartava da vida cotidiana” (WEBER, 2004, p. 110).

Por sua vez, o puritanismo ascético exigia do crente isolamento interior afim de que este pela meditação constante (reflexão) conformasse racionalmente a sua existência *ad majorem Dei gloriam* e comprovasse a sua salvação pessoal. O controle metódico das ações visando a manutenção do “estado de graça” e a regulamentação planejada da vida pessoal do eleito deixaram pouco espaço ao cultivo de relações pessoais mais íntimas. O elemento ascético racional penetrava a existência do indivíduo como um todo lhe exigindo que a vivência de sua fé e eleição fossem comprovadas pela sua ação no mundo.

A necessidade de comprovação da eleição apresentou-se como um elemento central no puritanismo ascético dado que foi um dos fatores que permitiu a ruptura em definitivo da ascese racional puritana com a ascese mística, pois o puritanismo ascético acreditava que a confirmação da “certitudo salutis”, ou melhor, da vocação de em tudo obrar para a maior glória de Deus se desse pela *uprightness* (integridade) do empenho moral e racional do crente puritano no exercício de uma profissão.

O puritanismo ascético constituiu aos olhos de weber a síntese mais elaborada do processo de “desencantamento do mundo” (*entzauberung der welt*) iniciado no Ocidente pela ação desmágica dos profetas do Judaísmo para os quais toda adoração que não fosse ao Deus-Único de Abraão-Isaac-Jacó era culto aos ídolos (divinização da criatura). Na modernidade, o puritanismo ascético processou de forma mais abrangente, rigorosa e coerente a superação de qualquer traço mágico-sacramental na obtenção de bens de salvação, deixando para trás neste percurso tanto a doutrina católica como a luterana. O luteranismo também não abriu mão do sacramento da confissão e ainda alimentou a desconfiança de que a ascese intramundana não passasse de presunçoso orgulho humano pela confiança de que através das boas obras se pudesse confirmar a posse antecipada daquele bem último que para o luterano somente era obtido pela fé em Deus.

A superação dos traços mágico-sacramentais no puritanismo ascético esvaziou o significado da ação salvífica dos sacramentos e a mediação salvífica do sacerdote, santos e da Igreja. De posse desta doutrina o puritanismo ascético colocava ao crente a necessidade de realizar sua salvação pessoal no mais profundo e recendido isolamento íntimo.

A solidão interior experimentada pelo indivíduo decorria da exigência do crente puritano em realizar a vontade de Deus e se certificar de sua salvação pessoal por meio da elaboração de um plano de conduta de vida que atingisse toda a sua existência. Esse plano deveria ser metodicamente construído e sistematizado racionalmente a fim de lhe garantisse a sublimação dos afetos desordenados e dos impulsos irracionais. Logo,

[...] a ascese puritana – como toda ascese racional – trabalhava com o fim de tornar o ser humano capaz de enunciar afirmativamente e fazer valer, em face dos ‘afetos’ seus motivos constantes, em particular aqueles que ela mesmo lhe ‘inculcara’ [...] botar ordem na conduta de vida de seus seguidores, o meio mais importante de ascese (WEBER, 2004, p. 108-109).

CONCLUSÃO

O processo de “desencantamento do mundo” atingiu sua síntese mais elaborada no puritanismo ascético através da negação de toda possibilidade de obtenção de bens de salvação por meio da graça sacramental e pela observância estrita do culto. Neste sentido, nenhuma criatura e nem mesmo as boas obras poderiam mediar ou interpor a relação entre o Deus Obsconditus e o cristão puritano.

Conseqüentemente, o puritano ascético necessitava de manter o seu “estado de graça” e conseqüente consciência de sua eleição pela elaboração paciente, planejada, metódica, sistemática e reflexiva de um “projeto de vida” cujo fim último era em tudo a maior glória de Deus e a sua salvação pessoal.

A concretização de metas e planos salvíficos pela ascese racional puritana necessitava de comprovação da eleição no exercício de uma profissão mundana (ascese intramundana). Com isto a ascese racional puritana não fez de seu cavalo de batalha doutrinal a ascese de tipo “fuga ascética do mundo” (WEBER, 1980, p. 241), mas sim, a exigência de uma conduta de vida que atingisse a existência do indivíduo como um todo.

Ora, a ascese racional puritana pôde vislumbrar do crente puritano tamanha mudança de vida em nível de princípios pela internalização de habitus permanentes e duradouros que lhe assegurassem o ‘estado de graça’, porque a significação metafísica que alcançou a imagem de mundo no puritanismo ascético havia sido muito elaborada, graças ao paralelo esforço de construção do conceito de Deus com seus atributos racionais muito elaborados, que o tornaram cada vez mais um Deus impessoal, incompreensível em seus desígnios salvíficos:

[...] é exatamente a significação do racional numa metafísica religiosa que se manifesta, de forma clássica, nos efeitos grandiosos que particularmente a estrutura conceitual do conceito [calvinista] de Deus exerceu sobre a vida. Se o Deus dos puritanos atuou na história como poucos antes e depois dele, o que

o habilitou a tanto foram [principalmente] os atributos de que o poder do pensamento dotou (WEBER, 2004, p. 218).

Olhando por este aspecto, o puritanismo ascético consolidou-se em grande parte no Ocidente porque teve como aliado o conhecimento racional⁸ o qual contribuiu para o surgimento de éticas religiosas racionais com base em postulados sistemáticos que pressupunham: a idéia de duração perpétua do tempo, o conceito de um Deus eterno, a concepção de que a estrutura do universo em sua totalidade era um cosmo dotado de sentido, de que havia certa ordem eterna que pairava no cosmos e imperava nos destinos humanos apesar da imperfeição manifesta do mundo.

A razão municiou as religiões éticas de elementos racionais e princípios lógicos afim de que essas com base em princípios teológicos, muitas vezes tomados de princípios teleológicos e ontológicos (metafísicos), racionalizassem as ‘imagens de mundo’ mágico-míticas (desencantamento do mundo), superando assim a unidade das imagens primitivas do mundo que estabeleciam íntima relação entre acontecimentos cósmicos e destino dos homens (coletivo e individual).

O puritanismo ascético nasceu sobre o signo da Modernidade a qual teve no processo de “desencantamento do mundo” (*entzauberung der welt*) um dos seus principais aliados na inauguração da religião como uma das esferas da cultura que primeiro reivindicou para si racionalidade e legalidade própria. Essa autonomia da esfera religiosa viria ser processada em todos os campos da cultura Ocidental (esfera política, esfera erótica, esfera intelectual, esfera familiar etc.) (WEBER, 1987).

Diante desta constatação, Weber diagnosticou que a autonomização das esferas culturais, observada na Modernidade, encontrou seu termo e princípio no indivíduo que se referia a si mesmo como unidade de representação. Logo, a fundamentação da Modernidade se daria pelo princípio da subjetividade: a razão não precisaria recorrer a nada que não fosse a ela mesma para a compreensão e fundamentação da realidade⁹.

8 Obs. Na análise weberiana o conhecimento racional assumiu duplo aspecto na história por meio da racionalidade teórica (ação racional com relação a fins – teleológica) e ação racional com relação a valores. Ver Weber (1987, p. 247-248).

9 “A intelectualização e a racionalização crescentes não equivalem, portanto, a um conhecimento geral crescente acerca das condições em que vivemos. Significam antes que sabemos ou acreditamos que, a qualquer instante, poderíamos, bastando que o quiséssemos, provar que não existe, em princípio, nenhum poder misterioso e imprevisível que interfira com o curso de nossa vida: em uma palavra, que podemos dominar tudo, por meio da previsão” (WEBER, 1967, p. 30).

Desta forma, a Modernidade que havia processado a separação definitiva entre capitalismo e trabalho, trabalho e interação, fé e ciência ofereceu ao puritanismo ascético o solitário crente puritano, o indivíduo angustiado em sua *ehrlichkeit* e as voltas com a imperiosa necessidade de elaborar uma conduta de vida racionalmente planejada que tomasse toda a sua existência num mundo sem deuses, mas habitado por constelações de ethos (pluralidade de ethos) (WEBER, 1980).

A razão que emprestara às religiões éticas munición contra os deuses (politeísmo), ab-rogava para si na Modernidade a condição de única possibilidade de emancipação do gênero humano ao se apresentar como a única detentora da compreensão daquilo que “*não somos, mas deveríamos ser*” (HABERMAS, 1990, p. 36), ocupando assim o lugar do destino e reivindicado para si a condição de detentora de qualquer possibilidade de elaboração de uma “totalidade ética”.

Weber se deu conta de que essa “totalidade ética”, desejada pelo puritanismo ascético em sua tentativa de exigir do crente uma conduta de vida racionalmente elaborada que atingisse a sua existência como um todo, tinha por base essencialmente a ação racional a qual, aliada à ciência moderna, paradoxalmente, esvaziava a religião de qualquer possibilidade de significação última do mundo e a expulsava para o reino do irracional:

[...] a tensão entre religião e o conhecimento racional, empírico, funcionou coerentemente através do desencantamento do mundo e sua transformação num mecanismo causal. A ciência encontrava, então, as pretensões do postulado ético de que o mundo é um cosmos ordenado por Deus e, portanto, significativo e eticamente orientado (WEBER, 1980, p. 261).

O acréscimo-explicativo de Max Weber à versão final de *A Ética Protestante e o 'Espírito' do Capitalismo*, com o qual trabalhamos neste trabalho, retomou o conceito de “desencantamento do mundo” depois de passados quase uma década e meia de sua pesquisa e amadurecimento nos estudos sobre o papel das religiões universais e das formas de religiosidade.

O ‘Weber maduro’ retomou o processo histórico-religioso de superação de toda e qualquer forma de salvação mágico-sacramental ocorrido no seio do puritanismo ascético, como uma das sínteses mais elaboradas que havia alcançado o “processo de desencantamento do mundo”. A religião que possivelmente foi a expressão da cultura que mais contribuiu, por meio da racionalização da visão de mundo, para que se processasse a cisão definitiva entre a unidade das imagens primitivas do mundo e os destinos humanos, comprometendo assim toda possibilidade de “totalidade ética”, paradoxalmente, experimentou na Modernidade sua expulsão para o reino do irracional. A razão aliou-se à ciência e

a primeira reivindicou o lugar do Destino, enquanto, a segunda arrogou para si a condição de “única forma possível de uma visão explicativa do mundo” (WEBER, 1980, p. 265).

Neste sentido, a ciência, esperança outrora também entre alguns pensadores leigos puritanos, como meio de “compreensão” da ordem divina instaurada nas coisas, mostrou que “[...] se existem conhecimentos capazes de extirpar até as raízes, a crença na existência de seja lá o que for que se pareça a uma ‘significação’ do mundo, esses conhecimentos são exatamente os que se traduzem pelas ciências. Como poderia a ciência nos conduzir a Deus?” (WEBER, 1967, p. 34).

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1986.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. RJ: Zahar Editores, 1978.

HABERMAS, Jürgen. O conceito hegeliano de Modernidade. In: _____. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac&Naif, 2003.

PIERUCCL, Antonio Flávio. **O desencantamento do mundo**: todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: USP & Ed. 34, 2003.

_____. **Secularização em Max Weber**: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 37, jun. 1998.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac&Naify, 2002.

WEBER, Max. **Ensayos sobre sociología de la religión**. Madrid: Taurus, 1987. v. 1.

WEBER, Max. **Rejeições religiosas do mundo e suas direções**. Textos Seleccionados/Max Weber. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).

_____. **Ciência e política:** duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1967.

_____. **Economia e sociedade.** Brasília: EDUnB, 1991. v. 1.

_____. **A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



Entrevista

Pelo fato de a Revista Cronos apresentar como Dossiê as questões: Utopia e Cidade; achamos conveniente formular três perguntas pontuais sobre a problemática do Medo e da Utopia para alguns pesquisadores envolvidos com a temática.

Patrick Le Guirriec – Université François Rabelais à Tours (France)
Professor visitante estrangeiro na Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Traduzido por Maria Aparecida Antunes de Macedo

Edmilson Lopes – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Márcio Valença – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Entrevistados por Alex Galeno – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

PERGUNTAS

- 1 – Como analisa a problemática do Medo no mundo de hoje, destacadamente, nas cidades?
- 2 – Que cenários vislumbraria para as cidades no século XXI?
- 3 – Em que tipo de cidade desejaria viver?

RESPOSTAS DE PATRICK L. G.

1 – Na medida em que o sentimento de medo é uma construção social, a sua problemática nas cidades contemporâneas reveste formas muito diversas em dependência dos lugares e dos grupos sociais envolvidos.

A despeito desta diversidade, o sentimento de medo é sempre ligado à representação que se faz do Outro e do estranhamento. O fenômeno de urbanização que não para de crescer, produz heterogeneidade sociocultural cada vez mais importante, e uma multiplicação das figuras do Outro. Isto tem duas consequências: o afastamento destes que nos parecem diferentes, por suas origens, seus hábitos ou suas características socioculturais, e simultaneamente uma aproximação espacial, e algumas vezes social, destes que se sentem próximos uns dos outros. Este fenômeno foi observado a partir dos anos 1950 para Peter Wilmott nos bairros pericentrais de Londres, que se caracterizavam por relações de afastamento entre “ricos” e “pobres”. O sentimento de medo é, por conseguinte estritamente relacionado às representações de diferentes entre os grupos de população que ocupam a cidade. Quanto maior for a cidade, maior será sua heterogeneidade, mais intenso será o estranhamento e mais desenvolvido será o sentimento de medo.

2 – O exercício de prospectiva é sempre arriscado e os pesquisadores em ciências sociais enganaram-se tanto no momento que o tentaram, a tal ponto de se dizer que eles falharam até mesmo em “prever” o passado.

De uma perspectiva pessoal, minhas observações sobre a cidade não me deixam muito otimista quanto ao futuro da sociedade que está se construindo; mesmo que não exista um modelo de evolução urbana que seja generalizável no conjunto de cidades do mundo. Basta observar os usos dos centros urbanos em certas capitais dos países sul-americanos para se convencer deste fato. À noite sobrevivendo, ausentando sua atividade diurna preponderantemente comercial, o centro é abandonado, tornando-se um espaço de atividades marginais e ilícitas. Contrariamente a esta situação que se observa em muitas cidades sul-americanas, encontramos outras onde os seus centros permanecem lugares de uma intensa vida social, frequentados indistintamente por todas as camadas da população.

Mesmo que se trate de um fenômeno dificilmente mensurável, a segregação socioespacial, que existiu sempre na cidade, parece, no entanto constituir uma tendência cada vez mais marcante na organização das populações, e o pior cenário que se poderia entrever para o futuro das cidades, seria uma tão somente justaposição de espaços fechados ocupados para populações homogêneas, fato que produziria um enfraquecimento da cidadania e do sentido da coisa pública.

3 – Se fosse necessário escolher uma cidade, aquela onde eu pensaria viver seria exatamente a que eu escolhi para construir minha casa, lá onde sou ancorado, uma cidadezinha de 1500 habitantes, na proximidade dos lugares que eu descobri sendo criança, onde tive as minhas experiências iniciais e que desde então atuam em seu papel de início da minha relação com o mundo, transformando-se em referência. Para além de um lugar de estabilidade, de encontro com a minha família e meus amigos, essa cidade é, antes de tudo, um refúgio físico, sentimental e simbólico onde seria impossível minha permanência durante todo o ano. Tenho necessidade de conhecer horizontes longínquos, de frequentar as capitais históricas cujo desenvolvimento deixou suas marcas no mundo, de passear de maneira anônima nas cidades que se qualificam como “globais” (S. Sassen), tanto como de descobrir regiões, populações que parecem fora do mundo.

Eu costumo dizer que viajo com minhas raízes, para traduzir o fato de que eu consigo adaptar-me quase em todos os lugares, mas para isto é preciso que eu saiba da existência de minhas referências. Ter a consciência de minha localização no mundo constitui um instrumento que permite a procura de experiências culturais sempre diferentes.

RESPOSTAS DE EDMILSON LOPES JÚNIOR

1 – Estudos clássicos realizados por historiadores, como aquele desenvolvido por Lucien Febvre, apontam o quanto o medo fazia parte do cotidiano dos homens e mulheres na Europa, no início do século XIV. O medo era socialmente disseminado. E tinha referentes concretos: as relações com o(s) desconhecido(s), não raramente, tinham conseqüências desastrosas. A modernidade, ao desencaixar nossa vida do entorno social, fez do estranho próximo. O medo foi, então, re-configurado. Tememos não mais pessoas ou grupos desconhecidos, mas o que pessoas e grupos que conhecemos (ou pensamos conhecer) podem fazer conosco e com os que estão ao nosso redor. Paradoxalmente, tememos mais por, supostamente, conhecermos mais.

Podemos, então, dizer, seguindo aqui uma pista colocada por Anthony Giddens, de que o medo, na nossa sociedade, foi “manufaturado”. Deixou de ser o medo da natureza e das forças ocultas ou ainda de grupos desconhecidos, mas o medo do desenrolar das ações de conhecidos, inclusive de nós mesmos.

Ora, o aumento de nossa sensação de insegurança, algo passível de ser apreendido em “pesquisas de vitimização”, que levam em conta as percepções e as representações das pessoas, é um fato inconteste. As pessoas se sentem, cada vez mais, inseguras e temerosas. E esse é um medo “manufaturado”,

isto é, é produzido pelo próprio mundo social. Não é uma reação aos perigos do mundo natural e do desconhecido, como era comum nas sociedades pré-modernas. Expressão maior dessa insegurança, o medo é a contra face da nossa necessidade de controlar o futuro e de ter respostas razoáveis sobre o nosso futuro mediato.

Bom, dito isso, podemos afirmar que a sensação de insegurança aumenta de forma desproporcional ao aumento daqueles indicadores tradicionais de medição da violência (número de homicídios, roubos, assaltos, etc.). Não que estes últimos não estejam crescendo. Estão em certo sentido. Mas é preciso sempre ter certos cuidados nas análises dos dados estatísticos comumente produzidos sobre a violência. Por exemplo, um dado fundamental: qual o período de tempo coberto por essas estatísticas?

O que eu quero dizer é que a sensação de insegurança relaciona-se com outros fatores além dos indicadores de violência. Uma crise econômica como a que começamos a viver, por exemplo, aumenta a nossa incerteza diante do futuro, de nossos projetos de vida, e, em consequência aumenta a nossa sensibilidade em relação à insegurança.

E como é isso em Natal? Há, aqui, um crescimento, por exemplo, do número de homicídios. Mas eles estão ocorrendo onde? Quem são as vítimas? Quem são os agressores? Ora, quando nós os analisamos sabemos que eles ocorrem em regiões da cidade bem delimitadas, mas pessoas que nunca viram um assassinato em suas ruas, passam a ser dominadas pelo medo quando acompanham o noticiário a respeito de tais ocorrências...

2 – Não poucos analistas do urbano contemporâneo têm optado, quase com prazer, em pintar cenários distópicos para o futuro de nossas cidades. A emergência de graves e dramáticas questões ambientais, as quais trarão importantes mudanças demográficas (como deslocamentos populacionais em massa), constitui o pano de fundo dessas elaborações. Mas, no fundo, apesar da roupagem pós-moderna, essas são produções que expressam a velha tradição marxista de predizer o futuro a partir de uma suposta apreensão dos cenários que resultarão do desdobramento das ações desenvolvidas pelas forças sociais que atuam no presente. Há pouco espaço para a imprevisibilidade aí. E também para se levar em conta as consequências não intencionais (e não desejadas) das ações dos atores.

Talvez valesse a pena chamar a atenção para o fato de que estão localizadas nas cidades as forças sociais e os atores que têm se colocado o desafio de construir alternativas às tendências mais sombrias do desenvolvimento econômico. Esse o caso, por exemplo, do ativismo ambiental.

O acima exposto serve como mote para o seguinte: não há uma direção única e inescapável para o desenvolvimento das cidades. Atores locais fazem a diferença. E há sempre formas de (re) encaixar a

vida social. Momentos e movimentos de re-territorialização de forças arrancadas do seu chão pelo que chamamos comumente de globalização.

3 – Essa pergunta é uma armadilha... A pieguice quase nos domina e não é fácil fugir aos lugares-comuns. Sim, todos queremos uma cidade na qual possamos usufruir mais de espaços públicos, os automóveis sejam banidos e o transporte público tenha qualidade. O que fazemos para ter tal cidade? Sendo mais pragmático, e um pouco realista, gostaria de viver os anos que virão (que eu espero que sejam muitos!) em uma cidade com uma oferta maior de bens culturais e onde pudéssemos ter uma relação mais equilibrada com o tempo.

RESPOSTAS DE MÁRCIO MORAES VALENÇA

1 – Cidade é um termo genérico para um sem número de situações em que população, edificações e infra-estruturas compõem contextos econômicos, políticos, institucionais, sociais e culturais diversos. Há cidades de todos os tamanhos e tipos. Há metrópoles, grandes, médias e pequenas cidades, só para mencionar algumas expressões que se referem à escala, como há cidades-região, cidades mundiais, globais, regionais, policêntricas e outras denominações que, além da escala, referem-se a outras características econômicas, sociais etc. A escala da cidade é um aspecto importante na análise da temática do medo. A cidade que cresce perde o seu caráter provinciano, interiorano. As pessoas deixam de, necessariamente, conhecer todas as outras. A cidade se transforma na cidade da impessoalidade, do convívio entre estranhos, dos encontros fugazes sem afeto, mediados que são por relações institucionais e/ou de troca no mercado, mesmo tratando-se das coisas simples do cotidiano. Para ter pão à mesa, importa cada vez menos conhecer o dono da venda ou da padaria. Descobre-se, assim, o Outro, essa figura estranha, afastada, distante, incômoda, desconfortante. Descobre-se o medo.

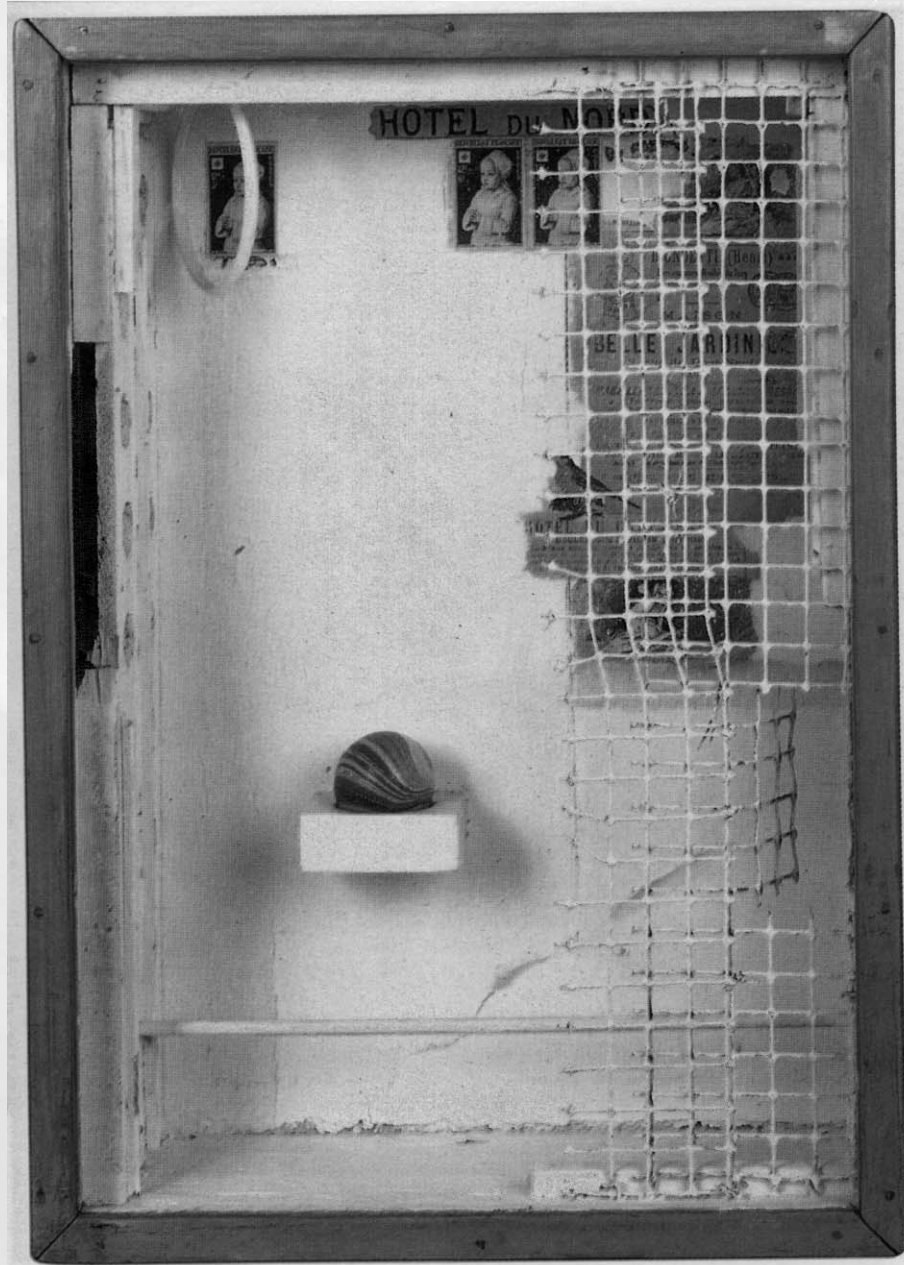
No mundo contemporâneo de tantas informações (ou das cidades “informacionais”, como diria Castells), quase sempre on line ou ao vivo, certos espaços de vivência se expandem para além dos limites da cidade ou da cidade na qual se vive ou está. Muito do que se vê na TV, ouve-se no rádio, acessa-se na internet ou conversa-se no telefone, em particular no celular, é transposto para a realidade local sem filtro. Assim, o conjunto de ocorrências de outros lugares e cidades mundo afora, ou mesmo os próximos, são incorporados ao cotidiano de todos nós, muito na forma de fobias, numa espécie de esquizofrenia urbana. Vê-se, por exemplo, expandir a “arquitetura defensiva” com toda a sua parafernália

de grades, muros, grampos, arames farpados, cercamento elétrico e/ou eletrônico, vigilância etc., em lugares, cidades e bairros onde há poucos registros de ocorrências violentas ou criminosas. As cidades transformam-se, com isso, em extensos desertos de ruas vazias de pedestres, em particular nas áreas de residência das elites e classes médias. Desaparece o espaço público das ruas e calçadas, tão valorizado por Jane Jacobs em sua crítica à cidade modernista. Mas vejam que são diferentes os espaços populares residenciais e comerciais, mesmo porque falta aos seus usuários o poder da opção. São diferentes os centros de cidade degradados com sua intensa vivência popular que técnicos do urbanismo, intelectuais e outras elites não conseguem enxergar (daí dizerem serem os centros vazios!), definindo-os como problemáticos nos seus planos de revitalização (gentrificadores?). Trata-se, isto sim, de segregar o Outro e, com isso, expurgar o medo das proximidades.

2 – Num número especial de 2006 da *New Left Review* sobre as “Desordens Metropolitanas”, o editorial indica uma mudança paradigmática no mundo capitalista atual: com o domínio do capital financeiro, a paisagem urbana é destruída e refeita numa velocidade estonteante. Destacam-se, por um lado, a produção vertical da cidade com grandes “torres” emblemáticas das grandes empresas e dos ricos; e, por outro, a proliferação horizontal de favelas onde se acomoda um crescente número de trabalhadores informais. Alguns grandes conjuntos habitacionais permanecem como relíquias de uma era de domínio do Estado desenvolvimentista. Mais adiante, num artigo bastante provocativo e elucidativo, Mike Davis investiga o que está por trás de toda a riqueza que se encontra em construção em Dubai, nos Emirados Árabes: a espoliação do trabalho de imigrantes. Em meio a tanta riqueza de seu urbanismo espetacular de tantos edifícios e construções magníficos (os maiores do mundo em quase todos os aspectos), vivem, mal pagos e em condições degradantes, milhares de trabalhadores. Submetem-se ao regime do Xequê e sua lei draconiana. E mais: permanecem longe dos olhos dos visitantes e moradores ilustres, escondidos em habitações e alojamentos provisórios e improvisados. Dubai é apenas, talvez, o caso mais extremo de uma situação de “desenvolvimento desigual e combinado” que tem se alastrado mundo afora. Sendo o mundo hoje crescentemente urbano, essa desigualdade manifesta-se mais radicalmente nas principais cidades mundiais e, em particular, nas cidades terceiro-mundistas. Assim, em linha com o pensamento de autores como Sharon Zukin e David Harvey, a produção do espaço na cidade contemporânea retorna ao urbanismo espetáculo como estruturante de uma nova onda de segregação cujo resultado será uma cidade tanto cosmopolita quanto desigual.

3 – Na cidade da diferença, ao mesmo tempo, cosmopolita e provinciana, onde se possa ter uma vivência expandida, respeitosa e impessoal com o Outro e uma vivência particular e próxima com os

seus. Nesta cidade, essa escolha se pauta na ética, no gosto e na preferência, já que em nossa igualdade cidadã somos todos indivíduos distintos, não nas distinções “étnicas” ou outras classificações fechadas de classe ou grupo. Esta cidade, para se estabelecer, requer um desenvolvimento histórico-geográfico bem menos desigual do que o atual, desenvolvimento que só pode vir a existir com intensa participação social.



Poemas

A RIMBAUD, O AMÁLGAMA

Houve morte de onde nasci
houve pranto onde estive incomunicável
houve silêncio onde estive impassível
e houve além Rimbaud. Ele é
e é a matéria e uma certa mulher
um certo bêbado e um certo metafísico
um certo santo e um certo dionisíaco.
Rimbaud, o teu limite de imagem
é a circunstância de te deparares
com o tempo vazio no retrato de Charleville.
Rimbaudiei-te, sonhos de remanso e sordidez,
e me permaneci populoso na poesia.

NEGREIROS, Sanderson. "50 poemas escolhidos pelo autor".
Edições Galo Branco, 2008, p. 15, 21, 43.

À TARDE

À tarde,
do mais humano da calçada,
víamos mulheres com cântaros à cabeça.
A rodilha pairava na asa do tempo. Tenras certezas
a paz mineral fulgia. Animais em sua herdade. Mar
campestre, enquanto mulheres
cantam a segurança azul da água.
Um velho prendia-se à jovial corrente de ouro
e varava
o esquecimento.

NÃO É CASA DE INFÂNCIA

Não é casa de infância
Nem tampouco de recordar.
É casa de taipa e sol.
Magra, molecular.

Não é casa perdida
Nem para se reencontrar
Casa-nome, súbita,
Sem chão circular.

Não tem vidros e telhas
Nem gente para morar.
Mora nela a ausência
De rara luz singular.

E nenhuma elegância
De casa por acabar.
A cor vem de dentro:
Cor cáustica, insular.

A casa é de arestas,
Isenta de se contaminar
Do lirismo vegetal
E memória de luar.

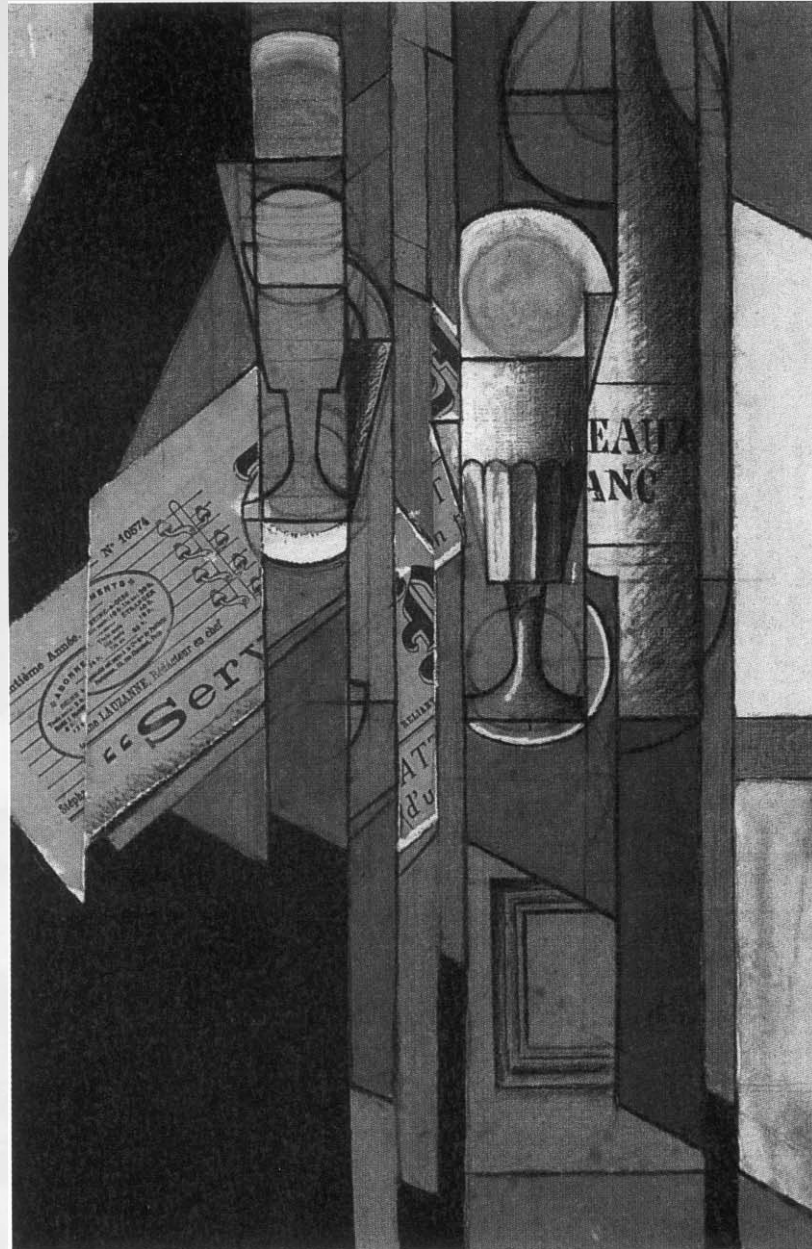
Cresce entre raiz e cupim:
Paisagem avessa de mar.
Cresce sem jardim e teto
No cristal da luz solar.

DADOS SOBRE O AUTOR DOS POEMAS

Sanderson Negreiros nasceu em Ceará-Mirim/RN, em julho de 1939. Publicou seu primeiro livro de poesia, *O Ritmo da Busca*, aos 16 anos de idade, quando começou a exercer o jornalismo. Foi repórter e cronista durante muitos anos, com passagem pelos dois principais jornais de Natal e revistas no Rio de Janeiro.

É professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde lecionou *Cultura Brasileira* durante mais de 30 anos. Outros livros publicados: *Lances Exatos* e toda sua poesia reunida em *Fábula Fábula*. E mais *A Hora da Lua da Tarde* (crônicas), *Na Direção do Relâmpago* (reportagens e ensaios) e *Sócrates, Patrono do Humanismo* (ensaio).

Tem a publicar toda sua produção de 50 anos entre crônicas, reportagens e poesia, em livros com títulos de: *Manhãs do Tirol*, *Tardes da Ribeira* e *Noites do Alecrim*. Casado há 40 anos com Ângela Negreiros, magistrada e aviadora. Mora, atualmente em Natal.



Resenhas

“A Integração do Negro na Sociedade de Classes”: uma difícil via crucis ainda a caminho da redenção

Autor: Florestan Fernandes

Resenhado por: Gilcerlândia Pinheiro de Almeida Nunes (UFRN)¹

Florestan Fernandes teve sua vida dedicada aos estudos de Sociologia, à docência e à educação de forma mais ampla (ele acreditava que os educadores deveriam ser engajados na tarefa da transformação social), e à militância política². Para a Sociologia brasileira trouxe inovações muito importantes, como a introdução da reflexividade com a qual foi permitido descortinar algumas produções teóricas sobre a realidade social brasileira e as releu, de forma crítica. No conjunto de obras que Florestan produziu durante sua vida acadêmica, nota-se sempre a preocupação com a realidade social das minorias. Algumas obras importantes podem ser citadas, como: **Organização social dos tupinambá** (1949) e **A função social da guerra na sociedade tupinambá** (1952), ambas são indispensáveis para os que se interessam em conhecer as sociedades indígenas brasileiras; **Fundamentos empíricos da explicação sociológica** (1959), uma obra considerada clássica na sociologia do autor e essencialmente epistemológica; **A integração do negro na sociedade de classes** (1964), livro que será aqui resenhado, é parte de uma obra publicada em dois volumes, mas ambos tratam com presteza das relações raciais brasileiras, e será melhor debatida no decorrer do trabalho; e ainda, **A revolução burguesa** (1975), uma obra que faz os leitores ter contato com uma interpretação interessante sobre o Brasil pós-colonial. Esta é apenas uma

- 1 Aluna do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, bolsista do CPQq e orientanda da Profa. Dra. Maria Lúcia Bastos Alves.
- 2 Florestan esteve envolvido em movimentos políticos e graças a isso foi exilado no Canadá no período da Ditadura militar no Brasil onde se tornou professor de Sociologia da Universidade de Toronto. Além disso, foi eleito duas vezes deputado pelo Partido dos Trabalhadores, dando sempre ênfase, em seu trabalho, à educação pública e de qualidade.

pequena amostra do legado que Florestan Fernandes deixou não só para a Sociologia brasileira, mas para todo o meio científico que se interesse em conhecer os temas pesquisados por ele.

No livro **A integração do negro na sociedade de classes**, Florestan tenta reconstruir o drama que o negro vivera na difícil adaptabilidade aos moldes da sociedade de trabalho livre (nos anos que sucederam à Abolição), fruto de um passado rústico e degradante social, cultural e moralmente. Para isso, ele utiliza-se de dados empíricos coletados em épocas distintas, muitas histórias de vida que são mostradas no decorrer de todo o livro. Seguindo sempre com uma análise sobre as informações apresentadas, Florestan constrói uma argumentação bastante interessante porque, naquele momento utiliza-se de uma pluralidade metodológica, fato não corriqueiro para a época.

Em muitos momentos da obra, encontrar-se-ão também as chamadas de outros pesquisadores, como Roger Bastide (antigo mestre), e utilização de dados estatísticos coletados por esses através de censos de diferentes anos. Essas informações o ajudarão a compreender o desajustamento social do ex-cativo na sociedade inclusiva. Poder-se-ia falar de uma análise qualitativa/quantitativa.

O livro é dividido em três capítulos, e logo na primeira parte, o autor começa tratando dos temas: trabalho livre, importância dos imigrantes na diminuição das oportunidades de trabalho para os ex-cativos e evolução urbana como fator preponderante para o desajustamento do negro. No segundo capítulo, irão aparecer os diferentes níveis de desorganização que o “elemento negro” enfrentou e seus efeitos, além do chamado “*déficit* negro”. No último capítulo, a principal intenção do autor é mostrar que o encontro dos negros, mulatos e brancos tinha sido desde o princípio deformador, e que não era possível se pensar que o cruzamento ou o processo de branqueação que ocorrera no “meio negro” havia sido tão eficiente para se pensar numa “democracia racial”.

Florestan localiza seu trabalho na cidade de São Paulo. E, de forma cuidadosa, vai tecendo as transformações que ocorreram na vida urbana no final do século XIX e início do XX e o lugar que os ex-cativos tiveram nessa sociedade burguesa emergente.

Quando começa a decair o modo de produção escravocrata, os senhores de algumas localidades, que já não viviam a prosperidade econômica de outrora, começaram a se livrar de parte da mão-de-obra servil, mesmo antes da Abolição que vem a ocorrer em 13 de maio de 1888. Houve, por esta época, uma migração considerável de negros e mulatos para as áreas urbanas à procura de melhorias. São Paulo vai abrigar uma população composta por mais da metade de homens e mulheres de pele escura. Por outro lado, o centro urbano que se formava era essencialmente “burguês” e, portanto, de mentalidade mercantil. Ansiosos por dias prósperos, viam, na figura do imigrante europeu, a oportunidade de superar o atraso brasileiro. Ou seja, naquele momento a introdução do regime capitalista (influência do liberalismo econômico) produz novos moldes de relações sociais e, principalmente, de trabalho.

Essas formas de relações irão causar muito sofrimento na adaptação dos recém-libertos negros e mulatos às novas circunstâncias para as quais foram irreversivelmente empurrados. Não havia mais um lugar para eles; sua importância acabara com o fim da escravidão. Ora, o negro não estava acostumado a muitas coisas, inclusive, à liberdade. Depois de tanta dor diante da exploração cativa, longe das escolas, do encontro com o outro, fosse ele branco ou mesmo negro, o despreparo moral e material era real e inevitável. Diante do infortúnio experimentado pelo “meio negro,” irá se registrar (nas décadas seguintes a Abolição) um “*déficit* negro” perceptível na cidade de São Paulo. Florestan irá analisar alguns dados censitários e fazer algumas considerações sobre as causas da baixa demográfica do “elemento negro”. Em primeiro lugar, ele esclarece que a baixa no índice vegetativo não fora tão alarmante, nem aconteceu pelas causas que se imaginou durante muito tempo. E, para ser bem compreendida, deveria ser pensado em conformidade com a alteração da estrutura demográfica da cidade de São Paulo. Ou seja, a cidade vai receber no período do final do século XIX e início do século XX uma grande quantidade de imigrantes europeus (brancos), e isso vai representar um salto enorme na população de São Paulo. Por outro lado, o cruzamento entre as raças (como parte de um processo de branquização), mesmo sendo pequeno, também terá sua importância. Muitos indivíduos de pele mais clara e de condições socioeconômicas melhores irão mudar de categoria racial e, algumas vezes aceitos, inclusive, em relações matrimoniais pelos brancos. Finalmente, e não menos importante, a discrepância das informações sobre a cor das crianças nos registros de nascimento. Muitas crianças mulatas eram declaradas como brancas ao nascer mas os óbitos continuaram sendo fiéis à cor dos indivíduos. Dessa forma, começou a ter um número muito pequeno de nascimentos discrepantes em relação ao número de mortes. No entanto, como já fora mencionado, o decréscimo na população de cor existiu, mas não atingiu proporções alarmantes e também não foi causado por inadaptabilidade dos negros e mulatos às precárias condições de existência em relação aos brancos. Esse não foi o maior problema que os negros e mulatos enfrentaram em sua luta por sobrevivência no mundo do branco.

As localidades com nível de produção menor garantiram aos negros e mulatos um aprendizado melhor das relações de trabalho, mas mesmo assim eles encontraram graves problemas estruturais à sua frente, como: o não querer submeter-se a trabalhos degradantes que lhes lembrassem o passado recente e, por outro lado, os antigos senhores não conseguiam se relacionar com ex-escravos como homens livres. Esse desentendimento acarretou um sério problema, principalmente para os negros e mulatos, já que os produtores possuíam a alternativa da força de trabalho dos imigrantes europeus que, por sinal, eram seus preferidos por motivos, como: estarem mais afeitos aos trabalhos livres, e por demonstrarem responsabilidades no cumprimento das cláusulas contratuais, conhecimento técnico superior, e serem acostumados com o modo de produção capitalista na Europa. Os negros, por seu lado,

não compreendiam aquela nova lógica de produção e desejavam dispor de sua força de trabalho e de seu tempo. Ao recusarem tacitamente aquele novo regime, o negro e o mulato passaram a ser tidos como indivíduos irresponsáveis, inúteis, vagabundos e incapazes de cumprir acordos.

Dessa forma, a luta dos negros por um espaço naquela sociedade era desumana; estavam sozinhos “abandonados à própria sorte”. O Estado, por sua vez, não propôs nenhum plano de assistência que visasse à inclusão dos ex-cativos na nascente sociedade de classes. Eles precisavam competir com a quantidade de libertos existente, com o “inimigo” imigrante mais bem estruturado, contra o preconceito que decaía sobre seus ombros pela sua recente história de escravidão e, principalmente, pelo seu *habitus* (no sentido bourdieusiano), mediante a socialização, a que fora submetido.

O imigrante bem mais preparado compete, inclusive, com brancos por posições; sua intenção de fazer fortuna o ensinara a se esforçar arduamente e a poupar. Aos poucos, os estrangeiros foram ocupando mais e mais espaços no comércio, na arquitetura, no artesanato, entre outras atividades. Sua notoriedade foi despontando muito rapidamente, enquanto que os negros e mulatos continuaram perdidos durante várias décadas. A “transplantação do negro” pelo imigrante torna-se então inevitável diante das transformações ocorridas no meio urbano e na visível ineficiência do primeiro em relação às aquelas necessidades.

A mudança de “estado social” não trouxera consigo a “redenção da raça negra” e os negros e mulatos custaram a perceber isso. Eles haviam sido expropriados de sua condição de dependentes e, submissos, recebido o peso de seu destino, mas não os meios para lidar com essa realidade. Sua única direção foi à marginalização, diante do desamparo real. Incorporar-se à escória do operariado urbano ou procurar no “‘ócio dissimulado’, na ‘vagabundagem sistemática’ ou na ‘criminalidade fortuita’ meios para salvar as aparências e a dignidade de ‘homem livre’”. (p. 28) Como esperar então um outro comportamento, se o chamado “elemento negro” não tivera tempo de adaptar-se às novas formas sociais através da vivência. A Constituição de 1891 celebra igualdade jurídica a todos os brasileiros. No entanto, não dá as condições para que a democracia se realize de forma ampla. Dessa forma, a igualdade jurídica não significará muita coisa para o meio negro que continuará sofrendo a desigualdade real e cruel.

Entretanto, como Florestan, deve-se lembrar que nem os proprietários, nem os imigrantes podem ser responsabilizados diretamente pela exclusão dos negros e mulatos da participação nos papéis socioeconômicos importantes, sejam como agentes ou beneficiários na vida urbana. A realidade social que experimentaram no cativo e que viveram na pós-Abolição é que não proporcionou a devida adaptação ao modelo capitalista que se desenvolvia rapidamente. Daí se pode entender o porquê do “comportamento irracional” do liberto, e pensá-lo como uma forma dinâmica de ajustamento à nova

realidade que lhes era totalmente adversa. Já que a escravidão não fora capaz, ou não era de seu interesse formar o escravo moralmente, ao contrário, o deformou.

O cativo sempre representou um perigo constante; por esse motivo, fora afastado continuamente de qualquer “florescimento da vida social organizada” e, conseqüentemente, afastado da preparação necessária para sua futura imersão em uma sociedade urbana com características competitivas, onde não era ator protagonista e, talvez, nem mesmo coadjuvante. E como liberto não estava consciente de como agir e formar um querer coletivo. Viu então sua forma cultural ser calada, pervertida pelo branco diante de seus olhos e não possuía força suficiente para proteger-se. Como Florestan, “o que há de ruim com os fracos é que eles não possuem força suficiente para se unirem, com o objetivo de combater as razões de sua fraqueza” (p. 222).

Após a Abolição teve-se a formação de dois blocos distintos do “elemento negro”: os chamados “negros da casa grande” e os “negros do eito”. Mesmo tendo ambos passado pela condição de escravos não trilharam a princípio o mesmo caminho.

Os últimos tiveram uma história mais degradante, tendo em vista que suas vivências como escravos foi através do trabalho rústico da lavoura e só isso sabiam fazer. Não conseguiam ler ou escrever e tão pouco possuíam protetores brancos que lhes indicassem para algum cargo ou lhes presenteasse com alguma roupa que pudesse causar boa impressão. Nesse grupo, as mulheres tiveram mais sucesso na busca por trabalhos. Umás domésticas, outras trabalhando como lavadeiras, engomadeiras, costureiras (em suas próprias moradias), entre outras ocupações passaram a ser quase que totalmente as provedoras dessa parte do “elemento negro” na condição de “servidão disfarçada”. O homem negro ou mulato, com dificuldades de se enquadrar no sistema de trabalho se mantém através de ocupações temporárias e nas horas vagas exercita sua vivência em grupo nos botequins, terrenos baldios e bares em geral. Mesmo não sendo o ponto central dos encontros, o álcool começa a aparecer com certa frequência e levando muitos negros à decadência através do alcoolismo. Esses encontros serviam para que esses homens compartilhassem suas desgraças, capacitando-lhes a pensar sobre sua situação através da exploração da experiência humana, mas também, e talvez principalmente, para diminuir as tensões entre negros e brancos e, não permitir que houvesse um conflito aberto entre esses.

Um dos pontos indicados do desequilíbrio deste grupo é o desajuste da instituição família. Os arranjos familiares não constituíam uma unidade como os da sociedade inclusiva. Pais, mães e filhos não possuíam um elo forte de ligação e responsabilidades recíprocas. Além disso, a proximidade das

moradias³ trouxe um outro problema grave, a promiscuidade sexual. Como conseqüência, a freqüência de mães solteiras, a presença de doenças venéreas (adultos e crianças) e filhos com pais desconhecidos. As crianças (meninos e meninas), ao presenciarem os segredos da vida sexual desde cedo, acabavam tendo sua iniciação precocemente por volta de cinco e seis anos. E, nem sempre eram somente as crianças entre si, mas houve muitos abusos de meninos e meninas em relações heterossexuais e homossexuais.

Os adultos (homens e mulheres), frutos daquele meio desestruturado, eram empurrados para o estilo de vida “não-ordeiro”. Roubos, prostituição, vagabundagem acabavam sendo solução imediata dos problemas financeiros que a grande maioria tinha que carregar durante toda a vida. Aqueles que se aventuravam nesse caminho eram, geralmente, jovens audaciosos, que conseguiam romper com a ordem social excludente. Muitos conseguiam êxito rápido e essa era a recompensa esperada.

Por outro lado, “os negros da casa grande”, como Fernandes, tiveram um pouco mais de chances na sociedade competitiva. Alguns podiam ler, escrever e possuíam amigos brancos ou o próprio ex-senhor o ajudava indicando para cargos públicos. Os trabalhos não eram os mesmos reservados aos brancos, eram tarefas de faxina, chofferes ou outras de mesmo nível, mas ofereciam certa segurança e respeito em comparação com os “negros do eito”.

Entretanto, a chamada “elite negra” também viveu os problemas do meio negro, mas de forma diferenciada. Ela adotou para si um estilo de vida composto de hábitos tradicionais que não eram mais harmônicos com os moldes da sociedade urbana individualista nascente. Era polida e diferente dos negros malandros, mas não era um estilo de vida equivalente ao do branco. Por este motivo, a “família negra integrada” proporcionou para si uma segregação indesejada e com isso acabou sofrendo uma paralisação em seu desenvolvimento.

Eles souberam se proteger dos amigos e parentes “encostados” (“parasitismo ultradestrutivo e implacável”), da influência negativa dos “negros reles”, mas não faziam parte da sociedade inclusiva. Precisaram tomar muitas precauções para não permitir que sua imagem fosse associada a do negro “não-ordeiro”. Para isso, sua organização familiar era marcada de extrema rigidez. O homem, chefe de família, era como pequeno “déspota doméstico”. Ele se sentia ultrajado com a necessidade de sua esposa trabalhar e só permitia isto em último caso, geralmente, quando o problema já tinha tomado propor-

3 Geralmente em quartos de cortiços, com pouca iluminação e ventilação, péssimas condições de higiene e pouca privacidade.

ções desastrosas. Em casos de “infelicitação” de uma filha, esta era expulsa de casa e o caminho que lhe restava costumava ser a prostituição.

Diante de toda preocupação com os perigos apresentados pela facilidade da vida malandra, pelos estímulos eróticos entre outras pressões sociais capazes de fazer desmoronar a estrutura da “família integrada”, os pais viviam ansiosos com o “bom encaminhamento” de seus filhos e filhas. As mulheres, como boas esposas, e os homens, como chefes de família responsáveis.

Os desajustamentos encontrados no “meio negro,” em geral, apontam para um anseio de participação na vida social e econômica da sociedade inclusiva “como gente”. Fernandes informa ainda que o estilo de vida burguês individualista e competitivo em São Paulo era incompatível com as formas de vida rústicas daqueles povos despreparados e desamparados pelo poder público. Usufruir daquele modelo social do branco estava cada vez mais distante de suas realidades. A herança do negro e do mulato não os inviabilizava a economia de subsistência, mas por outro lado era incompatível com a rapidez do desenvolvimento capitalista urbano.

Como fazer parte de um momento histórico de uma sociedade sem participar como agente de criação e reprodução desta? Como preparar os jovens para viver num espaço de segregação, esperando e desejando sua ascensão social, mas ao mesmo tempo tendo que protegê-los dos perigos que iriam enfrentar no contato perigoso com os negros “não-ordeiros” e com os brancos?

A organização da vida do negro dependia do desenvolvimento econômico e social, entretanto, as oportunidades que tinham não eram compatíveis com suas necessidades. E, por outro lado, os negros e mulatos sofreram a falta de escolarização. As crianças não eram colocadas na escola por vários motivos, inclusive, com o intuito de que esses não viessem a se desapontar no futuro quando percebessem que seus sonhos tinham limites e apostar muito alto além de suas possibilidades reais era perda de tempo.

O “elemento negro,” ao se manter neutro em relação ao ingresso de seus filhos na escola, perdeu a oportunidade de lhes preparar para lidar com as dificuldades que normalmente encontrariam, e, dessa forma, possuírem alguma arma para lutar por melhores colocações, melhores salários e respeito. Essa neutralidade trouxe influência negativa ao futuro dos negros e mulatos, mas eles custaram a perceber isso. Quase meio século havia se passado e esses “homens de cor” ainda não haviam conseguido delimitar um espaço para si na sociedade capitalista; em contrapartida, os imigrantes já haviam se instalado e conquistado espaços importantes para si e para seus descendentes. É preciso considerar que a história de ambos é bastante diferente. Cada um com suas especificidades, mas é inegável as dificuldades de ajustamento enfrentadas pelo “meio negro” em relação a todos os outros grupos.

Sendo assim, é impensável a idéia de um povo brasileiro único, uma “democracia racial” como pensou alguns autores naquele momento histórico (início a meados do século XX). Os negros nunca

fora totalmente excluído da sociedade de classes, nunca houve um conflito aberto, mas o fato é que também nunca foram tratados como iguais. A liberdade que receberam com a Abolição foi incompleta, não passou do plano jurídico. Nas inter-relações sempre estiveram presentes as marcas herdadas da escravidão. E a não constituição de um conflito racial aberto permitiu a criação mítica da idéia de “democracia racial”, conceito que Florestan entende como falsa ideologia e tenta desmascarar nesta obra. Entretanto, autores mais atuais, como Da Matta e Peter Fry, já pensam que mesmo a idéia de “democracia racial” não sendo correspondente à realidade, mas é muito cara à população brasileira. Dessa forma, não pode ser desprezado simplesmente⁴. O conceito deve ser pensado sim, e é necessário encontrar saídas para o entendimento entre os grupos sem necessidade de tentar inaugurar polaridade entre as raças no Brasil.

O conteúdo do livro de Florestan Fernandes é imprescindível a todos aqueles que se interessam pelo tema “raças” e outros que se sintam apenas impelidos pela curiosidade. Deve-se estar ciente de que é uma pesquisa que não deve ser generalizada a todas as regiões brasileiras (e o autor adverte para isso), já que a situação da cidade de São Paulo possui algumas peculiaridades, as quais foram trabalhadas no decorrer do texto. É uma obra que merece todo o respeito e dedicação do caro leitor!

REFERÊNCIA

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.

- 4 Informações contidas em artigo de Andréas Hofbauer (Professor do Departamento de Antropologia e Sociologia da Unesp, Campus Marília). HOFBAUER, Andréas. **Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil**. Lua Nova, n. 68, 2006. Disponível no site: <http://www.scielo.br>.

O oculto e o inculto na poesia de Fernando Pessoa

Anaxsuell Fernando da Silva (UNICAMP)

A leitura de Fernando Pessoa, poeta português do início do século XX, evidencia um dos aspectos mais importantes da obra de arte: sua natureza plurívoca. Esse aspecto associado a abrangência universal da sua obra e a uma dose de imprudência interpretativa podem trazer resultados malévolos, mutilantes e redutores.

André Mesquita é advogado, dramaturgo e estudioso do ocultismo. Além deste livro, *Fernando Pessoa: o Ocultismo na ótica poética*, publicado em 1996 pela Editora Uapê; divulgou alguns poemas no *Jornal Poesia Viva* e na antologia *Quem são os poetas da barra?* (1993), todos pela supra-mencionada editora. No primeiro, objeto de reflexão desta resenha, o autor propõe interpretar o inquietante poeta português pela abordagem do Ocultismo e, a partir desta, efetuar uma ponte entre as questões que assolaram o homem do início do século e a crise contemporâneas de paradigmas. Em sua análise, um aspecto liga os heterônimos pessoanos entre si: o paganismo.

Na introdução o autor, na tentativa de isentar-se de possíveis críticas, anuncia: “O objetivo dessa obra não é produzir um estudo crítico-literário de sua poesia”. Talvez esta seja a razão da falta de rigor com as devidas referências. Muitos poemas de Fernando Pessoa são transcritos, sem o cuidado de mencionar em que livro se encontra ou a que heterônimo pertence. Em se tratando da vasta produção de Pessoa e do uso impróprio que muitos têm feito dela, tal comportamento é preocupante.

O livro, de 140 páginas, divide-se em 6 capítulos além da introdução. Esses podem ser classificados, como sugere o autor, em dois momentos: no primeiro André Mesquita busca contextualizar o Ocultismo e apresentar o encontro de Fernando Pessoa com o trabalho de Helena Blavatsky e Aleister Crowley, dois dos principais ícones do movimento ocultista da nossa época, bem como os principais temas e símbolos presentes na obra do poeta. Já no segundo momento, empreende-se uma análise de “Chuva Oblíqua” trilhando o caminho alquímico, que segundo o autor carioca fora deixado por Fernando Pessoa.

O primeiro capítulo, *O Ocultismo no século XX*, serve de subsídio à leitura do livro em sua totalidade, na medida em que o autor “ilumina” a idéia de Oculto e Ocultismo. Trabalho árduo tendo em vista

as diversas definições existentes, e dada a impossibilidade de “determinar a mais certa” (p. 17) já que trata-se de matéria

“constantemente em movimento”. Entretanto, a definição que André Mesquita declara assentir é que Ocultismo é o “estudo pelo qual o homem através dos tempos, busca vasculhar os labirintos mais sombrios de sua mente visando, fundamentalmente, o auto-conhecimento, o controle do universo que o cerca e a sua própria iluminação.” (p. 17).

Vale lembrar que essa idéia de iluminação, objetivo central do Ocultismo no início do século e que se sustentou como verdade absoluta, hoje é muito controversa e costuma ser negada por correntes mais modernas. Um dos aspectos mais relevantes trazidos à tona neste capítulo é a distinção feita entre ocultismo e religião. Para Mesquita, a diferença fundamental está no fato de que “as religiões têm estruturas dogmáticas rígidas, presas a alguma ideologia que as embasam, com explicações alegóricas sobre o universo, enquanto que o ocultismo busca a verdade individual para o homem, desvincilhada de dogma ou mitologia específica.” (p. 19). Esse esforço inicial de apresentar ocultismo, definindo-o, diferenciando-o, quando articulado à leitura que André Mesquita faz dos poemas de Fernando Pessoa será violento. Ainda neste capítulo, no qual se inicia tal tentativa de articulação, o advogado carioca cita uma conhecida carta do poeta português ao seu amigo Adolfo Casais Monteiro datada de 14/01/1935, em que ele demonstra grande conhecimento de temáticas ocultistas, e, em seguida nega ter pertencido a alguma ordem, ao final da mesma pede que ela não seja publicada. Assim, sem argumentos Mesquita afirma: “é possível depreender que ele (Fernando Pessoa) pertencia ou havia pertencido a alguma ordem ocultista e estava mantendo seu voto de silêncio como é de praxe nessas ordens.” (p. 21).

No segundo capítulo, *Fernando Pessoa e a Teosofia*, o autor, após apresentar a fundadora da sociedade teosófica Helena Petrovna Blavatsky (1831), parte da cronologia da vida e obra de Fernando Pessoa feita por João Gaspar Simões. Em 1915, o poeta português traduziu o livro *Vozes do silêncio*, bem como o *Compêndio de Teosofia* e vários outros volumes da coleção intitulada *Coleção Teosófica e esotérica* escrita por C. W. Leadbeater. Aqui novamente um salto quântico. De conhecedor da temática em questão e tradutor de tais obras Fernando Pessoa é considerado um adepto militante do rosacruzismo.

O Paganismo, corrente muito forte dentro do ocultismo moderno, é o título do terceiro capítulo. Fernando Pessoa, em suas múltiplas faces, é fortemente influenciado por essas idéias. O paganismo adota a concepção panteísta do universo. Isto é, a crença que todo o universo é Deus e Deus é todo o universo. Entretanto, André Mesquita cai no erro dos apressados leitores, a redução. Considerar toda obra

poética de Fernando Pessoa, todos os seus heterônimos (que são personagens com certo grau de autonomia) pagãos é desprezar as peculiaridades, os detalhes e mesmo afirmações expressas do poeta. Essa análise talvez seja mutiladora da engenhosa produção pessoana.

No quarto capítulo, *Fernando Pessoa e Aleister Crowley*, André Mesquita estabelece uma relação entre o poeta português e o polêmico ocultista britânico. Para o autor do livro aqui discutido, o fenômeno heteronímico seria o uso de um recurso, denominado “nomes mágicos” (p. 50) já utilizado pelo ocultista que ficou conhecido pelas suas controvertidas posições. Mesquita faz afirmações e não argumenta em benefício desses seus posicionamentos. Noutro momento diz expressamente o que até então ficara obtuso. Cito-o:

“Pode-se afirmar que uma das melhores maneiras de se compreender o pensamento de Crowley, muitas vezes obscurecido por suas extravagâncias, é através da leitura de Fernando Pessoa. Sua obra guarda os principais conceitos do Ocultismo da nossa época e é leitura fundamental para quem se interessa pelo assunto.” (p. 55).

A magestosa produção de Fernando Pessoa é reduzido a comentário elucidativo da produção do místico britânico.

Sucedo a este capítulo um outro, intitulado *A cosmovisão de Fernando Pessoa*, nele é demonstrado que as temáticas exploradas por Pessoa ao longo da sua produção bibliográfica, tais como: a visão de Deus, a evolução do universo e a concepção do mundo, são temas das correntes modernas de ocultismo. E aí, numa interpretação na maioria das vezes forçosa remete a temática de determinados poemas às concepções ocultistas, deixando de perceber os *nuances* e as outras possibilidades da poesia do poeta português. Em determinado instante o autor vê claramente “a posição de Fernando Pessoa quanto à impossibilidade humana do contato direto com Deus.” (p. 65). Ora, somente uma leitura não cultivada (daí o nome inculta), não cuidadosa da obra pessoana pra restringir sua poesia a uma única concepção de Deus. Por exemplo, no VIII poema do Guardador de Rebanhos, Pessoa (ou melhor, o mestre Caeiro) coloca-se como uma criança que brinca com o menino-Deus e sai a fazer travessuras e demonstra grande intimidade. Noutro momento Mesquita afirma “Fernando Pessoa não crê em um messias, seja ele um deus ou salvador da pátria.” E o que seria todo o livro Mensagem? e, D. Sebastião?

No sexto e último capítulo *A alquimia*, o autor a partir da interpretação do poema Chuva Oblíqua afirma que “Fernando Pessoa desvenda, de modo mágico, o significado de cada fase, fazendo o leitor participar do processo alquímico” (p. 92). Neste momento o livro ganha fôlego, especialmente pelo

conhecimento de Mesquita dos símbolos e das concepções ocultistas, ainda que persista aproximações forçadas em alguns momentos.

Debruçar-se sobre a poética de Fernando Pessoa é um desafio. Entretanto, o autor não vai à luta compreensiva da poética pessoana, confina-se dentro de seu universo simbólico como único elemento interpretativo e tenta condicionar a leitura daqueles que desejam compreender Pessoa. Assim, sua infelicidade se dá na medida em que reduz toda produção do poeta português a uma única expressão religiosa, desconsiderando as facetas, os nuances e o “fingimento” do poeta. A esfera mental pessoana é sempre um território em crise. Convivem, dialogicamente, regras e desregramentos. A incerteza e a dúvida são residentes no pensar e sentir de Fernando Pessoa. Portanto, considerar a totalidade da sua obra *Ocultista* e por conseguinte, inferir isto à sua vida é fruto de uma leitura não atenta de sua poesia. Uma leitura inculta, isto é, sem cultivo. Talvez apressada.

Um todo organizado produz qualidades e propriedades que não existem nas partes tomadas isoladamente. Portanto, é necessário ter um pensamento que possa conceber o todo e as partes simultaneamente, o sistema e a organização, pois tudo que conhecemos é constituído da organização de elementos diferentes. O poeta Fernando Pessoa não se fecha ao restrito território dos símbolos, pertencentes a qualquer dimensão religiosa. De fato, enxergamos uma preocupação com concepções e/ou pensamentos religiosos ao longo de toda a sua obra, poética ou em prosa, mas esta não se restringe a determinada concepção. Esta temática não deve ser tratada de maneira monolítica, estanque. Deve levar em consideração a pluralidade que é o próprio Pessoa. E, o seu próprio conselho aos seus estudiosos em carta a João Gaspar Simões: “O estudo ao meu respeito, que peca só por se basear, como verdadeiros, em dados que são falsos por eu, artisticamente, não saber senão mentir.” Carta de 28 de julho de 1932).



Dossiê dos Autores

ANAXSUELL FERNANDO DA SILVA

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Mestre em Ciências Sociais com Bacharelado em Sociologia e licenciatura plena em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é professor de Instituições Privadas de Ensino Superior em Natal/RN e de escola da Rede Pública (Ensino Médio). Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Antropologia e sociologia da religião; Antropologia da literatura e da arte; itinerário intelectual e etnografia do saber.

E-mail: anaxsfernando@yahoo.com.br

CHRISTIANE MACHADO COELHO

Pesquisadora de pós-doutorado. Centro de Estudos e Investigação em Sociologia (CIES-ISCTE), Lisboa, Portugal. PhD pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), Paris, França. Áreas de interesse: Sociologia urbana, antropologia urbana, migrações, história contemporânea, Brasília, relações luso-brasileiras, exclusão social, sociologia do trabalho, representações sociais, história oral. **Últimas publicações:** “Memórias da cidade: Vila Planalto e o processo de formação de Brasília”. Congresso da ABANE, Sergipe, Aracaju, 2007; “Espacios de memória, espacios de historia: la supervivência de Vila Planalto en la transtienda de Brasília”. Congresso Internacional de História Oral, Buenos Aires, Argentina, 2007; “Utilização política do patrimônio: O direito à moradia como direito à história”. Cidades e Processos Sociais. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia: Desigualdade, Diferença, Reconhecimento. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil, 2007.

E-mails: christiane.coelho@iscte.pt; christianemc@mac.com.

DANIELLA DE CASTRO ROCHA

Doutora em Sociologia. Professora-pesquisadora temporária (Universidade de Ervy, França); pesquisadora associada (Centro de Estudos dos Movimentos Sociais – CEMS da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais – EHESS, Paris). Áreas de interesse: sociologia política, sociologia urbana, ciência política. **Últimas publicações:** “Militantismo partidário e experiência de poder. O caso do PT no Distrito Federal”, *Antropolítica*, Revue de Science politique de l’UFF-Rio de Janeiro, dossiê “Militantismo” coord. Marcos Otávio Bezerra, julho 2008 (no prelo). Em colaboração com Monique de Saint Martin e Mariana Heredia, “Fronteiras sociais e instabilidade de posições na França”, *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, junho 2008 (no prelo). “La gauche brésilienne à l’épreuve du libéralisme”, *La vie des idées – La république des idées*, n. 17, novembro 2006, p.55-58. “Compétences acquises en France et la ‘fabrication’ des élites politiques du Brésil contemporain. La trajectoire de Cristovam Buarque”, *Cahiers des Amériques Latines*, n. 48-49, 2006, p. 91-106.

E-mail: daniella@free.fr

EDGARD DE ASSIS CARVALHO

Doutor em Antropologia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Rio Claro (1974), Pós-Doutorado pela Ecole des Hautes en Sciences Sociales, EHESS (1980) e Livre-Docente pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, UNESP (1995). Atualmente é professor titular de Antropologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Coordenador do Núcleo de Estudos da Complexidade, Membro do Conselho Científico da Universidad del Mundo Real, Hermosillo, México. Representante da Cátedra itinerante da Unesco Edgard Morin. Trabalhos, livros, artigos, orientações de dissertações e teses na área da Teoria Antropológica Contemporânea e Antropologia dos Sistemas Complexo.

E-mail: edgardcarvalho@terra.com.br

EDMILSON LOPES JÚNIOR

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN, professor e orientador no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma universidade e é ainda docente colaborador do mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). Já lecionou na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), no período de 1987 a 2001, e na Universidade Estadual de Londrina, no Paraná, no período de 2001 a 2002. Desenvolve pesquisas empíricas sobre criminalidade, racismo e sofrimento social. Dedicar-se ainda a reflexões sobre a sociologia da vida econômica. Atualmente é tutor do PET de Ciências Sociais.

E-mail: edmilsonlj23@yahoo.com

GICERLÂNDIA PINHEIRO DE ALMEIDA NUNES

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2006). Reingressou em Antropologia e Ciência Política em 2007 (não concluídos). Cursa mestrado em Ciências Sociais. Bolsista de Mestrado do CNPq. Trabalha com Moda, consumo, vestimenta e mulher.

E-mails: gilcordecanela@hotmail.com, gilcordecanela@hotmail.com

INAÊ ELIAS MAGNO DA SILVA

Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília. Assessora Técnica da Câmara dos Deputados – CAM. Áreas de interesse: Sociologia Urbana; Sociologia das Emoções; Antropologia Urbana; Políticas Públicas Urbana; Pensamento Complexo; Exclusão Social; Representações Sociais; Memória; Imaginário; Literatura e Cidade. **Últimas publicações:** “Pensamento complexo: alternativa para o resgate intelectual da totalidade urbana”. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 5, 2006, p. 170-186; “A cidade do

silêncio: práticas urbanas, sentimentos e representações sociais em Brasília”. In: ROZE, Jorge Próspero; MURILLO, Susana; NUÑEZ, ANA (Comp.). *Nuevas identidades urbanas em America Latina*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005, p. 53-76; “Pensamento complexo, alternativa a los limites epistemológicos de la arquitetura moderna”. *Revista Piso – Ciudad Al Ras*, Guadalajara, v. 07, 2005, p. 28-33.

E-mails: inae.magno@uol.com.br; imagno6@hotmail.com

JOANA EL-JAICK ANDRADE

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). Área de interesse: marxismo, teoria sociológica, filosofia da história. **Últimas Publicações:** ANDRADE, J. “Marxismo e revisionismo no século XIX”. In: XXIII Simpósio Nacional – ANPUH: História: Guerra e Paz. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2005. CD-ROM; ANDRADE, J.; ANDRADE, I.; SILVA, A. “A invenção da cultura da praia: apropriação da orla e o tempo livre na cultura de massas”. In. II Seminário Internacional Visões Contemporâneas. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Laboratório de Lazer e Espaços Turísticos – PROARQ/ FAU/ UFRJ, 2004. CD-ROM; ANDRADE, J. “O Revisionismo de Eduard Bernstein e a Revalidação da Democracia Burguesa”. In. XI Encontro Regional de História (ANPUH): Democracia e Conflito. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUH, 2004. CD-ROM; ANDRADE, J.; SILVA, A. “O século XX – o declínio das ideologias?”. *Revista Habitus*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, novembro de 2003. Disponível em: <<http://www.habitus.ifcs.ufrj.br>>. Acesso em: 01/11/2003.

E-mail: joanandrade@uol.com.br

LAURENT VIDAL

Historiador. Professor universitário. Université de La Rochelle – França. Áreas de interesse: história da cidade e do urbano no Brasil e no Novo Mundo. **Últimas publicações:** VIDAL, Laurent. “Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico. Do Marrocos até a Amazônia (1769 – 1783)”. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008; VIDAL, Laurent. “De Nova Lisboa a Brasília, a invenção de uma capital”. Brasília: Ed. da UnB, 2008; VIDAL, Laurent (Dir.). “La ville au Brésil (XVIIIe – XXe siècles): naissances, renaissances”. Paris: Les Indes Savantes, 2008.

E-mail: lvidal@univ-lr.fr

MÁRCIO LUIZ DO NASCIMENTO

Atual professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. Bacharel em Sociologia e em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas e mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (2005). Atua principalmente nos seguintes temas: Pensamento Social Brasileiro, Trajetórias de carreiras intelectuais, Histórias das Idéias no Brasil-Império, Mulatos-letrados

no Recife oitocentista, Movimento político-intelectual de 1870 e Geração de 1870. Coordenador Técnico responsável pelo ColetaDataapes dos Programas de Mestrado em História, Mestrado e Doutorado em Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Demografia, Filosofia e Doutorado em Meio-Ambiente.
E-mail: mrcnascimento@usp.br, mrcnascimento@hotmail.com

MÁRCIO MORAES VALENÇA

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2, possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco (1982), especialização no Mestrado em Desenvolvimento Urbano (UFPE – 1989), mestrado em Urban and Regional Studies (University of Sussex, 1990) e doutorado em Geography/Urban and Regional Studies (Subject Group/CDE - University of Sussex, 1997). Realizou estágio de pós-doutoramento durante dois anos no The London School of Economics and Political Science (1998-2000). Atualmente é membro do conselho editorial da Geoforum (0016-7185) e professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN. Foi o Editor da revista VIVÊNCIA (0104-3064) entre 2002 e 2008. É parecerista *ad hoc* de várias revistas, incluindo Urban Studies, International Development Planning Review e International Journal of Urban and Regional Research. Realiza pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em desenvolvimento urbano, política habitacional, estudos da habitação, economia política da urbanização e cidade. É Diretor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte no período 2003-2007, reeleito para o período 2007-2011.
E-mail: marciovalenca@ufrnet.br, direção@cchla.ufrn.br

MARIA DA CONCEIÇÃO COELHO FERREIRA

Doutora em Literatura Brasileira, Université Sorbonne Nouvelle, 2005, professora de Língua Portuguesa, Université de La Rochelle, La Rochelle, e Université Paris 3, Sorbonne Nouvelle, Paris, França.
E-mail: conceico@hotmail.com

MARIA ISABEL DE JESUS CHRYSOSTOMO

Geógrafa, Ms. e Dra. em Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/IJFRJ. Coordenadora do projeto *Cidade, Poder e Formas de Planejamento*, do Departamento de Artes e Humanidades da Universidade Federal de Viçosa – DAH/UFV. Professora Adjunta da Universidade Federal de Viçosa. Áreas de interesse: Geografia Urbana; Geografia Histórica; Planejamento Urbano e Regional. **Últimas publicações:** “Política Administrativa e Organização do espaço fluminense no século XIX”. In: X Encontro de Geógrafos

da América Latina – 20 a 25 de março, 2005; “Idéias e Produção da Rede Urbana na Província Fluminense no período regencial”. In: V Congresso Brasileiro de Geógrafos, Goiana, 2004.

E-mails: midjc@uol.com.br; isachrysostomo@ufv.br

PATRICK LE GUIRRIEC

Professor Doutor, Université François Rabelais à Tours (France). Professor visitante estrangeiro na Universidade Federal do Rio Grande do Norte-RN (bolsista da CAPES), fev.2007-agosto 2008. Área de interesse: Os processos de segregação socioespacial nas sociedades urbanas. Últimas publicações: “L’anthropologie appliquée face à ses demandeurs. *Lieux communs*, n. 10, 2007, p. 53-68; “Segregação e “mixité” socioespacial. Aproximação comparada”, *Vivência* n. 33, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brésil (a publicar); “Gated cities in the urban context: case study Parnamirim and Rio Preto”, *Proceedings of International Seminar on Urban Forms*, 27-30 Août 2007, Ouro Preto, (Brasil) (en coll. avec Sonia Marques); “Les effets de mixité dans les rapports de sociabilité”. In: Michel Koebel, Emmanuelle Walter (org.) *Résister à la disqualification sociale. Espaces et des identités*, Coll. Logiques sociales, L’Harmattan, 2007, p.125-139.

E-mail: leguirriec@univ-tours.fr

REMY LUCAS

Maître de Conférences de Portugais Universidade de La Rochelle. Áreas de interesse: literatura africana de língua portuguesa, literatura brasileira (favela e literatura, literatura afro-brasileira). **Últimos colóquios e publicações:** “Marginalité de la ville ou l’écriture périphérique brésilienne”. Colloque international *Literaturas mestizas en América Latina: estética e ideología*, Centre de recherches latino-américaines – Archivos, Université de Poitiers, 17-19 octobre 2007; “Palmares: de la voie du marronnage au marronnage de la voix”. 1^{er} congrès du GIS Amérique latine *Discours et pratique du pouvoir en Amérique latine*, Univ. de La Rochelle/FLASH, 3 et 4 novembre 2005; “Utopia vs Eutopia: la renaissance littéraire de Canudos”. Colloque international *La ville au Brésil, XVIII^{ème}-XX^{ème} siècles. Naissances, renaissances*, organisé par Laurent Vidal (espace Nouveaux Mondes-MAPA), Univ. de La Rochelle/FLASH, 16-18 juin 2005.

E-mail: rlucas@univ-lr.fr

RICARDO LUIZ DE SOUZA

Possui graduação em Ciências Sociais – UFMG (1987), mestrado em Sociologia – UFMG (2001) e doutorado em História – UFMG (2006). Tem experiência na área de História do Brasil, com ênfase em Pensamento social brasileiro, atuando principalmente no seguinte tema: História da Cultura- Modernidade e Identidade Nacional. Professor da UNIFEMM – Centro Universitário de Sete Lagoas

E-mail: riclsouza@uol.com.br



Normas para Publicação de Artigos

CRONOS, Revista semestral da UFRN, CCHLA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais é impressa nas dimensões do presente volume (22cm x 24cm).

- 1) Os artigos originais apresentados devem ser entregues em três cópias, digitados em *times new roman*, espaço duplo, tamanho 12. Não devem ultrapassar 30 laudas e as resenhas cinco laudas. Cada artigo deve conter um resumo (no máximo 10 linhas) com tradução (inglês ou francês) e três a cinco palavras-chave. Deverão ser enviados à Comissão Editorial da Revista: UFRN, CCHLA. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Av. Senador Salgado Filho, 3000 - Lagoa Nova - Natal/RN - CEP: 59072-970. E-mail: cronos@cchla.ufrn.br
- 2) Todos os artigos, resenhas e outros tipos de trabalhos acadêmicos encaminhados a CRONOS para publicação, serão avaliados por pareceristas *ad hoc*.
- 3) A primeira página deve conter: título do trabalho, autoria, endereço e dados sobre o autor (endereço e telefone para contato, e-mail, instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações etc.).
- 4) Os autores cujos textos forem aprovados para publicação entregarão seu trabalho em disquete ou CD, com cópia em papel.
- 5) A citação deverá ser indicada através do sistema autor-data. Ex: Teixeira (1992, p. 46); (TEIXEIRA, 1992, p. 30); para obras sem autoria, entrar pela primeira palavra do título em maiúscula. Ex: (A PREVIDÊNCIA social..., 1978, p. 58). De acordo com a NBR 10520/2002.
- 6) As notas de rodapé devem ser explicativas e não de referências. A numeração é feita em algarismos arábicos e deve ser única e consecutiva da primeira à última página.
- 7) As ilustrações devem ser inseridas no corpo do texto. Qualquer que seja seu tipo (desenhos, esquemas, fluxogramas, gráficos, mapas, organogramas, plantas, fotografias, quadros e outros), sua identificação aparece na parte inferior, precedida do tipo designativo, seguida do número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, e do respectivo título (NBR 6022/2003). Colocar a fonte de onde foi retirada a ilustração logo abaixo da mesma no canto inferior esquerdo: Fonte: Autor, ano e página. No caso de fotografias usar: Foto: Nome do fotógrafo, mês/ano. Quanto aos mapas, croquis, plantas, cartogramas ou outros tipos de ilustrações que forem adaptadas pelo autor do artigo, colocar após a fonte a informação: Adaptado por: Nome, mês/ano. As Tabelas não são ilustrações e seguem as *Normas de apresentação tabular* do IBGE (1993). Tabela é uma “forma não discursiva de apresentar informações, das quais o dado numérico se destaca como informação central” (IBGE, 1993, p. 9).
- 8) As referências devem listar todas as citações mencionadas no texto. Devem ser organizadas em ordem alfabética de sobrenome de autor e redigidas segundo a norma brasileira da ABNT, NBR - 6023, 2002. A lista de REFERÊNCIAS deve vir, sob este título, no final do texto.

Natal (RN), 2008.

CRONOS is a biannual publication of the UFRN Center for Human Sciences, Letters and Arts (CCHLA) – Post-Graduation Program in Social Sciences. It is published at the present size (22cm x 24cm).

- 1) Original articles should be rendered in three copies, typed in times new roman letters, size 12, double space. Articles may not exceed 30 pages; reviews, five pages. Each article must bring in an abstract (no longer than 10 lines), translated in English or French, and including from three to five keywords. Articles and reviews can be sent to Cronos' Editorial Board: UFRN, CCHLA. Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas. Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – Natal/RN – CEP: 59072-970. Email: cronos@cchla.ufrn.br
- 2) Any article, review or other kind of academic paper that should be sent to Cronos for publishing will be submitted to analysis by *ad hoc* experts.
- 3) On first page should be typed the following information: title, name, address and other author's data, like: telephone number, email, institution, position, interest areas, last publications etc.
- 4) The authors whose works come to be approved for publishing will be asked to send their works on diskette or CD, as well as in a paper copy.
- 5) Quotations should be ruled by the author-date system. For exemple: Teixeira (1992, p. 46) (TEIXEIRA, 1992, p. 30). Works without authorship should follow this way: the first word of the title in majuscule. As in: (A PREVIDÊNCIA social..., 1978, p. 58), according to NBR 10520/2002.
- 6) Footnotes should be of an explaining kind, not referential ones. The numbers must be placed in Arabic numerals, obeying an only and sequential order from the first to the last page.
- 7) Illustrations should be inserted amid texts, independently of their kinds (drawings, sketches, organization charts, plans, photos, pictures and others). Their identification should be given at the bottom of the page, coming before the denominating type, and followed by the order of appearance in the text, in Arabic numerals, and with their respective titles (NBR 6022/2003). The illustration must inform its source right under the left angle of the page: Source: author, year and page. What concerns maps, sketches, plans, cartograms and other kinds of illustration employed by the authors in their articles, they should come after the indicated source. Thus: adapted by: Name, month, and year. Charts are not illustrations, so they need to follow the *Rules for presenting charts* (IBGE, 1993, p.3). "Chart is a non-discursive kind of presenting information in which the numerical data stand out as central information" (IBGE, 1993, p. 9).
- 8) References should list all quotations of the text in alphabetic order starting from the author's surname and obeying the Brazilian ABNT's rule, NBR- 6023, 2002. REFERENCES ought to come under this title in the end of the text.

Natal (RN), 2008.

Cronos – Volume 1 – Número 1 – janeiro/junho – 2000

DOSSIÊ CÂMARA CASCUDO

Francisco de Assis de Sousa Lima – Conto popular: o legado de uma tradição

Gilberto Felisberto Vasconcellos – O ensaio de Luís da Câmara Cascudo na interpretação da cultura brasileira

Ilza Matias de Sousa – Câmara Cascudo e a história dos nossos gestos: o homem, um signo

Vânia de Vasconcelos Gico – Luís da Câmara Cascudo e o conhecimento da tradição

ARTIGOS

Norma Takeuti – Desafios sociais e abordagens socioclínicas: por V. de Gaulejac

Robert Austin – Neoliberalismo y renovacion pos dictatorial em la educacion superior chilena, 1989-1997

Cronos – Volume 1 – Número 2 – julho/dezembro – 2000

DOSSIÊ VISÕES DO BRASIL

Brasília Carlos Ferreira – Antonio Candido: um homem simples

Dalcy da Silva Cruz – Caio Prado Júnior: uma nova possibilidade de olhar o Brasil

Marta Maria de Araújo – Um capítulo da história intelectual dos anos de 1930 aos de 1950 e a presença de Anísio Teixeira

Ana Laudelina Ferreira Gomes – Auta de Souza e a escrita feminina nos oitocentos

Afonso Henrique Fávero – Pedro Nava: um memorista e tanto

Tânia Elias Magno da Silva – Imagens da fome e o itinerário intelectual de Josué de Castro

Idilva Maria Pires Germano – Nações de papel: livros e povos

ARTIGOS

Maria da Conceição Xavier de Almeida – O ensino das Ciências Sociais no Brasil

Norma Takeuti – Imaginário social “mortífero”: a questão da delinquência juvenil no Brasil

Maria Helena Braga e Vaz da Costa – A cor no cinema: signos da linguagem

Cronos – Volume 2 – Número 1 – janeiro/junho – 2001

DOSSIÊ TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

- Brasília Carlos Ferreira* – Trabalhadores e cidadania: metamorfoses sindicais
Eleonora Tinoco Beaugrand – A nova economia e a frágil euforia por mais empregos
Cristiano German – Acesso Denid: marginalização na era da informação
Alexandre Carneiro de Souza – As dimensões do trabalho
Dinah dos Santos Tinôco – As políticas de emprego: uma abordagem comparativa das principais medidas de combate ao desemprego no Brasil
Edilson José Graciolli – Reestruturação produtiva e movimento sindical
Aldenôr Gomes da Silva – Irrigação informatizada: a fase superior da automação do trabalho na agricultura moderna
 Henrique Caetano Nardi – Dois cenários, duas gerações: os impactos da reestruturação produtiva nos processos de subjetivação

ARTIGOS

- Vincent de Gaulejac* – A gênese social dos conflitos psíquicos
Pedro Vicente Costa Sobrinho – Revendo uma certa literatura sobre a imprensa alternativa no Brasil
Daniele Gugelmo Dias – Aplicando a sistêmica à composição dos séculos
Mauro Guilherme Pinheiro Koury – Enraizamento, pertença e ação cultural

Cronos – Volume 2 – Número 2 – julho/dezembro – 2001

DOSSIÊ COMPLEXIDADE – CAMINHOS

- Maria da Conceição Xavier de Almeida* – Reforma do pensamento e extensão universitária
Edgar Morin – A suportável realidade
José Luiz Salana Ruiz – Sobre el concepto de complejidad: de lo insimplificable a la fraternidad amante
Juremir Machado da Silva – Da impossibilidade do método
Orivaldo Pimentel Lopes Júnior – As ciências do diálogo
Edgard de Assis Carvalho – Tecnociência e complexidade da vida
Henri Atlan – Viver e conhecer

ARTIGOS

Jean Philippe Bouilloud – Recepção e sociologia

Beatriz Maria Soares Pontes – Globalização, processo produtivo e território

Maria Helena Braga e Vaz da Costa – A face escura do cinema: interpretação sobre o espaço urbano no filme *Noir*

Cronos – Volume 3 – Número 1 – janeiro/junho – 2002

DOSSIÊ COMPLEXIDADE – MOVIMENTOS

Aldo Aloízio Dantas da Silva – Complexidade e geografia

Ana Sánchez – Complexidade e feminismo

Cezar González Ochoa – A dimensão do tempo nas culturas

Gustavo de Castro e Silva – Seis ou sete motivos para o amanhã

Jean Tellez – O sujeito complexo

Lisabete Coradini – Cidades, imagens e desordem

Tereza Mendonça – Complexidade, educação e ética da responsabilidade

ARTIGOS

Michel Maffesoli – É tempo de rebelião!

Mauro Guilherme Pinheiro Koury – Medos corriqueiros: em busca de uma aproximação metodológica

Almir de Carvalho Bueno – Poder central e autonomia estadual no início da República no Rio Grande do Norte

Francisco Rüdiger – A modernidade como época de crise: Leo Strauss e as raízes do niilismo ocidental

Cronos – Volume 3 – Número 2 – julho/dezembro – 2002

DOSSIÊ EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

Anne-Marie Fixot – Educação, cidade e democracia

Evson Malaquias de Moraes Santos – Afetividade e gestão democrática na Escola Pública patrimonialista

José Willington Germano – Imagens da destituição: os pobres e a educação no Brasil

Melânia Mendonça Rodrigues – Fórum Municipal de Educação de João Pessoa: espaço de participação?

Michel Thiollent – Construção do conhecimento e metodologia da extensão

Norma Missae Takeuti – Os jovens e a “fome de cultura”

Paulo Henrique Martins – Educação, cidadania e emancipação:
explorando as teses antiutilitaristas de Anne-Marie Fixot

Robert Austin e Paulina Vidal – La pared invisible: género, intelectuales
y educación superior en Chile en el largo siglo XX

ARTIGOS

Dalva Maria da Mota – Frutas de Sergipe, mercado do Brasil: política de irrigação,
agricultura empresarial e trabalho no platô de Neópolis/Sergipe.

Evaldo Vieira – As eleições de 2002 e a vontade popular

Heribert Schmitz – Uma assistência técnica participativa para a agricultura familiar

José Castello – Literatura e jornalismo literário num mundo em fragmentos

Luciano Vasapollo – Integración europea y moderna competencia
global: la nueva redistribución territorial del dominio

Marcos Falchero Falleiros – Presépio animado

Maria de Lourdes Patrini – Vida e fatos passados a limpo

Cronos – Volume 4 – Número 1/2 – janeiro/dezembro – 2003

DOSSIÊ GASTON BACHELARD

Jean-Jacques Wunenburger – O pensamento rhenano de Gaston
Bachelard: conflito ou aliança da razão e da imaginação?

Fábio Ferreira – O valor ontológico do pensamento bachelardiano

Elyana Barbosa – Gaston Bachelard e o racionalismo aplicado

Marly Bulcão – Tempo e matéria na poesia visceral de Lautréamont

Ana Laudelina Ferreira Gomes – A demiurgia da mão no cosmos poético de Sertania, de Nivaldete Ferreira

Catarina Sant’Anna – Gaston Bachelard : os índices do dramático no seio do lírico

Alvaro de Pinheiro Gouvêa – O feminino em Bachelard: A gênese do devaneio

Adailson Tavares de Macedo – A casa do sertão

Cláudia Netto do Valle – Histórias brasileiras

Maurício de C. T. Panella – País da infância imóvel

Cronos – Volume 5/6 – Número 1/2 – janeiro/dezembro – 2004/2005

DOSSIÊ SOCIOLOGIA CLÍNICA

Norma Missae Takeuti – Apresentação*Eugène Enriquez* – Da solidão imposta a uma solidão solidária*Norma Missae Takeuti* – O difícil exercício da alteridade*Aécio Gomes de Matos* – A democracia na miséria*Vincent de Gaulejac* – O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito*Christophe Niewiadomski* – Indivíduo pós-moderno, sofrimento psíquico e desafios do trabalho social*José Newton Garcia de Araújo e Maria Mercedes Merry Brito* – Loucos pela rua: escolha ou contingência?*Tereza Cristina Carreiro e Cristine M. Mattar* – História de vida, subjetividade e violência conjugal*Jean Gabriel Offroy* – O prenome e a identidade social: do projeto social e familiar ao projeto parental

ARTIGOS

Maria da Conceição de Almeida – Novos contextos das Ciências Sociais*Celso Frederico* – O marxismo de Lucien Goldmann*Assis Brandão* – As polêmicas de Bobbio com os comunistas italianos*Maria José de Rezende* – Diferenciação, evolução e mudança social em Fernando de Azevedo*Marcos M. B. de Mesquita* – O barroco ibero-americano: “ausência de síntese”?*Maria Célia Leonel, José Antonio Segatto* – Desmandos e violência no sertão rosiano*John Lemons* – Conservação e uso sustentável da biodiversidade: um portfolio de estudos de caso de regiões áridas da América Latina e do Caribe*Maria Noel Lapoujade* – Los imaginarios en la construcción de la identidad latinoamericana*Soraya Fleische* – Entre silêncios e esperas: uma aproximação do mundo feminino tunisiano através dos filmes de Moufida Tlatli*Márcio de Oliveira* – Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília*Alan Daniel Freire de Lacerda, Bruno Cesário de Oliveira* – Patronagem e formação de coalizões: o caso da Unidade Popular no RN*Ivanaldo Santos* – Da gênese à crise do Estado de bem-estar*Márcio de Lima Dantas* – Valdetário Carneiro: mártir e comediante

Cronos – Volume 7 – Número 1 – janeiro/junho – 2006

DOSSIÊ POLÍTICAS PÚBLICAS

Vera Schattan Ruas P. Coelho, Ilza Araújo L. de Andrade, Mariana C. Montoya – Fóruns deliberativos: uma boa estratégia para melhorar nossas políticas sociais?

Maria do Livramento Miranda Clementino – Inovando no desenho das relações intermunicipais: o pacto territorial

Aldenôr Gomes – A gestão participativa nas políticas públicas: a experiência do Programa Fome Zero no semi-árido nordestino

Fernando Bastos – Estabelecidos e *outsiders* nas políticas de crédito: o caso do PRONAF B

Mónica Isabel Bendini, Pedro Damián Tsakoumagkos – Las tramas sociales en los procesos de modernización y globalización en los valles frutícolas del río Negro, Argentina

Lincoln Moraes de Souza – A agenda e as agendas no Brasil

ARTIGOS

Elda Rizzo de Oliveira – Comunicação mediática, modelo biomédico e curas mediúnicas

Célia Regina Congílio Borges – Ações governamentais e reestruturações produtivas no Brasil: o mito do Estado mínimo

Jean Carlo de Carvalho Costa – Sílvio Romero e a “idéia das três raças”: uma hermenêutica do nacional a partir da categoria miscigenação

Edison Bariani – Padrão e salvação: o debate Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos

Fernando Bessa Ribeiro, Octávio Sacramento – Sexo, amor e interesse entre *gringos* e *garotas* em Natal

Marina Soler Jorge – Cultura popular, cultura erudita e cultura de massas no cinema brasileiro

Cronos – Volume 7 – Número 2 – julho/dezembro – 2006

DOSSIÊ MODERNIDADE & PÓS-MODERNIDADE: REFLEXÕES

Olgária Matos – Metrópole e angústia: acosmismo e cosmopolitismo

João Emanuel Evangelista – Teoria social e pós-modernismo: a resposta do marxismo aos enigmas teóricos contemporâneos

Michel Maffesoli – Religação imaginal

Renarde Freire Nobre – Weber e a influência do protestantismo na configuração da modernidade ocidental

Wilma de Nazaré Baía Coelho – Igualdade e diferença na escola: um desafio à formação de professores

Lúcia Leitão – Um traço, muitos riscos

Paulo Roberto Ceccarelli – As repercussões das novas organizações familiares nas relações de gênero

Maria Ruth Sousa Dantas de Araújo – Um lugar onde se situar

ARTIGOS

Benedito Nunes – Volta ao Mito na ficção brasileira

Flavio Lúcio R. Vieira – O método sem história: uma crítica da metodologia moriniana da complexidade

Edmilson Lopes Júnior – Os cangaceiros viajam de Hilux: as novas faces do crime organizado no interior do Nordeste do Brasil

Giovanni Alves – Trabalho, técnica e estranhamento: uma análise sociológica do filme “Matrix”

Maria Tereza Garcia – Violência e medo, elementos extintos no *newsmaking* do jornalismo público?

Cristiano Lima Ferraz – Repensar 1942: o SENAI frente à metamorfose do industrialismo

Cronos – Volume 8 – Número 1 – janeiro/junho – 2007

DOSSIÊ GLOBALIZAÇÕES ALTERNATIVAS

Boaventura de Sousa Santos – Os direitos humanos na zona de contacto entre globalizações rivais

José Willington Germano – Globalização contra-hegemônica, solidariedade e emancipação social

Elida Lauris – Pluralismo emancipatório? Uma abordagem a partir dos movimentos indígenas da América Latina

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio, Mariana Siena, Victor Marchezini e Daniela de Cunha Lopes – O desastre como desafio para construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados

Cristiane do Socorro Loureiro Lima – Reinvenções necessárias no século XXI: democracia direitos humanos e instituições de segurança

Eunice Cristina do Nascimento Castro Seixas – Discursos pós-coloniais sobre a lusofonia: comparando Agualusa e Saramago

Luciana Rosa Marques – Políticas de democratização da educação: um estudo com base no pensamento de Boaventura de Sousa Santos

Débora Regina Pastana – O “Estado punitivo brasileiro” e a “democracia representativa elitista” de Boaventura de Sousa Santos

ARTIGOS

- Maria Noel Lapoujade* – Traduzido por Nelson Patriota – Ariel e Calibã como protótipos da espécie humana
- Homero de Oliveira Costa* – Democracia e participação na teoria pluralista
- Dacier de Barros e Silva* – Fragilidades de uma sociedade: em busca de um eu não perdido, ou os entraves do desenvolvimento nacional
- Daniel Pereira Andrade* – O perigo da “normalidade”: o caso Eichmann
- Luciana Carlos Celestino* – História da Donzela Teodora: uma narrativa de transgressão feminina em direção ao reino da Alma Selvagem

Cronos – Volume 8 – Número 2 – julho/dezembro – 2007

DOSSIÊ ENSINO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

- Heloísa Martins* – O ensino de métodos e técnicas de pesquisa nos cursos de Ciências Sociais
- Amaury Cesar Moraes* – O que temos de aprender para ensinar ciências sociais?
- Ileizi Fiorelli Silva* – A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina
- Tânia Elias* – Trajetórias da Sociologia Brasileira: considerações históricas
- Simone Meucci* – Entre a escola nova e a oligarquia: a institucionalização da sociologia na escola normal de Pernambuco – 1929-1930
- Ana Laudelina Ferreira Gomes* – Notas críticas sobre as Orientações Curriculares Nacionais (OCN's) para o ensino de Sociologia no Ensino Médio

ARTIGOS

- Beatriz Maria Soares Pontes* – Região e regionalização no contexto da globalização: a região sob diferentes óticas, no contexto do método dialético
- Patrícia Alves Ramiro* – Ensaio sobre a renda
- Ana Paula Pereira Gomes* – O Negro – Individual, coletivo, self, raça e identidade: algumas questões sobre o tornar-se negro e a auto-rejeição
- Arilson Silva de Oliveira* – O jardim encantado da religião chinesa sob o olhar weberiano
- José Antonio Spinelli e Rubens Pinto Lyra* – Capitalismo de acumulação flexível e as categorias gramscianas

ENTREVISTA

Nelson Dacio Tomazi – Entrevistado por Ana Laudelina Ferreira Gomes
Conversa sobre Orientações Curriculares Nacionais (OCN's)

POEMAS

João da Mata Costa – 100 anos de encantamento do nosso primeiro poeta:
Lourival Açucena (1827-1907)

RESENHAS

José Gllauco Smith Avelino de Lima – Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade
Nara Pessoa – A cultura como práxis

CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN

TEMAS PARA OS PRÓXIMOS DOSSIÊS

Narradores do Sensível
Merleau-Ponty e Lévi-Strauss 100 Anos

Meio Ambiente e Sociedade

Josué de Castro

Estamos disponíveis para o recebimento de artigos e resenhas de acordo, ou não, com as temáticas citadas acima. Deverão ser enviados à Comissão Editorial da revista: UFRN, CCHLA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Av. Senador Salgado Filho, 3000, Lagoa Nova – Natal/RN – CEP: 59078-970 – E-mail: cronos@cchla.ufrn.br

CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN

Ficha de Intercâmbio

SELO
STAMP

À
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
BIBLIOTECA SETORIAL
Serviço de Intercâmbio
Av. Senador Salgado Filho, 3000 - Lagoa Nova - Natal-RN - Brasil - CEP 59078-970
E-mail: cronos@cchla.ufrn.br

Remetente: _____

Sender

Endereço: _____

Address

Cidade e Estado: _____

City and State

País: _____

Country

Senhores,
Dear Sirs

Por gentileza preencham a solicitação abaixo, devolvendo-a, a fim de que não haja interrupções na remessa do próximo número de sua revista.

Please fill the request below and return it to us, so we can send you the next number of revista.

1. Recebemos e agradecemos: **Cronos, v. 9, n. 1, jan./jun. 2008.**

We have received

2. Faltam-nos: _____

We are in want of

3. Enviamos em permuta: _____

We sent you in exchange

Local e data: _____

City and date

CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN

Ficha de Assinatura

- Assinatura anual (dois fascículos): R\$ 20,00 (vinte reais)
- Números avulsos ou atrasados: R\$ 10,00 (dez reais)
- Assinatura para o exterior: US\$ 35,00 (trinta e cinco dólares)

Nome:

Profissão:

Endereço (Address):

CEP: Cidade (City):

Estado (State): País (Country):

À

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Av. Senador Salgado Filho, 3000 - Lagoa Nova - Natal/RN - Brasil - CEP 59078-970

Email: cronos@cchla.ufrn.br

Leia, assine, divulgue e remeta artigos para publicação do próximo número
Veja as normas editoriais e envie artigos inéditos

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Oficinas Gráficas da EDUFRN
Editora da UFRN, em maio de 2009.